

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

JOSEP JUAN SEGARRA

“Paz entre nós, guerra aos senhores!”

Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a
Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre



“A foto dos pelados” durante a Ocupação da Câmara (10-18 de julho de 2013).

Porto Alegre

2015

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

JOSEP JUAN SEGARRA

“Paz entre nós, guerra aos senhores!”

Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a
Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Patrice Schuch

Porto Alegre

2015

JOSEP JUAN SEGARRA

“Paz entre nós, guerra aos senhores!”

Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a
Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Aprovada em: 05 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Clarice Peixoto (UERJ)

Prof^a. Dra. Claudia Fonseca (UFRGS)

Prof. Dr. Arlei Damo (UFRGS)

Prof^a. Dra. Patrice Schuch (Orientadora - UFRGS)

A la meua mare i al meu pare, Glòria i Josep, a les meues germanes, Glorieta i Marieta, i als meus amics Jon i Polet, los meus sis fars del Delta, en amor i agraïment.

A Silvia, Silvinha
Ave Migratoria
Semilla y Fruta
Tierra de Mil Mundos
Río Desbordado
Caricia Interior

(...) anarchism, as a political philosophy, and anarchist ideas and imperatives, have become more and more important everywhere in the world. There is a broad realization that the age of revolutions is by no means over, but that revolution will, in the twenty-first century, take on increasingly unfamiliar forms. First and foremost, I would hope this book will serve as a resource for those who wish to think about expanding their sense of political possibilities, for anyone curious about what new directions radical thought and action might take (David Graeber, 2009, p. xvii).

As três flores da esperança¹

Liberdade. Diz Durito que a liberdade é como o amanhecer. Alguns o esperam dormindo, mas outros acordam e caminham durante a noite para alcançá-lo. Eu digo que nós zapatistas somos viciados em insônia e deixamos a história desesperada.

Luta. O Velho Antônio dizia que a luta é como um círculo. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca termina.

História. A história não passa de rabiscos escritos por homens e mulheres no solo do tempo. O poder traça o seu rabisco, o elogia como escrita sublime e o adora como se fosse a única verdade. O medíocre limita-se a ler os rabiscos. O lutador passa o tempo todo preenchendo páginas. Os excluídos não sabem escrever... ainda.

EZLN, 18 de maio de 1996.

¹ Texto extraído do livro que me recomendou Sté, companheira das lutas: GENNARI, Emilio. EZLN. Passos de uma rebeldia. Expressão Popular, 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universitat Rovira i Virgili e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter um convênio de estudos que me permitiu estudar no ano de 2012 em Porto Alegre e acessar posteriormente o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS. Agradeço, tanto pela qualidade acadêmica quanto pela qualidade humana dos professores e servidores destas universidades públicas.

Agradeço, especialmente, aos professores da Universitat Rovira i Virgili, que me orientaram neste intercâmbio acadêmico – Mabel Gracia e Gaspar Maza. Agradeço também às professoras da Graduação de Ciências Sociais e do programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRGS, especialmente àquelas de quem fui aluno – Denise Jardim, José Otávio Catafesto, Caleb Alves, Patrice Schuch, Cornélia Eckert, Bernardo Lewgoy, Ruben Oliven, Arlei Damo, Carlos Alberto Steil, Claudia Fonseca, Fabíola Rohden e Ana Luiza Rocha. Também agradeço aos professores Luciano Fedozzi, Marcelo Kunrath e José Carlos dos Anjos, com quem realizei três disciplinas do programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, e aos Professores Ramiro Segura, Ceres VÍctora e Maria Elizabeth Lucas, que me deram dicas que iluminaram as minhas pesquisas. À Professora Ondina Fachel Leal que, quando cheguei em Porto Alegre, me recomendou frequentar as disciplinas das queridas Professoras Denise Jardim e Patrice Schuch.

O Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi) e o Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) foram espaços que me abriram portas e janelas para novos autores, novas obras, tanto escritas quanto audiovisuais, e novos projetos. Agradeço às professoras e às colegas pelos interessantes debates e pelas dicas para avançar na pesquisa. Também agradeço às professoras do NACi pelo apoio para impulsionar o projeto da Antropo TV, que ainda coordeno, e à professora Cornélia Eckert, pela mediação no contato com a ABA para impulsionar o projeto da TV ABA, da qual sou colaborador.

A concessão de bolsa de mestrado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) durante os dois anos da realização desta pesquisa facilitou a dedicação exclusiva ao curso. Agradeço e espero ter aportado alguma coisa também para o benefício público. Aos colegas da turma de mestrado do PPGAS com ingresso em 2013, sou grato pelo aprendizado coletivo nas trocas e conselhos a partir dos relatos da pesquisa de cada um. Também agradeço a todas as colegas de outros programas de pós-graduação com as que compartilhamos aulas e vivenciamos a importância do diálogo entre diferentes disciplinas.

Aos trabalhadores da CARRIS e das outras empresas de ônibus de Porto Alegre, por terem me transportado do centro da cidade ao Campus do Vale tantas vezes. Também agradeço à existência do cartão Tri, que, aos estudantes, permite viajar pagando a metade da passagem. Poderia ser melhor, mas também poderia ser pior. Ainda, agradeço à existência dos restaurantes universitários, especialmente ao trabalho das pessoas que, em precárias condições de trabalho, lá cozinham, limpam e atendem milhares de estudantes a

cada dia.

Agradeço também à Stéphanie, Alex e Caio por fazerem mais fácil o caminho da graduação à pós-graduação, e pelas aventuras compartilhadas, tanto dentro quanto fora do Campus. À Valéria, companheira da pós-graduação e, às vezes, também, como uma irmã mais velha. Gratidão, Valéria, por ser tão gente boa. Ao Miguel, também, que me aconselhou sobre como me relacionar pelos corredores do Campus e como fazer alguns trâmites administrativos. E ao João Rosito pela sua generosidade em compartilhar o seu trabalho. Com o Prof. Catafesto, o Thomaz e o Eduardo, sonhamos poder contribuir para o reconhecimento de terras indígenas na região das Missões; seguiremos sonhando e lutando, venceremos companheiros. Minha gratidão ao NAI, ao professor Catafesto e às companheiras e companheiros, pelas saídas de campo, de diversão e de luta.

Sou grato também ao Luciano, companheiro da CEUACA que me explicou algumas questões-chaves de uma seleção de mestrado e foi parceiro na discussão e entendimento de vários autores e de vários idiomas. A minha gratidão também aos demais companheiros e companheiras do mundo da CEUACA, à Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – à Kátia, Helder, Cleice, Franklin, Vanito, André, Abel, Flávio, Belissa, Sheila – e a todas as pessoas que criaram a história das noites e dos dias na CEUACA. A CEUACA me ofereceu moradia durante três anos e me ensinou muito sobre micro-política numa casa de estudantes autônoma. Hoje e sempre: “CEUACA VIVA”.

Com o João saí da CEUACA para conhecer Bento Gonçalves e o Morro da Cruz. Lá, no Morro, Dona Maria falou de plantas e de partos e realizei o meu primeiro “docuretrato” brasileiro. Sou grato por ter conhecido alguma periferia de Porto Alegre e por ter encontrado pessoas queridas que compartilham o seu delicioso arroz com feijão. Nattaniele também me ensinou a vida de Viamão e da zona da Cavalhada. Aqueles encontros e comidas familiares fizeram com que fosse menos duro estar longe da família por tantos meses. O André e sua família e amigos também fizeram de Cachoeira do Sul um povo muito gratificante.

À Professora Patrice Schuch, que sempre escutou atentamente as minhas ideias e dúvidas. Patrice foi uma orientadora compreensiva e paciente, analisou com clareza o meu campo e me deu conselhos que me ajudaram a melhorar tanto o filme quanto a parte escrita desta pesquisa. A Patrice me deixou liberdade para ir encontrando os caminhos desta pesquisa e demonstrou, em todo momento, a sua excelência, tanto acadêmica quanto pessoal. Graças a ela e a todas as companheiras e companheiros do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, muitos dos quais acabaram sendo mais amigos do que companheiros, esta pesquisa é uma obra coletiva. Patrice, Iuri, Mateus, Gabi, Sté, Federico, Lorena, Daniel, Daniela, Ciça, Ari, Leo, Douglas, Jefferson, Matheus, Lucas, Sansi, Oro, Sheila, Murilo, Adriana, Tiago, Alexandre, Chris, Onir, Briza, Paula, e tantas outras pessoas... Bruna e Alexandre do Jornalismo B foram generosos e pacientes me enviando e liberando as suas imagens para fazer parte do filme desta pesquisa. Também Jefferson e Tiago do Coletivo Catarse, Fabrício de Mideatize, Lattuff, Iuri, o pessoal do Memorial da Câmara, as equipes dos gabinetes dos diversos vereadores que aparecem nesta dissertação, a juíza Marquesan, e outras pessoas anônimas, me abriram as portas dos seus escritórios e casas e me cederam imagens que ajudaram a criar o filme. Elas e eles têm o mérito de muitas das “camadas” desta autoria. A todos os autores que me enriqueceram e a todas as pessoas que participaram dos cine-debates e das entrevistas que realizei. Peço desculpas porque seguramente estou esquecendo pessoas que foram muito relevantes

nestes caminhos coletivos.

Aproveito para agradecer pela programação de cinema alternativo em Porto Alegre. Com Silvia, “Silvinha”, cozinhar, ir comprar “a la feria”, nadar ou passear de *bike* foi um prazer. Gratidão, Silvinha, pela tua amizade e pelo teu amor, pelas viagens ao Rio, Florianópolis, Rosário, Natal, às Ilhas Canárias, ao Delta do Rio Ebro e a tantas salas de cinema. Seguiremos descobrindo mundos.

Esta pesquisa, como qualquer passo importante na minha vida, não teria sido possível sem o apoio inestimável dos meus pais, pessoas trabalhadoras e de bem. Também agradeço o apoio dos meus amigos queridos que, mesmo estando espalhados pelo mundo, os sinto muito perto. Em especial a Jon Gras, amigo que sempre admirei muito, camarada de lutas e viagens artísticas, ambientais e sociais. Jon partiu muito antes da hora pra sua última viagem, mas continuará sempre vivo dentro das pessoas que lhe amamos.

RESUMO

Esta pesquisa tem como principal objeto de estudo os repertórios de ação e mobilização utilizados durante e ao redor da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013). A partir da experiência etnográfica e do engajamento militante no Bloco de Lutas pelo Transporte Público, busca-se compreender de que formas o Bloco se organizou e quais são os valores que nortearam esta organização. Ao mesmo tempo, atenta-se para os sujeitos responsáveis por essas práticas e por esses meios, procurando identificar as redes sociais que os aproximam e suas trajetórias de vida. Assembleias, atos, comissões, ocupações, redes sociais e cine-debates servem para analisar as disputas dentro do Bloco de Lutas e ao redor da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. É priorizado o recorte etnográfico e o diálogo com outros autores que pensam as práticas de governo e os sentidos das políticas nesses tempos e nesses espaços. Finalmente, identificam-se as divergências estratégicas como o principal problema do Bloco, as ocupações como uma forma de ação coletiva integral e a potencialidade da antropologia pública e das camadas de autoria.

Palavras-chave: Bloco de Lutas pelo Transporte Público, Repertórios de Ação Coletiva, Ação Direta, Filme Etnográfico, Acúmulo Político, Ética da Inquietude, Fricção, Harmonia Coerciva, Violência, Criminalização, Camadas de Autoria.

ABSTRACT

This research has as its main object of study the repertoires of action and mobilization used in and around the Occupation of the City Council of Porto Alegre (10-18 July 2013). From the ethnographic experience and militant engagement in the Fight Block for Public Transportation, we seek to understand what this Block was organized like, and what values are the ones that guided this organization. Meanwhile, we focused on the subjects responsible for these practices and means, trying to identify social networks that link them and their life trajectories. Meetings, acts, commissions, occupations, social networks and cine-debates served to analyze disputes within the Fight Block and about the Occupation of the City Council of Porto Alegre. It is prioritized the ethnographic research and dialogue with other authors who think government practices and senses of policies in these times and spaces. Finally, it identifies the strategic divergences as the main problem of the Block, the occupations as a form of full collective action and the potential of public anthropology and authority layers.

Keywords: Fight Block for Public Transportation, Collective Action Repertoires, Direct Action, Ethnographic Film, Political Accumulation, Ethics of Concern, Friction, Coercive Harmony, Violence, Criminality, Authority Layers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1, Capa – “A foto dos pelados” durante a Ocupação da Câmara (10-18 de julho de 2013). Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 2 – Comparativa entre o aumento do preço da passagem e o aumento da inflação entre 2004 e 2012. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 3 – Protesto do Bloco em 2013 encabeçado pela faixa da Frente Autônoma de cores anarquistas. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 4 – O Bloco, entre a Rua José de Patrocínio e a Perimetral, ocupando a rua em 2013. Fonte: Ramiro Furquim/Sul21

Figura 5 – O governador Tarso Genro recebe componentes da Comissão de Organização no Palácio Piratini. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 6 – Depois de se reunir com o Bloco, o governador Tarso Genro saiu a falar com a Tropa de Choque da Brigada Militar. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 7 – Plenário Otavio Rocha, Câmara Municipal de Porto Alegre, ocupado pelo Bloco de Lutas. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 8 – Ativistas e jornalistas na “Câmara Ocupada”. Fonte: Antropo TV.

Figura 9 – Mensagens do lado do crucifixo do Plenário Otavio Rocha. Fonte: Antropo TV.

Figura 10 – A foto do Prefeito Fortunati virada e a frase que dá o título a esta dissertação: “Paz entre nós. Guerra aos senhores”. Fonte: Antropo TV.

Figura 11 - Ativistas que se disponibilizaram a participar da “Audiência de Conciliação”. Fonte: Coletivo Catarse.

Figura 12. Alguns ativistas passaram a chamar ao Presidente da Câmara “o chorão”. Fonte: Carlos Latuff.

Figura 13 – Captura da tela do computador realizada com o programa Camtasia durante o processo de montagem do filme.

Figura 14 – Arte criada pela Comissão de Comunicação do Bloco. Fonte: Bloco de Lutas.

Figura 15 – Primeiro cine-debate, organizado pela Comissão de Comunicação

do Bloco de Lutas no Sindibancários. Fonte: Sonia Soniando.

Figura 16 – Pessoas olhando em direção à tela (posição da câmera nesta foto) no terceiro cine-debate. Fonte: Antropo TV.

Figura 17 - O evento criado pelo Bloco no Facebook dizia assim: “Assembleia unificada, rearticulando o Bloco para barrar o aumento da passagem”. Foi a primeira assembléia do Bloco em 2015, assistiram no SIMPA umas 300 pessoas. Fonte: Jornalismo B.

LISTA DE SIGLAS

AJURIS - Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul

ANEL – Assembleia Nacional dos Estudantes Livres

BM – Banco Mundial

CAB – Coordenação Anarquista Brasileira

CO – Comissão de Organização [do Bloco de Lutas de Porto Alegre]

COMTU – Conselho Municipal de Transporte Urbano

CPERS – Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CEUACA – Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida

CSP – Central Sindical e Popular

CST – Corrente Socialista dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DCE – Diretório Central de Estudantes

EPTC – Empresa Pública de Transporte e Circulação

EZLN – Ejército Zapatista de Liberación Nacional

FA – Frente Autônoma

FAG – Federação Anarquista Gaúcha

FMI – Fundo Monetário Internacional

FSM – Fórum Social Mundial

FEM – Fórum Econômico Mundial

FERU - Fórum Estadual de Reforma Urbana

GPASE – Grupo de Pesquisa Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes

MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NAFTA – North American Free Trade Agreement [Tratado Norte-Americano de Livre Comercio]

NACi – Núcleo de Antropologia e Cidadania

[Mídia] NINJA - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OMC – Organização Mundial do Comércio
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PGA – People’s Global Action [Ação Global dos Povos]
PM – Polícia Militar
PMM – Percurso Médio Mensal
PMDB – Partido do Movimento Democrático do Brasil
PP – Partido Progressista
PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPS – Partido Popular Socialista
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PROCEMPA – Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBSTV – Rede Sul-Brasileira de Televisão
SIMPA – Sindicato dos Municípios de Porto Alegre
TAZ – Temporary Autonomous Zone
TCE-RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
UEE-RS – União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UJS – União da Juventude Socialista
UNE – União Nacional de Estudantes

SUMÁRIO

PRÓLOGO	18
----------------------	----

Capítulo 1

Introdução.....	25
-----------------	----

- 1.1. “Direito à cidade” e anarquismo em Porto Alegre. Uma história em construção.....26
- 1.2. Repertórios de ação coletiva no Bloco de Lutas.....32
- 1.3. Dialogando com autores próximos no espaço e no tempo.....35
- 1.4. Sobre os espaços e os tempos da política.....38
- 1.5. Organização dos capítulos e proposta etnográfica, ética e estética.....42

Capítulo 2

Cenas etnográficas: criando o contexto da Ocupação.....	46
---	----

- 2.1. CENA ETNOGRÁFICA I: Ato do Bloco de Lutas na Praça da Matriz (“a Praça dos Três Poderes”, bairro Centro), quinta-feira 27 de junho de 2013 (entre 18h e 22h30min).....48
- 2.2. CENA ETNOGRÁFICA II: Assembleia Popular do Bloco de Lutas no Largo Zumbi dos Palmares (bairro Cidade Baixa), segunda-feira 01 de julho de 2013 (entre 18h30min e 22h30min).....57
- 2.3. CENA ETNOGRÁFICA III. Marcha desde a Vila Cruzeiro, quinta-feira 04 de julho de 2013 (entre as 18h e as 22h).....63
- 2.4. CENA ETNOGRÁFICA IV. Assembleia Popular do Bloco no Auditório do CEPERGS, Av. Alberto Bins, bairro Centro, segunda-feira 08 de julho de 2013 (entre as 18h30min e 22h30min).....64

Capítulo 3

Tensões e conciliações na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013).....	72
--	----

- 3.1. “Um outro arranjo de pessoas, processos e ações dentro da Casa do Povo”...74
- 3.2. Algumas fofocas.....80
- 3.3. Alguns papéis do autor desta dissertação.....81
- 3.4. Alguns papéis no Bloco de Lutas.....83
- 3.5. Alguns papéis dos poderes legislativos e executivos: a CPI “da invasão”.....92
- 3.6. Alguns papéis dos poderes policiais: um aproveitamento revolucionário da CPI

“da Invasão”.....	105
3.7. Alguns papéis dos poderes judiciais.....	109
Capítulo 4	
O filme “Morar na ‘Casa do Povo’” como parte desta pesquisa. Antropologia compartilhada e camadas de autoria.....	116
4.1. Qual a teoria atrás do filme “Morar na ‘Casa do Povo’”?.....	116
4.2. Processos de montagem.....	118
4.3. O fora de campo.....	121
4.4. O material descartado e o foco principal das câmeras.....	122
4.5. Cine-debates, etnografia pública e camadas de autoria.....	124
4.5.1. O primeiro cine-debate.....	128
4.5.2. O segundo cine-debate.....	131
4.5.3. O terceiro cine-debate.....	132
4.5.4. Experiências e reflexões entre cine-debates: a ética da inquietude.....	137
4.6. Considerações finais.....	143
Capítulo 5	
Tensões e estratégias um ano depois da Ocupação.....	146
5.1. Sobre repertórios de ação coletiva e sentidos da participação.....	147
5.2. Memórias da Ocupação: disputas estratégicas.....	154
5.3. Da Ocupação (julho de 2013) ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (abril de 2014): continuidades e tensões.....	159
5.4. Estratégias e perspectivas de futuro um ano depois da Ocupação.....	164
5.5. Algumas considerações finais: relações e debates que ficaram depois da Ocupação.....	171
Considerações Finais.....	176
Pequena cronologia parcial.....	187
Referências bibliográficas.....	197

PRÓLOGO

O movimento estendeu-se de forma epidêmica, no sentido grego original da palavra, que indica não só uma doença, mas algo que ocorre com muita gente do povo, como a conversão religiosa dionisíaca, por exemplo. Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores (Carneiro, 2012, p. 9).

Pessoalmente nunca usei o Twitter. Durante um tempo me resisti a usar Facebook e anos atrás usei celular mas não uso mais. Considero todos esses dispositivos formas de comunicação mas também de captura. Em 2011, durante o 15M na Espanha, vivi a ocupação e as assembléias na Praça de la Font de Tarragona. Nesse momento já tinha Facebook e o movimento popular se articulava muito a través deste instrumento e, sobretudo, a través de listas de emails, uma geral e outra para cada grupo de trabalho. No movimento social que vou analisar em Porto Alegre o Facebook predomina sobre as outras formas de comunicação online, com uma página e um grupo do Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público e diferentes grupos privados para as diferentes comissões. Mas também há comunicação via mensagens de texto, whatsapp e emails.

Cheguei em Porto Alegre no início do ano de 2012 para realizar um intercâmbio de estudos na graduação de ciências sociais da UFRGS. No primeiro dia, no mês de março, peguei o trem do aeroporto Salgado Filho até o Mercado Público. Um homem sem pernas se locomovia com as mãos pelo chão da estação do Mercado. O edifício incendiado ao lado do Largo Glênio Peres também me impressionou. Eram por volta das 19 horas e havia muita gente na rua. Duas garis não entendiam o que eu estava dizendo quando perguntei pela “Avenida Borges de Medeiros”: pronunciei “Borges” em espanhol e elas se olhavam curiosas e divertidas com esse gringo perdido no centro da cidade, que não falava nada de português. Subi a Borges e cheguei até a CEUACA, a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida.

Nesta humilde Casa de Estudantes, autogerida, da Rua Riachuelo, morei os meus dois primeiros anos em Porto Alegre. No terceiro ano fomos removidos porque a CEUACA

precisa de uma reforma que ainda aguardamos. O centro de Porto Alegre se converteu nas últimas décadas numa espécie de “periferia” situada no centro da cidade. Empresas e famílias com possibilidades econômicas se deslocaram para bairros considerados mais seguros e mais “higiênicos”: Ipanema, Bom Fim, Independência, Moinhos de Vento, etc. Por outra parte, a vida “boêmia”, os estabelecimentos, para onde saem para a festa a maioria das pessoas de classe média, se deslocaram do Bom Fim para a Cidade Baixa. No centro da cidade, perto da casa de estudantes onde morei, se concentram as boates frequentadas pelos jovens da periferia, os chamados “inferninhos”. Por volta das 5 horas da manhã, quando os inferninhos fecham, é normal escutar carros acelerando, freando, pessoas gritando e, por vezes, tiros. Nesses momentos, muitos jovens esperam o ônibus, “o busão”, que os levará de volta para as suas casas situadas nas vilas periféricas.

Porém, com o passar das horas, o sol sai e o centro da cidade continua sendo o núcleo político principal em Porto Alegre. Cada semana escutava várias manifestações passando pela Avenida Borges de Medeiros em direção à Prefeitura ou em direção ao Palácio Piratini, sede do Governo do Estado. Morar na CEUACA facilitou-me a conhecer diversos temas de luta política que estavam sendo protagonizados pelos jovens da cidade nessa época. A poucos metros da CEUACA, na Praça da Matriz, visitei o movimento Ocupa Poa, que estava ocupando a Praça, inspirado no movimento Occupy Wall Street, pelo direito aos espaços públicos da cidade e procurando outra forma de praticar a cidadania e de viver o dia a dia na cidade².

Também, a poucos metros da CEUACA, em 2012, cada terça-feira à noite, centenas de jovens, incluindo a mim, nos reuníamos nas escadarias do viaduto da Avenida Borges de Medeiros. Lá conseguíamos confraternizar na rua, fumar, beber, defender o direito de curtir as ruas e nos opor ao fechamento de bares populares que a Prefeitura estava protagonizando no Centro e na Cidade Baixa. Bares como o Tutti Giorni, conhecido como o bar dos cartunistas, do viaduto da Borges, estariam sendo fechados por motivos diversos, mas principalmente pelo objetivo da prefeitura de mover tais estabelecimentos para a zona do Cais do Porto. Algumas dessas confraternizações também se deram no bar Bambus, na avenida Independência, sobretudo quando a SMIC interditou o bar. Centenas

² A Praça da Matriz é também conhecida como a praça dos três poderes pois lá se encontra o Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Assembleia Legislativa do Estado e o Palácio da Justiça. E também a Catedral e o Teatro São Pedro, alguns dos edifícios mais antigos e emblemáticos da cidade.

de jovens se reuniram ocupando, inclusive, parte das estradas e dificultando o trânsito. Entrevistei alguns jovens que me explicaram que a prefeitura estava atacando os “bares populares”, os que vendiam os produtos mais econômicos e eram mais freqüentados por jovens estudantes com poucos recursos econômicos. Também se viam afetados os músicos que tocavam nesses bares e os artistas de rua, que estavam sendo expulsos de diversos espaços públicos (como o Largo Glênio Peres).

Já, desde esses primeiros meses, tive o interesse de conhecer esses movimentos populares que meio esporadicamente fervilhavam nas ruas de Porto Alegre. Contatei algumas das pessoas mais ativas na organização dos eventos no Facebook e alguns faziam parte da UJS (União da Juventude Socialista), filiada ao PCdoB, principal partido de oposição ao então prefeito José Fortunati. Entendi que algumas dessas pessoas tinham também o interesse de tornar as coisas mais difíceis ao prefeito Fortunati, que ia se candidatar novamente às eleições municipais de outubro de 2012. Assim, também comecei a conhecer algumas das pessoas que estavam compondo o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, nascido no início de 2012.

Ao mesmo tempo, freqüentei algumas reuniões do Orçamento Participativo (OP) da região centro, nas salas do primeiro andar do Mercado Público. A minha intenção era ter uma idéia sobre o que acontecia em diferentes ambientes políticos da cidade. O OP e o Fórum Social Mundial eram as duas grandes referências políticas que eu tinha de Porto Alegre desde muito antes de pensar em morar na cidade. Porém o Professor Arlei Damo, antropólogo da UFRGS, e diversas ativistas da ONG CIDADE, me anteciparam que o OP já não era mais tão dinâmico e participativo quanto foi nos seus primeiros anos, sobretudo com os governos de Olívio Dutra. Claro que essas pessoas eram próximas ao Partido dos Trabalhadores e não tinham simpatia pelo governo municipal (PDT) do momento. Porém os seus argumentos pareciam convincentes pois criticavam que depois do PT os governos sucessivos tinham mudado o ordenamento do OP e agora os seus conselheiros (representantes das comunidades) podiam exercer o cargo indefinidamente, consolidando assim uma nova elite de representantes políticos. Reconheciam que na época dos governos do PT, o OP também tinha defeitos, como o maior investimento nas comunidades próximas ao partido, mas explicavam que ficou bem pior com os governos posteriores.

Entretanto, chegou a campanha eleitoral para as municipais de 2012. Esperando na fila do Restaurante Universitário da UFRGS na Avenida João Pessoa, me chamou a atenção um jovem negro que distribuía panfletos com a sua imagem – com os cabelos afros parecidos a Bob Marley – defendendo a legalização da maconha. Era Matheus Gomes e estava se candidatando a vereador em Porto Alegre pelo PSTU. A eleição municipal ocorreu em 7 de outubro de 2012 para eleger um prefeito, um vice-prefeito e 36 vereadores para a administração da cidade. Os principais candidatos, segundo as pesquisas, eram: Manuela d'Ávila (PC do B), José Fortunati (PDT) e Adão Villaverde (PT). O prefeito José Fortunati foi reeleito no primeiro turno com 65,22% dos votos válidos. Manuela d'Ávila ficou em segundo lugar com 17,76% dos votos, em terceiro ficou Adão Villaverde com 9,64% dos votos válidos.

Durante a Campanha eleitoral entrevistei o Matheus Gomes, na sede do PSTU. Ele me perguntou pelo movimento dos Indignados na Espanha. E também se mostrou muito interessado nas primaveras do mundo árabe, que eu também tive a oportunidade de conhecer de perto através do meu trabalho durante cinco anos (2005-2011) como coordenador da Cooperativa de Cine Aminetu Haidar, nos acampamentos de refugiados Saharauis de Tinduf, no sul da Argélia. O meu envolvimento em causas políticas vem da Catalunha onde estou engajado desde o ano 2000 na luta em defesa do rio Ebro e do Delta do Ebro, onde eu nasci, e que se encontra em situação de degradação por causa das políticas de extensão dos regados, aumento dos transvases de água e das barragens, interrupção do fluxo de sedimentos, mudanças climáticas, especulação imobiliária, etc.

Desde os primeiros dias em que acompanhei o Orçamento Participativo, os encontros contra o fechamento de bares e pelo direito à cidade, a Massa Crítica (movimento em defesa da mobilidade em bicicletas) ou a atividade política do Matheus, sempre entrei em campo como realizador audiovisual, filmando e explicando que estava querendo realizar um filme sobre diversos movimentos políticos efervescentes na cidade. E, como em muitos outros momentos na minha vida, o meu trabalho audiovisual me abriu várias portas. Com a câmera me coloquei não só como pesquisador mas também como comunicador. Esta posição me conferiu um certo reconhecimento e um certo poder, pois a câmera também pode ser pensada como dispositivo de captura, como escudo diante da polícia ou como instrumento de luta. Pouco antes das eleições municipais do 7 de outubro,

teve lugar em Porto Alegre o ato “Defesa Pública da Alegria”, convocado para 4 de outubro de 2012 às 16 horas na Praça Montevideú, Prefeitura de Porto Alegre. A chamada do ato no Facebook dizia assim:

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. Chegou-se ao cúmulo de uma secretaria como a SMIC hoje ser sinônimo de repressão e não de gestão. Estão nos acostumando a uma sensação de impotência que pesa toneladas.

Porto (ex-)Alegre se tornou uma cidade que arranca as pessoas de suas casas em nome de um campeonato de futebol, que esvazia de gente as ruas e praças, que persegue a música e qualquer forma de arte nas ruas e nos bares, que mutila parques e impõe um viaduto na beira do Guaíba - sabia? - em nome da falida cultura do carro, que abandona o transporte público e a bicicleta e orgulha-se de sua ciclovia de 400 metros.

Nossa resposta será na cara do prefeito. Independente de afinidades partidárias, na próxima quinta-feira, 4 de outubro, semana da eleição, vamos mostrar o repúdio da cidade às políticas do governo Fortunati. Sem perder a ternura. Nosso palco e arena é a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura. A concentração é a partir das 16h com diversas atividades que seguem noite a dentro. Levemos amigos, faixas ou materiais para fazê-las, canecas, instrumentos musicais pro festerê. E nossa alegria como uma bandeira, como um direito.

TRAZ TUA ARTE E TUA RESISTÊNCIA!

AVISO: Militantes de partidos também são bem-vindos na Defesa Pública da Alegria, desde que não portem bandeiras partidárias. Queremos evitar que o ato seja confundido com um comício. Esperamos que entendam.

No início da noite, alguns dos manifestantes ocuparam o espaço onde se encontrava o mascote conhecido como Tatu-Bola, mascote da Copa do Mundo de 2014 patrocinado pela Coca-Cola. Naquele momento, a forte repressão policial foi contestada por alguns manifestantes e teve muitas pessoas feridas e algumas detidas. A repressão também foi contestada em abundantes publicações Brasil afora. O Alexandre, jovem branco, estudante de ciências sociais na PUC que eu iria conhecer posteriormente, escreveu no Facebook o 05/10/12:

Como fui ingênuo... em meio a bombas atiradas pela Brigada Militar ontem à noite no Largo Glênio Peres me perdi dos meus amigos. Pessoas caídas no chão, homens e mulheres, sendo espancados por sujeitos fardados que protegiam um balão. Eram muitos os carniceiros, cerca de 70, 80, escondidos atrás de uma farda manchada de sangue. Farda daqueles que matam e violentam em nome da lei. Farda daqueles que protegem quem te oprime, ACORDA VOCÊ É OPRIMIDO. Como fui ingênuo achando que poderia me esconder

deles... que eles me poupariam... Avistei uma lotação estacionada na Borges de Medeiros e vi uma chance, me esconder atrás dela era a saída, me agachei e protegi a cabeça... como fui ingênuo... eis que surge um homem de farda com sua arma pesada... Como eu estava? Eu estava dócil, rendido, passivo, não esbocei a menor reação, porém, estava nas mãos de um cara que foi treinado para bater e matar. Bom, numa distância de menos de 2 metros ele puxou o gatilho... não era o meu dia de sorte, era meu dia de brasileiro... senti o peso de 512 anos de dominação atingirem minha perna em diversos projéteis (era um animal a ser abatido e felizmente a arma não era letal), minha perna ficou quente, fui empurrado no chão e senti a raiva do fardado no meu lombo. Corri para a frente da prefeitura e fiquei sentado no chão... que ingenuidade achar que poderia fugir deles... senti a raiva de outro policial sendo descarregada no meu ombro, braços, quadril... fugir era muita ousadia. Olhar sádico e farda suja. Pura covardia. Indo para o hospital, eles revelavam com prazer a violência aplicada. Riam, riam alto. No hospital um dos policiais se referia a mim da seguinte forma “olha aquele ali, levo um tiro na perna, deveria ter sido na cara”, “deviam ter matado 3, 4”, e mais todo um repertório desprezível que só aumenta meu ódio por essa raça do caraXXX (Kunsler, 2012, p. 135-136).

Depois da ação que derrubou o Tatu Bola, Giroto, jovem branco que milita no MST, deixou o seguinte aviso no grupo de Facebook do Defesa Pública da Alegria (5 de outubro de 2012):

Está confirmado, Porto Alegre está privatizada.... a polícia apenas cumpre com o seu clássico papel: defender os interesses da propriedade privada a qualquer custo derramando sangue de jovens que só querem ver um futuro digno. Isso só deixa claro a necessidade de continuarmos organizados e lutando, “Precisamos manter acessa a chama da luta e da rebeldia”. Apenas começamos.....

Algumas pessoas nas redes sociais e, posteriormente, também em trabalhos acadêmicos, apontaram que aquela situação de repressão não era uma exceção nas periferias e que agora só chamou mais a atenção porque caiu sobre uma maioria de estudantes de “classe média”.

Entre os prejuízos tive a perda do meu celular e de meu precioso diário de campo. Entre os ferimentos, a perna alvejada por mais de 100 projéteis foi a mesma acariciada pela menina no começo da celebração. Referência nada científica. E se eu tivesse tentado correr por mais alguns metros, eu teria escapado? Como saber? Às vezes me pego na intimidade do pensamento imaginando, se por outro lado, eu não queria provar até que ponto eles levariam a sua violência. Eles agrediriam jovens brancos no centro da cidade com a mesma intensidade que agredem os negros da periferia de Alvorada? (...) minha classe social não está estampado no meu rosto, mas minha cor está e isto pode ter servido de atenuante ao longo outras situações. Já no Umbu e no Guajuviras não... lá a violência também tem volume e as agressões são cotidianas (Kunsler, 2012, p. 136-137).

Em 9 de outubro, o Briza, jovem branco, morador e militante do Assentamento

Urbano Utopia e Luta³ e membro da Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela, chamou a um ato no Facebook para ser celebrado em 11 de outubro de 2012 às 18h. No ato caminhamos da Esquina Democrática ao Largo Glênio Peres. Entre os 13 organizadores desse ato que aparecem no Facebook, havia vários coletivos e pessoas anarquistas e também alguma pessoa do Partido dos Trabalhadores. No local, também encontrei o Matheus, do PSTU.

Concentração na Esquina Democrática. Depois seguimos em caminhada até o Largo Glênio Peres, que pertence ao povo. Pela dignidade humana. Nossos corpos não são de plástico e nossa luta é com amor e indignação! Cidade para as pessoas! Nossa alegria não se cala frente às violações dos Direitos Humanos: violência policial patrocinada pelo Estado e por empresas privadas, privatização dos espaços públicos, remoções das comunidades em nome da Copa de 2014, toque de recolher com fechamento seletivo de bares na Cidade Baixa visando a exclusão social e a especulação imobiliária (Texto do evento no Facebook).

Nesse evento participaram umas 400 pessoas. A Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela representou uma obra no Largo Glênio Peres. Os atores se converteram em indígenas e quilombolas que eram oprimidos e envoltos por uma tela preta. No final do ato, o Briza leu um manifesto parando a cada frase e a multidão ia repetindo a mensagem para espalhá-la (essa prática também foi usada no Occupy Wall Street e em outros protestos Brasil afora). Os organizadores prepararam um pequeno carro de som (um alto-falante dentro de um carro e um microfone ligado ao alto-falante através de um cabo), e no final do ato foi feita uma vaquinha que permitiu recolher mais de 150 reais, que era o importe necessário para pagar o aluguel do carro de som. Então o Briza colocou: “Assim se faz a autogestão, galera. Não precisamos do Estado para fazer acontecer. Valeu pela parceria!”.

³ O prédio chamado Utopia e Luta se encontra situado na Escadaria da Avenida Borges de Medeiros. Lá o Briza e outros moradores do prédio organizavam atividades paralelas aos encontros das terças feiras ao redor do bar Tutti Giorni. Essas atividades pretendiam ter um caráter de denúncia do sucateamento do transporte e outros serviços públicos, contra a Copa do Mundo, etc. Havia música ao vivo, projeções acima dos prédios, etc.

CAPÍTULO 1

Introdução

Uma segunda constatação unânime é quanto à falta de uma definição estratégica, programática e teórica para esses novos movimentos de 2011. Mesmo sem ter os “óculos mágicos” do programa, das demandas e da estratégia, citados por Davis em seu texto, os movimentos de indignados e por liberdades democráticas possuem em comum aquilo que David Harvey chama de união dos corpos no espaço público, característica muito mais importante, para ele, do que os fluxos de comunicação pela internet. Por isso, a ocupação transformou-se na senha para milhares de jovens erguerem acampamentos de protesto em centenas de cidades (...) Apesar de Tariq Ali dizer que saber contra quem se luta é um importante começo, Zizek é bem categórico ao afirmar que não basta saber o que não se quer, é preciso saber o que se quer (Carneiro, 2012, p.10-11).

Interessa-me pesquisar sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre porque é um movimento social que trabalha para construir o que quer e não se dedica só a criticar o que não quer. Tanto que tive a oportunidade de ver anarquistas trabalhando em projetos de lei de municipalização do transporte público, por exemplo. Nesta introdução vou explicar o tema e a metodologia da pesquisa, vou apresentar os principais autores com os que vou dialogar e as questões mais relevantes que vão ser descritas e analisadas em cada capítulo. O tema principal da dissertação é a disputa pelos sentidos das práticas e as estratégias políticas protagonizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre durante os anos de 2013 e 2014. Esta pesquisa tem como objeto de estudo principal as práticas (ou formas⁴) e os meios (ou dispositivos) utilizados nas ações coletivas do Bloco, especialmente na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013). Estas práticas e meios respondem a estratégias que vão sendo construídas processualmente, conformando o que podemos pensar como repertórios de ação coletiva. Também analiso como são pensados os espaços e os tempos em que estes eventos acontecem, partindo da idéia de que estes espaços e tempos são construídos e disputados politicamente.

No processo desta pesquisa utilizei diferentes metodologias, a partir de um trabalho etnográfico e ativista de outubro de 2012 até dezembro de 2014: observação

⁴ “Formas” e “meios” são conceitos usados por alguns dos meus interlocutores.

participante em assembleias (18), marchas (15), reuniões de comissões (7), ocupações (2) e redes sociais; organização de cine-debates (3), elaboração de vídeos curtos (8) e um filme; entrevistas semi-dirigidas com membros do Bloco (8) de diferentes correntes, com vereadores implicados a favor (2) e contra a ocupação (2) e com a juíza que mediou o acordo de conciliação para a desocupação da Câmara.

A partir da experiência simultânea de engajamento militante e de pesquisa antropológica no Bloco de Lutas pelo Transporte Público, busca-se compreender de que forma o Bloco se organizou e quais são os valores e os princípios que nortearam essa organização. Ao mesmo tempo, atenta-se para os sujeitos responsáveis por essas práticas e meios, buscando identificar as redes sociais que os aproximam e suas trajetórias de vida.

1.1. “Direito à cidade⁵” e anarquismo em Porto Alegre. Uma história em construção.

As lutas sociais pelo transporte público em Porto Alegre, e na maioria das grandes cidades brasileiras, não começaram com as amplamente conhecidas como “Jornadas de Junho” de 2013. O Movimento Passe Livre existia em várias cidades há aproximadamente uma década; a cada início de ano os governos aumentam os preços das passagens de ônibus muito acima do crescimento geral dos preços. Motoristas e cobradores lamentam que é habitual que sejam criticados pelos passageiros porque o preço da passagem aumenta (como se fosse por causa de aumentos nos seus salários). Porém a passagem sempre aumentou muito mais do que seus salários. Trabalhadores da CARRIS, empresa pública de transporte de ônibus de Porto Alegre, denunciam que o transporte público está sendo sucateado pelas empresas privadas e pelo poder público. Duas das palavras de ordem dos militantes do Bloco dizem assim:

*Putá que pariu
é a passagem
mais cara do Brasil!*

*Oh motorista
oh cobrador
me diz aí se o teu salário aumentou!*

⁵ Categorias nativas.



Figura 2 – Comparativa entre o aumento do preço da passagem e o aumento da inflação entre 2004 e 2012. Fonte: Bloco de Lutas.

O Bloco de Lutas estava formado, no momento da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013), por diversas organizações políticas esquerdistas e pessoas autônomas. Entre os coletivos anarquistas e libertários, se encontravam a FAG (Federação Anarquista Gaúcha), o Assentamento Urbano Utopia e Luta e o Moinho Negro. Havia também militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e de partidos à esquerda do PT: PSOL (Partido Socialismo e Liberdade, com diversas das suas correntes: Vamos à Luta, Alicerce, Juntos, CST), PSTU (Partido Socialista Trotskista Unificado) e PCB (Partido Comunista Brasileiro). Os militantes destes partidos políticos também tinham ligações diretas com dirigentes sindicais ou eram eles mesmos dirigentes de sindicatos: o Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (com forte tradição petista), o SIMPA (com muita influência do PSTU), o CPERGS (com mais peso do PSOL), etc. Ocasionalmente, o Bloco de Lutas também recebeu apoio de sindicatos maiores como a CUT, que, nesse momento, tinha as suas principais correntes influenciadas pelo PT, ou o Conlutas, que tinha o PSOL e o PSTU como principais acionistas. Antes da Ocupação da Câmara, os membros da UJS (União da Juventude Socialista: jovens militantes do PCdoB, Partido Comunista do Brasil) tinham sido expulsos do Bloco por infringir o acordo coletivo de não aparecer com mais de duas bandeiras de cada partido político nos atos.

São diversos os cientistas sociais que tive a oportunidade de conhecer durante os três anos em que morei em Porto Alegre e que, felizmente, também escreveram sobre processos relacionados com o meu tema de pesquisa. Um deles é Alexandre Kunsler:

Minha imersão no universo das ocupações temporárias de espaços públicos teve início por volta deste ano [2012], logo após a retração do movimento de luta contra o aumento do valor da passagem do transporte coletivo municipal, iniciado em janeiro. O chamado “Bloco de Luta pelo Transporte Público” acabou recuando em função de um conjunto de divergências e disputas internas provocadas pelos diferentes grupos e coletivos que o compunham. Mesmo com esta baixa, consigo perceber hoje a produção de uma série de efeitos e desdobramentos deste movimento na própria dinâmica da ocupação da cidade. Mesmo sem conseguir efetivamente avançar na direção da redução do valor da passagem, o “Bloco” criou um ambiente favorável para a intensificação da cena das ocupações temporárias dos espaços que começavam a se desenhar no centro da cidade. Mas como esse efeito foi produzido? Bom, quem ocupa as ruas da cidade sem medo das contingências da vida urbana acaba ficando exposto aos encontros com outras pessoas, a conhecer novas pessoas, a construir novos relacionamentos, a conversar, trocar conhecimentos, a formar empatias ou não (Kunsler, 2012, p. 112).

Conheci o Alexandre Kunsler numa atividade organizada pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/UFRGS) no Morro da Cruz em Porto Alegre, no ano de 2013. Lá, apresentou o seu trabalho de conclusão de curso para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais pela PUCRS. Trata-se de uma abordagem etnográfica a partir da sua participação em diferentes experiências de ocupações urbanas temporárias na cidade de Porto Alegre em 2012 (Largo Vivo, Ocupa Viaduto, Defesa Pública da Alegria, etc.). Para Kunsler (2012, p. 12), o corte temporal que marca o início do seu texto evidencia não exatamente o surgimento, mas, acima de tudo, o aprofundamento de uma nova modalidade de atuação política nas cidades, onde multidões e diferentes grupos de resistência cultural se valem de estratégias baseadas em ocupações temporárias de espaços públicos para intervenções artísticas e outras sociabilidades.

Estes bandos se organizam nas tramas virtuais das redes sociais, se deslocam por fluxos, são nômades, instáveis, difíceis de serem capturados, monitorados e acima de tudo classificados. Os objetivos destas novas práticas são múltiplos, embora todos tomem como ponto de convergência a necessidade de se fazer resistência às transformações silenciosas que tomam a cidade nos últimos tempos (Kunsler, 2012, p.12).

Essas lutas todas estão relacionadas com o que nesses ambientes se conhece como “o direito à cidade”: o direito a poder aceder aos diferentes espaços da cidade e decidir os rumos destes espaços e das pessoas que os habitam. No contexto político brasileiro, as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016 e, sobretudo, a Copa do Mundo de 2014 estariam relacionadas às políticas de urbanização e espetacularização das cidades e às políticas de

segurança pública. Porém essas políticas corresponderiam a programas mais amplos no tempo e no espaço, não dependendo exclusivamente de megaeventos para serem acionadas, mas compondo com eles essas dinâmicas (Kunsler, 2012, p.14).

Com um olhar atento sobre as políticas urbanísticas e de segurança pública, podemos perceber impactos que se processam no cotidiano das pessoas: a privatização de espaços públicos, a regulação da vida noturna, a disseminação de sistemas de vídeo-monitoramento, o fechamento de bares, a perseguição de artistas de rua, etc. Todas estas situações são relevantes para entender as atividades do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre. Muitas das pessoas que circulam pelos espaços e tempos das ocupações urbanas temporárias descritas por Kunsler (2012) são também ativistas no Bloco.

O que surge no espaço urbano contemporâneo são bandos de “livre” associação formados por novos coletivos ligados à arte, ao teatro, à música e a todo um repertório mais amplo vinculado a diferentes lutas sociais. Por pessoas que simplesmente percorrem os fluxos urbanos e vivem os espaços fazendo a seguinte pergunta, “queremos uma cidade para quê e para quem? (...) A multidão é formada por estudantes universitários de cursos ligados às ciências humanas e comunicação, militantes de diferentes movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, educadores populares, trabalhadores autônomos e, por vezes, moradores de rua” (Kunsler, 2012, p.15).

Pensando nas pessoas que re-significam estes espaços e estes tempos, parece-me acertado não supor que existe um objeto de estudo acabado do qual podemos “dar conta” ou explicá-lo totalmente. Kunsler (2012) pretende realizar uma abordagem coerente com a dinamicidade das intervenções descritas e utiliza conceitos abertos como zonas autônomas temporárias, multidão, fluxos múltiplos, nomadismo, entre outros, que permitem um olhar panorâmico, não compartimentado, dinâmico. Porém vou problematizar o uso do conceito TAZ (Temporary Autonomous Zone) de Hakim Bey (2001, p. 19) para pensar o que seriam as ocupações urbanas temporárias que estudamos:

Uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, é uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se refazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la (Bey, 2001, p. 19 apud Kunsler, 2012, p. 95).

Mas o que seria “o Estado” e o que seria “não confrontar o Estado diretamente”?

Não intenciono definir “o Estado” e as suas margens, porque não é o objeto desta pesquisa. Mas considero que aqui precisamos fazer uma distinção entre as ocupações que não entram em conflito com as “legalidades oficiais⁶”, ou que não procuram um enfrentamento direto com as instituições, e as que sim. Uma companheira do Bloco, integrante do PSOL, me explicou que as organizações e pessoas anarquistas sempre foram as que tiveram mais peso dentro do Bloco de Lutas. Por vários fatores que descrevo durante esta dissertação pode-se considerar que o Bloco tinha um “DNA anarquista”⁷: “a ação direta⁸ faz parte do acúmulo político do Bloco”, defendia numa reunião um dos membros anarquistas da Comissão de Organização⁹. Mas um membro do Coletivo Alicerce (ligado ao PSOL) respondeu-lhe que isso não era um acordo estabelecido e que as estratégias iam sendo decididas no processo. Esses são exemplos da disputa estratégica continuada dentro do Bloco.



Figura 3 – Protesto do Bloco em 2013 encabeçado pela faixa da Frente Autônoma Com as cores e bandeira anarquistas. Fonte: Bloco de Lutas.

⁶ Categoria analítica, não nativa. Entendo as legalidades como formas de conduta prescritas socialmente. Vou falar mais desse tema no capítulo 3 onde descrevo algumas legalidades construídas pelo Bloco durante a Ocupação da Câmara em oposição a legalidades construídas pelos poderes legislativos ou judiciais.

⁷ Postura defendida pelo Professor Arlei Damo na defesa da dissertação de Miguel Muhale (2014).

⁸ No livro “Direct Action. An Ethnography”, David Graeber (2009, p. xvii) convida a pensar como o anarquismo, como filosofia política se está estendendo pelo mundo todo: “anarchism, as a political philosophy, and anarchist ideas and imperatives, have become more and more important everywhere in the world. There is a broad realization that the age of revolutions is by no means over, but that revolution will, in the twenty-first century, take on increasingly unfamiliar forms”.

⁹ Em vários momentos nesta dissertação omito os nomes reais das pessoas e uma descrição mais densa das suas vidas para evitar que a pesquisa possa ser usada contra os meus companheiros e companheiras em processos judiciais do presente ou do futuro.

Porém podemos identificar certos padrões recorrentes em muitas ações coletivas do Bloco. Os atos e marchas semanais pelo centro da cidade durante 2013 e 2014 tinham este caráter de ocupação nômade, temporária, mas o objetivo era quase sempre confrontar “o Estado”¹⁰ de uma forma ou outra. A assembleia decidia, geralmente, o “caráter”¹¹ e o “alvo” do ato. Depois, decisões estratégicas que pretendiam ser “sigilosas”, como o “trajeto” das caminhadas, os dispositivos que seriam usados para a ação ou, por vezes, o “alvo” eram decididos na Comissão de Organização do Bloco. Tais decisões estratégicas pretendiam ser sigilosas justamente porque confrontavam as “legalidades oficiais” de uma forma ou outra: lançando frutas podres contra a prefeitura, ou talvez objetos mais duros do que frutas contra os edifícios da Prefeitura ou da EPTC, colando cartazes, pintando muros, trancando ruas, etc. Muitas vezes estas ações também aconteciam sem estar previamente preparadas pelo Bloco.

Os Black Blocks participavam habitualmente das caminhadas, mas raramente das assembleias e as comissões do Bloco de Lutas. As vidraças da prefeitura, ou de agências bancárias, eram alvos habituais dos Black Blocks. Alguns setores do Bloco, principalmente membros de partidos políticos, condenaram publicamente várias dessas ações por entender que prejudicavam a imagem do movimento e que não eram a melhor estratégia. Isto levou a várias disputas entre membros de partidos e setores anarquistas, pois os “libertários”¹² consideravam que as maiores violências eram cometidas pelo Estado, e que estas ações políticas contra as instituições capitalistas não tinham que ser condenadas.

Vanessa, jovem branca que participava da comissão de segurança do Bloco, me explicava, numa conversa de café, que as ações e reivindicações do Bloco tinham uma “preocupação de classe” muito maior do que os eventos chamados “Largo Vivo”, por exemplo.

Em diversas ocasiões membros do Bloco tentaram organizar atividades no marco do “Largo Vivo” porque pensavam que os atos no Largo eram simplesmente para as pessoas beber ceva e confraternizar. O Bloco queria aproveitar a afluência de pessoas e politizar mais

¹⁰ Todos os termos colocados entre aspas nesse parágrafo são termos usados conforme os usam os meus interlocutores do Bloco.

¹¹ O caráter podia ser “de enfrentamento” ou não. Outra expressão usada pelos ativistas do Bloco seria: “na lei ou na marra”.

¹² Categoria nativa. As pessoas que não fazem parte de partidos políticos são denominadas pelos ativistas do Bloco como “libertárias”, “autônomas”, etc.

esses eventos. Mas o caráter festivo era um dos elementos que os organizadores do Largo Vivo destacavam como chave para o sucesso dessas convocatórias. Você sabe, a maioria dos participantes no Largo Vivo são estudantes de classe média, em câmbio no Bloco participa a Frente Quilombola, por exemplo. A pauta do passe livre também dialoga muito com as pessoas mais desfavorecidas pois são as que utilizam os ônibus para ir trabalhar e muitas vezes não têm dinheiro para os seus filhos ir pra escola.

Porém, também é interessante pensar na diversidade de interesses dos participantes nessas “ocupações”. Kunsler (2012) descreve cenas do “Ocupa Viaduto” onde as liberdades individuais também entram em jogo nesses espaços e tempos:

Nesta zona autônoma temporária, meninas encontram um ambiente favorável para beijar outras meninas, os meninos da mesma forma. Não há espaço para os fascismos e intolerâncias cotidianas (Kunsler, 2012, p. 103)¹³.

1.2. Repertórios de ação coletiva no Bloco de Lutas.

Tilly começou botânico das formas de protesto, classificando, categorizando, discernindo padrões e permanências, e chegou a músico atento ao improvisado e ao contingente na interpretação das partituras sociais, as interações (Alonso, 2012, p. 32).

Ângela Alonso é professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e escreveu um artigo intitulado “Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito”. Alonso (2012) explica que Tilly partiu, em 1976, de uma noção de repertório como formas de ação reiteradas em diferentes tipos de conflito: “abordagem estruturalista e racionalista, concentrada na ligação entre interesse e ação, e privilegiando atores singulares”. E segue: “Trinta anos depois, o conceito de repertório se apresenta relacional e interacionista, privilegia a *experiência* das pessoas em *interações* conflituosas, e o uso e a interpretação dos *scripts* em *performances*”. Segundo Alonso, esta reformulação enfatiza a *agency* e afasta-se do estruturalismo anterior de Tilly: “Amante da música, Tilly abordou a imbricação entre cultura e ação política valendo-se da noção de “repertório” para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico”:

¹³ Lúcia Oliveira (2007, p. 34) também reflete sobre o poder transformador das zonas autônomas temporárias: “A intensidade de uma experiência de pico, vivida no presente, opera uma mudança substantiva no sujeito. As novas formas de organização e ação baseadas na participação, na igualdade, no respeito às diferenças, na alegria ou no desejo, já anunciam o que se busca. A ênfase na ação direta como fim, e não como meio, traz implícita essa ideia de processo como agente transformador: a resistência como modo de existência” (Oliveira, 2007, p. 34).

O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser ao contrário (Alonso, 2012, p. 22).

Segundo Alonso, Tilly pensava a correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas. O repertório é, então, um conjunto de formas de ação. Mas um repertório não é peculiar a dado grupo, mas a certa estrutura de conflito. É sempre compartilhado, consiste de uma interação entre duas ou mais partes. A margem para interpretar e adaptar os repertórios elucida como, apesar de dividirem um repertório, antagonistas se valem de rotinas diferentes ou das mesmas diferencialmente – um abaixo-assinado pró ou contra o transporte público, por exemplo (Alonso, 2012). Segundo os autores citados aqui, o uso confere o sentido da ação¹⁴.

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta. [...] Em qualquer ponto particular da história, contudo, elas [as pessoas] aprendem apenas um pequeno número de maneiras alternativas de agir coletivamente (Tilly, 1995, p. 26).

O alvo de Tilly é o uso do repertório em conflitos políticos, como os agentes o manejam em suas “performances”. Trata-se de um “conjunto variável de performances” (Tilly, 2005, p. 216). Assim, performance suplanta rotina como unidade mínima do repertório. Para Tilly, sentidos são inseparáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos. Alonso explica que, como método, Tilly confiou no levantamento de eventos, agora agregados em “episódios de confronto”, mais que nas narrativas deles, porque concebia como unidade básica da vida social as interações conflitivas, não os discursos (Tilly, 2008, p. 65). Pela minha parte, vou pensar a partir da noção de repertório de Tilly mas considerando o discurso também enquanto prática¹⁵, na medida em que analiso como formas discursivas e práticas orientam-se

¹⁴ Ver Tilly (1976, p. 22).

¹⁵ Para pensar o discurso enquanto prática ver Foucault (1987).

mutuamente.

O repertório deve ser pensado em contínua transformação, feito e refeito, numa “história de contínua inovação e modulação” (Tilly, 2006, p. 55). O que para Tilly são “repertórios de ação coletiva”, em debates com colegas do Bloco de Lutas os chamamos “formas e meios” ou “práticas e dispositivos”. Patrícia Silva (2013), mestre em antropologia pela UFRGS e doutoranda do mesmo PPGAS, aponta como repertórios e gramáticas morais se articulam e ensinam a construção de tipos e categorias de sujeitos, a partir de debates travados na esfera pública. O próprio uso da internet e redes sociais devem ser pensados agora como novos elementos de disputa para os repertórios de ação coletiva:

É notável o esquema de mobilização via redes sociais. “Não quero entrar aqui na discussão se a globalização é em si uma coisa recente ou não”, como aponta Hannerz (1997), mas a velocidade e quantificação da informação por meio da internet – e, nesse caso, especificamente via redes sociais – indica ser fato crucial de articulação e mobilização de sujeitos para sua entrada nos eventos analisados (Silva, 2013, p. 18).

Patrícia Silva explica que no momento da redação do seu texto (agosto de 2013) discutiam-se novas formas emergentes de mobilização, tais como os “Black Blocks” e a ocupação de Câmaras Legislativas em diversas cidades brasileiras. Silva (2013) sugere que encontramos-nos diante de um cenário de “crise dos repertórios” até então considerados mais “tradicionais” de mobilização: protestos, marchas e discursos; e com ela podemos observar a estruturação de novos repertórios que estão surgindo e sendo pensados não só pelos grupos estudados, mas em escala praticamente global.

A estruturação dos próprios grupos [Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas], coletivos formados a partir da aglutinação de grupos com ideologias dissidentes, mas pautas em comum, pode ser pensada também como parte de um novo repertório e, dessa forma, sugiro que estes –que proponho chamar de esquemas emergentes de ação coletiva – são também novos repertórios de mobilização social (Silva, 2013, p. 19).

É de uma forma de “luta por direitos” que estamos falando: “Não é só por 20 centavos, é por direitos”, diziam os manifestantes quando se dispunham a continuar com os protestos depois de ter conseguido reduzir o preço da passagem em Porto Alegre. Mas, mesmo sendo lutas travadas também no campo jurídico, não podemos pensar que essas lutas políticas sejam inteiramente articuladas pela lógica das regulamentações legais. Pois,

como veremos mais adiante, este foi um dos temas mais polêmicos na disputa pelas estratégias do Bloco de Lutas pelo Transporte Público.

É habitual escutar ativistas do Bloco falando que as conquistas políticas chegam “pela força das ruas” e não graças às vias de ação institucionais. Outros, não pretendem tomar o poder do estado pela via eleitoral, mas “lutar” para “criar” formas de “poder popular”. Enquanto alguns membros de partidos compondo o Bloco de Lutas concorrem às “eleições burguesas” para derrubar o “estado burguês”, os membros anarquistas são mais partidários de “fazer a revolução” a partir das práticas cotidianas e não seguindo os espaços e tempos institucionais. Assim, por vezes, o Bloco criou projetos de lei e algumas pessoas justificaram esta estratégia explicando que o objetivo era gerar um “acúmulo político”, “ter um projeto político” ou “dialogar com a população”. E não que os projetos sejam “um fim neles mesmos”. Por tanto, é necessário ter consciência de quais são os repertórios e os dispositivos acionados, e também quais são as práticas ao redor desses dispositivos e os sentidos em disputa nessas práticas e dispositivos.

1.3. Dialogando com autores próximos no espaço e no tempo.

Encontrei trabalhos de alguns jovens professores brasileiros que pensam as mobilizações pelo transporte público do ano de 2013 desde uma perspectiva anarquista. Autores como Cássio Brancaleone¹⁶ e Daniel Francisco de Bem¹⁷ identificam que as lutas de grupos juvenis e populares usuários de transportes coletivos urbanos, durante a primeira década do século XXI, no Brasil, sinalizam aspectos de “novas” formas de lutas e organização que progressivamente adquirem visibilidade no seio dos movimentos sociais nos últimos anos. No caso do Movimento Passe-Livre,

um entre vários coletivos que fomentaram as Rebeliões da Tarifa que tomaram as ruas em todo o país durante as assim chamadas Jornadas de Junho, se pode observar a centralidade de ideias e práticas relacionadas a temas como ação direta, apoio mútuo, solidariedade, cooperação, horizontalidade, anti-capitalismo e auto-organização. Valores, sociabilidades e representações que, se não foram forjados exclusivamente no âmbito do anarquismo como filosofia política e moral, com ele possui afinidades inequívocas (Brancaleone e De Bem, 2014, p. 162).

¹⁶ Sociólogo, ativista, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul e pesquisador do Grupo de Pesquisa Anticapitalismos e Sociabilidades Emergentes (GPASE).

¹⁷ Ativista, antropólogo, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul e pesquisador do GPASE.

Nildo Avelino é Professor de Ciência Política na Universidade Federal da Paraíba e integrante do Centro de Cultura Social de São Paulo. Avelino (2013) coloca que é preciso compreender as revoltas ocorridas recentemente no Brasil como

respostas diretas à intensificação da violência produzida pelo assalto privado dos lugares públicos. Respostas à capitalização dos lugares e ao poder de polícia sobre o espaço urbano. As revoltas brasileiras indicam uma situação intolerável, um ponto de saturação (...) quando jovens aceitam o perigo de oporem seus corpos pálidos às balas e às bombas da polícia, se está diante de uma transformação ética de grandes proporções, capaz de inaugurar um novo movimento da história que escape às determinações da política. Trata-se de um movimento irredutível no qual os indivíduos passam a aceitar os riscos das ruas em vez do conforto e da tranquilidade de uma obediência segura.

Enquanto vários analistas se alarmam porque em várias capitais os manifestantes pediram massivamente um movimento social “sem partidos”, Nildo Avelino (2013) defende que

é preciso ser tolo ou mal intencionado para não admitir que o *modus operandi* acionado nas manifestações possua forte analogia por aquele utilizado historicamente pelos anarquistas. O próprio MPL, grupo responsável pela convocação das manifestações, é uma organização horizontal e apartidária; adota o princípio da rotatividade para evitar a cristalização de estruturas de poder, e pratica a auto-gestão de seus trabalhos internos. Além disso, o que é mais importante, não possui chefe, nem líder, nem porta-vozes. O MPL rejeita, portanto, o princípio da representação política e, conseqüentemente, recusa o jogo da democracia liberal que, ao contrário do que se pensa, não foi nem é a única modalidade de democracia possível na história.

Porém, no Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, e acredito que em qualquer movimento político que pretenda ser horizontal, há uma tensão (que aparece em disputas dentro do movimento) entre a vontade expressada nos discursos e as possibilidades reais de que nas práticas e nos recursos utilizados o movimento possa ser totalmente horizontal, apartidário, adotar o princípio da rotatividade para evitar a cristalização de estruturas de poder e praticar a autogestão de seus trabalhos internos. Por outra parte, Avelino alerta de que não poucos analistas têm se referido ao movimento francês de maio de 1968 para traçar paralelos que permitam tornar inteligível as revoltas brasileiras de junho:

Talvez não seja um bom exemplo. Um sentimento que atravessou as manifestações no Brasil foi a forte aversão às instituições de maneira geral (...). Atacar as instituições é colocar em questão o próprio regime de legalidades (...) as revoltas brasileiras de junho parecem estabelecer maior grau de exterioridade em relação ao Estado do que as jornadas de maio (...) engana-se quem vê liberdade de expressão sob a bandeira de partidos políticos. São soldados obedecendo palavras de ordem. Partidos e instituições ou são estruturas oligárquicas ou deverão tornar-se para se instalarem no poder. Não há exemplo na história que diga o contrário. E não existe tolice maior supor, como fez o presidente do PT de SP, que a negação dos partidos leve a manifestações autoritárias. Nenhum dos Estados totalitários conhecidos na história foi apartidário: foram “hiperpartidários” no sentido de pretenderem o partido único sob a forma do “superpartido” (PNF italiano, NSDAP alemão, PCUS soviético, ARENA brasileiro). Assim, ao rejeitarem os partidos os manifestantes mostraram não querer ser confundidos com eles; mostraram ter consciência do lugar que ocupam na prática política, de sua dignidade e de seu valor próprio; expressaram sua singularidade (...)¹⁸.

O Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre não se considera anti-partidário e sim apartidário, no sentido de que permite a participação de militantes de partidos de esquerda, mas não é um partido político quem pauta as suas estratégias. Entendo, como Avelino, que a maioria dos manifestantes das Jornadas de Junho não gritavam “sem partidos” procurando a constituição de um regime autoritário mas querendo evitar a verticalidade dos partidos no caminho de uma democracia mais horizontal. Colaborei na organização e participei na cotidianidade da Feira do Livro Anarquista de Porto Alegre junto com alguns colegas do Bloco de Lutas, em dezembro de 2014. Montamos a lona preta, cozinhamos, conversamos sobre as lutas... E, depois de comprar livros de David Graeber, James Scott, Brancaleone e De Bem, um companheiro da Editora Deriva me presenteou com um livro intitulado “Para mudar tudo. Um chamado anarquista” (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d). Nele há vários desafios que me ajudam a pensar a forma de organizar o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre e a Ocupação da Câmara que o Bloco protagonizou:

Masculinidade, raça, propriedade: no topo dessas pirâmides não encontramos tiranos, mas construções sociais, fantasmas hipnotizando a humanidade. Poder e autoridade se tornaram tão interligados que mal podemos distinguir um do outro. Nós nunca teremos o poder nos nossos próprios termos enquanto buscarmos isso através da autoridade. Em hierarquias, apenas conseguimos poder como pagamento por nossa obediência. Sem liberdade, o poder não vale nada. O preço da autoridade é a subserviência (...) Uma pessoa

¹⁸ Avelino, Nildo. As revoltas de junho no Brasil e o anarquismo. In: <https://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/17/as-revoltas-de-junho-no-brasil-e-o-anarquismo/> Consultado o 10 de dezembro de 2014.

que conquista confiança não precisa de autoridade. Ao contrário da autoridade, a confiança deposita o poder nas mãos de quem a concede, não nas de quem a recebe. Se alguém não merece nossa confiança, por que ela deveria ter autoridade sobre nós? (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d, p. 9-11).

A “confiança na companheirada” foi um dos princípios citados pelos membros do Bloco de Lutas durante a Ocupação da Câmara, por exemplo: quando alguns companheiros advogados reescreveram os projetos de lei do Bloco a partir das críticas e encaminhamentos da assembleia, esta revisão não precisou ser lida novamente na assembleia. Os princípios teóricos do anarquismo citados na publicação “Para mudar tudo. Um chamado anarquista” (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d) os coloco aqui ao serviço da inteligibilidade das formas e meios usados pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre na ocupação da Câmara. Interessa-me também pensar, junto com os meus interlocutores, similitudes e diferenças entre as teorias e as práticas:

Anarquia é o que acontece quando a ordem não é imposta pela força. É a liberdade: o processo de reinventar a nós e nossas relações continuamente. Qualquer processo que funciona organicamente –uma floresta tropical, um círculo de amizades, seu próprio corpo– é uma harmonia anárquica que persiste por meio de constante mudança (...). Anarquismo é a ideia de que todas as pessoas têm o direito à completa autodeterminação. Nenhuma lei, nenhum governo ou processo de decisão é mais importante que as necessidades e os desejos de seres humanos reais. As pessoas devem ser livres para moldarem suas relações de acordo com suas satisfações mútuas e defenderem a si mesmas quando se sentirem aptas a isso. Anarquismo não é um dogma ou um mapa. Não é um sistema que supostamente funcionaria bastando que fosse aplicado corretamente, como a democracia, nem é um objetivo para ser realizado em um futuro muito distante, como o comunismo. É uma forma de agir e nos relacionar que podemos pôr em prática imediatamente. Ele oferece questionamentos que podemos colocar em qualquer situação. Ao invés de questionar se a forma como se desenrola uma ação é legal, ou violenta, ou bondosa, podemos perguntar simplesmente: como ela distribui o poder? (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d, p. 44).

1.4. Sobre os espaços e os tempos da política

Na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre sentimos como as emoções expressas e provocadas criaram o que poderíamos chamar de “espaços coletivos imaginados”, através da unidade e comunhão de sentimentos experimentados simultaneamente, como, por exemplo, o medo pela possível chegada da tropa de choque durante a noite. Na visão de Carla Costa Teixeira e de Christine de Alencar Chaves (2004), tomar a política como atividade significa valorizar o papel ativo que a própria população

assume no momento por ela definido como o “tempo da política”, ou às vezes simplesmente “a política”. Deste modo, o “tempo da política” pode ser compreendido, concomitantemente, como uma categoria nativa que recorta e destaca uma temporalidade socialmente significativa e, por isso mesmo, como uma ferramenta analítica que (re)inscreve seu objeto.

Se há algo que distingue o projeto e os diferentes trabalhos da Antropologia da Política, ponto comum de referência, é a âncora etnográfica que lhes serve de baliza. Desde o início, também, pretendeu-se desubstantivar a política, observando e realçando os recortes que a percepção nativa a ela confere, comparando-os com aquilo que é colocado para além de suas fronteiras. Um desses primeiros recortes a serem identificados e reconhecidos, ganhando um estatuto explicativo fundamental, foi a demarcação nativa de um “tempo da política” – significando simultaneamente a ênfase em certo momento específico no fluxo da vida social e uma tentativa de circunscrição ou delimitação da abrangência da política por parte da população (...). Com o “tempo da política” verificamos, portanto, um movimento de construção conceitual solidamente alicerçado em concepções e práticas sociais que, além disso, abre novos campos de investigação etnográfica, no rastreamento de suas manifestações múltiplas e dinâmicas (Teixeira e Chaves, 2004, p. 7 e 8).

Uma manifestação das expansões da política no cotidiano é o aumento anual do preço da passagem de ônibus. O aumento se faz presente esvaziando mais rápido os bolsos dos passageiros e colocando desafios às vidas dos ativistas. Isto mostra como fórmulas governamentais inscrevem-se no cotidiano das pessoas. Assim, expressam-se na prática social as negociações que os diversos atores encetam na definição da política¹⁹. A temporalidade cíclica das eleições também incide nas dinâmicas das vidas das pessoas que formam o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre. Assim foi nas eleições municipais de 2012 e nas estaduais e federais de 2014. Também vivenciamos como um megaevento como a Copa do Mundo de 2014 influenciou o tempo da política dentro do Bloco de Lutas pelo Transporte Público.

Pouco depois da Ocupação da Câmara, os vereadores próximos ao governo do prefeito Fortunati (PDT), instalaram a chamada CPI “da invasão”. Pela parte do Bloco de Lutas, e dos partidos da oposição na Câmara, essa CPI foi entendida como uma tentativa de desviar a atenção sobre a CPI “da PROCEMPA” que transcorreu durante o mesmo período e investigou importantes casos de corrupção envolvendo o governo municipal. Vamos ver como na CPI “da invasão” se naturalizou a associação entre jovem, ativista do

¹⁹ Outro exemplo dessa inscrição temporal é a noção “tempo de Brasília”, trabalhada no texto de Antonádia Monteiro Borges: “A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o ‘tempo de Brasília’” (2004).

Bloco e criminal e, conseqüentemente, se despolitizou esta realidade. Num aparente paradoxo, nos deparamos com a interpretação de que o Poder Legislativo, instituição-chave das teorias políticas modernas, pode ser um “lugar da não política”²⁰. Isto nos convida a refletir sobre os limites da “Casa do Povo” e do que o senso comum (leigo e informado) convencionou denominar de política. Mas o que parece ser um mecanismo de apolitização pode ser reinterpretado, a partir de sua apropriação pelos políticos profissionais, em um espaço político institucional, como um processo de construção essencialmente política de quem pode ser considerado, ou não, como agente das decisões e deliberações centrais à vida coletiva (Sprandel, 2004). Na opinião do vereador Reginaldo Pujol expressada em entrevista: “não é tarefa do Bloco de Lutas fazer projetos de lei”. A disputa pelo controle dos espaços públicos (instâncias, canais, locais, instituições, etc.) surge como constitutiva da política como atividade permanente²¹.

A intensificação visível na regularidade dos actos e diversificação de seus trajectos com o objectivo de percorrer e abranger todas vias da cidade realizou-se obedecendo ao calendário do grupo que definiu dois dias semanais (geralmente Segunda e Quinta-feira) para, no fim de suas tardes, ocupar e percorrer as ruas, introduzindo desta forma também um “novo tempo” em Porto Alegre, passando a se designar coloquialmente a essas datas de “dia do bloco”, “dia de manifestações/protestos”. A designação émica dos meus interlocutores era “dia de luta” ou “dia de acto” (Muhale, 2014, p. 93).

Miguel Muhale é moçambicano, mestre em antropologia pela UFRGS (2014) e realizou a sua pesquisa de mestrado acompanhando atos de rua e assembleias organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público no ano de 2013. Em sua dissertação, conta um pouco da trajetória política do Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público e de outros agentes que se encontram no meio destas lutas:

²⁰ Tomando como referência a análise do trabalho da Comissão Mista de Combate à Pobreza, instalada no Congresso Nacional entre agosto e dezembro de 1999, Márcia Anita Sprandel (2004) trabalha esse arcabouço conceitual no artigo intitulado: “Da paisagem ao foco: a pobreza nos discursos sobre o Brasil”.

²¹ Sigo a proposta de Teixeira e Chaves: “As passagens e mediações entre âmbitos e intensidades de atividade política precisam ser, simultaneamente, levantadas nas conjunções de fatos e valores e nas configurações de interação entre sujeitos (indivíduos e coletividades) socialmente enraizados e comprometidos, numa recusa tácita da reificação da realidade e da naturalização de pertenças. Os processos de restrição e expansão, de deslocamento e realocação, de proximidade e distância e de disseminação e especialização da experiência política, engendrados pelas inflexões que cada relação espaço-tempo revelou-se capaz de criar, são possibilidades num repertório a ser sempre questionado, verificado e ampliado, pois seu valor é meramente heurístico, não tendo estas reflexões qualquer pretensão outra que não seja inspirar novas construções conceituais etnograficamente localizadas que as venham superar” (Teixeira e Chaves, 2014, p. 19).

Ao longo do tempo, fora das habituais destruições de vidros de estabelecimentos bancários, passaram a se registrar arrombamentos e saques ou sabotagem a lojas de electrodomésticos, vestuário e de venda de celulares cuja estratégia preventiva empregue pelos proprietários foi a montagem de grandes tábuas de madeira (tapumes) que nem sempre resistiram às abnegadas investidas de alguns manifestantes. No lugar das vitrinas iluminadas, as lojas e demais estabelecimentos do Centro Histórico exibiam nos tapumes o medo de prejuízo material dos seus proprietários (Muhale, 2014, p. 93).

As cenas descritas por Muhale ocorreram sobretudo durante os meses de junho e julho de 2013. Nesses dias houve as maiores manifestações dos tempos que esta pesquisa analisa. O número de manifestantes parece ser um fator de influência direta sobre a capacidade dos manifestantes de marcar o “ritmo” e o tipo de atividades nos espaços públicos. Como veremos, diversos guardas municipais declararam na CPI “da invasão” que receberam ordens de não intervir durante a Ocupação da Câmara porque o número de ocupantes era maior do que eles seriam capazes de controlar. Em contrapartida, em diversas caminhadas onde havia entre 100 e 300 manifestantes, a tropa de choque da Brigada Militar marcou o ritmo da caminhada avançando muito perto dos manifestantes.

A “rotinização” do repertório de ação coletiva do Bloco foi criticada em várias instâncias do movimento. Tanto pela falta de inovação nos eventos organizados quanto pela falta de rotatividade nas comissões. Alguns componentes do Bloco denunciaram em diferentes ocasiões que havia uma crise de repertórios de ação no Bloco. Por uma parte, havia a vontade de que os atos fossem cada vez maiores: “amanhã vai ser maior”, se repetia no final das caminhadas. Mas, por outra parte, os ativistas mais experientes, como o Daniel da FAG, advertiam que era normal que houvesse “refluxos” nas mobilizações, e que seria necessário saber organizar o movimento nesses tempos de menos afluência de pessoas para preparar tempos melhores.

As caminhadas foram o tipo de ação mais utilizada. Só se desistiu de caminhar alguns dias em que participavam menos de 100 ou 150 pessoas e a Comissão de Organização considerava que não seria seguro realizar a caminhada. Diferentemente, num ato em maio de 2014, as pessoas que chegaram diante da prefeitura reclamaram que queriam caminhar e que não queriam uma imposição da comissão de organização do Bloco. Então as 100 pessoas presentes realizaram uma votação e os apoiadores da comissão de organização perderam. Esse dia houve caminhada contra a vontade dos

membros da comissão de organização. Em pequeno grupo, subimos a Borges, caminhamos de uma parte à outra da Avenida Salgado Filho e voltamos à Prefeitura. Inclusive nós, ativistas, estávamos surpresos com a dinâmica dessa caminhada, que foi improvisando o trajeto no caminho. Pessoalmente, gostei do fato de que os presentes decidiram diretamente o que fazer sem delegar a decisão a uma comissão. Os participantes demonstraram que essas decisões políticas podiam acontecer de outra forma. Ampliaram o senso do possível.

1.5. Organização dos capítulos e proposta etnográfica, ética e estética

No segundo capítulo seleciono algumas cenas etnográficas²² relevantes para pensar as mobilizações do Bloco²³ e contextualizar a forma de ação política coletiva na qual concentro a minha análise: a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. No terceiro capítulo são tratadas práticas e dispositivos que mostram os embates políticos entre diferentes agentes (pessoas e organizações) durante a Ocupação da Câmara. Mostra-se a complexidade dos papéis que, às vezes, são desenvolvidos por uma mesma pessoa e também se evidenciam diversas disputas vividas entre pessoas do Bloco, assim como as conciliações e os enfrentamentos com outros setores: oficiais de justiça, juízes, vereadores a favor e contra a “ocupação”²⁴, etc. Se analisa como agentes do judiciário procuram impor a harmonia e como, durante as negociações e na CPI “da invasão”²⁵, vários vereadores governistas negam o Bloco de Lutas como interlocutor político válido.

O quarto capítulo apresenta e complementa o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”. Trata-se de um filme etnográfico que compõe esta dissertação e faz parte da metodologia

²² As cenas etnográficas são um recorte etnográfico que utilizo seguindo a proposta de Daniel de Bem (2014, p.22): “Longe de querer cristalizar imagens de acontecimentos que ainda estão em progresso (...) apresentarei algumas “cenas etnográficas” (...) esse texto terá um caráter muito mais descritivo do que teórico ou político, não que essas outras dimensões não sejam acionadas na exposição do argumento, mas o foco desse empenho é justamente tentar recompor, através da descrição de eventos específicos, um processo de luta social com toda a sua ambiência utópica, discursos e práticas orientados pela horizontalidade e autogestão, mas também com suas contradições, fruto dos processos individualistas, capitalistas e da sanha de poder, que quer se entranhar, mesmo nos meios mais libertários.

²³ Assim é conhecido popularmente: “o Bloco”.

²⁴ A maioria dos membros do Bloco consideram o evento acontecido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre entre os dias 10 e 18 de julho de 2013 uma “ocupação”.

²⁵ Os vereadores governistas consideram que o evento analisado foi uma “invasão” pois não foi consentida por eles.

desta pesquisa e, ao mesmo tempo, faz parte das formas e dos dispositivos com os que o Bloco trabalhou. O filme e os cine-debates fomentam uma antropologia compartilhada que se constrói criticamente a partir do que denomino “camadas de autoria”. O processo de construção coletiva do filme influencia também a montagem desta dissertação. A produção do filme me permitiu experimentar novas tarefas, novos compromissos e novas relações dentro do Bloco de Lutas, e foi central para a produção desta dissertação. As nossas lutas engajadas, a produção do filme como um material público e a dissertação devem ser tomadas como uma das partes de um processo de lutas políticas na cidade de Porto Alegre, em que este trabalho não pretende ser um resultado final ou um produto teórico conclusivo. O objetivo é que esta dissertação, assim como o filme, possa contribuir a alimentar discussões políticas sobre as formas de fazer antropologia, sobre as formas de mobilização e também sobre as formas de atuação do controle policial e judicial estatal.

No capítulo cinco é o momento de refletir a partir de relações e debates que continuaram depois da Ocupação da Câmara, para pensar nos efeitos cotidianos e nas perspectivas estratégicas das lutas pelo transporte. Finalmente, nas considerações finais retomo alguns dos autores apresentados na introdução, e cito alguns outros, para dialogar criticamente a partir do que eles estão levantando e dos eventos analisados nesta dissertação.

Tanto o mestrado no PPGAS da UFRGS e a produção desta pesquisa, quanto a experiência política mais abrangente na qual me inseri nos últimos anos foram me transformando como agente político (ativista e pesquisador). Cada vez mais passei a pensar o ativismo como um fim nele mesmo, como uma forma de vida, e comecei a pensar o poder como um fluxo que emana e se encontra nas nossas relações cotidianas. O ativismo é uma vitória nele mesmo na medida em que ajuda desenvolver uma “ética pública”²⁶, uma preocupação com aquilo que é de todos e ao mesmo tempo não é de

²⁶ Proponho falar de “ética pública” misturando as categorias de “etnografia pública” (Fassin, 2013) e “ética da inquietude” (Fassin, 2007). A inquietude clama por um mundo compartilhado que, apesar disso, permanece aberto a diferentes leituras e entendimentos divergentes (Fassin, 2007, p. 279). Estas éticas movem as pessoas a agir: “Vem pra rua, vem, contra o aumento!”, diz uma palavra de ordem do Bloco. A ética pública está associada com a preocupação com outros. É um desafio a todos os cidadãos, entre eles os antropólogos. Para Fassin a “etnografia pública” é o “princípio de trazer para vários públicos –além dos círculos acadêmicos– as conclusões de uma etnografia analisada à luz do pensamento crítico, de modo que estes resultados possam ser apreendidos, apropriados, debatidos, contestados e utilizados. Presume-se que tal conversa entre o etnógrafo e seus públicos gera uma circulação de conhecimento, reflexão e ação

ninguém: a coisa pública, a natureza, etc. Desta forma, no horizonte se abrem infinitas possibilidades para melhorar o nosso dia a dia.

Durante a pesquisa, tentei dar conta da pluralidade de atores envolvidos e escapar de um possível alinhamento ideológico ou leituras muito parciais a partir do ponto de vista privilegiado de interlocutores vinculados a subgrupos específicos. Tratei de não eleger “interlocutores-chave” e de estar aberto às escutas e participações em conversas informais. Relacionei-me com os integrantes do Bloco, participando das diversas instâncias de organização do movimento: assembleias, comissões, grupos de trabalho, etc. E, quando precisei escolher alguns dos membros do movimento para realizar entrevistas semi-abertas, elegi membros das diferentes correntes e das diferentes instâncias de organização que formam o Bloco, tanto membros que continuavam no movimento quanto outros que tinham deixado de participar por escolha própria ou por expulsão.

Enquanto à forma do texto, procuro citar a teoria de outros autores nas notas de rodapé com a pretensão de que a leitura seja mais agradável. E, também, tento seguir a inspiração da proposta etnográfica de Arlei Damo (2006):

O texto não tem uma parte principal e outra secundária, ou uma porção descritiva e outra interpretativa. Foi pensado para ser lido e interpretado no seu conjunto, e escrito para propiciar um cenário em movimento, traduzindo, na medida do possível, como se produzem determinados embates e, por extensão, os valores em jogo (...) são incorporados o humor, as provocações, os chistes e outros aspectos aparentemente supérfluos, aqui tornados imprescindíveis à compreensão dos sentidos da participação (...) permitindo, também, visualizar os sujeitos como agentes de uma participação encarnada, que revela as disposições estruturadas e estruturantes daquilo que denominamos, quase sempre de forma imprecisa, como cultura popular (Damo, 2006, p. 137).

Enquanto a minha forma de entender a etnografia estou alinhado à proposta de Graeber (2009, p. xviii): o geral está ao serviço do particular. Teoria é invocada em grande parte para ajudar na tarefa de descrição. As lutas políticas não existem para permitir que algum acadêmico faça a sua teoria ou refute a teoria de algum rival. Entendo que as reflexões dos meus interlocutores que vão sendo expostas durante esta dissertação são também analíticas mas nunca são definitivas. As nossas interpretações tem a potência da

suscetível de contribuir para uma transformação do modo como o mundo é representado e experienciado” (Fassin, 2013, p. 628). Desde o meu ponto de vista a etnografia e qualquer produção de conhecimento sempre deveriam ter uma ética pública. O conhecimento deve se expandir para transformar e ser transformado, para viver melhor.

transformação contínua. A vivacidade das estratégias, das formas e dos meios de luta do Bloco fazem com que ele seja mais difícil de ser capturado pelas forças policiais ou judiciais, e também fazem que seja complicado teorizar sobre ele. A descrição etnográfica prevalece nesta dissertação. Esta é uma escolha ética e estética para o trabalho antropológico, em consonância com o ideário da luta na etnografia trazida por Graeber (2009).

Embora seja um argumento que desenvolvo especialmente no capítulo quatro, gostaria de finalizar esta introdução salientando que minha proposta é que esta dissertação seja também um material para pensar sobre a própria vitalidade da Ocupação, para além de seu momento de realização. E, por extensão, sobre a vitalidade dos diversos repertórios de ação coletiva do Bloco de Lutas. Penso que, através das interpretações dos atores que lhe produziram e também das formas de mobilização e lutas coletivas derivadas da Ocupação, este evento se mantém vivo e é reinventado. Gostaria de acreditar que esta dissertação é também, de alguma forma, parte dessa reinvenção e da vitalidade da ocupação.

O viés anarquista existente nos movimentos de 2011, mesmo que não seja explicitado na teoria, choca-se com o programa muitas vezes reformista e regulacionista do capitalismo, como se vê no manifesto dos Indignados espanhóis. Se em geral é verdade, como escreve Vladimir Safatle, que “não dá pra confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais”. Sua conclusão é muito mais controversa: “a época em que nos mobilizávamos tendo em vista a estrutura partidária acabou” (Carneiro, 2012, p. 12).

CAPÍTULO 2

Cenas etnográficas: criando o contexto da Ocupação

A crise do capitalismo global colocará para a humanidade, sob pena levá-la à ruína, a necessidade do controle social, capaz de responder aos carecimentos radicais apontados pelos movimentos sociais que ocupam espaços públicos do mundo do capital e lutam contra o estado de barbárie social do capitalismo global em sua fase senil. Como diria o velho barbudo: “Hic Rhodus, hic salta!”²⁷ (Alves, 2012, p. 38).

A necessidade do controle social sobre as políticas públicas foi levantada e trabalhada durante a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em especial, foi debatido o controle social sobre o transporte público na cidade de Porto Alegre. Neste capítulo darei continuidade à abordagem de Daniel de Bem (2014), quando apresenta algumas “cenas etnográficas” relacionadas com o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, para

tentar recompor, através da descrição de eventos específicos, um processo de luta social com toda a sua ambiência utópica, discursos e práticas orientados pela horizontalidade e autogestão, mas também com suas contradições, fruto dos processos individualistas, capitalistas e da sanha de poder, que quer se entranhar, mesmo nos meios mais libertários (Daniel de Bem, 2014, p. 22).

Analiso repertórios de ação coletiva, criados e utilizados no âmbito do Bloco de Lutas. Pretendo contextualizar a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre; para esse fim, seleciono alguns eventos de 2013 que precederam a Ocupação. Parto da ideia de que estas “formas” e estes “meios” de organização do Bloco não estão dados, eles são construídos dentro de processos de disputa política com muitos agentes, de correntes diferentes, implicados.

As “cenas etnográficas” são uma opção de estilo. A partir destas cenas pretendo acentuar a dimensão etnográfica e descritiva. Para conseguir uma interpretação mais aprofundada dos fatos, vou dialogar com dois autores que escreveram etnografias sobre

²⁷ Giovanni Alves cita a Marx: “Aquí é Rodes, salta aquí mesmo!”. Citação de Esopo modificada por Marx em O 18 de brumário de Luís Bonaparte (São Paulo, Boitempo, 2011), p. 30. (N.E.)

algumas destas cenas: Daniel de Bem (2014) e Miguel Muhale (2014). Proponho-me pensar os tempos e os espaços da política, as relações entre militantes de partidos políticos e agentes “autônomos”, e a tensão entre horizontalidade e individualismos²⁸ na organização do Bloco de Lutas. Vou analisar dispositivos e repertórios de ação coletiva utilizados pelo Bloco antes da Ocupação da Câmara: carro de som, microfone, marcha, “showmício”, assembleias, etc.

De Bem afirma que houve uma “cadeia de eventos que, ao menos em parte, serviu de alicerce para tudo o que vimos ano passado” (2014, p. 23):

Já era quase um ritual anual, encenado há mais de 10 anos. Aparecia de forma discreta na mídia, alguns dias antes, e sempre próximo do feriado de 02 de fevereiro, quando geralmente a cidade está esvaziada, o passageiro tinha que desembolsar mais alguns centavos para utilizar o transporte coletivo subsidiado pela prefeitura. As empresas alegavam gastos contínuos com manutenção da frota e crescentes com salários de funcionários e com a aquisição de combustível, mas nunca foi repassado para os salários dos rodoviários o mesmo reajuste e o combustível geralmente é comprado em tanto volume e com tanta antecedência que não deveria ter tal impacto no valor da tarifa (Daniel de Bem, 2014, p. 23).

As assembleias organizando o Bloco de Lutas deixaram de acontecer na campanha eleitoral de setembro de 2014. Nesse momento a maioria dos partidos e também muitas pessoas autônomas já tinham deixado de participar do Bloco por motivos diversos. Um deles, amplamente levantado pelos setores libertários que ainda compunham o Bloco, foi “o interesse eleitoral” do pessoal dos partidos. No “período eleitoral”²⁹ diminuiu muito a participação de militantes de partidos políticos no Bloco de Lutas. Mas também houve muitas críticas (mais veladas e no nível das fofocas, principalmente) às hierarquias estabelecidas na organização interna do Bloco. O esgotamento dos ativistas, e talvez também do restante da cidadania, por ter estado durante dois anos organizando assembleias e atos semanalmente, a repressão policial e a criminalização, também são fatores relevantes na hora de entender os refluxos da participação no Bloco de Lutas.

[Desde junho de 2013] vemos um arrefecimento da participação massiva, um esgotamento (temporário?) da eficácia dessa tática no imaginário de muitos cidadãos, embora em torno de duas centenas de pessoas ainda circulem quando do chamamento de ações do BLP-TP-

²⁸ Horizontalidade e individualismos são categorias nativas que se referem à tensão entre formas de se organizar com mais ou menos hierarquias.

²⁹ Categoría nativa.



Figura 4 – O Bloco, entre a Rua José de Patrocínio e a Perimetral, ocupando a rua em 2013.

Fonte: Ramiro Furquim/Sul21

2.1. CENA ETNOGRÁFICA I: Ato do Bloco de Lutas na Praça da Matriz (“a Praça dos Três Poderes”, bairro Centro), quinta-feira 27 de junho de 2013 (entre 18h e 22h30min).

Consta nas análises jornalísticas que o objetivo da manifestação em local e formato diferenciado era uma tentativa de diminuir os enfrentamentos com a polícia que entre os meses de maio e junho aumentaram consideravelmente de intensidade, trazendo não só o embate físico e a quebra de vitrines de bancos e de lojas, mas também saques e quebraadeiras generalizadas pelos bairros próximos ao centro. Uma das esperanças dos realizadores foi a de que realizando o ato em frente à sede do governo estadual, comandado pelo PT, em tese “simpatizante” do movimento aqui no RS, haveria menor repressão ao movimento (De Bem, 2014, p. 32).

No dia 27 de junho decidi percorrer a Avenida Borges de Medeiros antes de ir ao ato da Praça da Matriz. Minha ideia era de filmar as mensagens efêmeras que as jornadas de junho deixaram na avenida e ver qual era o ambiente e a atitude da polícia. Era o final da tarde e havia muitas pessoas nas intermináveis filas de trabalhadores da periferia que esperam os ônibus no centro, quando finalizam a sua jornada de trabalho. Vários estabelecimentos tinham colocado grandes tapumes cor de rosa fosfóreo para evitar que os ataques anticapitalistas dos Black Blocks quebrassem as suas vidraças. O Banco Santander deixou, inclusive, uma mensagem para os seus clientes:

Senhores clientes.
Hoje devido a PROTESTOS que ocorrerão em
Porto Alegre esta unidade do Banco Santander estará
aberta ao público até as 15:30 hs
Desculpe pelo transtorno. Ag. Centro Histórico³⁰

Era uma prática habitual das autoridades políticas e comerciais esvaziar o centro da cidade para poder reprimir os protestos com mais facilidade. As mensagens dos manifestantes que ainda decoravam o centro reclamavam:

2,60 JÁ!; FORA A COPA; POLICIA FILHA DA PUTA; JUSTIÇA BRASIL!; COPA PRA RICO; PORCOS FARDADOS; VIOLENTO É O ESTADO; POLICIA COVARDE; FODA-SE O CHOK; TRANSPORTE PÚBLICO NÃO É MERCADORIA; PASSE LIVRE!; LUTA [com a A de Anarquia dentro da O de Organização]; MÃOS AO ALTO! A TARIFA É UM ASSALTO!; TRANSPORTE PÚBLICO NÃO ERA NEM PRA SER COBRADO; AGORA AGUENTA; O POVO ACORDOU³¹.

Então, vários carros e motos da polícia passaram ao meu lado e, na Esquina Democrática, me deparei com um grupo de quatro policiais militares que estavam revistando as mochilas de cinco jovens negros. Um dos policiais encontrou uma garrafa grande de refrigerante. Não consegui escutar a conversa, mas entendo que o policial perguntou ao jovem se aquilo ali era “refri”, porque o jovem estendeu a mão oferecendo a garrafa. O policial abriu mão da garrafa e os deixou ir. Continuei filmando as reivindicações pintadas nos muros e portas metálicas ao redor da esquina democrática e cheguei até o Mercado Público, onde havia um grande dispositivo da cavalaria da PM e algumas mensagens mais: “COPA PRA QUEM?; POLICIA FASCISTA; SE NÃO AGORA QUANDO?; QUEM PROVOCA VANDALISMO: RBS; O CAPITAL MATA”. Então, voltando, encontrei o Mário, companheiro da pós-graduação de Antropologia na UFRGS. Ele também se dirigia à Praça da Matriz e me perguntou se estava filmando sozinho: “ouvi que quando se filma em contextos de conflito é recomendável ir com algum acompanhante (...) nas últimas manifestações houve várias denúncias de pessoas das quais a polícia roubou seus cartões de memória das câmeras e celulares”. Não me sentia seguro. Minha câmera, nesse momento, era uma Sony NX5, muito usada para reportagens de TV, mas não era pequena

³⁰ Coloco o texto com a mesma formatação que tinha no papel do Banco Santander.

³¹ Utilizo letras de caixa grande ou pequena seguindo a forma como estava escrito nos muros e persianas metálicas.

precisamente (isso podia ser ruim porque chamava mais a atenção ou, talvez, bom no caso de parecer um operador de alguma televisão e, então, ser mais respeitado pelos policiais). Por uma parte, havia a possibilidade de ser assaltado e, por outra, a de ser abordado pela polícia. Mas sabia que esse era o meu campo de pesquisa e que o campo não volta atrás, precisamos estar lá no momento.

Quando cheguei à Praça da Matriz vi que no edifício do prefeito José Fortunati também havia tapumes e mensagens: “MUDA Brasil, saúde, educação”. A entrada do Palácio da Justiça estava toda cercada e dentro da cerca havia uns trinta homens da tropa de choque. Então, chegou um senhor negro com um casaco branco com as cores do Brasil e motivos dourados bordados e, desde a cerca, gritava em direção à tropa:

Dilma, seu Tarso – se girando em direção ao Palácio Piratini e voltando depois a focar nos policiais – ninguém é fascista! Nós estamos até o gargalho dessa polícia –parou um pouco procurando a palavra – horrível! Nós queremos uma manifestação pacífica, pois hoje vai ser! A RBS aliena, ela ajuda a escravizar! A maçonaria, a igreja católica e a justiça que até agora não se manifestaram a favor do povo!

Também levava a bandeira do Brasil passada pelo pescoço e pendurada nas costas:

A justiça não é cega, cegos são os políticos brasileiros! E os negros são os mais marginalizados. O meu protesto é de voz, e o povo vai me ouvir. Eu sou melhor que o Barbosa, eu sou melhor que o Paim, porque eles não fazem porra nenhuma pra população negra do Brasil!

Então chegou um homem branco de uns 40 anos com um casaco do Grêmio e pediu pra ele não gritar em direção à tropa de choque. “Você é direita?” perguntou o manifestante caracterizado. O gremista parecia P2. Sumiu rapidamente vendo que o manifestante não atendia e seguia com o seu discurso dedicado à tropa de choque... Nos pés do monumento, coroadando a escadaria da praça, encontrei uma montanha de rosas. Centenas de rosas cor de laranja, com as suas folhas de um verde escuro, apontavam para as câmeras dos celulares dos manifestantes que chegavam ao local. No meio das rosas, um coração vermelho e uma mensagem: “Mais AMOR, menos gás lacrimogêneo”. Em 2015 fiquei sabendo que as 700 rosas foram uma doação da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (AJURIS). O Fabrizio, jovem músico anarquista que trabalha tocando nos ônibus, leu uma primeira versão desta dissertação e me explicou que ele recebeu essas

rosas cor de laranja. Então, perguntei ao Fabrizio porque a AJURIS fez isso:

Era um momento diferente, varias instituições estavam querendo apoiar os movimentos sociais. E a AJURIS devia estar querendo que os ativistas seguissem pelo caminho das flores ao invés de seguir pelo caminho das pedras.

Muitas pessoas chegaram com as suas bikes, com cartazes reivindicando as pautas mais diversas, e a praça acabou ficando lotada. Anoteceu e os tambores do Levante Popular da Juventude preenchiam o ar entre a Catedral e o Palácio Piratini. Lá mesmo, a Comissão de Organização instalou o maior carro de som já usado pelo Bloco de Lutas. Era um caminhão trailer, em cima do qual artistas convidados tocariam suas músicas.

Quando o Bloco de Lutas optou na alternância do modelo “protesto peregrinação” e realizou um ato de características culturais na noite de quinta feira 20 de Junho [está errado, foi o 27 de Junho] ocupando a Praça da Matriz (importante espaço político da capital pela reunião dos principais edifícios dos três poderes) também observaram-se situações de confronto entre os próprios participantes. Mesmo com os habituais cânticos e gritos de ordem, este protesto tinha a diferença estrutural de ter um palco com som montado, no qual artistas locais apresentavam-se ao público que, contrariamente às habituais passeatas, onde este desempenhava importante papel, desta vez viu-se numa posição subalterna, vendo e ouvindo todas atividades sendo levadas a cabo do alto do palco (um sentido vertical que destoava de todo trajeto horizontal do movimento). Ouvir, cantar e aplaudir ao ritmo dos oradores que detinham a exclusividade do microfone e protagonismo, aproximava o evento a um comício ou espetáculo (Muhale, 2014, p. 102).

Não era a primeira vez que o Bloco usava um carro de som em um ato. Especialmente nos atos em que se calculava que seriam massivos, a Comissão de Organização se articulava com sindicatos (Sindibancários, SIMPA, CPERGS, Conlutas, CUT, etc.) ou com o MST para conseguir um carro de som que fosse a referência do ato e ganhar, assim, a disputa pelo protagonismo, truncando os desejos da “direita”. Mas, nesse caso, houve inclusive bandas de música. Vários dos manifestantes não gostaram do caráter desse ato, que era diferente dos outros e tinha sido decidido por uma minoria³². Um ano depois, a Claudia, jovem branca, estudante de ciências sociais na UFRGS e ativista da Comissão de Auto-Defesa do Bloco, recordava sorrindo que o ato ficou na memória de muitos militantes do Bloco como “o showmício”.

A faixa do coletivo Vamos à Luta (corrente do PSOL) dizia: “OS VÂNDALOS ESTÃO NO PODER”. No carro de som, uma grande faixa pendurada deixava claro quem estava

³² A Comissão de Organização decidiu o caráter desse ato.

organizando o ato: “BLOCO DE LUTAS. QUE OS RICOS PAGUEM A CONTA”. Uma fila de grades no meio da rua e dois pelotões da tropa de choque pretendiam impedir que os manifestantes chegassem até o lado da Catedral e, principalmente, do Palácio Piratini. Apoiados na grade havia diversos sindicalistas com bandeiras. A UJS também estava presente com uma faixa: “REFORMA POLÍTICA JÁ!”. O professor de sociologia Marcelo Kunrath, que pesquisa sobre movimentos sociais, também se encontrava lá, junto com outros colegas do IFCH da UFRGS. Nos cartazes que as pessoas portavam apareciam inscrições muito variadas:

QUE OS RICOS PAGUEM! PELA TAXAÇÃO DAS GRANDES FORTUNAS!; MIJAM EM NÓS E A GLOBO DIZ: Chove...; SEM VIOLÊNCIA, PLEBISCITO COLEGIADO, REFERENDO, MAIS MÉDICOS, PRIORIDADE BRASILEIRA, TRANSPORTE, METRÔ, QUALIDADE, ÔNIBUS, TREM, COLÉGIO PÚBLICO, TAXA TELEFONE ALTA, REFERENDO POLÍTICO, SEM FILA SUS, 98% CADEIRAS DE RODAS SEM MOTOR??? 23000 cargos de confiança na Presidência: MUITOS PARTIDOS, MUITOS POLÍTICOS; CHEGA DE PÃO E CIRCO. Saúde, Segurança, Educação é o que MOVE A NAÇÃO. STOP CORRUPÇÃO. RUMO: FICHA LIMPAA; TEM TANTA COISA ERRADA QUE NEM CABE NO CARTAZ; CHEGA! MAUS TRATOS COM ANIMAIS. QUEREMOS JUSTIÇA! PENA MÁXIMA; RBS MENTE. ENQUANTO TE EXPLORAM TU GRITA GOL; RECUA BURGUESIA RECUA, É O PODER POPULAR QUE ESTÁ NAS RUAS; TODO O SISTEMA ESTÁ PODRE; JÁ COMEÇAMOS A NOS REUNIR, VEM PRA RUA; QUEREM ME CALAR MAS OLHA, EU AQUI DE NOVO; SOMOS BONZINHOS. VOCÊS MERECIAM ERA BASTILHA; Terrorismo? Larguei! Agora sou um mestre Pokémon!; Eu sou PROFESSORA e também luto pelos meus DIREITOS!; Professor no Brasil é minoria mas a nossa voz, a voz do POVO, é a MAIORIA; LATE QUE O POVO TÁ PASSANDO!!!; A ÚNICA REVOLUÇÃO É A DO AMOR; ESCOLAS E HOSPITAIS PADRÃO FIFA; ATÉ QUE VOCÊ ACORDE NÓS VAMOS LUTAR POR VOCÊ; PRA TRABALHAR, PRA ESTUDAR, O PASSE LIVRE EU QUERO JÁ! GRÊMIO DO JULINHO; MENOS LUCRO PARA AS EMPRESAS, MAIS MOBILIDADE PARA A POPULAÇÃO.

Havia mensagens para todos os gostos e correntes políticas. Cada um defendendo o seu mundo. E, no meio das pessoas, não faltavam os vendedores ambulantes de bebida, sobretudo com os carrinhos cheios de cerveja, e também a pipoca e os churros de “Mumu”. Entretanto um guri negro e uma guria bem branquinha dançavam muito animados. Um jovem magro e negro me viu filmando e pediu para “registrar” a tatuagem que ocupava todo o seu peito: “São Jorge, ele que vai organizar esse protesto, que vai fazer a lei acontecer”. “O que é que você reclama?”, perguntei. “A passagem tá muito cara, um monte de crianças passando fome e eles querem investir na Copa. O homem, o santo vai organizar isso aí”. Madeira, borracha, couro... Os brigadianos, parados entre a Catedral e o Piratini, mostravam os seus cassetetes, alguns pretos e outros marrons, enquanto seguravam os escudos e olhavam aos manifestantes. Alguns policiais permaneciam com

muita seriedade, outros desenhavam sorrisos desafiantes quando alguém os xingava.

Seguíam os cânticos ao ritmo da batucada do Levante Popular da Juventude: “Somos... somos o povo... e o Passe Livre... os ricos vão pagar...!”. “Oooooooooohhhh... o Brasil Acordouuuuu... o Brasil acordouuuuu... o Brasil acordouuuuu..!”. Membros do PSTU, PT, PSOL e anarquistas estavam aí cantando juntos. Chamou-me a atenção que só algumas pessoas falavam ao microfone, lançando consignas para o público repeti-las. Fiquei observando e filmando, a maior parte do tempo perto do carro de som. Podia-se ouvir:

Boa tarde lutadores e lutadoras de Porto Alegre! [o Briza, jovem branco do Assentamento Urbano Utopia e Luta, fazia pausas para o público responder às suas frases] Somos milhares de pessoas ocupando a Praça da Matriz! Diziam que a juventude não podia passar e aqui estamos nós! A luta pelo transporte público segue nas ruas de Porto Alegre! Já somos milhares de pessoas se concentrando para cobrar dos governos ações concretas. Porque se tem dinheiro pra estádio de futebol tem dinheiro pra saúde, tem dinheiro pra educação e tem dinheiro pra o passe livre! Somos milhares de jovens trabalhadores e trabalhadoras que enfrentaram bomba, enfrentaram gás e enfrentaram a repressão da Brigada Militar! Estamos fortes pra cobrar do governo Tarso, pra cobrar do governo Fortunati, pra cobrar do governo Dilma e de todos os vereadores, de todos os deputados, da justiça, o povo brasileiro acordouuuuu!

E continuou a Lorena, jovem branca, ativista destacada da FAG no Bloco de Lutas:

Dá pra escutar? Salve! Cadê as bandeiras de luta? Pra quem achou que nós não chegaria aqui, no território sagrado do Palácio Piratini, nós viemos hoje, reafirmar a luta por um transporte 100% público na nossa cidade! E hoje, companheiros e companheiras, esse é um ato que vai reafirmar as pautas do Bloco de Lutas que iniciou o ano peleando nas ruas dessa cidade e nós não vamos sair das ruas enquanto o passe livre, enquanto o transporte 100% público, enquanto não demos um basta à criminalização de todos os que lutam. E hoje é com muita alegria também que a gente conta com a animação de bandas, temos aqui a participação de várias bandas, e agora também vamos fazer a apresentação cultural e é nesse sentido de luta, combativo, que nós damos abertura a esse ato. Viva a nossa luta!

“Viva!”, responderam alguns dos presentes. Começaram os shows: “Que país é esse?”, gritava o cantante, “É o país que eu vou mudar!”, respondiam alguns dos presentes. As intervenções, além dos shows, foram feitas sempre por pessoas da Comissão de Organização do Bloco: do PSTU, da FAG, do Assentamento Urbano Utopia e Luta, do PSOL... Com o dispositivo do carro de som o Bloco ganhava centralidade no ato mas o encontro então perdia horizontalidade. Mais ainda por conta de que as intervenções no

microfone eram feitas por um grupo reduzido de pessoas ligadas à Comissão de Organização do Bloco.

Enquanto o Giroto, jovem branco do MST, gritava no microfone que havíamos conquistado o solo sagrado do Palácio Piratini “para levar as nossas pautas para o Estado”, um helicóptero da polícia e outro não identificado sobrevoavam e apontavam a multidão com um potente foco luminoso. “A luta não se reprime, protesto não é crime!”, gritava o Giroto. O helicóptero não identificado se mantinha no céu da Matriz com um grande painel luminoso mostrando consignas do tipo: “Pela segurança de todos – vandalismo não nos representa”. Muitos lançaram a hipótese, nas redes sociais, de que o helicóptero seria de alguém da direita. Alguns lembraram que o vereador Valter Nagelstein, do PMDB, havia usado um igual na campanha eleitoral. A disputa pelos rumos e os sentidos das manifestações continuava.

Então, uma companheira do PSTU pegou o microfone para defender o carro de som e os shows que estavam sendo criticados por alguns setores de manifestantes jovens ao grito de “protesto não é festa”. A companheira destacou que o carro de som “está nos ajudando nesse ato. E não foi financiado pelo governo, não foi financiado pela burguesia, não foi financiado por interesses particulares. Quem ajudou a financiar foram os trabalhadores, foi o DCE da PUC (...)”. As vaias se espalharam pela praça. Esses jovens que vaiaram queriam marchar e não ficar parados lá. Alguns, inclusive, chegaram perto do carro de som e quase se enfrentaram fisicamente com os organizadores. Nesse ínterim, começou outro enfrentamento entre a polícia e um grupo de jovens manifestantes diante do Palácio da Justiça. Assim, explodia novamente a tão criticada repressão. A Polícia Militar disparou gás lacrimogêneo em grande quantidade e em todas as direções, seguindo a tática de repressão geral que utilizou durante as anteriores jornadas de junho. Alguns manifestantes arrancavam pedras da calçada da praça para entrar na luta direta contra a tropa de choque. Pedras e bombas de gás se cruzaram no ar.

Sansi, homem de uns 60 anos, branco, ex-militante do PT e agora militante da Refundação Comunista, me explicou em entrevista, que a reunião da Comissão de Organização do Bloco para preparar esse ato da Praça da Matriz foi na sala da Cooperativa do MST. Segundo ele, foi uma reunião de todas as organizações do Bloco. Mas ele se declarou contra o ato na Matriz:

O que estávamos fazendo? Se estávamos lutando contra a máfia do transporte local o alvo tinha que ser o prefeito, não o governador. Por outro lado, conhecendo e tendo convivido com eles, e ainda sendo amigo de um deles, eu sei que o Tarso é muito esperto e o Fortunatti não (...). Na reunião da CO se deliberou o tal de ato contra o meu voto e o do Onir. Nós queríamos que fosse na prefeitura porque passa gente que não é a burguesia da Matriz. E a reunião com o Tarso se decidiu o mesmo dia do ato pela manhã. Me perguntaram se queria ir mas não fui, sabia que faria o que fez: ensaboar tudo o mundo e se colocar como a solução política. Tanto que o dia depois saiu com o projeto de Passe Livre Intermunicipal. Aquilo foi um erro político [a reunião com o Tarso].

No seu escritório de advocacia no centro da cidade, o Sansi expressava-se com muita fluidez e expressividade. Orgulhoso por poder explicar que foi um dos fundadores do PT, da CUT e do Sindicato dos Bancários, ele não hesitava em salientar as suas divergências com o atual PT: “Nós ainda estamos processando o PT pelo uso de imagens de uma companheira [do Bloco] no vídeo da campanha deles”. Esse vídeo foi um dos motivos colocados para a expulsão do PT do Bloco.

No final da tarde de quinta-feira, os principais protagonistas do BLpTP-POA se reuniram com o governador Tarso Genro, leram suas exigências e ouviram as ponderações do chefe do executivo gaúcho, que prometeu que se investigariam os abusos da polícia contra os movimentos sociais. Na continuidade do ato, em desacordo com as esperanças e pretensões dos manifestantes, depois de um tumulto entre policiais e manifestantes em frente ao Palácio da Justiça, a Praça da Matriz, previamente cercada e isolada pela Brigada Militar, virou um curral e a violência policial estourou sobre a multidão com força multiplicada, dispersando o povo (mais de 5 mil pessoas) que se dividiu em pelo menos três grandes grupos que se espalharam pelo Centro e arredores, o que levou a novas depredações, pichações, e enfrentamentos com a polícia, madrugada à dentro. Por tudo isso: desde a falta de coordenação com a maioria dos membros do Bloco, passando pela descaracterização da manifestação, até a sua ineficiência em evitar a violência, o ato foi grandemente criticado (De Bem, 2014, p. 33).



Figura 5 – O governador Tarso Genro recebe componentes da CO no Palácio Piratini. Fonte: Bloco de Lutas.

Tomando um café com duas companheiras do Bloco, mais de um ano depois do ato na Praça da Matriz, elas ainda lembravam desse ato como um dos momentos mais marcantes que o movimento viveu. Uma delas quase abriu mão de seguir participando do movimento: “várias pessoas que eu conheço deixaram de participar do Bloco depois dessa reunião com o Tarso sem a autorização da assembleia. Eu esperava isso do pessoal dos partidos, mas quando vi nas fotos que também havia colegas anarquistas lá, não acreditava que fosse possível”.

A audiência teve grande repercussão na imprensa local noticiando entre vários títulos o “Encontro do Bloco com Tarso”. Soube-se que se tratava de integrantes da Comissão de Organização, que é composta por dois representantes de cada força política, independentemente do seu tamanho dentro do movimento, sendo os indivíduos independentes, representados por dois elementos da Frente Autônoma. Integrantes dessa comissão são indivíduos com reconhecida trajetória de militância, exibindo relativamente profundo enraizamento no debate político socialista (desde as grandes revoluções, conflitos sociais, lutas de classe viajando do leste europeu à América Latina); dotados de reconhecida capacidade de oratória aliada ao carisma e com vanguardistas posições políticas de transformação social; têm um comprovado envolvimento no processo de mobilização atual, sendo conhecidos pelos demais membros fora de seus coletivos; fazem parte há tempo considerável e dedicam-se integralmente às atividades, passando assim por todo um processo de reconhecimento de pertença ao movimento. Na prática, a Comissão de Organização é o núcleo do Bloco de Lutas, tomando dentro dele, feições duma “irmandade secreta”, que delimita fronteiras entre os militantes dentro do movimento e fazendo uma “gestão de informação” na qual decisões são tomadas de forma secreta e, num primeiro momento, seleciona criteriosamente quem deve ter acesso às tais informações (Muhale, 2014, p. 127).



Figura 6 – Depois de se reunir com o Bloco, o governador Tarso Genro saiu a falar com a Tropa de Choque da Brigada Militar.

Quando a repressão da Brigada Militar estourou na Praça da Matriz, um grande grupo de pessoas saiu em direção ao Museu Júlio de Castilhos até o Viaduto da Borges. Aí vi recuar um carro da polícia que vinha pela Avenida Borges de Medeiros e parou antes de chegar no viaduto. Os policiais tinham medo das pedras que ostentavam e lançavam alguns manifestantes; desde o viaduto gritava um senhor idoso: “Recua, polícia, recua, é o poder popular que está na rua”.

2.2. CENA ETNOGRÁFICA II: Assembleia Popular do Bloco de Lutas no Largo Zumbi dos Palmares (bairro Cidade Baixa), segunda feira 01 de julho de 2013 (entre 18h30min e 22h30min).

Cheguei no local com a câmera de vídeo na mochila, mas muitas pessoas do movimento estavam bravas com a cobertura que os meios de comunicação de massas estavam fazendo dos protestos, chamando todos os manifestantes de “vândalos” e “baderneiros”. Então, decidi não chegar filmando. No Largo se encontravam mais de 200 pessoas. Cumprimentei o Matheus, jovem negro, membro do PSTU e do DCE da UFRGS, que já estava formando um dos vários círculos concêntricos para poder dar começo à assembleia. Algumas pessoas permaneciam de pé para ter uma visão maior da grande roda com várias filas de pessoas de origens diversas. Tentei encontrar uma amiga enfermeira, que estava no local junto com outros profissionais do ramo da saúde para

colocar as pautas da saúde na assembleia, mas não a encontrei.

No início, uma companheira da Federação Anarquista Gaúcha pediu que começássemos a nos identificar como forma de tentar evitar a presença de policiais infiltrados na assembleia (os olhares procurando descobrir algum “p2” se cruzavam entre pessoas que não se conheciam). Percebi que a maioria dos que se identificavam como integrantes da Frente Autônoma do Bloco (uma frente criada para unir as pessoas autônomas do movimento para ganhar espaço versus às organizações partidárias) estavam sentadas juntas e se dispuseram a organizar a assembleia. O pessoal do PSOL e do PSTU também estavam juntos, na sua maioria, mas a Frente Autônoma contava com um número maior de pessoas.

Todos estavam concentrados em ouvir os condutores do debate, pois nesse momento ainda não havia chegado o carro de som e o grande número de participantes dificultava a audição das propostas e encaminhamentos. Ficamos mais de meia hora nessa situação, até que o BLpTP-POA [o Bloco] conseguiu trazer o carro de som (acredito que emprestado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região). Chegando o equipamento, recomeçou a assembleia, com a explicação da proposta de metodologia (um bloco de falas de até 3 minutos, um bloco de encaminhamentos e a organização de Comissões temáticas para sistematização dos encaminhamentos específicos), a leitura da carta de apoio contra a invasão da sede da Federação Anarquista Gaúcha (doravante, FAG) pela polícia, na noite do dia 21 de junho, na qual foram apreendidos livros e materiais para a confecção de cartazes; também foi pronunciado um aviso de que um grupo de 7 homens que observavam parados desde um dos lados do largo, eram militantes neonazistas e que deveríamos nos cuidar quando deixássemos a reunião. (Daniel de Bem, 2014, p. 30).

A carta de apoio à FAG também explicava que mais de 10 cidades brasileiras já tinham reduzido o aumento do preço da passagem de ônibus depois das manifestações de junho. E continuava: “vândalos são os governos que espoliam e criminalizam”. Os membros da Frente Autônoma que conduziam a assembleia explicaram que o Bloco estava se reunindo desde 8 de janeiro em assembleias e em comissões (organização, segurança...). Essa explicação era para as pessoas que estavam aparecendo numa assembleia do Bloco pela primeira vez. E, dessa forma, ao mesmo tempo se marcava uma distância entre os que estavam “desde o início” e os que acabavam de chegar. Dizer que a organização no Bloco começou em janeiro também significava dizer que não começou nas manifestações de junho, e serviu para introduzir as pautas propostas para a assembleia em questão: transporte público (Tarifa Zero, Passe Livre e Abertura das Contas das Empresas de Ônibus), contra a privatização de espaços públicos e pela descentralização dos atos do

Bloco (organização de assembleias e eventos também longe do centro).

Finalmente, se estabeleceu um tempo de 2 minutos para cada fala (com aviso prévio havendo transcorrido 1 minuto). A Assembleia começou, e um grupo de jornalistas se aproximou filmando. Rapidamente foram avisados pelos condutores da assembleia de que só poderiam registrar alguns minutos iniciais. Os jornalistas se mostraram insatisfeitos mas tiveram que aceitar essas indicações³³. A tentativa foi de evitar a presença de jornalistas durante os encaminhamentos que iriam marcar os próximos passos a seguir pelo movimento. Porém uma assembleia em espaço público não era o melhor lugar para conseguir tal sigilo.

Começando as falas, bancários, estudantes do Ensino Médio, universitários, professores da Educação Básica e Superior, funcionários da Saúde do município, funcionários dos Correios e vários cidadãos da Região Metropolitana, pessoas jovens e idosas, experientes ou neófitos na organização de movimentos sociais, de todos esses segmentos vieram discursos e propostas para as próximas ações. As pessoas na assembleia assentiam às propostas que concordavam balançando as palmas das mãos abertas no ar (sinal de aplaudir em LIBRAS), e algumas questões colocadas já eram discutidas nos comentários de outros participantes inscritos. (De Bem, 2014, p. 30-31)

Uma participante da Frente Autônoma defendeu a necessidade de discutir como foi organizado o último ato (na Praça da Matriz), por ter sido “organizado por uma minoria do Bloco tomando decisões muito relevantes sem passar pela assembleia” (como a reunião com o governador Tarso Genro). Um senhor que se identificou como fotógrafo propôs ocupar o Palácio Piratini (sede do poder executivo do estado do Rio Grande do Sul), fechar a ponte do Guaíba e o Aeroporto. Outra mulher levantou a necessidade de desmilitarizar a Polícia. Outro jovem propôs criar um evento focado contra o grupo de comunicação RBS e pela democratização da mídia.

Embora todas as inscrições tenham sido respeitadas e o acesso e a abertura ao microfone fossem totais, muitas ideias ali imaginadas, sobretudo as relacionadas com questões logísticas, eram prontamente rejeitadas pela possibilidade, explicitamente revelada, de que entre nós haveria P2 (policiais militares disfarçados) e jornalistas infiltrados (De Bem, 2014, p. 32).

Carlos Schmidt, Professor de Economia aposentado na UFRGS, colocou que é

³³ Posteriormente soubemos que alguns trechos da assembleia foram igualmente transmitidos ao vivo na Rádio Gaúcha (Grupo RBS), por parte de algum/a jornalista “infiltrado/a”.

necessário aplicar a legislação: “por exemplo, o imposto sobre as grandes fortunas que está na legislação mas não se implementa (...) e também taxar a especulação imobiliária”. Nas falas seguintes diversas pessoas refletiram sobre a necessidade de organizar um grande ato o dia 11 de julho, dia de greve geral convocada pelos sindicatos. Outras falas levantaram pautas diversas: contra a chamada “cura gay”; a favor de diminuir também o vale transporte dos trabalhadores (e não só a passagem); pela demarcação das terras indígenas e quilombolas (apoiando também o fechamento da ponte do Guaíba); pela ocupação permanente de um espaço público; pelo fim das ondas eletromagnéticas dos equipamentos eletrônicos; centrar-nos na pauta da auditoria do transporte público; vetar os 5 milhões de reais mensais do governo Tarso à RBS; a favor de ocupar uma praça (“a gente está lutando contra o capitalismo e não vejo ninguém falar isto”); que a CARRIS [empresa pública de transporte de ônibus] gerencie tudo o transporte público de ônibus (“porque licitar é legitimar o lucro”); fortalecer a comissão de segurança e criar uma comissão de autofinanciamento do Bloco; etc.

Diversas pessoas de partidos políticos à esquerda do PT (sobretudo PSOL e PSTU) colocaram a necessidade de enxergar o governador Tarso Genro e o PT como um adversário. A Luani, coordenadora do DCE da UFRGS e ativista do PSOL, do Coletivo Vamos à Luta, defendeu que “devemos afirmar-nos como anti-governo, anti-Dilma... contra os que estão nos reprimindo (...) a Câmara de Vereadores vetou hoje que as empresas mostrem as tabelas de gastos”. O Matheus, militante do PSTU, colocou que o Bloco começou com o tema do transporte mas “a gente quer lutar contra o sistema, contra a divisão de classes, pela abolição do Senado, para que os deputados ganhem o mesmo que os trabalhadores (...) temos a necessidade de fortalecer cada vez mais o Bloco (...) o pessoal de Minas Gerais está ocupando a câmara legislativa”.

Em outra fala, uma companheira da Frente Autônoma explicou que “até agora todas as revogações vão nas costas do dinheiro público, não dos empresários”. As falas seguintes continuaram sendo bem diversas: contra os atos com formato de show como o último na Praça da Matriz; a favor de levar o Bloco para a periferia (“devemos parar a economia e não só quebrar quatro vidraças de banco”, essa intervenção foi a que mais palmas levantou); a favor das 30 horas semanais para os trabalhadores da saúde; pela abertura imediata das contas do transporte público (das “planilhas”).

O Briza, jovem branco, reconhecido como um dos fundadores do Bloco, militante do Assentamento Urbano Utopia e Luta e da Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela, falou que “a periferia nunca dormiu (...) é fundamental unir-nos a esse pessoal. Não virar as costas a esses que a polícia quer criminalizar (...) é uma derrota sair sem o passe livre. Mas os políticos não se manifestam, existe um vazio de poder. É preciso derrubá-los e o povo ser protagonista no sistema político nessa cidade, na tomada de decisões”. Um membro do PSTU denunciou que “hoje foi vetada na Câmara a abertura das planilhas por esses lacaios que estão aí (...) vamos descer da Vila Tronco, da Restinga... eles [as pessoas da periferia] são mais que protagonistas”.

Ainda sobre o ato na Praça da Matriz, uma jovem branca, companheira da Frente Autônoma, analisou criticamente a estratégia do Bloco: “o problema não foi o pessoal das artes, os músicos... foi o Tarso que nos cercou que nem bois (...) fomos lá porque eles concederam a possibilidade”. Outro companheiro, jovem, branco, militante do PCB e da Frente Autônoma colocou a necessidade de chegar até o fim dos atos sem que as bombas dispersassem a manifestação. E explicou que “a Frente Autônoma foi criada por integrantes do Bloco de Lutas, que percebemos que não somos só coordenadores de partidos políticos e ativistas de movimentos sociais. Também somos gente da periferia que sofre a real infiltração da polícia. Eles [as pessoas da periferia] não são infiltrados, para nós! Não podemos reproduzir a discriminação social que criticamos!”. Este companheiro também criticou o grau de autonomia que estava tomando a Comissão de Organização “de forma antidemocrática” (referindo-se, sobretudo, ao ato da Praça da Matriz).

O Giroto, jovem branco, que se identificou como filho do Movimento dos Sem Terra (MST), propôs irmos para a periferia no próximo ato, para “caminhar nas ruas dos companheiros que estão acompanhando e nunca são ouvidos”. Várias outras ideias foram expressadas: organizar células como na Turquia onde o pessoal botava as bombas de gás dentro de baldes de água; a favor do aborto livre; contra o planejamento urbano feito pelas empreiteiras (abrir a discussão do plano de mobilidade); não depender só do Facebook ou da internet para divulgar os atos; organizar aulas públicas; organizar uma coalizão da mídia alternativa independente; dar nome aos empresários; etc.

Algumas pessoas começavam a se retirar, e a companheira da Frente Autônoma que estava moderando a assembleia lembrou a necessidade de retirar-se em grupos (para

estar seguros frente aos grupos neonazistas). Depois, uma colega das ciências sociais na UFRGS refletiu no sentido de que “os que estão no governo também estiveram um dia aqui (...) precisamos pensar a segurança como uma relação de mutualidade, porque se a gente não se autoanalisa para melhorar, o Brasil não vai mudar”. Outra companheira que se encontrava grávida foi incentivada por alguns, pois se dispunha a apresentar os cinquenta e seis encaminhamentos da assembleia. Depois dos oito primeiros encaminhamentos, alguém gritou “votação” porque não estava ficando claro o resultado de cada encaminhamento. Foi decidido que o que fosse acordado por consenso, seria para quinta-feira, e o que não, para depois. Assim, foi marcado um ato para quinta-feira, dia 4 de julho, pela Avenida Tronco (saindo do posto de saúde da Vila Cruzeiro). E foi definido que haveria uma assembleia para organizar um grande ato no contexto da Greve Geral do dia 11 de julho. Ainda foi informado que haveria uma reunião sobre as mobilizações pelo transporte no dia seguinte, às 17h30min no Centro de Estudantes das Ciências Sociais (UFRGS) e um debate sobre o mesmo tema, no dia 3 de julho, no ILEA (UFRGS).

O grande grupo foi dividido em grupos menores, aos quais os participantes voluntariamente se integravam para discutir questões mais pontuais. Essas eram as comissões, entre as quais destaco as de: comunicação, organização, cultura, mobilização e segurança. Cada comissão deveria ver suas pautas para a organização do ato na quinta-feira seguinte, na Vila Cruzeiro, agendar alguma reunião preparatória e planejar o desdobramento das ações identificadas como prioritárias (De Bem, 204, p. 33)

Nesse momento transitei entre os grupos formados pelas diferentes comissões. Queria acompanhar o desenvolvimento da Comissão de Organização, pois pretendia que o foco da minha pesquisa fosse como o movimento estava se organizando nessa Comissão, mas essa Comissão decidiu não se reunir naquele momento. E esta decisão não foi tirada na assembleia. Foi uma decisão das pessoas que já formavam a comissão anteriormente (os mesmos que se reuniram com o governador Tarso Genro). Então, passei pela reunião da Comissão de Comunicação onde a Paula, da Pós-graduação de Antropologia da UFRGS, estava propondo criar material informativo em diferentes formatos com um vocabulário inteligível para a maioria da população, para explicar os objetivos do movimento. Depois, decidi filmar um pouco o clima organizativo da assembleia e, quando estava filmando o grupo da Comissão de Segurança, alguém reclamou, e, então, o grupo se opôs que eu continuasse filmando de perto. Nesse momento, o pessoal da Comissão de Organização

que estava ocioso no meio do largo, concordou que não deveria filmar de perto. Separei-me 15 ou 20 metros e filmei os diferentes grupos reunidos no Largo.

Voltamos ao grande grupo para acertar os encaminhamentos discutidos em cada comissão, o que foi bastante rápido e se deu por encerrada essa assembleia. Um último aspecto, bastante pessoal, deve ser anotado. Tive uma “experiência geracional” bastante importante, pois reconheci entre os presentes vários colegas do meu tempo de graduação na UFRGS, não só das ciências sociais, mas de vários outros cursos, que em seu tempo participaram do movimento estudantil e que agora, profissionalizados, ainda se mantinham participando dos movimentos sociais. De forma que foi muito eloquente para mim essa integração entre os novos estudantes e seus predecessores, mostrando que algumas sementes plantadas 10 ou 15 anos atrás vicejavam como o fruto amadurecido da participação popular e autônoma (De Bem, 2014, p. 34).

Depois desses encaminhamentos e informes, novamente ficou claro quem coordenava a assembleia, pois o Briza, membro da Frente Autônoma, ainda teve a última palavra para ler um poema (“só quando os trabalhadores e as trabalhadoras perderam a paciência”, dizia um dos versos) e lembrou a necessidade de “ficar espertos” com o grupo de neonazistas. Esse mesmo membro da Frente Autônoma também deu começo à seguinte assembleia do Bloco que vou descrever na sequência.

CENA ETNOGRÁFICA III. Marcha desde a Vila Cruzeiro, quinta-feira 04 de julho de 2013 (entre as 18h e as 22h)³⁴.

Particpei da manifestação desde a Vila Cruzeiro mas passei por dificuldades para encontrar o lugar (precisei pegar dois ônibus e perguntar a diversas pessoas antes de chegar no Posto de Saúde da Cruzeiro). Quando cheguei, a parte final da manifestação já estava em marcha dando a volta no edifício do posto de saúde. Lá encontrei Lucas Maróstica, do PSOL, quem já havia encontrado no debate no ILEA³⁵ dois dias antes. A manifestação esteve muito animada e contou com a participação de moradores das vilas próximas à Avenida Tronco. Mais do que fazendo parte da marcha, os moradores chegavam até a Avenida para ver a marcha passar e saudar a manifestação. Alguns fizeram

³⁴ Filmei, editei e disponibilizei o vídeo do ato na Antropo TV: www.vimeo.com/70192159. Ou procurar na minha conta do youtube.

³⁵ Filmei e disponibilizei o debate na Antropo TV: www.vimeo.com/69696286. Ou procurar na minha conta do youtube.

os seus cartazes e se uniram à caminhada quando a manifestação passou perto das suas casas. A Comissão de Segurança formou um grupo que caminhou bem para trás do grupo maior de manifestantes para impedir que a Polícia Militar “empurrasse” por trás e marcasse o ritmo da manifestação. Um companheiro ficava especialmente atrasado e mantinha uma atitude provocativa olhando para os policiais. Pedi para ele não ficar tão sozinho porque poderia ser preso pelos brigadianos. Ele me respondeu que já tinha sido preso nas manifestações de junho e não tinha medo de ser preso novamente, mas agradeceu por minha preocupação.

No meio da marcha, uma companheira informou que a Prefeitura havia desligado várias câmeras de segurança nas ruas do centro. Depois de algumas discussões, a Comissão de Organização decidiu acabar a marcha no hipódromo (“símbolo da especulação imobiliária”, conforme depoimento da Lorena, companheira da FAG, no microfone). O motivo alegado para não manter a manifestação até o centro era que várias pessoas das vilas saíam da marcha na medida que a manifestação se afastava das suas casas, e o número de manifestantes não seria o suficiente para chegar com força até os edifícios governamentais sem ser muito vulneráveis à repressão policial. Porém o ato foi analisado pelos participantes como vitorioso: várias pessoas da periferia falaram ao microfone explicando a tragédia das “remoções da Copa do Mundo” e ao grito de “quem apoia pisca a luz”, várias pessoas em casas e edifícios piscavam a luz de suas moradas. O Briza, da Frente Autônoma, guiava o motorista do carro de som e distribuía as falas no microfone. No final, o ato foi avaliado como um êxito total, pois a polícia não conseguiu reprimi-lo e houve uma ampla participação e a junção das pautas do transporte, contra a especulação imobiliária e as remoções “da Copa”.

Voltando em direção ao centro, alguns manifestantes muito jovens (pareciam menores de idade) sacudiram uma parada de ônibus, arrancaram cartazes promocionais da grade do Shopping Cristal e xingaram e apedrejaram alguns policiais que se encontravam no interior do recinto protegendo o shopping. Dois manifestantes chegaram até mim para criticar que estivesse filmando aquelas ações (pensavam que podia ser um jornalista da grande mídia querendo criminalizar o protesto). Foi um momento bastante incômodo e percebi novamente a dificuldade de filmar em atos organizados pelo Bloco. O helicóptero da polícia voava por cima de nós. Encontrei o Eduardo, colega das ciências

sociais da UFRGS, que estava com outra amiga das sociais, e voltamos juntos para o centro, não sem certo medo de sermos abordados pela polícia na metade do caminho. Voltando, na altura do Estádio Beira Rio, passaram pelo nosso lado muitos ônibus cheios de policiais militares. Com os pés e as costas já doendo, conseguimos pegar um ônibus e voltar, finalmente, ao centro para descansar.

CENA ETNOGRÁFICA IV. Assembleia Popular do Bloco no Auditório do CEPERGS, Av. Alberto Bins, bairro Centro, segunda-feira 08 de julho de 2013 (entre as 18h30min e 22h30min).

O Bloco também construiu a sua maneira de fazer as coisas nas medidas de segurança e na relação com os meios de comunicação. A Comissão de Organização decidiu que os meios não poderiam acompanhar a assembleia de 8 de julho de 2013 no CEPERGS. Só uma jornalista, Bruna, do Jornalismo B, que solicitou fazer o seguimento do encontro, recebeu a permissão da Assembleia, mas sem poder tirar fotografias da mesma. O Bloco tentou pautar a relação com os meios, em parte por causa do descontentamento pela manipulação dos protestos, realizada por boa parte da grande mídia. Essa manipulação e esse confronto de interesses se materializava nos choques acontecidos na Avenida Ipiranga, quando as manifestações de 17 ou de 19 de junho de 2013 sofreram ataques de gás e foram dispersadas com bombas de efeito moral lançadas pela Tropa de Choque, para evitar o passo da caminhada perto do prédio da RBS.

Depois da manifestação iniciada na Vila Tronco, na quinta-feira dia 04/07, a assembleia que ocorreu na segunda-feira 08/07 tinha um clima de empoderamento. Cheguei no auditório do CEPERGS as 19 horas e o mesmo já estava lotado com centenas de participantes, foi pedido que eu desligasse o meu celular e entregasse a bateria em separado, para impedir o rastreamento do mesmo, por razões de segurança. A conversa ainda girava sobre a última manifestação, que foi saudada como um exemplo de inclusão das pautas e dos moradores da periferia e como um distanciamento dos interesses elitistas e de direita que vinham disputando espaço em manifestações anteriores (Daniel de Bem, 2014, p. 35).

Na entrada do Auditório do CEPERGS, para a assembleia do dia 8 de julho, uma companheira e um companheiro das ciências sociais da UFRGS me pediram o celular. Indiquei que não utilizo celular, olharam-me estranhando, e expliquei sorrindo: “nem uso nem quero usar”. Me deixaram passar sem complicações. Cheguei antes do início da

assembleia e novamente percebi como as pessoas escolhiam estrategicamente os seus lugares conforme chegavam. O Auditório tem uma forma retangular, pensada para organizar reuniões plenárias com os protagonistas falando ao microfone e o público sentado em várias filas paralelas diante do microfone. A roda da assembleia começou a se formar ao lado da porta de entrada. Nessa roda se concentraram muitas pessoas da Frente Autônoma, e várias do PSTU e do PSOL, sobretudo pessoas que fazia tempo que organizavam o movimento e não se sentiam constrangidas ocupando as primeiras filas da roda. O resto das pessoas entravam e se colocavam nas várias filas de cadeiras formadas para além da roda, em direção aos fundos da sala.

O Briza, membro da Frente Autônoma que fechou a última assembleia, também abriu as falas nesse dia. Pediu para as pessoas se apresentarem e explicou a decisão de recolher os celulares na entrada (decisão da Comissão de Organização): era porque na assembleia anterior “vários jornalistas fizeram transmissões ao vivo através de seus celulares” e, mais uma vez, para tentar evitar a presença e o monitoramento por parte de policiais infiltrados. A maioria de nós se apresentou como sendo estudantes universitários, alguns secundaristas, várias pessoas se apresentavam só dizendo o nome; também havia advogados, professoras do CPERGS, trabalhadores dos Correios, membros de partidos, da FAG, de DCE’s, de outros sindicatos, como o SIMPA, e de várias organizações políticas de esquerda. A escolha de um local fechado foi estrategicamente pensada para ter um controle maior das pessoas que participariam. Isto porque o principal ponto a ser abordado referia-se à construção das mobilizações chamadas para ocorrerem durante o dia de Greve Geral articulada pelas principais centrais sindicais para a quinta-feira, 11 de julho.

Havia um jovem negro, de físico malhado, que estava de pé e muito atento o tempo todo da assembleia, e em muitos momentos ele era sondado por membros do bloco, que não o conheciam e queriam saber o porquê que ele estava ali. Tanta falta de sutileza acabou por chamar a atenção do próprio rapaz, que pediu direito a fala e colocou que se sentia humilhado e constrangido, que não era P2 e que estava tentando se integrar ao grupo desde a mobilização passada. Independentemente de se ter acreditado ou não no discurso do jovem, o fato é que a paranoia disseminada dentro do BLpTP-POA, estava atentando contra a própria ampliação do movimento, posto que depois de meses de mobilização, de disputa ideológica com os políticos e com a mídia corporativa, e com a recente adesão de muitos cidadãos, os militantes mais organizados, não tinham mais as rédeas de seu próprio projeto nas mãos, o que ampliou as divisões e aumentou a sensibilidade contra os oportunistas, dissidentes e infiltrados, aumentando também as técnicas de vigilância e

Matheus, jovem negro, estudante de história e liderança do PSTU, colocou uma proposta de mobilização para a Greve que estava sendo preparada por diferentes sindicatos (CPERGS, SIMPA, Intersindical, Sindicaixa... quase 40 sindicatos) para “criar um movimento alternativo ao dos sindicatos próximos ao Governo” (sobretudo a maioria de correntes da CUT). O Matheus também levantou que o dia seguinte (9 de julho de 2013) estariam se cumprindo 7 meses desde o começo das atividades do Bloco em 2013. Colocou, também, que o Bloco organizou, desde então, atos quase todas as semanas e com uma participação crescente da população, e da importância de somar forças com esses sindicatos no dia da Greve Geral.

Várias falas levantaram que a gente ainda não tinha conseguido as vitórias almejadas, como o Passe Livre. A necessidade da democratização da mídia, a desmilitarização da polícia, o repúdio às obras da Copa... O José, jovem negro da organização política “A Marighella” colocou a proposta de ocupar a Câmara de Vereadores “pela falta de respeito e pelo desafio dos vereadores que, no dia 1º de julho, blindaram as contas do transporte, votando contra a transparência”. Depois dele, outro companheiro criticou ter sido banido do grupo de Facebook do Bloco por ter feito uma crítica à forma de organização interna do movimento: “precisamos democratizar o Bloco”, falou. Em seguida, um senhor branco de uns 60 anos, que se identificou como fundador do PT, criticou duramente o papel do Governador: “O Tarso é um fascista por como se comportou como chefe da Polícia Militar. O PT traiu a revolução popular ficando do lado da burguesia”.

Outro senhor, também branco e de uns 65 anos, que fiquei sabendo depois que era membro da diretiva do SIMPA e membro do PSTU, levantou a ideia de chamar para uma Assembleia Popular em Porto Alegre: “o movimento está forte o suficiente para se marcar essa fita. Essa é a nossa referência política: o poder da classe trabalhadora. Precisamos criar uma assembleia independente de todo governo e que junte toda a classe trabalhadora”. Esses dois senhores não falavam habitualmente nas reuniões do Bloco, mas nesse dia chegaram com a ideia de fazer a sua colocação e sentaram nos primeiros lugares da roda principal da assembleia.

Depois deles, um companheiro e uma companheira da Frente Autônoma, os dois

jovens e brancos, que ficaram propositalmente afastados da roda onde estavam os principais organizadores do movimento, se manifestaram contra a atitude de alguns membros da Comissão de Organização de “sentar com Tarso e negociar a entrada na Praça da Matriz. A Comissão de Organização não tinha autorização da assembleia para se reunir com Tarso”. Denunciaram que estava dando-se uma centralização do Bloco e propuseram “que uma pessoa de cada comissão faça parte também da Comissão de Organização”. O objetivo seria reduzir a força das organizações políticas que compunham o movimento e aumentar o peso das comissões, as instâncias criadas especificamente pelo movimento. Essa medida foi implementada, porém nos meses seguintes percebemos que os membros das organizações políticas na Comissão de Organização (CO³⁶) eram quase sempre os mesmos, e os membros das outras comissões se alternavam mais e, na maioria dos casos, quando participavam da CO não eram levados em consideração pelos que fazia mais tempo que compunham a comissão.

Se na assembleia do dia 01/07 já foi possível perceber a cristalização de lideranças dentro do BLpTP- POA (sobretudo quando a Comissão de Organização não sentiu necessidade de se reunir naquele momento, na presença de todos), nessa assembleia (08/07) a hierarquização e tensionamento entre lideranças e base se mostrou ainda mais intenso. Determinadas lideranças, pediam constantemente questões de ordem e polemizavam sobre os principais problemas postos. Fofocas e intrigas iniciadas nas redes sociais emergiram em meio à assembleia, quando representantes de grupos minoritários dentro do BLpTP-POA questionaram o protagonismo dos membros da FAG, e a real horizontalidade nas tomadas de decisão do bloco (De Bem, 2014, p. 36).

Um companheiro do PCB e membro da Frente Autônoma questionou que fosse “O Bloco” quem foi falar com Tarso:

A gente está aqui para aprender. Qual foi o ganho político de ter ido falar com Tarso? Zero. Eu não fui, ninguém me convidou. Vamos dar essa prerrogativa para a comissão de organização fazer o que quiser em cada momento? Eu sou contra. Acho que a gente tem que decidir tudo, juntos.

As falas não estavam ordenadas por pautas e as pessoas alternavam críticas aos últimos passos do movimento com propostas para o futuro. Sobre as reuniões com o gabinete do Tarso, alguém falou que “esse não é o trato que o Tarso merece. O que merece é o mesmo trato que damos ao Barbosa”. Outro jovem branco, professor da rede

³⁶ Assim é conhecida pelos ativistas do Bloco: “a CO”.

estadual de colégios, criticou que o Tarso não pagou o piso salarial que prometeu aos professores e se posicionou contra “o fechamento da comissão de organização” apelando a abri-la: “deixar de esconder-se e abrir o Bloco para a gente nova que chegou”.

Os participantes da audiência com o governador tentaram se justificar alegando ter sido um “convite de última hora, sem tempo hábil para comunicá-lo e debatê-lo em assembleia, não se podendo desperdiçar a ímpar oportunidade de reclamar perante o governador da perseguição e criminalização do movimento e seus manifestantes; informar da truculência e exigir o fim dos desmandos da polícia (...) participantes da assembleia reprovaram severamente a atitude da Comissão de Organização acusando-a resumidamente de: a) quebrar acordos políticos fundacionais do Bloco, pois ignoraram a instância soberana de toma de decisões –a assembleia –, dialogaram e negociaram com autoridades políticas em representação do movimento em claro desrespeito às regras internas; b) adoção de um papel centralizador, autoritário e secreto, elidindo a coletividade e horizontalidade do movimento; c) acusaram também alguns dos seus integrantes de usar o movimento para autopromoção e obtenção de ganhos políticos particulares (Muhale, 2014, p. 129).

Matheus, jovem negro, pediu novamente a palavra para reforçar a proposta do seu velho companheiro de partido: “precisamos criar uma assembleia popular em Porto Alegre que organize todas as lutas e de forma independente”. Outra companheira, jovem e branca, que não se identificou, alertou: “que o dia 11 não vire festinha da CUT”. E o que foi “fundador do PT” explicou que

o 1º de maio a CUT e o Pro-lutas negaram a palavra ao Bloco dizendo que não era representativo. Estão errados! A única revolução será na união entre estudantes e trabalhadores! Eu gostaria de saber quais as organizações que estão nesta assembleia para saber onde a gente pode chegar.

Outra companheira jovem e branca, professora e participante na Frente Autônoma, pediu “assumir a desmilitarização da polícia como uma pauta seria” e parabenizou o grupo que “escrachou” os brigadianos. Nesse momento muitas pessoas aplaudiram o “escracho”. O Giroto, jovem branco do MST, colocou a necessidade de “não perder o foco para não apagar o fogo da luta”. Referindo-se ao ato da Praça da Matriz e à reunião com o governador como uma manobra do Tarso para usar o Bloco para mostrar que dialoga com os movimentos sociais.

Depois, o mesmo companheiro da Frente Autônoma e do PCB que já tinha falado anteriormente insistiu no tema da organicidade e autonomia da Comissão de Organização: “principalmente eu quero saber como será no futuro. Se isso vai voltar a acontecer...

Quero saber o espaço que as outras pessoas vão ter ou se vão ficar subordinadas às principais organizações que formam parte do Bloco”. O mesmo Matheus do PSTU defendeu a reunião com o governador, dizendo que “participou gente de todas as organizações, também da Frente Autônoma”. Aí um companheiro da Frente Autônoma respondeu que “tem que ser o Bloco também das pessoas independentes”. Outra companheira da Frente Autônoma também pediu discutir o funcionamento da CO e escolher gradualmente as pessoas que a formam.

Ainda se questionou quão oportuno terá sido esse encontro [com o governador Tarso Genro] num momento em que o movimento experimentava o seu auge nas ruas; não se vislumbrava qualquer ganho político, pelo contrário, considerava-se ter sido um “tiro no pé” do “movimento” pois, submeteu-se ao jogo político tradicional traindo a multidão nas ruas (...) Agravado a isso, já não era a primeira vez que esta comissão era alvo de críticas. Antes, fora acusada de “tirar objetivos” e fazer a definição de trajetos dos atos em “espaços fechados” tendo sido repreendida pela exclusividade que se auto-atribuía na tomada de decisões em detrimento do coletivo (Muhale, 2014, p. 129).

Por outra parte, foi debatido o projeto de lei aprovado na Câmara de Vereadores que reduziu ainda mais a passagem de ônibus (de R\$2,85 a R\$2,80), através da isenção às transportadoras do ISSQN, o que foi considerado um desrespeito aos contribuintes e ao movimento (que pretende eliminar o lucro dos empresários). Ao mesmo tempo, apresentaram-se as dificuldades colocadas pelo próprio horizonte de luta e o caminho através do qual ele vai sendo perseguido.

São problemas como a cristalização de protagonistas com mais poder em relação à palavra (mais falas, com mais tempo; falas mais respeitadas; assuntos destinados ao consumo público e assuntos de camarilha, silenciados justamente durante as assembleias), o que acaba gerando uma certa hierarquia; a constante ameaça tanto da hiperexposição à mídia e ao Estado, quanto do encastelamento em um grupo minoritário e sem diálogo com o restante da sociedade civil; as seduções em institucionalizar-se, virar uma espécie de partido, ganhar legitimidade no diálogo com o governo e outras organizações institucionalizadas à maneira do Estado burguês; os acordos e os “rachas internos”, ou, “até onde podemos ir em um projeto mais amplo, sem trair certos pressupostos da minha militância básica (seja ela partidária, sindical ou autônoma)”; a generalização da desconfiança, o oportunismo de falsos apoiadores e a deturpação e repressão do projeto por parte dos antagonistas etc. (De Bem, 2014, p. 37)

Nos encaminhamentos houve uma votação para decidir qual seria o trajeto que seguiria o Bloco na manifestação do dia 11 de julho. As pessoas levantaram as mãos para votar, e percebemos que o resultado estava ajustado... “Precisamos contar votos”, alguém

falou. Houve um empate a 68 votos o que levantou a emoção na assembleia. Uma proposta era ir do Largo Zumbi dos Palmares diretamente até a Câmara de Vereadores. A outra proposta era chegar até a Câmara de Vereadores, mas passando primeiro pela Avenida Borges de Medeiros e pelo Largo Glênio Peres para unir forças com os sindicatos. Marina, irmã do Matheus e também militante do PSTU, contava os votos junto com um companheiro professor, membro da Frente Autônoma. O voto da Marina, que ainda não tinha sido computado, deu o desempate ganhando a proposta de unir forças com os sindicatos. Nos mesmos encaminhamentos, se votou favoravelmente a que a manifestação chegasse até a Câmara de Vereadores e “ficasse lá”; isto significava ocupar a Câmara. Inclusive foi aprovado apoiar a concentração do dia 10 de julho, no INCRA (ao lado da Câmara de Vereadores), organizada pela Frente Quilombola e por forças indígenas para exigir o reconhecimento de terras. Também foi aprovada a participação de parte do Bloco na assembleia dos rodoviários, que ocorreria o mesmo dia 10 de julho (quarta-feira).

Finalmente, como sabemos, a luta da Ocupação da Câmara começou o dia 10 de julho, junto com indígenas e quilombolas. E várias centrais sindicais apoiaram em presença e em logística. Outras falas colocaram “que as velhas disputas da esquerda não venham a pautar o Bloco”. Mas estas disputas entre os diferentes setores pareciam inevitáveis e inclusive a recorrente petição de apoio logístico aos sindicatos (carro de som, dinheiro para fazer faixas, imprimir panfletos, etc.) caminhava contra a autonomia do movimento.

CAPÍTULO 3

Tensões e conciliações na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (10-18 de julho de 2013).

Badiou está certo ao afirmar que hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas democracia: é a “ilusão democrática”, a aceitação dos mecanismos democráticos como a moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas (Zizek, 2012, p. 23).

Neste capítulo mostra-se a complexidade dos papéis que desenvolvem diversas pessoas durante a Ocupação da Câmara. Privilegiam-se algumas disputas vividas entre pessoas do Bloco de diferentes correntes e, também, conciliações e conflitos envolvendo outros setores: oficiais de justiça, juízes, vereadores a favor e contra a “ocupação”³⁷, guardas municipais e funcionários diversos. Também se analisa como agentes do judiciário procuraram impor a harmonia e conseguiram a desocupação pacífica da Câmara, através de um acordo de conciliação. Vemos como, durante as negociações e na CPI “da invasão”³⁸, vários vereadores governistas negaram o Bloco de Lutas como interlocutor político válido e não cumpriram os acordos estabelecidos no termo de conciliação. Porém, não havendo reclamações, o processo dirigido pela juíza Cristina Luisa Marquesan da Silva foi arquivado. Analisando situações vivenciadas no marco da Ocupação da Câmara, depoimentos e encaminhamentos da CPI, sugere-se que o Bloco conseguiu impor uma certa “legalidade” durante a Ocupação, abriu novos horizontes nos repertórios de ação coletiva em Porto Alegre e exasperou os ânimos dos vereadores governistas.

Parto da base de que a moralidade, entendida como “valores, particularmente aqueles associados a formas de vida consideradas como as melhores e, portanto, pretendidas no âmbito de uma determinada sociedade” (Cardoso de Oliveira, 1996), influencia na construção de uma nova legalidade no âmbito de atuação do Bloco de Lutas.

³⁷ A maioria dos membros do Bloco considera o evento acontecido na Câmara de Vereadores de Porto Alegre entre os dias 10 e 18 de julho de 2013 uma “ocupação”.

³⁸ Os vereadores governistas consideram que o evento analisado foi uma “invasão” pois não foi consentida por eles.

As legalidades são artefatos produzidos no meio de lutas políticas e jurídicas com muitas frentes implicadas. As partes implicadas tentam influenciar a opinião pública através de interpretações publicadas nos meios de comunicação, nas redes sociais, etc. Com as suas ações coletivas, o Bloco coloca em questão certo sentido do Estado de direito e da democracia, a definição de justiça e de violência, a constituição da ordem institucional, e das legalidades. O que as ações do Bloco significam não está dado, elas vão sendo significadas e re-significadas pela mesma pessoa, e por pessoas diferentes, num processo de disputa de significados. A legalidade ou ilegalidade destas ações não depende diretamente do que acontece nelas, mas de como elas são significadas. E estes significados fazem parte de uma luta política³⁹.

Figura 7 –
Plenário
Otavio Rocha,
Câmara
Municipal de
Porto Alegre,
ocupado pelo
Bloco de
Lutas. Fonte:
Bloco de
Lutas.



Com as cenas etnográficas do capítulo 2 desta dissertação, podemos obter uma ideia sobre o contexto político que se estava travando antes da Ocupação. Naquele momento, o Bloco de Lutas foi um dos atores principais das conhecidas como “Jornadas de junho”. Já no mês de julho, o Bloco ocupou a Câmara. Durante este capítulo vou seguir citando observações de outros etnógrafos, intervenções nas redes sociais, observações

³⁹ Na sua trajetória política, diversas companheiras e companheiros do Bloco de Lutas participaram em ações protagonizadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST). Salvando as diferenças geracionais e de classe, me resulta inevitável pensar nos paralelismos entre algumas ações diretas do MST, como ocupações ou marchas, e esse tipo de ações do Bloco. A dimensão da violência e a dimensão simbólica estão permanentemente trabalhadas nas ações diretas do Bloco. Quando analisa uma marcha do MST, Christine de Alencar Chaves (2006, p. 42) coloca: “Uma vez que a ação política do MST encontra-se nos limites do consentido, do que é definido como legal e daquilo que é considerado ou não legítimo, ela atua nas fronteiras da ordem social estabelecida e desnuda um traço essencial da política frequentemente eludido: a violência”.

anotadas nos meus diários de campo e extraídas das minhas filmagens e de outras fontes, como a TV Câmara ou companheiros da mídia alternativa⁴⁰.

3.1. “Um outro arranjo de pessoas, processos e ações dentro da Casa do Povo”⁴¹

Em 10 de julho de 2013 fiquei sabendo da Ocupação da Câmara através da rede social Facebook. Estava cumprindo uma das inúmeras obrigações acadêmicas que desembocam do mestrado de antropologia na UFRGS e seguindo as publicações sobre as lutas pelo transporte através da página e do grupo de Facebook do Bloco. Enquanto vi que anunciaram a ocupação e chamaram as pessoas para ir apoiar, peguei a filmadora e fui direto lá. Meses depois, consegui pesquisar no arquivo do Memorial da Câmara, onde se encontravam as filmagens da TV Câmara. Aí encontrei o vídeo da sessão plenária que estava em marcha na tarde do dia 10 de julho de 2013, antes de que o plenário fosse ocupado pelo Bloco de Lutas. Cerca de quarenta membros do Bloco já se encontravam nas gradearias da Câmara e outro grupo se encontrava na rua, sem poder entrar, porque a “Casa do Povo” tinha sido fechada.

Então, o Vereador Nedel (PP), com muito pesar na expressão verbal e facial, deu a palavra ao “Vereador Comassetto” (PT) que, como porta-voz dos partidos da oposição, fez a sua parte na pressão para que as portas da Câmara fossem abertas novamente:

Vereador Nedel, como é importante o debate, e esta é a Casa do Povo, a discussão tem que acontecer em todos momentos... E aqui eu quero fazer um registro, porque nós estamos em plena sessão, e... pelo que sabemos, as portas de entrada foram fechadas para ninguém entrar. E... nós não temos acordo com isso. Só queremos dizer, senhor presidente, que nós teríamos que dialogar com todos. Nós somos aqui os partidos de oposição e, enquanto tiver sessão, o parlamento tem que estar aberto.

O Vereador Comassetto discursou, e os militantes do Bloco desde as gradearias aplaudiram. Nesse momento, o Presidente convidou “todas as lideranças” para conversar

⁴⁰ Os companheiros do Coletivo Catarse, do Jornalismo B e do projeto Mediatize me cederam parte do material original que filmaram durante a Ocupação para ser utilizado no filme “Morar na ‘Casa do Povo’”, que faz parte desta pesquisa.

⁴¹ A denominação da Câmara Municipal como a “Casa do Povo” é utilizada e problematizada frequentemente pelos meus interlocutores do Bloco. Em cartaz oficial gigante na entrada da Câmara se anunciava, nos tempos da ocupação, que essa era a “Casa do Povo”. Porém, alguns componentes do Bloco usaram nas assembleias outras denominações como, por exemplo, “covil de víboras” ou “pocilga”: “isto aqui nunca esteve tão bem frequentado”, colocou um companheiro do PCB.

na sua mesa e decidir o que fazer. A Vereadora Jussara Cony (PCdoB) ainda aproveitou para se aproximar ao microfone erguido no centro do plenário e reforçar a pressão:

É Presidente, por favor! Todas as lideranças, para a gente ter uma decisão. O Parlamento está funcionando, vamos deixar o Parlamento funcionar.

O Presidente da Câmara, doutor Thiago Duarte (PDT⁴²), decidiu suspender a sessão. Mas o Vereador Valter Nagelstein (PMDB) teve tempo de “externar” sua posição:

A nossa posição é favorável a que as pessoas que queiram permanecer permaneçam, desde que não invadam o plenário e que... a Casa, de fato, é do Povo.

Chama muito a atenção a necessidade dos políticos de repetir que “a casa é do povo”. Pouco acostumados a sentir a pressão popular nas suas costas, os vereadores governistas se viram surpresos e superados pela ação do Bloco. O Presidente da Câmara se mostrou inicialmente “aberto ao diálogo”, mas colocando a necessidade de o Bloco indicar representantes: “espero que vocês indiquem uma representação e eu estou à disposição para recebê-los”. Quando os “representantes” do poder legislativo pedem que o Bloco indique os seus “representantes”, isto pode ser pensado como uma forma de capturar o movimento.

Às 20 horas, cerca de sessenta pessoas estavam esperando no portão de entrada, na rua diante da Câmara Municipal. A Presidência da Câmara tinha se comprometido a abrir as portas naquele horário, mas estavam passando os minutos e a porta não abria. Então, cinco ou seis pessoas começaram a pular o portão. Nesse momento chegaram três guardas municipais apontando com os lasers das suas armas e disparando eletro choques contra os que estavam acima da porta. Três pessoas já tinham saltado no interior do recinto e ficaram paradas diante dos guardas. Uma companheira que estava acima da porta voltou novamente pra parte da rua. E outro companheiro, depois de se manter uns segundos acima, enquanto os policiais o apontavam e disparavam com armas de eletro-choque, finalmente também voltou atrás. Então alguns ativistas começaram a balançar a porta e outros, também do Bloco, pediam que parassem. Entretanto, os que saltaram e

⁴²

O PDT também era o partido do Prefeito de Porto Alegre nesse momento, o Sr. José Fortunati.

estavam dentro dialogavam com os policiais, e outro companheiro, desde fora, falou pra eles: “Não é nenhum crime estar aí dentro tchê”. Alguém desde fora reclamava: “o prédio é público, deveria estar aberto!”. E o grupo gritava: “Abre! Abre!” e “Abre a Casa do Povo!”.

Na rua identifiquei tanto jovens anarquistas como os da UJS, do PSOL, do PSTU; e, desde fora, Fabrizio, músico e impulsor do projeto de comunicação Mideatize, perguntou para os policiais: “De que lado vocês estão cara? A gente está lutando por vocês também e vocês estão aqui nos dividindo”. O policial respondeu: “Cara, não é assim, não é assim. Nós estamos aqui cumprindo ordens”. E o Fabrizio sugeriu: “Poderias fazer a tua parte aqui também cara, e não ficar aí só recebendo ordens de pau mandado de político corrupto”. Nesse momento um dos companheiros que tinha pulado a cerca pediu calma ao companheiro de fora: “Calma irmão, calma. Tu tá fora, tu tá fora, irmão”. Cada um ia improvisando o seu papel sobre a marcha. As portas da rua foram reabertas às 20h05min, e o Matheus, do PSTU, chegou junto com a Lorena da FAG e o Alfeu do Utopia e Luta, para nos parar na entrada e nos dar alguns “recados” antes de entrar:

Calma! Calma... a gente quer dar alguns recados pra quem vai entrar agora. Porque nós já estamos aqui desde o início da tarde. E a gente entregou a carta de reivindicações do Bloco, votada em assembleia..., e estabeleceu alguns acordos para nós poder fazer a nossa assembleia lá dentro e dar continuidade à ocupação. Quais são eles? Os principais, os principais acordos que a gente já tinha debatido antes, inclusive... Esse espaço aqui, nós vamos entrar lá dentro, nós vamos ocupar, é legítimo, é nosso, mas ele vai permanecer da mesma forma como a gente entrou. A data da gente sair não está determinada ainda, entendeu? Mas isso quer dizer o quê? Nenhuma parede riscada, nenhum vidro, nada, nada, entendeu? Nós sabemos que o movimento não tem por princípio fazer isso, mas inclusive da parte deles pode surgir para tentar nos criminalizar, entendeu?

O Matheus se esforçava em legitimar a forma como a Ocupação foi organizada: “a gente entregou a carta de reivindicações do Bloco, votada em assembleia” ou “os principais acordos, que a gente já tinha debatido antes, inclusive”. Os acordos estabelecidos com os vereadores foram deliberados por membros da Comissão de Organização (CO). Na entrada, os mesmos membros da CO fizeram a primeira seleção de pessoas. O critério para deixar entrar as pessoas ou não era “de onde” as pessoas eram. Quem era conhecido pelos organizadores, ou dizia ser de uma organização conhecida, podia entrar; quem não era conhecido não podia entrar.

Depois foi caricaturesca a cena em que o Presidente da Câmara leu o suposto

“acordo” diante das câmeras e de diferentes militantes do Bloco: “já sei que vocês não vão assinar mas eu vou ler pra vocês”. Em entrevista, Sansi, assessor jurídico, branco, de uns 60 anos, militante da Refundação Comunista, me comentou que Thiago Duarte estava despreparado para ocupar o cargo de Presidente da Câmara: “Ele regalou o Plenário. Parece que ele pensava que a gente simplesmente celebraria uma assembleia no Plenário e depois iria pra casa...”. Realizar uma assembleia no plenário era um dos pontos do “acordo” que o Bloco não quis assinar mas que Thiago Duarte leu publicamente, de qualquer jeito. E ainda começou chamando o movimento como “Movimento Passe Livre”. “Quanto desconhecimento”, alguém o interrompeu.

A Câmara foi sendo redecorada com bandeiras anarquistas, do PSTU, PSOL, do movimento LGBT; com o reordenamento de parte da mobília; a anexação de cartazes políticos, pedagógicos e/ou satíricos: “Banheiro livre de gênero”, “Você sabe reciclar? Então recicle, por favor!”, “Jesus é gay”; e intervenções nas fotografias e legendas relacionadas com os vereadores. Uma “anarquia organizada” diria o ingênuo ignorante, na qual a horizontalidade e a autogestão foram experimentadas de forma ampla e intensa, com todas as suas potencialidades e seus riscos (De Bem, 2014, p. 20).

As bandeiras que presidiam o plenário da Câmara foram relevadas pela bandeira anarquista. Esse me pareceu um elemento simbólico muito significativo. Parecia impensável que a bandeira de algum partido político pudesse ficar lá no alto, no lugar que antes ocupavam a bandeira do Brasil ou a do Rio Grande do Sul. Em contraposição, dificilmente alguém se atreveria a questionar o lugar da bandeira anarquista nessa ocupação. Este tipo de detalhes é ilustrativo do peso das correntes anarquistas dentro do Bloco.

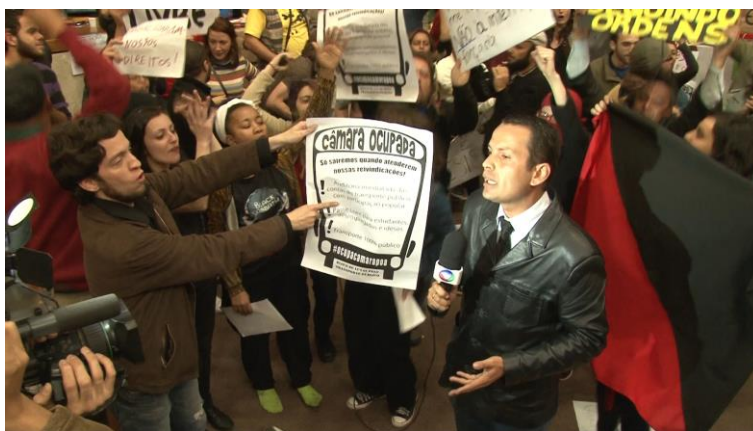


Figura 8 – Ativistas e jornalistas na “Câmara Ocupada”. Fonte: Antropo TV.

“Anarquismo também é organização”, comentava diante da câmara um dos colegas da Comissão de Segurança, enquanto vigiava a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto da Câmara. Assim, o Bloco criou e recriou nas práticas, na ação, as suas próprias normas. Só havia um megafone (dispositivo importante nas primeiras horas da Ocupação) e, geralmente, estava na mão do Briza, jovem branco, membro do Assentamento Urbano Utopia e Luta, do grupo de teatro Levanta Favela e um dos mais antigos na Comissão de Organização do Bloco. Ele apontou o dedo em direção à janela do primeiro andar onde se colocam as câmeras da TV Câmara e avisou: “você que estão lá acima filmando. Hoje não são os vereadores que mandam aqui, é o Bloco de Lutas e essa Ocupação”. Então, vários militantes do Bloco começaram a gritar “Desce! Desce! Desce!” e os membros da Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela, como se de um bloco de carnaval se tratasse, acompanhavam em todo momento as palavras de ordem com a sua percussão. Os instrumentos musicais e os cânticos faziam parte do movimento. Este foi outro dispositivo que ampliou a força do Bloco. Eram tambores de guerra. Os gritos dos tambores preenchiam tudo o espaço do plenário e chegavam até os gabinetes dos vereadores. Eram um claro elemento de empoderamento e de intimidação.

Por outra parte, os militantes do Bloco conhecem muito bem os interesses e a capacidade da grande mídia de criar opinião. Nesse sentido, a assembleia decidiu quais os meios de comunicação que teriam acesso e quais não⁴³. Evidentemente, os meios do Grupo RBS não foram aceitos. Memorável é a cena na qual alguns membros do Bloco expulsaram dois jornalistas do jornal Zero Hora ao grito de “fora RBS! fora RBS!” e a Vereadora Mônica Leal (PP) apareceu para pedir para os ocupantes pararem e levou os jornalistas até seu gabinete.

Os coletivos de mídia independente (Coletivo Catarse, Mídia Ninja, Sul 21, Jornalismo B, entre outros) tiveram acesso irrestrito de transmissão e apuração de pautas desde dentro do plenário; os demais veículos só podiam circular com autorização dos manifestantes e apenas nas galerias e áreas externas, às mídias ligadas à RBS foi proibida a circulação dentro da Câmara, em resposta à forma tendenciosa com que essa empresa tratou as manifestações (De Bem, 2014, p.39).

⁴³ As câmeras foram seguramente os dispositivos mais vigiados. Várias pessoas que levavam câmeras e não se identificaram foram expulsas. Outras que estavam sendo questionadas continuamente decidiram se apresentar no microfone para evitar a pressão. Um dos fotógrafos da Câmara foi hostilizado por estar fotografando os ocupantes sem autorização. Todo mundo tinha clareza do poder desses dispositivos.

Já no primeiro dia da Ocupação da Câmara, a entrada de pessoas e meios de comunicação foi restringida. E os meios que entramos, tivemos que nos apresentar e receber a aprovação da Assembleia. Pessoalmente, a experiência foi um pouco constrangedora mas na verdade não foi a primeira vez que vivi uma coisa do gênero: durante uma reunião do Conselho do Orçamento Participativo (OP) na região centro, no Mercado Público de Porto Alegre o ano 2012, tive que me apresentar explicando a minha intenção de realizar um documentário sobre o OP, para poder receber o consentimento dos presentes para filmar a sessão. Estas medidas de segurança podem ser pensadas como um artefato, como a construção de novas legalidades e identidades pessoais e grupais. Estas medidas significaram às vezes cruas disputas entre pessoas que participavam da Ocupação. Por exemplo, por não ter permitido a entrada do amigo de alguém⁴⁴.

Porém, também foi falado ao microfone, e explicado em cartazes, que essas medidas de segurança teriam evitado a entrada de "x" policiais infiltrados, o qual teria garantido uma maior tranquilidade no local. Mas não deixa de ser curioso como o movimento social recorreu a restringir o trânsito para evitar possíveis situações de conflito. Um argumento similar ao que utilizou o Governador Tarso e a Polícia para fechar algumas ruas do Centro da cidade nos dias de protesto. Permitindo a entrada só das pessoas "conhecidas", excluímos a uns para não sermos "excluídos" pelos outros (os rivais políticos e os policiais infiltrados). A construção da identidade e o reconhecimento ou não reconhecimento de uma subjetividade (o que quer entrar) por parte de outra subjetividade (o que vigia), foram os detonantes da inclusão/exclusão. Este tema de restringir o trânsito foi um dos que criou mais polêmicas entre os próprios membros do Bloco.

Em 11 de julho, dia de greve geral, vi que havia um grupo de pessoas querendo entrar no plenário, mas os companheiros da Comissão de Segurança estavam fazendo o habitual filtro. Reconheci o João, jovem escritor de contos infantis, fui falar com ele, e expliquei ao companheiro que estava fazendo tarefas de segurança que eu conhecia ao João. Então, o companheiro decidiu que deixava passar o João, mas acompanhando ele no

⁴⁴ Num desses casos, um rapaz que defende o teatro de rua e outro que vende empadas ecológicas quase se agrediram fisicamente porque um deles não deixou passar o amigo do outro, e começaram a discutir.

seu passeio por dentro do plenário, até ele sair novamente. Foi curioso observar como, em casos assim, a decisão acaba sendo totalmente subjetiva. Horas depois, a Kacau, jovem negra, estudante na UFRGS, membro da *Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela* e das *Putinhas Abortadeiras*, acabou uma das suas oficinas de canto e dança na ocupação e se posicionou contra a limitação da entrada das pessoas: “quem tiver medo de perder os seus pertences que os guarde, mas as pessoas devem poder entrar livremente”.

Posteriormente, o trato dispensado aos meios de comunicação também mudou com o passar dos meses. Com a expulsão do PT do Bloco, a relação com o Jornal Sul 21 piorou e foi deliberado em assembleia que este jornal devia receber o mesmo trato que a grande mídia. Portanto, vemos como os papéis que ocuparam os diferentes atores não eram fixos. A confiança entre uns e outros precisava ser revalidada durante todo o processo.

3.2. Algumas fofocas

Os dias de permanência na Câmara foram cheios de tensões e aprendizados. Se a ocupação foi implementada por cerca de 50 pessoas, no decorrer da mesma noite participaram da primeira assembleia de ocupação e pernoitaram na Câmara mais de 200 manifestantes (De Bem, 2014, p.38).

Nesses dias, dormi no chão com a câmera preparada ao meu lado para começar a filmar rapidamente no caso de a polícia entrar de surpresa de madrugada para nos tirar de lá. As câmeras seriam os nossos escudos. O Jefferson, companheiro do *Coletivo Catarse*, explicou-me que eles são chamados habitualmente para filmar protestos populares: “as câmeras servem para dissuadir de uma maior repressão policial”, explicou. Meses depois eu seria procurado também para filmar a Ocupação da Reitoria da UFRGS onde participaram alguns companheiros do Bloco.

Sobre a Ocupação da Câmara, companheiras me explicaram que um dos membros da Comissão de Organização dormia com o microfone na mão e do lado dos alto-falantes. As fofocas justificam essa situação, apelando ao apego do companheiro ao microfone. Outro companheiro filmou um vídeo dele mesmo fumando o que alguns pensam que era maconha. Publicou o vídeo no Youtube e alguns ocupantes o pressionaram para retirar o vídeo da rede (alegando que o vídeo podia prejudicar a imagem do movimento e facilitar a

criminalização), mas ele não cedeu. Outras fofocas dizem que esse companheiro só queria aparecer nos meios e nas redes sociais. Ele disse que foi uma ação política defendendo simbolicamente a legalização da maconha, que ele não é uma ovelha para obedecer a um poder centralizado, e que quem o pressionou para tirar o vídeo do ar, depois defendeu a legalização da maconha como candidato na campanha eleitoral de 2014.

Outras pessoas chamam a atenção para o fato que alguns ocupantes, principalmente da Comissão de Organização, estavam a maior parte do tempo falando ao microfone. Para destacar esta situação, um companheiro anarquista que desistiu de participar do Bloco “porque não quero ser massa de manobra de ninguém” me diz: “analisando o filme [Morar na ‘Casa do Povo’], fica muito claro: em geral as pessoas iam falar ao microfone e voltavam aos seus lugares nas mesas e nas bancadas. Mas alguns sentavam o tempo todo aí, do lado do microfone. O espaço deles era ao lado do microfone”.

Fofocas mais picantes falam de vereadoras dançando enlouquecidas ao som da música e bebendo cerveja na “Casa do Povo”. Outras ainda relatam a consumação de verdadeiras orgias nos bastidores da Câmara Municipal. Os vereadores governistas inclusive levantaram essas fofocas durante a CPI “da invasão”. Porém, acabaram apontando que esses fatos “não puderam ser comprovados”. Enquanto nos primeiros dias foi deliberado pela assembleia que não se poderia fumar nada dentro do prédio da CMPA, fofocas apontam ao gosto que alguns ocupantes mostraram à subversão inclusive das normas do próprio Bloco. Diz a legenda que vinho, maconha, tabaco, Coca-cola e outras drogas circularam com mais e com menos discrição.

Tento organizar os apartados que seguem de uma forma que fique clara a pluralidade de atores envolvidos, e a pluralidade também de papéis que às vezes desenvolve um mesmo ator. A mesma pessoa pode ser funcionária na Câmara e participar da Ocupação da Câmara, ou fazer parte do GT Jurídico e, ao mesmo tempo, trabalhar na cozinha ou limpando os banheiros. Entrando em temas mais íntimos, pode ser, inclusive, que fique com um anarquista e milite no PT.

3.3. Alguns papéis do autor desta dissertação

Um dos meus papéis é ser autor nesta dissertação, pesquisador, antropólogo. Neste momento, na escrita, reformulo a realidade, a interpreto. Também sou ativista do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, um cidadão que, ainda que percebido inicialmente como estrangeiro, se engaja neste processo político atual em Porto Alegre, porque acredita que o Bloco aprofunda na participação democrática e no direito de todas as pessoas a poder aceder aos diferentes lugares da cidade. Outro papel é como comunicador, através do que publico no Facebook e dos vídeos na conta da Antropo TV no Vimeo ou na minha conta no youtube. Estes papéis se entrecruzam irremediavelmente porque emanam da mesma pessoa em relação a outras pessoas.

O fato de eu ser um estudante estrangeiro no Brasil faz com que ocupe um lugar instável politicamente, também desde o ponto de vista jurídico. Durante a Ocupação da Câmara postei no muro do meu perfil de Facebook diferentes vídeos e informações sobre a Ocupação. Então, um amigo colombiano, que fazia um mestrado de Engenharia na UFRGS, me mandou o artigo seguinte da Constituição Brasileira:

Art. 107. O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a ideias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Mas como fazer uma etnografia no campo da política sem fazer "atividade de natureza política"? Respondi para o meu amigo que no caso de ser questionado pela polícia, falaria que o meu papel na Câmara era o de comunicador e pesquisador. Também falei que entendia os riscos, mas que estava disposto a assumir qualquer consequência.

Não entrava nos meus planos a possibilidade de desistir da participação na ocupação. De alguma forma, todos os que estávamos lá sentíamos estar participando de um momento histórico. Esta sensação “se respirava no ambiente”, no estado anímico das pessoas, e se expressava em palavras, também. Eduardo, companheiro das ciências sociais da UFRGS, assim o expressou no microfone: “todos aqui sabemos que estamos vivendo um momento histórico”.

No meu caso, me coloquei no campo, principalmente, como um comunicador-ativista que fazia parte da Comissão de Comunicação do Bloco. Nesta Comissão participei na criação de dois vídeos que queriam transmitir uma imagem da ocupação que tínhamos certeza que os meios de comunicação convencionais não transmitiriam: a sua heterogeneidade de classe, cor, geração... e a importância de estar construindo uma ocupação responsável, baseada na autogestão e com o objetivo de aprofundar a participação democrática⁴⁵. Por outra parte, também tinha que reafirmar o meu lugar regularmente, pois nesse contexto de temor, por causa dos possíveis policiais infiltrados, a confiança tinha que se revalidar continuamente. Por exemplo, as pessoas da Comissão de Segurança que controlavam as entradas na Câmara iam mudando, e aí você tinha que se apresentar se o “novo vigilante” não conhecesse você. Isto fez parte dessa nova legalidade do Bloco⁴⁶.

Colocando-me do lado do Bloco, tentei reduzir o desequilíbrio que existe entre o poder de fala oficial e o poder de fala do movimento social. Mas tenho clareza que a minha posição é política e que me colocando em uma das partes, também deixo de escutar com a mesma intensidade as outras partes. Temos que admitir que existem múltiplas parcialidades, e que cada um de nós é parte das parcialidades existentes, começando pelo primeiro jornalista da Rede Globo⁴⁷, e acabando pelo último da Mídia NINJA⁴⁸.

⁴⁵ Ver as duas curta-metragens que realizamos desde a Comissão de Comunicação do Bloco com a participação de companheiras e companheiros de outras comissões:

⁴⁶ Utilizo a categoria “legalidade” como uma categoria analítica. Na Câmara as pessoas falavam de “segurança”.

⁴⁷ Grande conglomerado brasileiro de meios de comunicação que, no seu momento, apoiou a ditadura militar.

⁴⁸ A Mídia NINJA é um grupo de comunicadores ativistas que, entre outras coisas, transmitiam ao vivo desde dentro dos protestos.

3.4. Alguns papéis no Bloco de Lutas

Muitas pessoas não conseguiram entrar na Câmara por não conhecer ninguém dos que estavam dentro ou porque os que estavam na porta não as conheciam e não acreditavam nelas. A Núbia, atriz de teatro e humorista muito conhecida no âmbito do teatro de rua porto-alegrense, falou que era amiga do Briza, da Lorena, da Claudinha; e como essas são algumas das pessoas mais conhecidas do Bloco, o Guilherme, professor, que naquele momento estava fazendo parte da Comissão de Segurança, não acreditou nela e, inicialmente, não a deixou entrar. Então a Núbia começou a gritar, e um amigo a viu e abriu as portas pra ela. Quando entrou no plenário, descarregou sua indignação ao microfone: “Vocês não me representam! Como assim ter a “Casa do Povo” fechada desta forma!”. Ela me explicou, posteriormente, que ninguém a convidou pessoalmente para participar dos primeiros momentos da Ocupação. No primeiro dia ela estava trabalhando e, no segundo, ficou sabendo através das redes sociais e decidiu levar um “mate uruguaio” para seus amigos que se encontravam lá.

Além disso, outro elemento da legalidade do Bloco, também decidido em assembleia, era que todos os presentes tinham que estar engajados em alguma comissão⁴⁹. O engajamento político, portanto, era obrigatório. Não era suficiente a simples presença. Por exemplo, além de fazer vídeos, também participei do Departamento de Limpeza, na faxina dos banheiros, pois achei justa a crítica de uma companheira dizendo que no nosso vídeo⁵⁰ aparecia um rapaz limpando os banheiros, e que isto transmitia um engajamento dos homens na limpeza que na realidade não se podia comparar ao engajamento das mulheres na mesma tarefa (muito mais ativas). Reconheço que inicialmente duvidei sobre o que devia fazer: devia participar das outras tarefas ou dedicar-me a filmar e a editar vídeos exclusivamente? Pessoalmente, cada vez tenho mais clareza da importância da rotatividade nas comissões. Mas talvez essa também seja uma luta contra a especialização do sistema fordista. Não é tarefa fácil.

⁴⁹ Tirando a mídia alternativa que foi autorizada pela assembleia para acompanhar a ocupação e não precisava fazer parte das comissões ou grupos de trabalho.

⁵⁰ Vídeo realizado pela Comissão de Comunicação do Bloco (consultado o 10 de outubro de 2014): www.vimeo.com/72985614

O Seu Zé, morador da Vila Cruzeiro e membro do Comitê Popular da Copa, protagonizou uma das falas mais aplaudidas. O fato de ser um senhor idoso engajado na luta, o seu tom de voz tranquilo e a poesia das suas palavras levantaram os ânimos da juventude lá presente:

73 anos que eu tenho e é a primeira vez que participo numa assembleia tão linda e tão maravilhosa como essa [as pessoas começaram a dar gritos de apoio e bater palmas]
Poderão matar uma rosa, poderão matar duas rosas, poderão matar até três rosas, mas jamais poderão matar a primavera!

A assembleia enlouqueceu. A poesia e a música estiveram presentes em muitos momentos da Ocupação. Foi habitual ir dormir escutando tambores longínquos e acordar com as notas suaves de uma guitarra. O Hino da Ação Direta foi ensinado e aprendido em várias oficinas coordenadas por membros da Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela, e diversas companheiras feministas recitaram poemas. O Hino da Ação Direta diz muito sobre os repertórios de ação coletiva e as gramáticas morais presentes no Bloco de Lutas:

A história são os pobres que a fazem
A vitória está na mão de quem peleia
Nossa gente tão cansada de sofrer
Vamos juntos decidir o que fazer
Se o governo e os patrões só nos oprimem
Acumulando riqueza e poder
Ação direta é a arma que nós temos
Pra fazer justiça pra viver

Povo na rua
Pra resistir, pra lutar
Povo que avança
Para o poder popular

No início de 2015, depois do ataque de 7 de janeiro em Paris contra a revista Charlie Hebdo, pensei novamente numa situação polêmica produzida na Ocupação da Câmara, e envolvendo questões religiosas. Trata-se do pequeno cartaz colado ao lado do crucifixo que presidia o muro principal do plenário da Câmara: “Jesus é gay”. Muitas “pessoas de bem” consideraram isso um insulto desnecessário. Será que ser gay é insultante? Quem colou isso aí não pensava que ser gay fosse um insulto, mas sabia que os

que iriam se incomodar, sim, eram desrespeitosos com as diferenças sexuais. “Estado laico?”, interrogava outro cartaz que várias companheiras feministas trabalhosamente colaram no lado do crucifixo. Foi um ato de dessacralização deste espaço e das suas normas, de denúncia das formas morais opressoras com as diferenças sexuais. E causou impacto, transcendeu para além da Câmara e para além de Porto Alegre.

Para chegar até o crucifixo as companheiras precisaram ser criativas. Uniram cinco ou seis bastões de mais de um metro cada um e colaram os cartazes na extremidade deste engenho. A fila de bastões dançava insegura no ar enquanto boa parte do público assistente animava a dança e celebrava qualquer aproximação ao crucifixo. Neste caso não houve nenhuma votação na assembleia para legitimar a ação. Também não houve votação para legitimar nenhum dos outros cartazes que foram colados na Câmara, nem para decidir se as fotos dos vereadores e dos ex-presidentes podiam ser viradas ou se era estrategicamente interessante a performance do grupo de pessoas desnudas posando para fotos diante da galeria das ex-vereadoras. Não estou dizendo que pense que seja necessário decidir tudo em assembleia, mas encontrei opiniões muito variadas condenando certos atos e enaltecendo outros que, no final das contas, não foram decididos em assembleia. Estes posicionamentos são subjetivos e muitas vezes defendem as atuações de pessoas consideradas amigas e criticam outras atuações parecidas na forma protagonizadas por pessoas não afins.



Figura 9 – Mensagens do lado do crucifixo do Plenário Otavio Rocha.
Fonte: Antropo TV.

Núbia, jovem mãe e atriz, organizadora de diversos eventos como o Largo Vivo ou as confraternizações diante do Bar Tutti, protagonizou um dos momentos mais lembrados, quando, mascarada, se colocou diante das câmeras dos grandes grupos de comunicação e realizou uma espécie de escracho contra esses meios, interpretando uma paródia do então jornalista do Grupo RBS e agora senador, Lasier Martins. Tal tipo de ação ampliou o senso do possível dentro dos repertórios de ação coletiva do Bloco. Nas palavras da Daniela, estudante do mestrado de psicologia na UFRGS e ativista anarco-feminista, sobre as fotos das pessoas peladas:

Acho que isso teve uma repercussão interessante. Se a gente pensar a estética enquanto política, do choque enquanto estratégia também. Do não moralismo enquanto uma arma política, e acho que ali na ocupação tiveram várias manifestações nesse sentido: “Estado laico?”, “Deus é gay”... essas pequenas manifestações que são estéticas mas que têm um efeito. Isso dos banheiros serem unissex, por exemplo, acho que isto produz muita coisa (...) essas políticas de gênero que foram aparecendo, do corpo...

Em várias correntes anarquistas a violência é um recurso para diminuir a desigualdade entre as classes. Essas desigualdades são pensadas como uma das maiores formas de violência. Em câmbio, o pacifismo⁵¹ seria uma forma de perpetuar as desigualdades sociais e de permitir que o Estado monopolize a violência. Para evitar este monopólio o Bloco tem uma Comissão de Segurança ou Auto-Defesa. Ouvi, em vários atos, a Núbia declamando um poema de Marcelino Freire intitulado “Da Paz”, que é uma referência pra ela, principalmente na forma sugerida para enfrentar as lutas e pensar o confronto⁵²:

Eu não sou da paz. Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça. Uma desgraça. Carregar essa rosa. Boba na mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é que não vou tomar a praça. Nessa multidão. A paz não resolve nada. A paz marcha. Para onde marcha? A paz fica bonita na televisão. Viu aquele ator? Se quiser, vá você, diacho. Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. A paz tem hora marcada. Vem governador participar. E prefeito. E senador. E até jogador. Vou não. Não vou. A paz é perda de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer hoje. Arroz e

⁵¹ Graeber (2009, p. 6) aponta que o pacifismo sempre desenvolve lideranças carismáticas: “alguma coisa do ethos pacifista as produz”.

⁵² Outra obra de referência dos meus companheiros do Bloco para pensar a violência ou a não-violência, enquanto formas políticas de fazer, é o livro de Peter Gelderloos (2011) intitulado “Como a não-violência protege o estado”.

feijão. Arroz e feijão. Sem contar a costura. Meu juízo não está bom. A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem disposição. Sinto muito. Sinto. A paz não vai estragar o meu domingo. A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame? A paz não mora no meu tanque. A paz é muito branca. A paz é pálida. A paz precisa de sangue. Já disse. Não quero. Não vou a nenhum passeio. A nenhuma passeata. Não saio. Não movo uma palha. Nem morta. Nem que a paz venha aqui bater na minha porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. Para salvar a pele de quem? A minha é que não é. Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém. Eu é que não vou acompanhar andor de ninguém. Não vou. Não vou. Sabe de uma coisa: eles que se lasquem. É. Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein? Hein? Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá embaixo. Carregando na avenida a minha ferida. Marchar não vou, ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor. A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe? A paz é que não deixa⁵³.

As fotos dos pelados, as mensagens no crucifixo, os banheiros unissex, o vídeo do companheiro fumando na mesa da presidência, entre outras, foram ações criativas que confrontaram os valores ou legalidades institucionais e geraram algumas das imagens que mais transcenderam à Ocupação. A popularidade dessas ações talvez se explique pelo seu caráter de enfrentamento com uma moral cristã, e com uma política representativa, que “não nos representam”⁵⁴, entre outras coisas, por estar aliadas com “a paz”, a “ordem” e o “progresso” dos mais poderosos economicamente.

Matheus pediu ao microfone, durante a Ocupação, que parassem as operações para colar os cartazes ao lado do crucifixo. Explicou que ele não acredita na religião mas que se o crucifixo cair e quebrar a tela, isso poderia nos prejudicar. Porém, as tentativas continuaram, e as dezenas de pessoas que ocupávamos o plenário, celebramos o êxito da operação: os cartazes ficaram aderidos ao lado do crucifixo e, durante meses, depois da ocupação, restos dos adesivos que os seguravam lembraram esta intervenção.

A Ocupação também foi valorada positivamente por várias pessoas, por ser uma

⁵³ Consultado o 10 de novembro de 2014 no site: <http://www.cacholaliteraria.com.br/2011/07/da-paz-de-marcelino-freire.html>

⁵⁴ Essa foi a palavra de ordem lançada pelos ativistas do Bloco para despedir o Presidente da Câmara quando se apresentou no Plenário ocupado para “negociar”: “não nos representam!”.

experiência de “democracia direta”. Um professor de jornalismo, entrevistado e filmado no plenário pelos companheiros do Coletivo Catarse, se reconheceu anarquista e criticou os que se acham revolucionários, falando pra massa desde acima de um carro de som:

Eu gosto dessa experiência aqui porque ela é extremamente horizontalizada... Não gosto de carro de som onde eu aqui acima revolucionário falo pra massa lá embaixo... Aqui as pessoas podem realmente decidir sobre os temas que as preocupam. É uma democracia direta! Real! Se os diversos setores da sociedade percebessem isto, isso aqui estaria ocupado mesmo!

Outras pautas muito visíveis nos cartazes e presentes também em algumas falas ao microfone, foram, por exemplo, do campo da educação (como a reivindicação pelo piso salarial dos professores), do campo da saúde (“Thiago Duarte não me representa. Não à internação compulsória”, defendia um cartaz) ou questões de gênero (como as reivindicações por igualdade na hora de preparar a comida ou limpar os banheiros da própria ocupação). Algumas dessas questões não só eram reivindicadas verbalmente como desejos, mas praticadas. Houve práticas libertárias, como a extinção da distinção por gêneros nos banheiros, por exemplo.

Outro cartaz bem criativo unia o nome do prefeito “Fortunati” com o nome “Empreiteiras”, através de um coração de um vermelho intenso. Num mundo que nos acostuma às tipografias exatas saídas das editoras, a criatividade transbordante, os desenhos das crianças pendurados na entrada, os traços e as mensagens experimentais, abrem possibilidades novas entre pessoas de espírito jovem que, para além da sua idade, têm uma inquietude para com a coisa pública, uma preocupação com a comunidade.



Figura 10 – A foto do Prefeito Fortunati virada e a frase que dá o título a esta dissertação: “Paz entre nós. Guerra aos senhores”. Fonte: Antropo TV.

Outros cartazes pulavam fronteiras fazendo florescer a solidariedade internacional: “Força Egito, Palestina, Turquia, Chile!!!”. Em outros casos se evidenciava a contraposição de anseios e preocupações entre os mesmos ocupantes: acima de uma legenda que dizia “Proibido colar cartazes”, alguém escreveu “Proibido proibir”. Ficou evidente que a proibição de proibir ganhou, pois a Câmara foi amplamente decorada. Os ocupantes da Câmara não pouparam tempo para dedicar à causa do transporte público e demais reivindicações. Estudantes, jornalistas “alternativos”, artistas autônomos, profissionais liberais, advogados, professoras, pessoas aposentadas ou desempregadas... O tempo dedicado a uma causa comunitária sem receber dinheiro por isso já me parece revolucionário, em alguma medida. Por outra parte, houve, e ainda há, várias disputas sobre o que significou a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e sobre as estratégias que deve seguir o Bloco. Quais os objetivos que deve perseguir esse movimento social e quais os meios? Um companheiro do Bloco, numa assembleia durante a Ocupação, fez uma proposta que surpreendeu e animou muito as pessoas presentes, e que me ajudou a pensar o título do filme “Morar na ‘Casa do Povo’”:

O principal objetivo desse ato político é desmascarar o sistema político hoje presente no nosso país, que não dá liberdade pra o cidadão se expressar e se auto-representar. Hoje nós temos uma grande mentira instalada na nossa sociedade, que se chama representação política. Quem de vocês deu direito de alguém representar vocês? Alguém aqui deu esse

direito? Eu acho que o voto é muito insuficiente para dizer que uma pessoa vai representar outra. Isso aí, eu acho que tá falido, esse sistema, isso é que eu quero dizer. E o maior exemplo, a maior vitória que a gente poderia ter aqui hoje era simplesmente não sair daqui, nunca mais, entendeu? Tipo, ficar aqui permanentemente. Por quê? Porque eu acho que a gente tem que implementar uma nova lógica política na nossa cidade, um novo sistema político onde a gente, a população fique permanentemente mobilizada e discutindo os seus assuntos, sem representações!

“Os maiores bandidos não usam máscaras”, “O lucro das empresas é a fome do povo”, “Vandalizaram nosso país”. Esses eram alguns dos cartazes nas mãos dos presentes na coletiva de imprensa que o Bloco marcou no Plenário da Câmara. Fora, na entrada da Câmara, Núbia, a palhaça da Ocupação, acabava também com o decoro habitual nas coletivas de imprensa. O sagrado era o improvisado, o sagrado era o profano, o sagrado era poder problematizar qual é o vandalismo maior, o do rico proprietário da empresa de ônibus que nunca está satisfeito com o seu lucro ou o do jovem que faz uma pichação no ônibus exigindo que a tarifa baixe para R\$ 2,60? Matheus fez uma intervenção que muitas pessoas lembraram depois no filme da ocupação e que lhes serviu para criticá-lo quando ele escolheu novamente o caminho das urnas em 2014:

As nossas urgências e as nossas exigências não cabem nas urnas... não cabem no plebiscito da Dilma... Cabem na voz das ruas! Eles não querem entender que a reforma política somos nós, galera!

Matheus fez campanha eleitoral para deputado federal (PSTU) em 2014 com o slogan “o guri dos protestos”. Para além de gostar ou não da via eleitoral, é claro que com um slogan desse tipo se pretendem individualizar uns protestos que pediam horizontalidade na política. E isso necessariamente leva a exaltar os ânimos de muita gente, pois, se identifica como uma tentativa de cooptar o movimento e de instrumentalizar um movimento plural em benefício próprio. De alguma forma este uso individualista dos protestos bate de frente contra a moral de muitos ativistas do Bloco, principalmente os das correntes não partidárias. Assim, com a chegada dos períodos eleitorais, as divergências estratégicas dentro do Bloco se fazem mais evidentes.

Vagner, homem branco de uns 40 anos, professor em um colégio porto-alegrense, estava ao microfone tentando encaminhar como seria levada a cabo a negociação por parte do Bloco. Juíza Marquesan havia chamado a uma audiência de conciliação entre a

presidência da casa e os ocupantes. E a assembleia acabou decidindo que “em caso de reduzir o grupo, as pessoas que vão pra negociação serão as pessoas que estão acompanhando o Bloco desde o início”, assim se resolveu o debate.



Figura 11 – Ativistas que se disponibilizaram a participar da “Audiência de Conciliação”.
Fonte: Coletivo Catarse.

Vemos como na foto há onze homens e só três mulheres. Uma companheira anarquista pediu “que tenha pelo menos uma mulher no caso de ser duas pessoas”. Durante o meu trabalho de campo com o Bloco vi aparecer em várias ocasiões o argumento da ancestralidade, da antiguidade, do “acúmulo político” como valor, princípio de diferenciação ou de legitimação do maior poder de decisão de umas pessoas sobre outras. No caso da Audiência de Conciliação convocada pela Juíza Cristina Luisa Marquesan da Silva, os membros do Bloco que foram lá tiveram a possibilidade de negociar a partir das reivindicações encaminhadas pela assembleia. Conforme depoimento do Leo, advogado do SAJU, em entrevista: “fomos lá com cinco ou seis reivindicações do movimento e acabamos aceitando o acordo com duas ou três dessas reivindicações contempladas”. Depois, a assembleia do Bloco referendou o acordo da Audiência.

O relatado aqui é uma fração interpretativa. Na Ocupação da Câmara muitas coisas estavam acontecendo ao mesmo tempo. Nas horas de assembleia, a maioria das pessoas estava atenta à assembleia, mas depois, as atividades na comunicação, na cozinha, fazendo cartazes e atividades culturais, limpando, na interlocução com os vereadores, no controle das entradas e saídas se entrelaçavam com beijos, abraços e momentos variados de distensão.

3.5. Alguns papéis dos poderes legislativos e executivos: a CPI “da invasão”

Dentre todos os membros do parlamento porto-alegrense, apenas as vereadoras Fernanda Melchionna (PSOL) e Sofia Cavedon (PT) é que se propuseram a dialogar com os manifestantes e mediar as negociações, mas o Presidente da Câmara se mostrava irredutível. Na sexta-feira foi organizada uma coletiva de imprensa, à qual alguns veículos da mídia corporativa se negaram a participar; o chamamento à coletiva foi realizado por uma palhaça (literalmente) que satirizou na sua performance o tratamento dispensado na mídia aos “badernistas anarcados” (trocadilho da frase baderneiros mascarados, reiteradamente pronunciada por um telecomunicador em suas falas) (De Bem, 2014, p.39-40).

Daniel de Bem se equivoca quando coloca que só Fernanda Melchionna (PSOL) e Sofia Cavedon (PT) se propuseram a dialogar com os manifestantes e mediar as negociações. Os vereadores Eng. Comassetto (PT), Marcelo Sgarbosa (PT), Alberto Kopittike (PT), Pedro Ruas (PSOL), Séfora Mota (PRB) e Any Ortiz (PPS), entre outros, também estiveram mais ou menos presentes nesse processo⁵⁵. Mas, dentro do PT, também houve vereadores que não quiseram se colocar como interlocutores e que se posicionaram contra a forma de mobilização que foi a ocupação. Foi o caso do vereador Mauro Pinheiro, por exemplo⁵⁶. A Vereadora Sofia Cavedon foi a única vereadora a intervir na assembleia da ocupação. Cavedon centrou o seu discurso em explicar o papel dos diferentes setores de vereadores e quais as estratégias, e o que eles poderiam oferecer para tentar conseguir as “grandes vitórias” como o passe livre ou a abertura das contas.

Durante o segundo dia da ocupação, os depoimentos indicam, que enquanto o BLpTP-POA organizava os trabalhos do dia no plenário, os vereadores discutiam aos berros em um gabinete. Na sequência se espalhou o boato de que jornalistas da RBS estariam nas dependências da Câmara, o que ocasionou um princípio de tumulto entre o Presidente da Câmara Thiago Duarte (PDT) e alguns militantes do BLpTP-POA; tumulto que o referido vereador tentou manipular para legitimar o pedido de reintegração de posse da casa parlamentar, declarando ter sido agredido fisicamente, o que não ocorreu, mas mesmo assim foi veiculado pelo jornal Zero Hora. A partir desse momento até a noite de sexta-feira quando a justiça determinou que a reintegração só poderia ser realizada em dia útil da semana seguinte, durante o horário comercial, a ocupação viveu sob a constante ameaça

⁵⁵ A maioria destas vereadoras e vereadores constam no termo da audiência de conciliação promovida pela juíza Cristina Luisa Marquesan da Silva. Pela parte do Bloco os ativistas que constam no termo dessa audiência são: Matheus Gomes (PSTU), Lorena Castillo (FAG), Luany Barros e Xavier (PSOL), João Hermínio Marques de Carvalho e Silva (A Marighella, que se apresentou às eleições de 2014 nas siglas do PT) e Luciano Fetzner Barcellos (PT).

⁵⁶ No Memorial da Câmara podem ser consultados os debates sobre a Ocupação organizados na TV Câmara.

de um enfrentamento com a polícia. Mas a artimanha de Thiago Duarte não surtiu efeito, dada a pronta resposta da mídia independente e dos próprios manifestantes que inundaram as redes sociais com “contra-notícias” que debochavam, relativizavam ou desmentiam o factóide armado pelo vereador (De Bem, 2014, p.39).



Figura 12. Alguns ativistas passaram a chamar ao Presidente da Câmara “o chorão”.
Fonte: Carlos Latuff.

Matheus (PSTU), em entrevista concedida para esta pesquisa, dias depois da Ocupação, falou das divergências ao redor da negociação com os vereadores: os setores anarquistas se negavam a negociar inicialmente, os anarquistas não queriam tirar uma comissão de negociação, os vereadores não aceitavam negociar com toda a assembleia e o Bloco acabou criando uma comissão de interlocução (“não de negociação”⁵⁷) com integrantes que “representavam o acúmulo histórico construído desde janeiro”:

A negociação foi feita por uma equipe chamada "comissão de interlocução", eleita na assembleia. Essa comissão estava composta por diversos integrantes do Bloco, muitos que já faziam parte da Comissão de Organização e que representavam o acúmulo histórico construído desde janeiro. Eu fiz parte da comissão! O problema é que chegamos num momento em que deveríamos tomar uma decisão: negociar ou não! Os setores anarquistas se negavam a estabelecer comissões de negociação nos primeiros momentos da ocupação. Diziam que os vereadores deveriam dialogar com toda a assembleia. Mas esse método se mostrou ineficaz e tivemos que escolher um grupo de forma democrática que encaminhasse a negociação e estivesse permanentemente controlado pelo conjunto.

Quanto aos critérios para escolher os membros dessa comissão de interlocução, o Matheus relatou, além do “acúmulo histórico”, a centralidade das organizações políticas que faziam parte do Bloco:

⁵⁷ A idéia era que a Comissão de Interlocução transmitia as deliberações da assembleia. Não tinha poder de decisão, só de interlocução.

Fizeram parte do grupo eu, pela Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, companheiros da FAG, Frente Autônoma, PSOL, PT e integrantes de outros coletivos do Bloco.

O depoimento do Matheus ilustra como a legalidade é um artefato produzido no meio de lutas políticas e jurídicas com muitas frentes implicadas.

Fomos auxiliados por advogados experientes do movimento sindical e do MST, além de um grupo de advogados mais jovens que têm envolvimento com a militância. Isso foi muito importante, representou a combinação do elemento político e jurídico apoiado pelas mobilizações! Legitimou nossa intervenção frente aos juízes! Alguns vereadores nos ajudaram também. Estávamos na casa do legislativo. Ali dentro, nos envolvemos no jogo político dos vereadores também. Ou seja, a oposição (PT e PSOL) se interessou em nosso movimento e fez com que seus vereadores interviessem no processo. Eles, de certa forma, nos ajudaram no desenvolvimento da negociação, mas com certeza foram sujeitos coadjuvantes no conjunto do processo, inclusive frente à mídia e os juízes. O movimento ganhou muita autoridade, pela qualidade política de seus quadros e o respaldo popular! (...) Acredito que saímos no momento certo e com uma vitória política sobre os vereadores. A ocupação deveria ter um sentido fundamental, que é fortalecer a luta nas ruas. Acho que isso ocorreu pois agora temos ferramentas para fazer exigências aos vereadores!

A declaração do Matheus traz à luz a heterogeneidade do Bloco, inclusive com apoios políticos e jurídicos importantes chegados dos poderes legislativos e do âmbito judicial. O qual nos mostra como estas esferas não podem ser pensadas por separado e sim como um fluxo contínuo de relações e lutas. “O Estado” seria então multifacetado e estaria em contínua construção.

Na segunda-feira, pela parte da manhã, os manifestantes esperaram os vereadores para votar e protocolar seus projetos de lei, mas o Presidente da Câmara declarou as atividades suspensas nesse dia e passou em reuniões no Palácio Piratini, onde tentou propor o impeachment do governador, sobre a acusação de que ele estaria sendo conivente com a ocupação, pois a BM ainda não tinha entrado em ação. Simultaneamente, em Erechim, o governador que fora discutir projetos para a região do Alto Uruguai, considerou legítima e democrática a luta popular pelo direito à cidade. À noite, a maioria dos vereadores porto-alegrenses se reuniram em uma churrascaria para decidir como atuariam na terça-feira 16/07, dia que deveria abrir o recesso legislativo; a ação se mostrou repreensível, pois os militantes de BLpTP-POA realizaram todas as ações para o diálogo, os vereadores se negaram a ouvi-los e ainda não trabalharam e foram para um restaurante. Óbvio que isso virou tema para piada nas redes sociais (De Bem, 2014, p. 40).

Por outra parte, na CPI “da invasão” se naturalizou a associação entre jovem, militante do Bloco e criminal e, conseqüentemente, se tentou despolitizar esse processo político. Num aparente paradoxo, nos deparamos com a interpretação de que o Poder Legislativo, instituição-chave das teorias políticas modernas, pode ser um lugar da não

política. Isto nos convida a refletir sobre os limites da “Casa do Povo” e do que o senso comum (leigo e informado) convencionou denominar de política. Mas o que parece ser um mecanismo de apolitização pode ser reinterpretado, a partir da nossa apropriação, em um espaço político institucional, como um processo de construção essencialmente política de quem pode ser considerado, ou não, como agente das decisões e deliberações centrais à vida coletiva: “A disputa pelo controle dos espaços públicos (instâncias, canais, locais, instituições, etc.) surge como constitutiva da política como atividade permanente”⁵⁸.

Da CPI “da invasão”⁵⁹ seleciono três momentos que me parecem paradigmáticos para entender como os vereadores da base do governo tentaram criminalizar a Ocupação: o depoimento de Jorge Barcellos, diretor do Memorial da Câmara; os depoimentos de Vadacir Ferraz de Lima, chefe da segurança na Câmara, e de Gerci Dos Santos Medeiros, guarda municipal; e o relatório final. A partir das gramáticas morais acionadas pelos vereadores governistas e os seus apoiadores, procuro trazer à luz o que mais os incomodou da Ocupação. A CPI é pensada pelos integrantes do Bloco como um dos lugares da criminalização do movimento. Mas aqui também aproveito a CPI para pensar como a Ocupação foi possível, visto desde a perspectiva da guarda municipal. O Vereador Márcio Bins Ely apontou o seguinte no relatório final da CPI:

dezessete tipos penais violados pela organização, que se instalou na Casa, que creio constituam indícios robustos e suficientes para uma atuação policial condizente com a gravidade dos fatos perpetrados (...) creio termos minimamente contribuído com a problematização desse importante debate. Mais do que isso creio termos separado (como se diz na cultura popular) o *joio do trigo*. Preservamos e protegemos o trigo que alimenta a faminta democracia, aqui representado pelo verdadeiro movimento popular estampado na grandeza de nossa cultura plebiscitária, do descartável *joio*, aqui escancarado no acinte reprovável da intolerância política (que lamentavelmente prospera Brasil a fora), que a tudo conspira para derrogar os avanços de participação de que tanto nos orgulhamos. É com esse intuito, Sr. Presidente, de defesa da mais elevada participação popular, a única capaz de se afirmar com legitimação MOVIMENTO SOCIAL, que hoje apresentamos o presente relatório (Ver. Márcio Bins Ely, 2014, p. 3, Relatório final da CPI “da invasão”).

⁵⁸ Ver Teixeira e Chaves (2004, p. 19): “As passagens e mediações entre âmbitos e intensidades de atividade política precisam ser, simultaneamente, levantadas nas conjunções de fatos e valores e nas configurações de interação entre sujeitos (indivíduos e coletividades) socialmente enraizados e comprometidos, numa recusa tácita da reificação da realidade e da naturalização de pertencas. Os processos de restrição e expansão, de deslocamento e realocação, de proximidade e distância e de disseminação e especialização da experiência política, engendrados pelas inflexões que cada relação espaço-tempo revelou-se capaz de criar, são possibilidades num repertório a ser sempre questionado, verificado e ampliado, pois seu valor é meramente heurístico, não tendo estas reflexões qualquer pretensão outra que não seja inspirar novas construções conceituais etnograficamente localizadas que as venham superar”.

⁵⁹ A CPI “da invasão” transcorreu do dia 16 de setembro de 2013 ao dia 17 de março de 2014.

A única vereadora da oposição que se disponibilizou a participar da CPI foi a Vereadora Sofia Cavedon (PT). Ela deu, em muitos momentos da CPI, um contraponto aos argumentos criminalizadores dos vereadores governistas e das pessoas que estes chamaram para depor. A Vereadora Cavedon solicitou chamar para depor algumas das entidades da sociedade civil que apoiaram a Ocupação, mas a mesa⁶⁰ da CPI nunca chamou essas entidades. Os objetivos da CPI indicados no relatório final foram os seguintes:

A CPI foi instituída com o objetivo claro de apurar a invasão desta Câmara Municipal de Porto Alegre, ocorrida no dia 10 de julho de 2013 e seus desdobramentos; para investigar em que medida este fato importou em deterioração do patrimônio público, prejuízos ao regular funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, bem como outras graves consequências (...) o desenvolvimento dos trabalhos buscou privilegiar a prova testemunhal das mais variadas fontes envolvidas, como forma de consagrar, nos anais desta Casa, todo o mal que foi causado, os crimes, os delitos e ofensas que foram cometidos e, até mesmo, debelar a retórica descabida e vexatória de quem acredita que faz a verdadeira democracia, de quem facilita o consumo de drogas e álcool em prédio público, de quem vilipendia o patrimônio público, de quem impõe sua pauta política pela força e pela agressão física e de quem impede por dias o exercício das atividades parlamentares. Em qual país do mundo é exercida a plena Democracia esfregando fotografias dos parlamentares em seus desnudos órgãos genitais? (Ver. Márcio Bins Ely, março de 2014, p. 5-6, Relatório final da CPI “da invasão”).

Pelos “prejuízos causados aos cofres públicos”, identificados na ordem de 2 milhões de reais, “devido a danos patrimoniais, acrescidos daqueles decorrentes da paralisação dos trabalhos”, o relatório final da CPI sugeriu o encaminhamento da sua conclusão à Procuradoria de Justiça da Defesa do Patrimônio Público do Estado do Rio Grande do Sul para ressarcimento dos cofres públicos, indicando como responsáveis, as “dezenove instituições⁶¹ que assumiram a responsabilidade pela invasão praticada”. A CPI apontou

⁶⁰ A mesa estava formada pelos vereadores Reginaldo Pujol (DEM, Presidente), Waldir Canal (PRB, Vice-Presidente) e Márcio Bins Ely (PDT, Relator). A Vereadora Fernanda Melchiona (PSOL) e o Vereador João Derly (PCdoB) se negaram a participar da CPI. O resto de vereadores membros da CPI foram: Alceu Brasinha (PTB), João Carlos Nedel/Kevin Krieger (PP), Luíza Neves/Mário Fraga (PDT), Paulinho Motorista (PSB), Tarciso Flecha Negra (PSD) e Valter Nagelstein (PMDB).

⁶¹ As 19 instituições que apoiaram a Ocupação foram: Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul – CPERS Sindicato; Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAM; Núcleo Amigos da Terra Brasil; Associação dos Geógrafos Brasileiros; Associação dos Servidores da UFRGS – ASSUFRGS; Sindicato dos Trabalhadores dos Correios; Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul – SIMPE-RS; Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região; Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – SIMPA; Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul – Sindsepe-RS; Sindicato dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul – SINDISERF; Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul – SINDPPD; Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul,

indícios de dezessete crimes: posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito; submissão de criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento; aquisição e consumo de drogas; dano e dano qualificado; ato obsceno; furto e furto qualificado; usurpação; atentado contra a liberdade de trabalho; ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo; usurpação de função pública; resistência; desobediência; desacato; constrangimento ilegal; ameaça; injúria; promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa;

Propusemos desde logo, com o apoio dos colegas Vereadores, a subdivisão das ações criminosas, delituosas e/ou ofensivas que foram perpetradas, de tal sorte que se pudesse afirmar a ocorrência de:

1. grave restrição à liberdade de imprensa
2. danos ao patrimônio público
3. profanação de símbolos religiosos
4. prática de atos libidinosos e ofensa a moral e bons costumes
5. subtração de bens móveis
6. facilitação ao tráfico e consumo de drogas
7. atentado à democracia
8. ameaça e lesão corporal
9. exploração de menores – utilizar crianças como cordão de isolamento⁶²

No relatório final da CPI fica claro como o seu relator não aceita o Bloco de Lutas como interlocutor político válido. O Bloco é criminalizado como um todo e, obviando o que foi apontado pelos oficiais de justiça e pelo Ministério Público, a Ocupação não é considerada como uma ação política que faz parte do funcionamento democrático de uma sociedade e, sim, como uma ação criminosa que atenta contra a “grandeza de nossa cultura plebiscitária”. Na CPI “da invasão” o legislativo se coloca como o lugar da não política.

Em câmbio, o GT Jurídico do Bloco, com o apoio das 19 entidades citadas anteriormente, apresentou um agravo de instrumento carregado de elementos políticos, com pedido liminar de efeito suspensivo “contra decisão concessiva de liminar exarada nos autos do processo nº 001/1.13.0184755-1, ação de reintegração de posse promovida pela

denominado “IAB-RS”; Centro Acadêmico André da Rocha; Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas, AGETRA RS; Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social, FENASPS; Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência – SINDISPREV RS; Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Diretório Central de Estudantes da PUCRS.

⁶² Ver. Márcio Bins Ely, 2014, p. 7-8, Relatório final da CPI “da invasão”.

Câmara Municipal de Porto Alegre”. Nesse agravo de instrumento o GT Jurídico elaborou um “breve histórico do Bloco de Lutas”:

Inicialmente, mesmo antes de ingressarmos nos fatos, cumpre apresentar uma breve síntese do histórico do Bloco de Lutas, para fins de demonstrar os objetivos e o caráter pacífico, ordeiro e propositivo do movimento (...) Pela primeira vez conseguimos garantir, pela força das ruas, a revogação de um aumento da tarifa. Essa vitória foi um dos impulsos para mobilizações de ruas ainda maiores, em todo o Brasil, que levaram a reduções de tarifa em diversas cidades. Agora, a luta do Bloco se aprofunda, demonstrando que a pauta do transporte público nunca foi restrita aos aumentos da tarifa. As questões do passe livre municipal para estudantes e desempregados, da abertura das contas do transporte e de um modelo de gestão que não privilegie o lucro dos empresários, levaram agora à ocupação da Câmara de Vereadores (...) Organizadas estas pautas reivindicatórias, a partir da mobilização e ocupação do espaço, foram abertos os diálogos com a sociedade e com os vereadores da casa para busca das melhores soluções em atendimento às demandas populares (...)⁶³.

No agravo de instrumento, o Bloco ainda salientou o surgimento de “novos padrões de representação popular” em todo o Brasil com “ações mais diretas e efetivas” e colocou que estas ações têm a ver com o “direito constitucional à livre manifestação do pensamento (art. 5º, IV)”:

Quanto aos fatos, narra-se que centenas de cidadãos ocuparam, na tarde de 10 de julho de 2013, a Câmara Municipal de Porto Alegre, em ato político, fazendo valer seu direito à livre manifestação, com pautas de reivindicação objetivas. É fato notório que as recentes mobilizações em todo o Brasil correspondem a novos padrões de representação popular. As manifestações envolvem, agora, ações mais diretas e efetivas, como por exemplo a ocupação de locais simbólicos e representativos. Nesse sentido, as centenas de cidadãos que ocuparam, na tarde de 10 de julho de 2013, a Câmara Municipal de Porto Alegre, realizaram, na verdade, um ato político, fazendo-se valer da função de representatividade da instituição para aproximar o povo de sua suposta casa. Assim sendo, é preciso entender que a atitude dos manifestantes é, de fato, a legítima representação popular norteada pelo direito constitucional à livre manifestação do pensamento (art. 5º, IV). Ademais, vale dizer que os manifestantes não restringem o uso do espaço pelos Vereadores, que lá podem desempenhar, sem qualquer prejuízo, suas atividades (...)⁶⁴.

Jorge Barcellos, Doutor em Educação pela UFRGS e Diretor do Memorial da Câmara, leu o seu depoimento na CPI o dia 5 de dezembro de 2013. O título de seu depoimento era “O dia em que a juventude⁶⁵ beijou o fascismo”. Quem é este jovem? O

⁶³ Agravo de instrumento, Bloco de Lutas, 2013, p. 8-9.

⁶⁴ Agravo de instrumento, Bloco de Lutas, 2013, p. 10.

⁶⁵ No texto "A invenção da juventude violenta. Análise da elaboração de uma política pública" João Paulo Macedo e Castro (2009) explica como a UNESCO-Brasil e setores do mesmo governo constroem a juventude, por exemplo a partir de operações textuais, com o objetivo de moldar politicamente a realidade. Tratam a juventude como um segmento social específico, construído a partir de certas distinções, em

que é juventude? Qual a diferença entre a segurança estabelecida pelo Bloco e a segurança da guarda municipal? Por que Jorge Barcelos considera uma fascista e a outra não?⁶⁶

Quando os estudantes violaram aquela galeria, foi a mim que violaram. Daí a recusa que fiz insistentemente contra o gesto, que só veio a se fortalecer quando o Presidente e o fotógrafo da Câmara Municipal foram agredidos por integrantes do movimento. Foi nesse momento que veio a tese provocadora que queria que fosse ouvida pelos integrantes da Comissão e que é central em meu depoimento, a de que a imaturidade dos movimentos de juventude atuais permitiu na Câmara Municipal a emergência de características fascistas (...) a forte militarização, o controle da informação e legitimação da violência. Para mim, a pauta geral dos movimentos tem enorme valor, mas estas características assinalam a presença de elementos fascistas em “estado nascente” nos movimentos de jovens e devem ser combatidas⁶⁷.

Jorge Barcellos não analisa o conteúdo das reivindicações, só coloca que a pauta geral dos movimentos “tem enorme valor”, o que entra a criticar com profundidade é a forma da ação coletiva. Ele só concebe como formas políticas válidas as que seguem a legalidade oficial. A Ocupação, por colocar em questão a legalidade oficial, já é declarada diretamente por ele como fascista. O Presidente da CPI, Vereador Reginaldo Pujol e seu secretário, Sr. Jorge Fraga, me entregaram uma cópia do depoimento do senhor Barcellos. Vários Vereadores, durante a CPI, consideraram tal depoimento uma contribuição de grande valor intelectual.

Os jovens conseguiram deixar a cidade em “estado de guerra”: o que foram os tapumes nas lojas do centro da cidade provocados pelo temor de suas passeatas sucessivas? A invasão ao prédio da Câmara significou uma nova etapa deste “estado de guerra”, já que a guerra “é a continuação da política por outros meios”. Na Câmara Municipal, defendi a tese antropológica em sua essência que jamais o movimento poderia ter acessado o plenário, devendo ter-se restrito às galerias e corredores, porque ele é o espaço sagrado da política, lugar de nossos ancestrais políticos (Leônidas Xausa, Alberto André, etc.). Quer dizer, os jovens queriam invadir um espaço real, mas seu erro é que o plenário é um espaço simbólico, simboliza a democracia da cidade (...) em nome de suas reivindicações, ditas coletivas, tomaram o espaço simbólico do poder coletivo da cidade para si (...) a plataforma dos jovens quer ser de toda a sociedade, mas, como diz Foucault, *sem a participação do*

comparação com outros grupos sociais. O termo opera como uma categoria classificatória: juventude passa a se confundir com jovem, passível de mensuração e classificação quantitativa. No caso do texto de Jorge Barcellos, a identificação dos jovens e as suas práticas visam a sua punição.

⁶⁶ A noção de juventude é tratada como um instrumento que permite ver e analisar certos fenômenos sociais. O jovem não é mais considerado como um segmento social, mas como um lócus privilegiado para refletir sobre questões sociais específicas (...) os termos cidadania e violência operariam como indexadores do conjunto das temáticas abordadas: juventude; juventude e violência; violência e cidadania (Macedo, 2009, p. 110).

⁶⁷ Jorge Barcelos, intervenção na CPI “da Invasão”, 05 de dezembro de 2013, p. 7.

*resto da sociedade, os jovens não se dão conta da indignidade de falar pelos outros*⁶⁸.

Sugiro que a tese de que “sem a participação do resto da sociedade, os jovens não se dão conta da indignidade de falar pelos outros” poderia ser muito mais bem aplicada à democracia representativa que o senhor Barcellos defende, já que o propósito da “democracia direta”, defendida pelo Bloco, seria justamente que cada um fale por ele mesmo, a partir da participação popular nas decisões e do controle social sobre as atividades políticas. Porém, em um ato presenciei um companheiro anarquista ironizando sobre o palavra de ordem “somos o povo”. Tinha umas 40 pessoas no ato gritando “somos... somos o povooo!!!”. Com essa palavra de ordem nos colocamos como representantes do “povo”? Qual é esse povo? Por outra parte, durante a ocupação, o controle de quem podia entrar na Câmara e quem não podia, limitou o acesso a essa “democracia direta”. Como vimos, essa questão foi problematizada também dentro do próprio Bloco mas estes são temas que precisam ser debatidos com muita mais profundidade entre os membros do Bloco.

Por outra parte, parece que o senhor Barcellos pretende infantilizar o Bloco reduzindo os seus protagonistas à categoria de “jovens”.: “você viram velhos, trabalhadores, ou qualquer outro segmento que não o de juventude⁶⁹ na Ocupação da Câmara Municipal?”. A maioria dos ocupantes éramos “jovens”, muitos dos quais trabalhadores. E também havia pessoas de idade mais avançada, na franja dos 40, 50, 60, 70 anos... Algumas das pessoas mais ativas no Bloco passam dos 50 anos de idade. Mas também ouvi algumas destas pessoas de idade mais avançada colocando que elas procuram não intervir muito para deixar o protagonismo para os jovens. Por tanto, o que para uns é visto como uma limitação, para outros é visto como um potencial: “a juventude” sendo protagonista.

Inclusive havia crianças com seus pais e suas mães. Tanto que o “Bloco” foi acusado na CPI de “usar crianças como cordão de isolamento”: “a presença de pelo menos, 5

⁶⁸ Jorge Barcelos, intervenção na CPI “da Invasão”, 05 de dezembro de 2013, p. 9.

⁶⁹ Ao se tratar da articulação entre juventude, jovem e os fenômenos da violência, o jovem deixa de ser pensado como um segmento em “transição” e é identificado a partir de seus comportamentos e práticas. Ele passa a ser vítima ou agressor de atos de violência. Portanto, torna-se um sujeito político importante. O ator da violência – que ainda não havia sido definido – encontra no eixo juventude sua materialidade (Macedo, 2009, p. 121).

(cinco) menores, expostos, por constrangimento, à participação em atos criminosos”⁷⁰. O Diretor do Memorial da Câmara aponta também para “o drama dos novos movimentos de juventude”:

suas estratégias de luta estão longe de um consenso. Para Manuel Castells em “Redes de Indignação e Esperança” (Zahar, 2013) a questão central é a produtividade histórica e social desses movimentos “seu efeito sobre os participantes como pessoas e sobre a sociedade que tentou transformar” (p. 175). No caso, sua produtividade pode ser medida pelo avanço de suas ações, indo da ocupação das ruas à conquista das instituições revelada pela invasão de inúmeras Câmaras de Vereadores: o Rio de Janeiro, Campinas, Campo Grande, São Luis e Porto Alegre, o movimento avançou em estratégia, mas com resultados variados (...) é uma produtividade ambígua: por um lado, o movimento busca por uma nova forma de democracia, construída a partir da crítica severa ao sistema econômico e na luta por uma nova forma de autogoverno, mas por outro lado, seus integrantes são incapazes de agregar demais atores sociais que receiam seu comportamento radical nas ruas e instituições. Isso ocorre porque os integrantes do Bloco vêem a si mesmos como “os” atores políticos autênticos em luta, concluindo daí que se há algo de errado, é somente com o “sistema político”⁷¹.

O Sr. Barcellos, às vezes, se refere aos movimentos de luta pelo transporte público nas diferentes cidades brasileiras como se fossem todos a mesma coisa e há vezes em que entra a valorar especificamente o papel do Bloco de Lutas em Porto Alegre. Também não considera a dificuldade que os trabalhadores têm de participar de forma continuada de uma Ocupação que durou oito dias. Em câmbio, o professor Schmitt, de Economia da UFRGS, que já está aposentado mas muito ativo em diversos movimentos sociais e projetos comunitários, colocou durante um seminário celebrado na Câmara a necessidade de reduzir as jornadas de trabalho para as pessoas poder se dedicar mais às coisas públicas.

Concordo quando o Sr. Barcellos fala sobre “o drama dos novos movimentos de juventude”: “suas estratégias de luta estão longe de um consenso”. Certamente as estratégias estão longe de um consenso e isso dificulta poder encontrar caminhos conjuntos. Será preciso muitos dias de debate político horizontal em assembleias, comissões e grupos de trabalho para ir desenhando esses caminhos. O Bloco de Lutas, como veremos, tentou criar, depois da Ocupação, um projeto de lei popular para a municipalização do transporte em Porto Alegre. O Bloco lançou um abaixo assinado para “dialogar com a população” e avançar num projeto conjunto de transporte público na

⁷⁰ Ver. Márcio Bins Ely, Relatório final da CPI “da invasão”, março de 2014, p. 48.

⁷¹ Jorge Barcellos, intervenção na CPI “da Invasão”, 05 de dezembro de 2013, p. 12.

cidade. As estratégias de luta vão sendo discutidas e elaboradas no processo dessa luta política que não acabou, talvez porque a luta política nunca acaba.

Por outra parte, Tiago Luz (2014), advogado concursado na Câmara Municipal, membro do GT Jurídico do Bloco, sendo mestrando em Ciências Criminais na PUC-RS e voluntário no SAJU, escreveu um artigo intitulado “A DEMOCRACIA SANGRANDO: governando o exercício da cidadania através do crime”. O artigo propõe-se a analisar criticamente a reação da Câmara Municipal de Porto Alegre (CMPA) à ocupação do prédio onde funciona a instituição. Luz analisa três movimentos centrais na resposta da instituição: a identificação entre a CMPA e a ideia de democracia, sua vitimização e a construção da figura dos manifestantes como inimigos que atacam a democracia.

O artigo de Tiago Luz (2014) propõe que essas práticas discursivas fazem parte de uma racionalidade de governo do exercício da cidadania através do crime, na qual são definidas condutas permitidas e não permitidas dentre as possíveis práticas cidadãs:

A expressão persa *war nam nihadan*, que significa “assassinar alguém, enterrar seu cadáver e cultivar flores sobre o corpo para escondê-lo” é utilizada por Zizek para se referir à forma pela qual eventos significativos no cenário sociopolítico mundial ocorridos em 2011 – dentre os quais se destacam, por um lado, a Primavera Árabe e o Occupy Wall Street e, por outro, o crescimento do populismo racista na Europa – tiveram suas reais dimensões neutralizadas pela ideologia hegemônica. Segundo o autor, a mídia matou o potencial emancipatório de alguns desses eventos e ofuscou a ameaça que outros representaram à democracia, para logo após cultivar flores sobre seus cadáveres (Luz, 2014, p. 2).⁷²

Luz (2014) cita uma frase do Vereador Thiago Duarte, publicada no G1 RS, em 16 de julho de 2013: “A democracia está sangrando, está sendo esfaqueada em praça pública”:

Assim o presidente da CMPA, vereador Dr. Thiago, referiu-se à ocupação do Legislativo municipal. Tal frase sintetiza os três aspectos centrais na reação da instituição: a identificação automática entre a Câmara Municipal e a ideia de democracia, a autovitimização e a associação da ocupação a um ato de violência – “esfaqueamento” (Luz, 2014, p. 7).

Como vemos também no relatório final da CPI, a identificação entre a CMPA e a ideia de democracia exercem a importante função discursiva de potencializar a vitimização da CMPA e transmitir que a Ocupação ataca a sociedade como um todo. O Bloco é

⁷² Citado por Luz, Tiago (2014): ZIZEK, Slavoj. *The Year of Dreaming Dangerously*. London: Verso, 2012, p. 1.

identificado como o agressor, o inimigo que precisa ser combatido e representa tudo o que os vereadores não são. Não interessa o que defende o inimigo: “um inimigo é alguém cuja história você não ouviu” (Zizek⁷³, 2008, p. 653-658 apud Luz, 2014, p. 11).

Governo, por seu turno, não deve ser compreendido como um conjunto de instituições, mas sim como uma prática relacional que se dá entre sujeitos: o governo é “uma conduta que tem por objeto a conduta de outro indivíduo ou de um grupo. Governar consiste em conduzir condutas” (Castro, 2009, p. 190)⁷⁴. Tiago Luz (2014) sugere que governar o exercício da cidadania através do crime insere-se na lógica diagnosticada por Simon⁷⁵ (2007): em basicamente qualquer espaço institucional da sociedade contemporânea, a atuação voltada à prevenção de crimes é vista como legítima.

[...] em tempos de altos níveis de relatos criminais é difícil discernir quais instituições são genuinamente ameaçadas pelo crime e quais instituições estão usando o crime para promover a governança por meio da legitimação e/ou fornecimento de conteúdo para o exercício de poder (Simon, 2007, p. 5 apud Luz, 2014, p. 13).

Tiago Luz é um exemplo do quanto “o Bloco” e “o Estado” são multifacetados. Ele é advogado concursado na Câmara Municipal e, ao mesmo tempo, um dos componentes mais ativos do GT Jurídico do Bloco. Luz (2014) conclui que a democracia deveria estar aberta a questionar seus próprios fundamentos:

Torna-se necessário que ações eminentemente políticas, que práticas de exercício da cidadania não convencionais sejam interpretadas primeiramente como tal, e não como crimes. Se, pelo contrário, tratarem-se essas formas a partir da lógica do *war nam nihadan*, se práticas de exercício da cidadania forem mortas e enterradas e sobre seus cadáveres plantarem as flores de uma democracia superficial que aceite perpetuar as distinções entre pessoas, a hierarquia e o autoritarismo como fundantes da sociedade brasileira, a democracia – pelo menos em uma dimensão menos vazia e mais afeita à sua efetiva concretização – estará realmente sangrando (Luz, 2014, p. 16).

⁷³ ZIZEK, Slavoj. Violence: six sideways reflections. London: Profile, 2008 (Kindle eBook).

⁷⁴ Aqui Castro segue as teorias de Michel Foucault.

⁷⁵ SIMON, Jonathan. Governing Through Crime: how the war on crime transformed american democracy and created a culture of fear. New York: Oxford University, 2007.

3.6. Alguns papéis dos poderes policiais: um aproveitamento revolucionário da CPI “da Invasão”

Fui testemunha de diversas políticas de exceção⁷⁶ no Centro de Porto Alegre durante as mobilizações de junho: o estado de sítio fechando os estabelecimentos comerciais e diferentes ruas do centro os dias de protesto, depois do meio-dia, e tirando assim as testemunhas do lugar; as técnicas policiais de ataque, dispersão e criminalização massiva. Presenciei outros eventos de massa onde os policiais usaram técnicas de detenção seletiva, como no caso do desfile militar do dia da Independência, no qual evidentemente não queriam criminalizar e reprimir todo mundo que estava na rua e sim aos que protestavam contra o desfile.

Por outra parte, não penso que a violência só fragilize as instituições responsáveis pela “prevenção e proteção social”. Se fosse assim, tão simples, os manifestantes nas ruas de Porto Alegre não teriam gritado tantas vezes "Sem violência!" marcando as letras da palavra "v - i - o - l - ê - n - c - i - a" e reclamando contra a truculência da repressão policial... A violência faz sair pessoas às ruas para protestar contra a repressão, mas também faz com que outras pessoas parem de se manifestar por medo da polícia e da criminalização. Que sentido teria a tropa de choque sem choques? E, por outra parte: os governos não devem ter interesse em criminalizar um movimento social que se situa muito mais na esquerda que eles, entrando em competência com o seu espaço político? As ideologias políticas definidas mais estendidas entre as pessoas que conformam o Bloco de Luta são anarquismo (FAG, Utopia e Luta, Levanta Favela, Frente Autônoma do Bloco...), socialismo (PSOL, PSTU, MRS) e comunismo (PCB). Mas esta seria uma classificação muito rasa, pois, conforme me explicou o Daniel da FAG:

Antes de qualquer coisa, nós anarquistas também somos socialistas, em nosso caso da FAG socialistas e comunistas, pois para nós o anarquismo é antes de qualquer coisa uma vertente do socialismo, uma ramificação dessa construção oriunda da classe trabalhadora e

⁷⁶ Na perspectiva dos Comaroff (2006), os discursos sobre violência e desordem não são simplesmente resultados ou reflexos de uma realidade sociológica, mas parte vital da própria produção da ordem. O clamor por legalidade e força da lei marca, desta forma, a produção de novas democracias dos universos pós-coloniais (...) legitimam tanto políticas de enrijecimento legal, quanto uma série de políticas de exceção, realizadas em nome do bem moral da produção da ordem social.

dos oprimidos em luta. Fazer essa distinção assim, a vista grossa, abre margem para a interpretação de nossos históricos detratores e coveiros que desde o século XIX nos caluniam como "pequeno burgueses liberais", como se o anarquismo fosse única e exclusivamente uma rejeição ao Estado, não tendo absolutamente nada que ver com um ponto de vista e de luta classista que busca exatamente "socializar" a riqueza da sociedade suprimindo a organização social dividida em classes, condição essencial para a supressão do Estado e a conquista da necessária liberdade: "Liberdade sem socialismo é privilégio, injustiça; socialismo sem liberdade é escravidão e brutalidade" já dizia o nosso velho Bakunin. Enfim, ao menos para nós e muitos outros anarquistas que não compartilham da mesma vertente que a nossa (o especificismo) não reconhecer nossa condição enquanto socialistas é antes de mais nada uma grande ofensa. Sempre fizemos menção a isso em nossos materiais "Pelo socialismo e liberdade". Por sua vez nem todos anarquistas que se reconhecem enquanto socialistas o fazem enquanto comunistas, mas isso já é outra discussão que não vem ao caso agora.

As divergências entre os diferentes setores que formam o Bloco estariam nas estratégias e na forma do regime político que deve ser constituído: como estabelecer e como manter esse socialismo e/ou comunismo? Assim, o Bloco era visto pelo PT (nos governos federal e estadual em 2013 e 2014) e pelo PDT (no governo municipal em 2013 e 2014) como um adversário político, e era combatido nas ruas como tal pela Guarda Municipal e pelas Polícias Civil e Militar.

Na Ocupação da Câmara os guardas municipais se viram relegados a um papel de espectadores, e esse foi um dos logros do Bloco. Alguns depoimentos dos guardas municipais durante a CPI "da invasão" me permitem destacar aspectos vitoriosos da organização do Bloco de Lutas que podem ser pensados para enfrentar lutas futuras. A perspectiva criminalizadora da CPI tenta despolitizar o Bloco, mas podemos pensar essa perspectiva como uma posição eminentemente política. E também podemos pensar alguns dos depoimentos para entender como o Bloco conseguiu, de fato, ocupar a Câmara de Vereadores e estabelecer uma nova legalidade durante oito dias. Vadacir Ferraz de Lima realizou o seu depoimento na CPI o dia 29 de outubro de 2013. O Sr. de Lima se apresentou dizendo: "sou funcionário efetivo da Câmara há 12 anos. Trabalho na área de Segurança. Sou o Chefe da Segurança desde janeiro deste ano". O seu depoimento é muito rico para entender como os fatos foram se desenrolando na tarde de 10 de julho de 2013 na CMPA:

No dia 10 de julho, quando começava a Sessão Ordinária, a gente começou a perceber,

junto com os colegas da Guarda Municipal que vêm fazer a segurança do plenário, a entrada do pessoal do Bloco de Luta. Mas diferente das outras vezes que eles vêm – eles estão sempre juntos –, eles começaram a sentar em espaços separados, alguns grupinhos. As três horas da tarde, como o Presidente não estava na Casa e o Vice-Presidente também não estava, eu falei com o Diretor-Geral da Casa e fechamos os portões da Casa para que ninguém mais entrasse a não ser pelo portão dos automóveis. Com a chegada do Vice-Presidente às três e meia e, às quatro e meia, do Presidente, Dr. Thiago, eles mandaram que os portões continuassem fechados. Então, daí começou... A partir daí, a gente tinha ali uns trinta, mais ou menos, dentro, e a gente já tinha chamado mais efetivos da Guarda para nos ajudar ali. Então estava tudo controlado. Daí começaram as reclamações, telefonemas para vereadores que estavam ali, e começaram a reclamar que os portões estavam fechados e que a casa tinha que estar aberta. Daí o Dr. Thiago, no início, até renunciou a isso, mas depois acabou cedendo à pressão dos Vereadores e abriu os portões da Casa, por onde o pessoal entrou mesmo; entraram mais de cem pessoas ali. E daí, às cinco e meia, quase seis horas, houve a invasão do plenário em si mesmo, ali, da parte dos Vereadores⁷⁷.

Nas palavras do Chefe de Segurança se entende a importância que para eles havia em limitar a entrada de cidadãos e ampliar o número de efetivos da guarda, para que estes agentes conseguissem reprimir os ativistas no caso de eles acharem necessário.

Então a gente ficou ali fazendo a segurança, mas ficamos ali tranquilos, sem fazer nenhuma ação assim de efetivo, porque enganou. Praticamente não adiantava mais fazer alguma coisa com aquele tanto de pessoas que tinha ali dentro. Existe uma coisa em segurança chamada supremacia de força, toda a vez que tu vais abordar ou fazer alguma coisa, tem que ter três vezes a mais do efetivo que tu vais abordar. Então para um tu precisas de três policiais ou Agente de Segurança para fazer essa abordagem para ser uma coisa limpa e segura até para quem tu estás abordando. Senão ia virar alguma coisa ali que ia destruir praticamente o plenário da Casa. Então a gente optou, o Presidente também, pela segurança dos bens públicos patrimoniais e deixar correr. Daí, às 6h, a gente fechou novamente os portões. Daí começamos a contatar com a Polícia Militar, que não respondeu ao nosso chamado, começaram de novo as reuniões com os Vereadores, e, às 8h da noite, foi totalmente liberado o acesso⁷⁸.

Posteriormente, o Sr. de Lima continuou relatando a pressão exercida pelos ativistas do Bloco e como o movimento tomou conta do controle da Câmara:

Foi por causa do pessoal que estava fora que se abriram os portões, porque, senão, eles iam derrubar todos os portões e entrar de qualquer jeito⁷⁹.

O Vereador Alceu Brasinha (PTB) perguntou se, em algum momento, nos dias que durou a Ocupação, os senhores que são da segurança da Guarda Municipal, foram ameaçados, hostilizados, ou foram convidados a não participar de qualquer debate que

⁷⁷ Vadacir de Lima, Notas Taquigráficas, CPI “da Invasão”, 29 de outubro 2013, p. 5.

⁷⁸ Vadacir de Lima, Notas Taquigráficas, CPI “da Invasão”, 29 de outubro de 2013, p. 6.

⁷⁹ Vadacir de Lima, Notas Taquigráficas, CPI “da Invasão”, 29 de outubro de 2013, p. 8.

tivesse no plenário.

No plenário, eles não queriam ninguém, tinham que ser eles. Então... (...) eles tinham a própria segurança deles. Eles eram bem organizados, tinham os seguranças deles, que faziam ali, mas não proibiam a entrada (...) mas ninguém fazia questão de entrar lá, porque o ambiente ali era péssimo. Eles falavam, gritavam para tirar, mas não foi feito nada e não foi acordado nada com a Casa para retirar a guarda (...) a gente sentia aqui como se estivesse num presídio, como se fosse guarda de um presídio e os presos tivessem tomado conta do local⁸⁰.

Parece uma boa metáfora: a CMPA seria o “Presídio do Povo” onde o povo estaria preso até o momento que o povo se levanta e toma conta da “Casa do Povo”? Outro Guarda Municipal, Gerci Dos Santos Medeiros, mostra no seu relato que, inclusive com a CMPA sabendo das intenções do Bloco, não conseguiram parar a Ocupação:

Para nós não foi nenhuma surpresa, porque nós tínhamos conhecimento que eles viriam naquele dia da maneira diferente de outras visitas que tinham feito à Câmara, que eles tinham aquela intenção⁸¹.

Em Porto Alegre, nas “Jornadas de Junho”, temos visto a tentativa de criminalizar a todos os manifestantes culpando-os da violência executada por minorias, que bem podem ser policiais infiltrados ou grupos pagos para desestabilizar os protestos. Da mesma forma, abundam os processos judiciais contra militantes do Bloco de Lutas e outros manifestantes⁸². Assim, a Polícia Militar sempre encontra, ou produz, o detonante para começar a repressão contra o inimigo da guerra urbana criada em cada protesto. E aí também entram distinções de raça, classe e gênero; o jovem, se é negro, favelado, e tem antecedentes penais, então, com certeza, deve ser detido⁸³. Além disto, com os transportes públicos paralisados, é uma autêntica aventura bélica para os jovens da

⁸⁰ Vadacir de Lima, Notas Taquigráficas, CPI “da Invasão”, 29 de outubro de 2013, p. 11-12.

⁸¹ Gerci Medeiros, Notas Taquigráficas, CPI “da Invasão”, 29 de outubro 2013, p. 6.

⁸² Registrei diversos depoimentos de advogados militantes e de professores de direito denunciando a falta de embasamento de diversos processos contra militantes do Bloco. Esses depoimentos e outros vídeos relacionados com o Bloco podem ser vistos no canal do Bloco que criei na página da Antropo TV: <https://vimeo.com/channels/730047>

⁸³ No texto “Cultura jurídica e práticas policiais. A tradição inquisitorial” Roberto Kant de Lima defende que as práticas policiais brasileiras são um reflexo da própria cultura jurídica, que concebe a estrutura social brasileira como sendo hierárquica, atribuindo diferentes graus de cidadania e civilização a diferentes segmentos da população, embora a Constituição brasileira atribua direitos iguais a todos os cidadãos, indiscriminadamente: “À polícia cabe a difícil tarefa de selecionar quais indivíduos têm “direito” aos seus direitos constitucionais e ao processo acusatório, enquanto “pessoas civilizadas”, e quais não têm” (Kant de Lima; p.82).

periferia assistir aos protestos e voltar para casa depois. E, do ponto de vista da legalidade que sustentam a polícia e a grande mídia, os que ainda ficam na rua quando começam os conflitos são todos "vândalos" e "baderneiros". O cheiro de vinagre na roupa, usado para reduzir os efeitos do gás lacrimogêneo, passa a ser prova de delinquência e motivo de repressão. Em panfleto⁸⁴ chamando a protesto na Prefeitura de Porto Alegre, para o dia 1 de agosto de 2013, o Bloco denunciava:

A imprensa está noticiando que mais de sessenta pessoas foram indiciadas por terem participado dos protestos nas ruas de Porto Alegre. Nos surpreende que o mesmo Estado, que é ineficiente e lento para garantir os direitos básicos do povo (como transporte público acessível e eficiente, saúde e educação), seja tão ágil para criminalizar os que protestam (Panfleto do Bloco, 2013, p. 2).

Nestes fragmentos fica clara a consciência do Bloco de que a violência e a legalidade ou a criminalidade são artefatos criados politicamente.

Destacamos também que, no dia 25 [de julho de 2013], cinco famílias negras foram desapropriadas de forma violenta e racista no bairro Santa Tereza. É um exemplo da higienização social que retira populações mais pobres de suas casas, a serviço das empreiteiras e da especulação imobiliária. A Brigada Militar de Tarso Genro reprimiu violentamente as manifestações, mas este mesmo Estado não garante a identificação dos policiais que trabalham na rua, dificultando assim a apuração de abusos policiais (Panfleto do Bloco, 2013, p. 2).

3.7. Alguns papéis dos poderes judiciais

A Promotora da Justiça, Maria Cristina de Lucca, representante do Ministério Público, foi interrogada por jornalistas⁸⁵, uma vez que a Câmara já tinha sido desocupada:

-Promotora, faz parte da democracia o que aconteceu aqui?
-A movimentação faz parte, entretanto, ela precisa ser pacífica. E o cumprimento de uma liminar de forma mais rigorosa, essa não seria democracia.

No sexto dia da Ocupação (segunda feira, dia 16 de julho) por resolução judicial, a

⁸⁴ Consultado na página do Bloco de Lutas o 8 de novembro de 2014. Ver: Página do Bloco de Lutas com 15010 curtidas o dia 14.02.2015: <https://www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico?fref=ts>

⁸⁵ Este depoimento da Promotora aparece no filme "Morar na 'Casa do Povo'" que vou analisar no capítulo seguinte.

Ocupação podia ter sido desfeita pela polícia a partir das 6 horas se fosse dia de trabalho na Câmara. Mas a Presidência da Câmara decretou (na sexta, dia 13 de julho) entrar em recesso. Então, a seguinte resolução judicial, depois do comparecimento de dois oficiais de justiça na Câmara⁸⁶, suspendeu a liminar de reintegração de posse e marcou uma audiência de conciliação onde as partes deveriam dialogar. Essa decisão judicial se viveu como uma vitória, entre os ocupantes, pelo afastamento momentâneo do fantasma da repressão.

Os ativistas do Bloco que, na Assembleia de domingo, defenderam que a ocupação tinha que se manter no dia seguinte, falaram para os que queriam desistir da ocupação que "o medo nunca conquistou direitos" (os que queriam sair na segunda de manhã queriam evitar o choque com a polícia). Os que defendiam que a gente tinha que resistir também não pensavam que haveria uma decisão judicial favorável ao diálogo que estava quebrado nesse momento. O que se pensava majoritariamente era que a polícia chegaria para tirar a gente de lá na segunda-feira de manhã, e o posicionamento que ganhou na assembleia de domingo foi que a gente ficaria dentro resistindo no caso da chegada da polícia, até a polícia começar a agir violentamente. Seria uma resistência pacífica que demonstraria que a ocupação não acabava voluntariamente e que quem agia violentamente era, novamente, a polícia. Tratava-se de procurar e instrumentalizar a violência. Portanto, por parte do Bloco, depois de discutir fortemente as diferentes possibilidades nas assembleias, se procurava a fricção para demonstrar as distâncias políticas existentes.

O fato é que, por causa do inconciliável conflito de interesses presente na disputa entre Bloco e Presidência da Câmara, os dois lados não queriam se colocar na posição do outro ou ouvir o ponto de vista do interlocutor. Na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, as duas partes sabiam que as negociações se quebrariam em algum momento, porque o que cada parte estava disposta a ceder não era suficiente para a outra parte. Então, o conflito não se percebia necessariamente como um inconveniente, ao contrário, era percebido por muitas pessoas (das duas partes) como uma necessidade (as duas partes pensavam que o fim da ocupação chegaria com a entrada da polícia).

⁸⁶ Os oficiais escreveram no seu informe que a Ocupação constava de mais de 400 pessoas, inclusive crianças, e que estava sendo "pacífica" e "organizada".

Só depois de uma reunião de conciliação, ocorrida na quarta-feira 17/07 e que demorou mais de 4 horas, é que o Presidente da Câmara aceitou que a reintegração de posse da Câmara ocorreria ao mesmo tempo em que fossem protocolados os dois projetos. Tudo transcorreu como acordado, mas até o encerramento deste texto, os vereadores de Porto Alegre não apreciaram os referidos projetos (De Bem, 2014, p.40).

O Bloco de Lutas criou dois projetos de lei durante a Ocupação da Câmara, um de Transparência das Contas das Empresas de Ônibus e outro de Passe Livre para estudantes, desempregados, indígenas e quilombolas. Sobre estes projetos de lei, o Briza, ativista do Assentamento Urbano Utopia e Luta e membro da Comissão de Organização, declarou o seguinte, no primeiro cine-debate com o filme “Morar na ‘Casa do Povo’” (7 de julho de 2014):

Nenhuma confiança no parlamento, né? Porque dois projetos encaminhados, nenhuma resposta. A gente nem sabe se está na mão do Prefeito, se não ficou engavetado. As ações que a Câmara ia marcar de Audiências, nada foi encaminhado. Ao contrário, né, teve um processo de criminalização que já entrou... a gente já fez depoimentos, tem um inquérito e um processo andando.

Esse depoimento me leva a refletir sobre várias coisas. Uma delas é o desconhecimento do Bloco a respeito dos caminhos que seguiram os projetos de lei criados pelo movimento durante a Ocupação. Outra coisa é a questão das “audiências públicas sobre o transporte público que deviam acontecer na Câmara”: esse tema não aparece no termo da audiência. No caso de ser um compromisso assumido entre o Bloco e alguns vereadores, este compromisso não prosperou e o tema nunca foi levantado nas assembleias ou comissões do Bloco. A estratégia jurídica empreendida durante a Ocupação não teve um trabalho continuado depois da Ocupação. Em entrevista concedida para esta pesquisa, a juíza Marquesan definiu assim a sua mediação conciliadora:

Não precisou chamar a Brigada para desocupar, o que teria gerado um tumulto como em outros lugares do país ocorreu. Eu procurei chamar as pessoas para dialogar, olho no olho. Porque a gente não tem uma cultura de conciliação, a gente tem uma cultura de conflito. Tanto que o estado do Rio Grande do Sul é o estado que mais litiga no país, apesar de não ser o estado mais populoso do país (...) na conciliação a gente explica para as partes que estão em litígio que cada uma vai ter que abrir mão de alguma coisa para chegar a uma resolução pacífica do conflito. Se não vai ter uma resolução judicial que vai agradar a uma parte e vai desagradar à outra (...) na conciliação tu responsabiliza a quem está dialogando. Tu deixas de ter um terceiro que vai decidir por ti.

Pesquisei na Câmara, e o Projeto de Lei de Passe Livre (elaborado durante a Ocupação) foi protocolado o mesmo dia da desocupação (18 de julho de 2013), mas no dia depois (19 de julho de 2013) o Dr. Thiago Duarte (PDT), que naquele momento era o Presidente da Câmara e podia decidir se encaminhava o projeto para o Prefeito ou não, o arquivou. Oficialmente, nem chegou ao Prefeito Fortunati (PDT). Isto significa que o presidente da Câmara desrespeitou o termo da audiência⁸⁷ que assinou diante da juíza Cristina Luísa Marquesan da Silva e da representante do Ministério Público, Maria Cristina de Lucca. No termo desta “audiência de conciliação”⁸⁸ aparece o seguinte:

Foi dito pela Magistrada que as partes acordam nos seguintes termos:

1- O presidente da Câmara encaminhará a indicação dos vereadores Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Alberto Kopittike, Eng. Comasseto e Sefora Mota do Projeto de Lei do Passe Livre elaborado pelo Bloco de Lutas, no exercício da cidadania, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, amanhã (18.07.2013).

Perguntei à juíza Cristina Luisa Marquesan da Silva sobre o que aconteceu pelo fato de o Presidente da Câmara ter desrespeitado o acordo. A juíza me respondeu que nenhuma das partes reclamou, e o processo foi arquivado. Com o processo arquivado já nada poderia ser feito ao respeito. Em palavras da juíza, em entrevista realizada no Foro Central de Porto Alegre:

Só que essa ação que chegou no judiciário é uma ação possessória. Na verdade, isso aqui fez parte do acordo mas não é o objeto dessa ação. A reintegração de posse só discute posse. Por exemplo, tu tens a tua casa alguém chega lá e invade a tua casa, e tu entra com uma reintegração de posse para tirar essa pessoa de lá (...) o que chegou para nós, o objeto é só a desocupação. Isso aqui foi feito entre as partes. Isso aqui é um compromisso assumido pelas partes. Então, umas têm de cobrar das outras isso.

Perguntei: “O judiciário não tem como cobrar?”

Nessa que é reintegração de posse não, porque não é o objeto da reintegração de posse.

Mas o ponto 8 do termo de audiência colocava o seguinte:

8- O cumprimento da medida liminar permanece suspenso. Não havendo cumprimento do acordo por alguma das partes, os autos retornarão conclusos para análise.

⁸⁷ Processo nº 001/1. 13. 0184755-1 (CNU: 0215409-19.2013.8.21.0001).

⁸⁸ Assim é lembrada a audiência por parte dos membros do Bloco.

A juíza se defendeu dizendo:

-Mas não houve nenhuma reclamação de nenhuma das partes.

-Esta foi a primeira reclamação?

-Sim [risos] Ninguém informou formalmente no processo que o acordo não foi cumprido. Entendeu? Dessas partes aqui, ó [assinala o termo da audiência na sua mesa]. A outra parte da desocupação sim, foi cumprida. Das outras questões, que realmente eram umas das condições para a desocupação, não chegou, para mim, reclamação. Tanto que o processo foi arquivado. Isso é uma luta que tem que ser feita entre as partes... porque isso aqui, na verdade, é uma luta política, né?

Os pontos 2 e 3 do termo diziam assim:

2- Os vereadores Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Alberto Kopittike, Any Ortiz, Eng. Comasseto, Sefora Mota se comprometem a encaminhar e viabilizar a tramitação do projeto de Lei de Abertura das Contas e Transparência das empresas de ônibus que atuam no Município de Porto Alegre;

3- O referido projeto de transparência será encaminhado pelos Vereadores que o subscrevem, com base no art. 81 da Lei Orgânica do Município (regime de urgência);

O Projeto de Abertura das Contas das Empresas de Ônibus se encontrava em dezembro de 2014 no Setor Legislativo da Câmara Municipal, na Ordem do Dia, desde o início de 2014. Isto significa que estava pronto para votação mas nunca foi votado. A situação se agrava quando levamos em consideração que no termo se diz explicitamente que deve ser tramitado com “regime de urgência”. Por quê, então, nunca foi votado? Bati em várias portas do PSOL (gabinete da Ver. Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas) e do PT (gabinete do Ver. Comasseto e do Ver. Kopittke) e não tinham ideia do que estava acontecendo com esses projetos. Esses vereadores têm parte da responsabilidade, pois, na Ocupação, na audiência de conciliação diante da juíza, se comprometeram a tramitar o projeto de abertura das contas das empresas de ônibus. E isso significa tramitar até votar, conforme me explicou em entrevista, no seu escritório⁸⁹, a Dra. Marquesan, juíza que levou o processo⁹⁰.

⁸⁹ Entrevista realizada no dia 28 de novembro de 2014 na 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre. Consultada o 07/01/15: <https://vimeo.com/113120487>

⁹⁰ Os pontos 4, 5 e 6 do termo se referiam ao compromisso do Bloco de desocupar a Câmara entre os dias 17 e 18 de julho. O ponto 7 se referia à revisão das condições do prédio da Câmara o dia da desocupação. No termo ainda consta que a sua “Natureza” era “Reintegração de Posse”. O “Autor” era “Câmara Municipal de Porto Alegre. Adv: Claudio Roberto Velásquez – RS/18594. Adv: Fabio Nyland – RS/50325”. E o “Réu” era “Guilherme João e demais invasores. Adv: Claudete Aires Simas – RS/80873”. O Guilherme João se candidatou a deputado estadual pelo PT nas eleições de 2014. Mesmo tendo sido o PT expulso do Bloco em 2013 o João continuou participando do movimento durante o ano de 2014 e no final do

Portanto, os ativistas do Bloco, não ficamos de olho no processo administrativo que seguiram os projetos de lei construídos durante a Ocupação ou, no mínimo, não apresentamos nenhuma reclamação formal diante da juíza pelo não cumprimento do termo de conciliação por parte dos vereadores. Porém, a briga política seguiu nos meios de comunicação tradicionais, nas redes sociais e nas ruas:

NOTA DO BLOCO SOBRE A RESPOSTA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE AO PROJETO DE LEI DO BLOCO SOBRE A ABERTURA DAS CONTAS DAS EMPRESAS DE ÔNIBUS⁹¹
Vereadores manobram para proteger os empresários e esconder as contas do transporte público! A imprensa noticia que os vereadores da base de Fortunati planejam engavetar o projeto de abertura de contas do transporte público elaborado pelo Bloco de Luta durante a ocupação, utilizando-se de subterfúgios formais, embora o conteúdo dos projetos seja radicalmente diferente. O projeto de lei apresentado pelo vereador Valter Nagelstein (PMDB) prevê uma prestação de contas de mentirinha, em que os resultados finais são apenas colocados na internet 30 dias antes de serem encaminhados ao Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU), sem nenhum controle ou auditoria popular. Já o projeto do Bloco de Luta pelo Transporte Público aumenta o controle popular, e inclui, por exemplo, a checagem de notas fiscais. De fato, pode-se dizer que o projeto elaborado voluntariamente pelo Bloco durante uma ocupação de oito dias é muito melhor e mais completo que o do vereador que está na Câmara há anos, recebendo para isso. Se o COMTU fosse representativo das opiniões e dos interesses da população de Porto Alegre, o projeto do vereador poderia ser aceitável. Não é o caso. O COMTU historicamente, pela sua própria composição, defende interesses de grandes empresários do transporte em detrimento dos interesses dos usuários do transporte coletivo – tanto é que permitiu que o valor da tarifa subisse muito acima da inflação nos últimos anos. Portanto, o projeto do vereador Nagelstein não representa uma real transparência nas contas. Trata-se de mais uma manobra dos vereadores que apóiam Fortunati para proteger os empresários e esconder da população como realmente são geridas as contas do transporte público da cidade. O lamentável é que os vereadores não honram o acordo que assumiram, que era de votarem o projeto do Bloco após a desocupação da Câmara. (...)⁹²

A decisão da juíza decretando a necessidade do diálogo também pode ser pensada como a imposição da negociação para reproduzir o *status quo*⁹³. Não podemos subestimar

ano, quando o Bloco de Lutas estava inativo, protagonizou a tentativa de criar um novo bloco, o Bloco Rodoviário, Estudantil e Popular. Por outra parte, não consegui averiguar o que aconteceu com o ponto 9 do termo: “O Ministério Público assume o compromisso de encaminhar à Promotoria Especializada de Patrimônio Público o pedido de fiscalização da transparência das contas das empresas responsáveis pelo transporte público de Porto Alegre”.

⁹¹ Consultado o 9 de agosto de 2013: <https://www.facebook.com/pages/Bloco-de-Luta-pelo-Transporte-P%C3%BAblico/488875294508389?fref=ts>

⁹² Consultado o 9 de agosto de 2013: <http://www.sul21.com.br/jornal/2013/08/projeto-do-bloco-de-luta-gera-disputa-regimental-na-camara-de-porto-alegre/>

⁹³ No texto "Harmonia Coerciva. A economia política dos modelos jurídicos" Laura Nader (1994) defende que a harmonia e a controvérsia fazem parte das ideologias num mesmo continuum e não são, necessariamente, benéficas ou adversas. Nader acredita que no fundo, o estilo harmônico, bem como as

o papel da ideologia da juíza na sua criação de uma cultura jurídica. O modelo legal de harmonia parece ser uma técnica de dominação. Enquanto cidadãos pensantes podemos desconstruir esses sistemas de pensamento de nossas próprias culturas, e reconhecer que os estilos de disputa e de resolução de conflitos são um componente das ideologias políticas e da dominação exercida pelas forças do estado (Nader, 1994).

Os vereadores próximos ao governo do Fortunati, situados longe do diálogo, se sentiram "castigados" pela juíza, que procurou um acordo harmonioso. Então, alguns deles, como o Professor Garcia, foram pra o Foro Central de Porto Alegre e começaram a gritar: "cadê a juíza?". Quando um funcionário foi lá para pedir que fossem educados e harmoniosos, os vereadores responderam: "Ta difícil trabalhar assim, né? Ela foi lá na nossa casa e desrespeitou a resolução de outro juiz. Agora nós estamos aqui na casa dela". Parece que nesse momento acalorado o vereador tinha clareza de que a Câmara era a casa dele, já não era mais "a Casa do Povo".

ideologias relacionadas, são, possivelmente, acomodações internas à conquista e à dominação. Ver também como Ana Tsing (2005) pensa a produtividade da "fricção".

CAPÍTULO 4

O filme “Morar na ‘Casa do Povo’” como parte desta pesquisa. Antropologia compartilhada e camadas de autoria

*Representations of experience immediately
create new experiences in their own right.
David Mac Dougall*

Ao mesmo tempo em que participava filmando e publicava vídeos⁹⁴ sobre as lutas políticas na cidade, também acompanhava as aulas de antropologia na UFRGS. Nessas aulas me deparei com autores que pensam os fluxos estabelecidos entre humanos e não humanos. E descobri-me questionando as práticas e os dispositivos do cinema etnográfico. Quais os papéis das câmeras e dos computadores na elaboração de um filme? Quais os fluxos e as relações políticas existentes entre as pessoas ao redor das câmeras e dos computadores? Como pensar o poder e a autoria nestes âmbitos?

Neste capítulo dialogo com alguns autores que inspiraram a forma de construir o filme etnográfico “Morar na ‘Casa do Povo’”. Também pretendo realizar uma incursão, tanto ao modo de produção do filme, quanto ao processo de sua montagem e divulgação. O filme é, ao mesmo tempo, parte da metodologia e um dos objetos desta pesquisa. A filmagem, a montagem e a divulgação do filme se deram simultaneamente e, na medida do possível, coletivamente. Para dar conta deste processo vou falar de antropologia compartilhada e de camadas de autoria.

4.1. Qual a teoria atrás do filme “Morar na ‘Casa do Povo’”?

Apresentei o projeto do filme no GT 05 da Reunião Brasileira de Antropologia (RBA, 2014). O título do GT era: “Antropologia da imagem, montagem, conhecimento”. Os

⁹⁴ Em janeiro de 2013 criei um portal de vídeos na internet, o projeto chamado Antropo TV, presente na plataforma Vimeo e no Facebook. Nesses meses propus à ABA criar uma TV de Antropologia Brasileira online para melhorar a extensão dos conhecimentos acadêmicos. Assim, participei do processo de criação do que hoje é a TV ABA, da qual sou colaborador.

coordenadores Johannes Andreas Valentin (UERJ/IUPERJ) e Yara Schreiber Dines (USP) colocaram o seguinte problema: “A montagem, assim como a desmontagem e a remontagem operam com o tempo e o espaço. Desse modo, quando trabalhamos com a montagem na antropologia da imagem, quais sentidos, significados e narrativas vêm à tona? (...) O trabalho de campo, a etnografia visual, os depoimentos somados à leitura da bibliografia criam um arcabouço metodológico para que ocorra tanto uma montagem da experiência antropológica vivenciada, como principalmente uma montagem imagética que gera narrativas híbridas”⁹⁵.

Interessa-me pensar as ciências sociais como um “artesanato intelectual” (Mills, 1982)⁹⁶. Nesse sentido, os filmes etnográficos seriam metamorfoses de elementos já existentes. E o mesmo filme vai poder ser interpretado de formas diversas e recriado posteriormente. Então, também não faz sentido pensá-lo como um objeto acabado e sim como uma “explosão da cronologia” (Huberman, 2000) que cria um “fluxo narrativo” que também vai poder ser explodido depois. Mas de que forma lidamos com o tempo e com a autoria? Jean Rouch foi um dos pioneiros em levar a sério a criatividade dos seus interlocutores. Roy Wagner (2010) também dizia que cabe reconhecer naqueles que estudamos o mesmo nível de criatividade que cremos possuir:

Pois toda vez que fazemos com que outros se tornem parte de uma “realidade” que inventamos sozinhos, negando-lhes sua criatividade ao usurpar seu direito de criar, usamos essas pessoas e seu modo de vida e as tornamos subservientes a nós (Wagner, 2010, p. 46).

Patrice Schuch, minha orientadora, me falou que o fato de nos colocar diante da câmera, como pesquisadores ou observadores (observados), faz com que nos situemos numa posição de fragilidade, onde os nossos papéis são reformulados e as análises são descentralizadas. Mais adiante veremos como o capítulo 5 desta dissertação também é

⁹⁵ Conforme Didi-Huberman (2000), “montagem é uma exposição de anacronias na medida em que surge como uma explosão da cronologia. A montagem corta as coisas habitualmente reunidas e conecta as coisas habitualmente separadas. Cria então um choque e um movimento”. Uma vez que a imagem é sempre uma construção, são tais aspectos relacionados à etnografia e à produção visual associados à epistemologia do conhecimento antropológico que pretendemos aproximar e cruzar”.

⁹⁶ Wright Mills (1982) entende que os etnólogos sempre montam, desde o campo até a escrita, inclusive quando não o expressam claramente. Gregory Bateson (1936) indicava que os seus textos, em particular os que faziam uma transcrição do discurso autônomo, eram o produto de uma operação complexa, seletiva e construtivista, uma empresa de “reconstituição”. Piault (2002) sugere que esta consciência da montagem textual em Bateson poderia ter origem no fato que, junto com Margaret Mead, foi um dos primeiros e estranhos antropólogos contemporâneos em utilizar a câmera.

uma aposta pela descentralização das análises. Esta questão me lembra o que Piauxt (2002, p. 264) escreveu sobre a dupla lição da antropologia rouchiana: que a proximidade e a continuidade permitem não unicamente ver, mas conduzem a explorar e a perceber o sentido da diferença, a intercambiar pontos de vista e, pelo tanto, a cambiar e descentralizar a análise. A antropologia compartilhada coloca em perspectiva o antropólogo, e a sua função se inclui no questionamento.

4.2. Processos de montagem

Cabe pensar como o próprio campo, a forma de horizontalidade política que o Bloco de Lutas quer estabelecer, pode influenciar a forma e a metodologia de um filme sobre o Bloco. No filme “Morar na ‘Casa do Povo’” procurei que o processo fosse o mais participativo possível. O montador Roberto Perpignani (2009) fala da montagem cinematográfica como “a arte oculta”. No cinema “de ficção” manter a montagem oculta tal vez seja uma vantagem; mas o que acontece com o cinema etnográfico? Eu opto por explicitar no filme as relações dinâmicas com os meus interlocutores a partir de diferentes experiências de montagem que vivenciamos juntos, reconhecendo, portanto, que a montagem audiovisual emana, entre outras coisas, de diferentes “saberes localizados” (Haraway, 1995). Assumimos a posição desde onde falamos para poder prestar contas e, também, como condição para atingir algum grau de objetividade. Os processos de discussão com a Thais, montadora profissional de filmes, o microfone, as duas câmeras, as perguntas ou o programa de montagem do filme⁹⁷ são mostrados para explicitar como os saberes antropológicos se criam nas relações. Tudo isto sem desconsiderar o meu maior poder de decisão sobre a montagem final.

As palavras de Trinh Minh-ha, realizadora de filmes que têm como tema a alteridade e a produção da diferença, apontam, no modo de construir a linguagem fílmica, “opções que são estéticas, éticas e políticas, de uma só vez” (Ferraz, 2010, p. 10):

Lanço mão de um olhar que busca compreender o modo como as diferenças se configuram no filme: numa reestruturação da experiência e numa ruptura com códigos e convenções fílmicas. Isto é, compreender o que cada pesquisa específica demandou em termos de

⁹⁷

Filmo a montagem na tela do computador com o software Camtasia, por exemplo.

construção de linguagem. Na descrição de um conjunto de filmes, procuro observar o nomear, a diferença na compreensão de ritmos e repetições; uma diferença, finalmente, na definição do que cinematográfico e do que não é. “A relação entre imagens e palavras deve fazer visível e audível os ‘cracks’ da linguagem fílmica, que usualmente cola coisas com palavras, tão suavemente quanto possível, banindo todas as reflexões, apoiando uma ideologia que mantém o trabalho de sua própria linguagem tão invisível quanto possível, e assim mistifica o fazer fílmico, sufocando a crítica, e gerando complacência entre ambos produtores e espectadores. Trabalhar com diferenças requer encarar seus próprios limites para evitar indulgência com eles, tomando-os como limites de outros; para assumir a sua capacidade e responsabilidade como sujeito, trabalhando e modificando esses limites” (Minh-ha, 1995, p. 151 apud Ferraz, 2010, p. 9-10; tradução de Ferraz).

No filme “Morar na Casa do Povo” estas disrupções de que fala Trinh Minh-ha são muito claras. Não só aparecem a montagem e a discussão sobre o próprio filme; mas os diferentes tipos de imagens, filmadas com câmeras diferentes, servem justamente para explicitar essa pluralidade de olhares e dispositivos que compõem o filme. Isso “incomodou” a Thais que, acostumada a lidar com a linguagem cinematográfica, não gostou do uso das imagens da TV Câmara, pois essas tinham inclusive o formato 4:3, muito diferente do formato panorâmico 16:9, que predomina no filme.

O cineasta francês Robert Bresson (2008) defendeu que um filme se faz em três ocasiões: no roteiro, na filmagem e na edição. Daniel Tubau nos falou nas suas aulas de roteiro na EICTV (Cuba, 2014)⁹⁸, que um filme se faz no mínimo em quatro ocasiões: no roteiro, na pré-produção (escolhendo as localizações, os protagonistas, etc.), na filmagem e na edição. Sugiro que as fases que habitualmente pensamos como separadas (roteiro, filmagem, montagem, etc.) fazem parte da mesma dinâmica criativa.

O mesmo Bresson (1975) escreveu: "monta o teu filme na medida que filmas. Nele se formam núcleos onde se adere todo o resto". Também entendo a montagem no sentido de Vertov: como uma atitude permanente através de todas as fases de concepção e de realização fílmica. “Para Vertov, a montagem é ininterrupta, desde a primeira observação até o filme definitivo” (Piault, 2002, p. 82). No início do filme (na segunda e na terceira versão do mesmo), a Thais e eu aparecemos diante das câmeras editando e refletindo sobre a inteligibilidade do filme. Falamos sobre como fazer mais compreensíveis os processos políticos que acontecem no filme, e a Thais faz a proposta de adicionar textos

⁹⁸ Daniel Tubau impatuiu a oficina “El guión del siglo XXI” dentro dos Altos estudos de cinema da EICTV entre o 25/02 e o 15/03 de 2014.

explicativos⁹⁹.

Depois, o quadro do filme é o quadro do computador, e vemos como são montadas e remontadas as imagens e criados os títulos para uma melhor compreensão do contexto político no que se insere o filme. A partir dos cine-debates, da discussão com a Thais e do Software Camtasia, que permite filmar a atividade desenvolvida na tela do computador, o processo de montagem do filme se faz explícito dentro do filme. Se atualmente um texto etnográfico precisa ter um certo grau de auto-reflexão para ser considerado como tal, por que não pensar da mesma forma os filmes etnográficos?

Por outra parte, enquanto ao final do filme, a minha ideia inicial era que, em homenagem à "Chronique d'un été" (Rouch e Morin, 1961), o antropólogo e a orientadora caminhassem e refletissem sobre a pesquisa e sobre o debate. Mas na orientação, Patrice sugeriu que talvez fosse um final muito "acadêmico". Concordando com ela, optei por ter a última cena como um cine-debate entre os protagonistas, deixando em aberto o final, da mesma forma que os sentidos e os rumos das ações coletivas estão em aberto; no final, a Lorena, jovem branca militante da FAG, incentivou os presentes no cine-debate a "retomar as instâncias do Bloco", não necessariamente da mesma forma que o Bloco funcionou até setembro de 2014: "porque se não fosse pelo Bloco a gente não estaria aqui agora". O final fica aberto, as vidas continuam.



Figura 13 – Captura da tela do computador realizada com o programa Camtasia durante o processo de montagem do filme.

⁹⁹ Ver o filme "Yakwa – O banquete dos espíritos" onde Virgínia Marcos Valadão se serve de textos para fazer mais inteligível o mais longo e mais importante dos rituais dos índios Enawene Nawe.

4.3. O fora de campo

O fora de campo é tudo o que fica fora do campo recolhido dentro da filmagem. O momento da filmagem consiste em escolher umas coisas e descartar outras. Por tanto, também se trata de um momento de “montagem”, tanto espacial quanto temporal. O fora de campo pode nos explicar tanto do nosso objeto de estudo e da nossa pesquisa quanto o próprio “campo” (o que sim está dentro da filmagem). Neste sentido, considero relevante a sugestão de Sylvaine Conord (2013, p. 14):

Não estou demonstrando, porém que a imagem é sistematicamente enganadora, deformadora das realidades que ela nos mostra. Gostaria de chamar atenção aqui para a importância de contextualizar a fotografia, no domínio de um procedimento científico, dando elementos que dizem respeito ao *fora de campo* do ponto de vista do fotógrafo e daquele das pessoas fotografadas".

Por exemplo, durante as assembleias que filmei na Ocupação da Câmara, em termos gerais, eu enquadrava as pessoas que falavam ao microfone. As reações do público e as atividades desenvolvidas por outras pessoas nas comissões ficaram, geralmente, fora de campo¹⁰⁰: apenas o som, às vezes, nos traz as reações das pessoas. Nesses momentos, então, as pessoas do público ficam fora do campo imagético mas não fora do campo sonoro do filme.

Depois, comprei duas câmeras menores¹⁰¹ que permitiram me deslocar melhor (também passar mais despercebido) e filmar um ângulo do campo muito maior e desde diferentes perspectivas. Nos cine-debates que aparecem no filme tinha mais controle sobre o espaço e sobre o tempo do que na Ocupação da Câmara, porque eram eventos pensados e organizados com mais antecedência e com menos pessoas envolvidas. Éramos várias pessoas coordenadas filmando os cine-debates e assim conseguimos mostrar, na montagem, os 360 graus dos espaços onde filmamos (inclusive mostrando as pessoas que estavam filmando). Isto permite explicitar no filme o sentido dialógico dos encontros. Esta opção é muito diferente ao que seria colocar unicamente a pessoa que fala e não ver nem

¹⁰⁰ Nesse momento só tinha uma câmera, a Sony HXR-NX5, uma câmera de vídeo relativamente grande.

¹⁰¹ Comprei a Canon T3i Rebel (câmera fotográfica reflex que filma também vídeo) e a Go Pro.

escutar as outras pessoas.

Seguindo com a questão do fora de campo, desde que comecei a acompanhar as manifestações organizadas pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, coloquei o foco em seguir as práticas das pessoas que mais falavam através do microfone do carro de som, que habitualmente presidiam os atos. Desta forma, tenho filmado os protagonistas do filme desde o ano de 2012, quando cheguei a Porto Alegre pela primeira vez. Mas isto faz com que muitas outras coisas fiquem fora de campo, porque o foco se situa nas pessoas que têm mais peso na organização do movimento. Esta seria uma das limitações da minha pesquisa. Recortar sempre implica reduzir o campo.

4.4. O material descartado e o foco principal das câmeras

O material descartado é a maioria do material filmado (na maioria dos filmes); porém, raramente conhecemos alguma coisa sobre ele. Por exemplo, no filme “Morar na ‘Casa do Povo’” tenho cerca de 40 horas de material próprio que não sobreviveram aos múltiplos cortes da edição. Além disso, existe uma grande quantidade de material produzido por outras pessoas que, em parte, utilizei, mas na sua maioria não. Material dos companheiros do Coletivo Catarse, do Jornalismo B, da TV Câmara, de Mediatize, do cartunista Lattuff, do Luri¹⁰²... também, houve uma pessoa que não respondeu às minhas mensagens pedindo o seu material audiovisual. Mas a solidariedade foi geral e o filme produzido no processo está liberado de direitos autorais¹⁰³.

Também pedi as filmagens que os vereadores utilizaram como prova para apontar indícios de crime durante a CPI “da invasão” mas não as consegui através deles, por ser material que faz parte de inquéritos e de processos judiciais, com o sigilo que teoricamente isto acarreta. Porém muitas destas imagens estavam já disponíveis online ou na TV Câmara (o arquivo da TV se encontra no Memorial da Câmara). Inicialmente, me deixaram aceder ao material do arquivo e, quando já tinha tudo e voltei semanas depois, me falaram que para pegar mais material precisaria de uma autorização da Presidência.

¹⁰² Conheci o Luri na Ocupação da Câmara e depois fomos companheiros na Comissão de Comunicação do Bloco e parceiros na organização dos cine-debates. O Luri tem muitos conhecimentos técnicos e me ajudou várias vezes com problemas informáticos.

¹⁰³ Licença “Creative Commons”.

Ainda bem que não precisava de mais nada, pois o Presidente da Câmara já tinha me identificado como um dos ocupantes e, possivelmente, não iria me autorizar a pegar mais material¹⁰⁴.

Das minhas filmagens descartei principalmente partes das assembleias que não considero as melhores para sintetizar o que foi a experiência da Ocupação para as pessoas implicadas. Mas essas escolhas são profundamente subjetivas e, no processo de eleição e descarte, também têm muita influência todos os meus interlocutores, principalmente nos cine-debates (realizamos três cine-debates abertos ao público, um em 7 de julho de 2014 no Auditório 1 do Sindibancários, outro no Campus do Vale no dia 26 de novembro de 2014, na aula da Professora Patrice, e outro no Ateneu Libertário a Batalha da Várzea em 27 de novembro de 2014). Também recebi várias dicas em reuniões do Bloco de Lutas, em congressos de antropologia (CAAS, 2014 e RBA, 2014) e através das redes sociais, pois publiquei na internet as diversas versões do filme¹⁰⁵, e as difundimos através do grupo e da página de Facebook do Bloco, e na página de Facebook do filme¹⁰⁶ também.

As opiniões dos meus interlocutores resultaram determinantes na hora da montagem e tentei abrir para a participação do máximo número de pessoas¹⁰⁷. Mas é claro que a nossa disponibilidade de tempo e as possibilidades de sincronizar agendas são limitadas. Outro aspecto relevante é que tivemos que usar as imagens da forma mais ética possível, evitando que o filme pudesse se converter num meio para identificar e criminalizar militantes ou simplesmente identificar pessoas que não quisessem aparecer. Conforme opinião da Lorena, ativista na FAG e no Bloco:

sobre a possibilidade da polícia identificar pessoas através do filme acho que não é uma preocupação cabível pois eles têm todo mundo registrado. A Câmara de Vereadores está cheia de câmeras de Vigilância, e eles já identificaram todo mundo.

¹⁰⁴ O Presidente da Câmara no momento da Ocupação, Doutor Thiago Duarte, não respondeu à petição de entrevista que encaminhei ao seu gabinete. Pela sua parte, o relator da CPI “da invasão” me deu hora duas vezes para entrevistá-lo mas nunca me atendeu.

¹⁰⁵ Ver na página de Vimeo da Antropo TV: <https://vimeo.com/channels/730047> ou na minha conta pessoal no youtube.

¹⁰⁶ Procurar no Facebook a página “MORAR NA CASA DO POVO”. Criei a página no Facebook visando fazer mais pública e mais compartilhada a pesquisa.

¹⁰⁷ Na hora de organizar os cine-debates criamos eventos no Facebook convidando centenas de pessoas.

4.5. Cine-debates, etnografia pública e camadas de autoria

Mas, talvez, eu devesse primeiro esclarecer o que deve ser entendido como etnografia pública. A expressão refere-se simplesmente ao princípio de trazer para vários públicos — além dos círculos acadêmicos — as conclusões de uma etnografia analisada à luz do pensamento crítico, de modo que estes resultados possam ser apreendidos, apropriados, debatidos, contestados e utilizados. Presume-se que tal conversa entre o etnógrafo e seus públicos gera uma circulação de conhecimento, reflexão e ação suscetível de contribuir para uma transformação do modo como o mundo é representado e experimentado (Fassin, 2013, p. 628 apud Schuch, 2015)¹⁰⁸.

Existiram casos de militantes que criticaram, em várias assembleias, a falta de rotatividade nas Comissões do Bloco. No entanto, nós que entramos no debate público sobre a organização interna do movimento, somos uma minoria e não conseguimos encaminhar grandes mudanças. Mas, sim, participamos na criação de novos repertórios de ação coletiva, como a celebração dos cine-debates com o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”: organizados e apresentados por pessoas que normalmente não aparecemos publicamente conduzindo os atos e as assembleias. Em minha perspectiva, que em alguma medida era também a de alguns componentes do Bloco, os cine-debates foram uma contribuição para que pessoas, que talvez nunca ocuparam esse espaço de organização e apresentação de uma atividade, pudessem desenvolver essas práticas. Criar novos quadros, horizontalizar mais as responsabilidades. Em palavras do Mateus, membro do coletivo Alicerce (PSOL) e jovem estudante de Educação Física na UFRGS, no primeiro cine-debate: “atividades como essa fazem com que mais pessoas possam participar e se sentir parte desse espaço”. Os cine-debates ampliaram o campo do possível para uns e reduziram o campo do possível para outros, acostumados a ter mais poder de decisão. E isso não aconteceu sem algumas tensões.

A partir da forma como foram organizados os cine-debates vou trazer os discursos e as relações entre algumas pessoas do Bloco para pensar como as nossas experiências cotidianas transformam nossas relações e nossas vidas. A questão da rotatividade entre as

¹⁰⁸ Quando penso nos cine-debates que organizamos à luz dessa definição de etnografia pública de Fassin, me parece que Fassin está se referindo a uma pesquisa acabada, com as conclusões prontas, que é transmitida ao “público” e que poderá contribuir para uma transformação do modo como o mundo é representado e experimentado. Claro que ele também coloca que os resultados da pesquisa apresentada poderão ser contestados.

comissões, da horizontalidade, da organicidade interna do Bloco, e de limitar o poder da Comissão de Organização seguiram sendo temas de preocupação interna no movimento depois da Ocupação. Na Comissão de Comunicação, esses temas foram amplamente debatidos nas nossas reuniões na Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ).

Sem uma sala reservada na CCMQ entrávamos à procura de um espaço onde poder debater. Às vezes ficávamos num banco do segundo andar e coletávamos algumas cadeiras que, segundo as normas do lugar, não podiam ser movidas. Outra vez passamos por cima da cancela do bar do primeiro andar, que se encontrava fechado e com muitas mesas e cadeiras ociosas – a desobediência prática fazia parte do cotidiano. Naquele dia debatemos sobre a necessidade de a Comissão de Comunicação propor e organizar, também, atividades, ter mais autonomia e não ficar só escrevendo os panfletos ou realizando os vídeos que o coletivo achasse que tinham que ser elaborados. Éramos cinco jovens, três homens e duas mulheres. Duas professoras, dois estudantes e um técnico de informática.

Pensamos principalmente em atividades na rua para entrar mais em contato com a população. Por exemplo, eventuais ocupações do espaço público como o acampamento que foi instalado na frente da Prefeitura, em abril de 2014, para lançar o projeto de lei de iniciativa popular para o Transporte 100% Público. Nesse acampamento houve altofalantes e microfones de onde operava a Rádio Palmares lançando sua programação em praça pública e também online. A da Rádio Palmares foi levantada, nesta reunião, como uma atividade passível de reedição na Esquina Democrática, por exemplo. A estratégia pensada nesta reunião para organizar tais atividades foi organizá-las paralelamente à Comissão de Organização (CO) e não entrando na assembleia com um questionamento direto sobre o papel de cada comissão.

Em junho de 2014 surgiu um novo GT do Bloco, o GT contra a criminalização. Foi um GT proposto pelo Briza, um dos companheiros indiciados. O PSOL e o PSTU já tinham organizado os seus eventos contra o processo de criminalização de seis dos nossos companheiros, mas o Bloco fazia tempo que não organizava um evento específico sobre o tema da criminalização. O PSOL e o PSTU, no segundo semestre de 2014, cada vez participavam menos das instâncias do Bloco, entre outras coisas, pela proximidade do período eleitoral. E existia uma inquietude entre os indiciados porque os indiciados desses

partidos procuraram uma defesa particular para eles, não queriam fazer uma defesa conjunta. Um membro do PSOL me falou que não iriam fazer a defesa conjunta com os anarquistas e se arriscar a ter militantes condenados “por coisas que os outros talvez, sim, fizeram e nós não”. Desde o GT contra a criminalização, militantes que se consideram anarquistas ou libertários criticaram que eles não tinham sido convidados para organizar conjuntamente os eventos do PSOL e do PSTU contra a criminalização dos movimentos sociais. Então eles resolveram, também, não chamar esses partidos para organizar juntos o “Des-Tribunal Popular”¹⁰⁹.

O fato de participar deste GT foi para mim uma experiência muito enriquecedora sobre como se organizam os eventos dentro do Bloco. Nesse caso preparamos o ato chamado “Des-Tribunal Popular”: a procura das pessoas que interviriam na mesa, a procura de fundos para pagar a passagem dos que viriam de fora, o local, a programação, o contato com o cartunista Carlos Latuff, o contato com o grupo de música Putinhas Aborteiras (que tem um marcado caráter anarco-feminista), etc. Eu montei um vídeo chamado “1960-2014. Pelo fim da criminalização dos movimentos sociais”¹¹⁰ especialmente para o evento: a ideia do vídeo foi discutida numa das reuniões iniciais e a montagem provisional discutida na última reunião (nessa mesma reunião a edição do vídeo foi finalizada). O evento teve êxito¹¹¹, mais de 150 pessoas compareceram no CPERS no dia 4 de Julho de 2014.

Durante a construção do “Des-Tribunal Popular” ia falando com os meus companheiros sobre a organização do cine-debate com a primeira versão do filme “Morar na ‘Casa do Povo’”. Os quatro ou cinco companheiros que participavam do GT contra a criminalização gostaram da ideia, inclusive já tinham pensado anteriormente na possibilidade do Coletivo Catarse realizar um filme sobre o tema da Ocupação, mas os companheiros do Catarse não tinham tempo naquele momento. Dessa forma, o GT contra a criminalização apoiou o cine-debate e apoiou a proposta de realizá-lo no Sindicato dos Bancários. Era importante ter o apoio das companheiras do GT para que o evento fosse

¹⁰⁹ Evento contra a criminalização dos movimentos sociais, organizado pelo Bloco no CPERS o dia 3 de julho de 2014 a partir das 17:30h.

¹¹⁰ O vídeo está publicado aqui (consultado o 14/12/14): <https://vimeo.com/104806236>

¹¹¹ Aqui uma notícia do Jornalismo B explicando que mais de 30 entidades apoiaram o evento (consultado o 14/12/14): <http://jornalismob.com/2014/07/04/debate-sobre-criminalizacao-de-ativistas-reune-mais-de-30-entidades-em-porto-alegre/>

aprovado na assembleia e para decidir o lugar, pois pensava ser delicado organizar um evento do Bloco num Sindicato controlado pelo PT, sendo que o PT tinha sido expulso do Bloco.

Por outra parte, os companheiros do GT contra a Criminalização não tinham tempo de participar na organização do evento. Então organizamos o primeiro cine-debate com as pessoas da Comissão de Comunicação e outras colegas do Bloco convidadas por afinidade. Assim, tivemos o cartaz feito pelo Mateus, companheiro da Comissão de Comunicação, anunciando o cine-debate para o dia 7 de julho. Tivemos transmissão ao vivo do Evento por parte da Radio Palmares, com o Iuri como técnico principal (mais de 100 pessoas seguiram o debate online). Houve a cobertura fotográfica da Sonia, estudante internacional de Artes na UFRGS com quem compartilhávamos a casa, e acompanhou alguns eventos do Bloco. Tivemos a Sheila anotando as inscrições no debate, a Stephanie controlando o tempo de 3 minutos para cada fala, o Mateus e eu apresentando o debate, o Mateus moderando as intervenções e a Bruna, do Jornalismo B, e eu filmando o debate. Também tivemos a participação do Oro e da Gabi na criação de artes e na difusão do evento nas páginas do Bloco. Contamos com o apoio do Luciano e da Chris, militantes do PT ligados ao Sindicato dos Bancários, que participaram também da difusão e da preparação da sala para o evento. Mais de sessenta pessoas participaram, entre elas vários pesquisadores de diferentes universidades.



Figura 14 – Arte criada pela Comissão de Comunicação do Bloco. Fonte: Bloco de Lutas.

4.5.1. O primeiro cine-debate

Conforme coloquei, quando apresentamos o primeiro cine-debate (7 de julho de 2014), a ideia na primeira versão do filme foi não colocar entrevistas para não fomentar a escolha e hierarquização de pessoas. A pretensão era organizar os cine-debates para abrir o debate sobre o próprio filme e sobre a Ocupação da Câmara e, assim, fomentar a construção coletiva do filme. O Ethon, jovem branco que frequentava as atividades organizadas pela FAG e que eventualmente participava das assembleias e eventos do Bloco, foi o primeiro a intervir e, como crítica ao filme, falou que era um acúmulo de imagens cronologicamente colocadas:

Tem essa memória para se gerir. A questão de apropriação, de correlacionar as informações umas com outras, ou focar assim... na diversidade das vozes ali presentes, que isso está bem caracterizado: muito rico assim, algumas contraposições... mas tem um caráter de objetividade que está disparado (...). Aí uma sugestão do quão interessante seria essa apropriação e formas de combinar (...) estou pensando na interação entre as memórias que se tem e o registro que se vai criando através do trabalho de vocês.

Considero que a questão da memória que Ethon colocou foi bastante trabalhada nos mesmos cine-debates, com o filme como um dos disparadores e criadores desta memória. A Stephanie, jovem branca, antropóloga e militante na Comissão de Segurança do Bloco, já tinha visto o filme no dia anterior ao cine-debate, numa reunião preparatória, junto com o Mateus, jovem branco do Coletivo Alicerce, e comigo. No dia da reunião, Mateus e Stephanie me recomendaram colocar as datas de todos os dias no filme, pois, ao ser o mesmo espaço (o plenário da Câmara) e acontecer muitas coisas, as indicações temporais ajudariam a ter-se ideia da temporalidade do evento e da temporalidade do filme. Pela sua parte, no cine-debate, André, jovem negro, estudante de história na UFRGS, militante no PSTU e ativista no Bloco, considerou que foi

um momento marcante na história da cidade de Porto Alegre. Acho que o movimento social conseguiu demonstrar de que é possível um outro modelo de organização social, que as pessoas podem de fato governar os seus próprios destinos (...) e o fato de tu mostrar as disputas internas nas assembleias, a crítica pela falta de rotatividade nas comissões... isso mostra a riqueza do movimento.

André ainda defendeu que, além das polêmicas e das disputas na hora de construir

os projetos de lei, se deu “uma construção coletiva muito boa”. Sobre o filme, Giroto, jovem branco, ativista no MST e na Comissão de Organização do Bloco, levantou que

é muito importante fazer esse resgate. Esse tipo de resgate nós não temos, nós temos pouco (...) é muito bonito ver nascer isso da força do povo. Em vários relatos aí a gente percebe que nunca mais a gente vai ser o mesmo depois da ocupação da Câmara. Esse é o nosso principal patrimônio que nós conseguimos construir que foi essa unidade coletiva, esse espírito.

O mesmo Mateus, jovem branco, estudante de educação física e militante do coletivo Alicerce e da Comissão de Comunicação do Bloco saudou

a iniciativa do Josep e o próprio Bloco ao incorporar esse projeto. Eu acho que é mais uma ferramenta que demonstra a capacidade criativa do Bloco. Esse espaço, junto com o Des-Tribunal Popular, ele demonstra como o movimento tem se recriado, né? E acho que essa é uma das partes fundamentais de algo que se propõe a construir o novo. O Bloco foi muito criticado em alguns momentos por só organizar atos de rua, e acho que aos poucos a gente tem conseguido demonstrar como não só consegue construir grandes atos de rua como consegue construir processos de ocupação, de acampamento, e também processos de debate como esse aqui, eu acho que isso tem que ser impulsionado até como forma de outras pessoas que tem outras iniciativas diferentes possam chegar no Bloco e se sentir construtoras desse espaço (...) [a] luta pelo transporte, como estopim de algo muito maior do que a luta pelo transporte, volta cada ano e demonstra como a pauta pelo transporte tem sido central nesses últimos anos (...) acho fundamental mostrar que o Bloco não saiu das ruas; mostrar como a história continuou... A gente tem organizado atos semanais, ou no mínimo a cada quinze dias, durante dois anos. Algo que eu não sei quando na história de Porto Alegre aconteceu.

Parece-me acertada a análise do Mateus sobre a capacidade criativa do Bloco conseguindo ampliar os repertórios de ação coletiva do movimento. A sugestão que ele fez, de colocar no filme algumas mobilizações posteriores à Ocupação da Câmara, também foi defendida por outros participantes do cine-debate e aplicada nas posteriores versões do filme. Assim, incluí as mobilizações contra a Copa do Mundo e o “estado de exceção” que violou a liberdade de manifestação das pessoas do Bloco. No primeiro cine-debate, Leonardo, advogado, militante no SAJU e no GT Jurídico do Bloco, parabenizou pelo fato de ter conseguido congregiar tantas histórias da ocupação dentro do filme:

São tantas histórias a serem contadas... claro que assim como tem tantas histórias aí dentro [do filme] tem outras tantas histórias que não serão contadas, mas que certamente provocam um eco entre nós nas nossas ações que foram feitas desde então.

O Leo lembrou várias experiências do GT Jurídico que foi formado durante a Ocupação, e ainda citou uma frase que escutou numa conferência de Mia Couto: “o medo de perder o medo”... os governantes teriam medo do povo que perde o medo. E, na opinião de Leo, a ocupação representa a superação de diversos medos e de diversas fronteiras. Também significa uma ampliação dos repertórios de ação coletiva do Bloco. A sua colocação ressalta como houve vitórias concretas mas também difusas, essas vitórias difíceis de perceber porque não são materiais, mas operam muito mais no nível dos sentimentos e dos valores. Marcelo, militante anarquista da FAG e do Bloco, colocou que acha interessante que o vídeo encerra no presente

porque normalmente os vídeos históricos encerram no passado e a gente não enxerga uma continuidade. Mas esse acaba no presente, com a questão da criminalização na CPI, e acho que por isso encerra no presente. É um recorte político interessante porque joga em nossas mãos o que vamos fazer a partir daqui.

No final, o Mateus convidou para fazer parte dos GT's do Bloco, para organizar cine-debates em bairros, escolas... E também explicou que a gente iria fazer uma versão mais curta do filme para facilitar a realização de cine-debates em outros espaços.



Figura 15 – Primeiro cine-debate, organizado pela Comissão de Comunicação do Bloco de Lutas no Sindibancários. Fonte: Sonia Soniando.

4.5.2. O segundo cine-debate.

O segundo cine-debate aconteceu no dia 26 de novembro de 2014, na graduação de ciências sociais da UFRGS, numa aula da Professora Patrice Schuch, minha orientadora nesta pesquisa de mestrado. Diversas pessoas que faziam a disciplina também participaram da Ocupação da Câmara e da militância no Bloco. Este cine-debate não foi convocado publicamente, e só juntaram-se pessoas matriculadas na disciplina, a professora e eu. Diversas ideias foram levantadas pela Patrice e pelas estudantes depois de projetar-se a segunda versão do filme¹¹². A Patrice sugeriu colocar em interrogação a seguinte frase: “Por quê o Projeto de Lei de Abertura das Contas das Empresas de Ônibus nunca foi votado na Câmara Municipal de Porto Alegre?”

Algumas dessas sugestões do segundo cine-debate foram incluídas e, horas depois, já faziam parte do filme projetado no terceiro cine-debate acontecido no dia seguinte, 27 de novembro de 2014, no Ateneu Popular a Batalha da Várzea, sede da Federação Anarquista Gaúcha (FAG)¹¹³. Inicialmente, perguntei a diferentes contatos sobre a possibilidade de realizar o terceiro cine-debate nos auditórios do CPERGS ou do SIMPA. Nesse momento o CPERGS estaria “em mãos” do PT, pelo que descartei essa possibilidade (para não ser repetitivo), e o SIMPA estaria em mãos do PSTU. Mas o PSTU não se mostrou muito interessado na organização do evento. Simplesmente me deram o número de telefone dos responsáveis do sindicato para eu fazer todas as gestões.

Por outro lado, Lorena, ativista na Comissão de Organização do Bloco, na FAG e no Ateneu Popular a Batalha da Várzea, ofereceu o local do Ateneu para realizar a atividade e, com o perfil de Facebook do Ateneu, criaram o evento do cine-debate, no Facebook. Fazia mais de um mês que o Bloco não se reunia em assembleia, mas o companheiro Iuri, da Comissão de Comunicação do Bloco, desenhou o cartaz que usamos como imagem no evento do Facebook, e que pendurei em vários muros do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS, para promover o evento.

¹¹² A segunda versão do filme (consultada o 07/01/15): <https://vimeo.com/112921061>

¹¹³ No Ateneu se desenvolvem projetos como uma cooperativa de costura, um grupo de consumo sustentável ou uma biblioteca, e se realizam apresentações de livros, filmes e debates, entre outras atividades.

4.5.3. O terceiro cine-debate.

Cheguei ao local 15 minutos antes da hora do início do evento, mas nada estava preparado para a projeção. Como de costume, a maioria das pessoas chegaram atrasadas e o evento começou mais de meia hora depois do anunciado. Contudo, acabaram participando cerca de 40 pessoas. Junto com o Federico, membro da FAG, penduramos perto do teto uma faixa branca que usamos como tela; a sala, cheia de almofadas, estantes de cores diversas e muitos livros revolucionários, foi um espaço ótimo para uma sessão de cine-debate que acabaria gerando uma intensa dinâmica de participação.



Figura 16 – Pessoas olhando em direção à tela (posição da câmera nesta foto) no terceiro cine-debate. Fonte: Antropo TV.

O ambiente foi muito mais distendido do que no primeiro cine-debate. No primeiro cine-debate ninguém falou mais de uma vez; em contrapartida, no terceiro cine-debate houve onze pessoas que falaram mais de uma vez (cinco mulheres e seis homens). Isto talvez seja porque no primeiro cine-debate nos organizamos através de inscrições e no segundo não. No primeiro cine-debate, com as inscrições, e sabendo que havia mais pessoas participando, as pessoas que falaram procuraram utilizar o total dos 3 minutos de tempo. Por sua vez, no terceiro cine-debate houve mais interação entre as falas.

Quanto à questão de gênero, fazendo um cômputo global das falas, durante o primeiro cine-debate houve dezesseis falas de homens e só três falas de mulheres (todas falas de pessoas diferentes). No terceiro cine-debate houve vinte falas de cinco mulheres diferentes, e quarenta e uma falas de dez homens diferentes. Portanto, as diferenças de gênero na participação diminuíram no terceiro cine-debate, mas ainda constata-se que falaram o dobro de homens e o dobro de vezes do que falaram as mulheres.

Com a metodologia utilizada, conseguimos a participação de muitas pessoas diferentes, inclusive pessoas que nunca antes tinham participado falando numa roda de conversa do Bloco. Procuramos incentivar a participação colocando o limite de tempo nas falas e explicitando a importância de muitas pessoas participarem e que todas as opiniões seriam respeitadas. Mas isso não evitou o desequilíbrio de gêneros na participação, e estamos falando de um movimento político onde alguns destacam que as mulheres participam muito mais do que em outros movimentos. Porém, no que se refere a participar falando publicamente, encontramos esses desequilíbrios (claro que falar, felizmente, não é a única forma de participar). Algumas pessoas que participaram no terceiro cine-debate também opinaram sobre a metodologia de produção de conhecimento baseada nos cine-debates. A Lorena, jovem mãe, branca, militante da FAG e membro da Comissão de Organização do Bloco, colocou que

O documentário serve para resgatar esse momento que a gente viveu lá dentro. É bom também para poder fazer autocrítica, digamos assim, em vários momentos. Por força da situação que está colocada lá dentro têm muitas situações que, com o passar do tempo a gente pensa “bom, talvez pudesse ter sido diferente e não necessariamente dessa forma”. E eu acho que é para essas coisas que serve a história, né? A gente olha para trás, reconfigura e diz “não era por ali”, então... acho que é importante nesse sentido.

A Lorena não explicou quais seriam as questões que, com o passar do tempo, ela pensou que poderiam ter sido diferentes. Mas um dos temas mais polêmicos é a via jurídica e legislativa que o movimento priorizou. Paula, militante anarquista, destacou a importância da presença do Afonso, homem branco de uns 60 anos de idade, no cine-debate, para trazer sua experiência e seus conhecimentos como trabalhador rodoviário, na luta histórica por direitos laborais neste setor profissional. Neste sentido, cabe destacar o cuidado especial que tivemos, os organizadores, para convidá-lo pessoalmente, nos

comunicando com ele em várias ocasiões. Paula, jovem ativista feminista, também destacou como o evento do cine-debate renovou essas pontes entre diferentes setores das lutas pelo transporte.

Gabriel entrou na Ocupação da Câmara com a pauta da internação compulsória, com a Frente Estadual Droga e Direitos Humanos:

O Josep, Josep? [pronuncia o meu nome de formas diferentes e pergunta qual seria a correta] Ele é um ponto nosso que está unificando, porque é um cara que vem de um outro país assim, né? (...) E o Josep está trazendo essa inquietação para a gente, né? Quê que a gente pode fazer de novo para unificar tantas divergências? Que a gente tem, que existem, que é bom existir. Eu acho que sem as divergências, acho que não fica essa coisa colorida que ficou tão rico, e as pautas não deixaram de ser discutidas. E a gente conseguiu se olhar, olhar para vários outros coletivos, né? (...) Temos que pensar como vamos seguir no futuro... A direita está na rua agora. Enfim... Eu parablenizo o Josep porque talvez se ele não tivesse feito esse trabalho agora não sei em que momento nós iríamos conseguir nos olhar porque as vezes quando a gente chama a pauta "Assembleia do Bloco de Lutas" ou as pessoas não vão ou vão preparadas já pra brigar, porque ficou muita divergência, ficou muita divergência... "Tá, é um cara lá que está fazendo um bagulho legal...", show de bola! Eu acho que estou me sentindo muito bem aqui, nesse momento. Até mais leve, até pra estar falando, e não sou muito de estar falando muito, né? Valeu mesmo o teu trabalho Josep. Essa iniciativa, acompanhei de perto o teu trabalho e acho que tu traz um fator extra, que veio de outro país assim pra... "galera, vamo unificar" (...) e eu acho que o mais importante, o que mais mete medo na burguesia é a unificação popular.

A Ciça também falou a respeito desta pesquisa:

Quería falar da postura ética que tu teve que é de não fazer uma coisa pronta e trazer. Desse processo assim... é isso, né? De poder valorizar muito mais como se dá isso do que o resultado final, né? Então, tu poder também colocar essa abertura para críticas e como as pessoas que vivenciaram vêm isso, né? Eu acho que acima de tudo é uma postura ética super interessante assim... Que coloca também o teu trabalho como algo que não é uma mera produção de conhecimento, né? Que se coloca também pra transformação e que, como o Gabriel falou, acabou sendo um instrumento, um dispositivo para a gente poder estar se reencontrando e repensando, no que já foi, no que ainda pode ser... Então, tipo... parabéns por essa atitude assim, né?

O Federico, apesar de dizer o quanto se sente constrangido diante das câmeras, também falou das formas e instrumentos de organizar o movimento

Acho que a gente tende a debater muito sobre o que a gente aprende ou muda nessas relações, a partir de determinados acúmulos em relação a determinados conteúdos que a gente desenvolve, né? (...) Acho que falo isto como uma inquietude não só minha mas debatida antes na Comissão de Comunicação [e faz um gesto na minha direção como procurando concordância]. Que a gente aprende também com formas e meios. Eu acho que uma das grandes questões que esse projeto nos trouxe [o projeto de lei de iniciativa popular], muito mais que um conteúdo específico que veicula, e que o acampamento e a Ocupação na Prefeitura trouxeram [se refere ao acampamento do Bloco em abril de 2014

diante da Prefeitura] é exatamente dispor de instrumentos. Um pouco como o Josep está produzindo, a gente está produzindo com ele um instrumento de diálogo e de construção, a gente lá dispôs de um instrumento que era esse projeto. Então, muito mais do que um conteúdo específico que a gente está veiculando acho que isto nos colocou a muitos de nós numa posição de diálogo mesmo, de ouvir, de construir... Não bastava uma assinatura, não era esse o ponto, o ponto era iniciar uma espécie de trabalho, uma espécie de construção (...) e eu acho que a gente não pode pensar um trabalho de base sem repensar instrumentos e formas de fazer isso, né? Se a gente quer dar conta de reorganizar o Bloco a gente tem que pensar em formas e instrumentos. E o que está acontecendo aqui, que eu acho que é um dos méritos do teu documentário, é que ele lida com a inteligência coletiva. Então, tudo o mundo está pensando, tudo o mundo tem algo a construir, tudo o mundo tem algo a dizer, entende? E não só uma vanguarda que chega lá com um projeto pronto para comunicar esse projeto para alguém, né?

O projeto de lei de iniciativa popular havia sido escrito por umas poucas pessoas do Bloco e não fora amplamente debatido pelo movimento antes de ser considerado pronto. Contudo, mesmo assim, tal situação serviu para pensar em novas formas de fazer as coisas no futuro, já que foi amplamente debatida e criticada depois, sobretudo porque colocava um prazo de dez anos para a municipalização do transporte, e foi considerado, por muitas pessoas, um prazo extenso demais. O projeto seguramente não é o projeto definitivo para um transporte 100% público em Porto Alegre, mas pode ajudar a abrir debates e a aprimorar um projeto com mais possibilidades de êxito no futuro. Aprendemos no processo.

Camila, jovem branca, professora do ensino médio, colocou que o filme como registro é bem importante: “para mim é mais importante ainda porque eu comecei a militar lá, comecei a conhecer pessoas e tudo... Porém ela sentiu falta de ter transmitido melhor como o movimento se organizou e o papel de pessoas que não estiveram ao microfone:

Por exemplo, o dia que teve a assembleia de construção do projeto, que foi a mais longa, em que a gente viu mais pessoas falando, em que o microfone passou por mais mãos... Uma das assembleias que eu acho mais interessantes, mais importantes, foi na construção do projeto, que eu senti falta. E senti falta também de como a gente estava organizado (...) porque que nem tu falou, que se aconteceu de algumas pessoas ter se apropriado do movimento indevidamente... isso só acontece porque a gente cria também um espaço personalista também, né? E não eram as tardes inteiras só passando o microfone... eu passei o dia inteiro lá, né?

Nesse momento concordei com a crítica da companheira mas expliquei que o meu foco observacional durante a Ocupação foi a organização e as disputas nas assembleias e que nem eu nem os outros colegas, que estávamos filmando lá, fizemos um

acompanhamento aprofundado do trabalho das diferentes comissões. As dinâmicas das comissões, por uma questão de segurança, às vezes não são tão fáceis de filmar como as atividades mais abertas a um grupo maior. Inclusive, as câmeras que estavam transmitindo ao vivo estavam todas voltadas para o plenário. Essa também é uma autocrítica que podemos fazer agora que vemos as coisas com mais perspectiva: a próxima vez podemos distribuir mais os nossos olhares e, inclusive, as companheiras que acompanharam esse processo talvez participem mais das filmagens dessas atividades menos centralizadas. O Douglas, jovem branco, estudante de jornalismo na UFRGS, refletiu sobre o fato de que havia quatro câmeras na sala no terceiro cine-debate e as quatro estavam sendo manipuladas por homens. A Camila continuou:

No final tudo ficou muito centrado na questão judicial e com o resultado a gente fica meio desanimado [risos]. Mas aí pelo menos tu coloca as pessoas se encontrando depois, as gurias se encontrando [a Camila olha para a Daniela e a Ciça das Putinhas Aborteiras] e a gente que continua se encontrando ainda... Isso é legal porque é um saldo positivo, né?

Sansi, homem branco de uns 60 anos, assessor jurídico e ativista na comissão de organização do Bloco, levantou que, no seu ponto de vista, o processo de construção coletiva dos projetos de lei, sim, está bem resumido no filme. Mas ele não gostou do final: “esse bando de estúpidos holandeses caminhando pela Borges não é o final da história. Deveria acabar positivamente”. E defendeu que para explicar o trabalho das comissões, como a de Educação, o GT Feminista ou o GT Jurídico, se deveria entrevistar todos aqueles que criaram coisas “que terão repercussões”. E sinalizando a Camila, distribuindo o olhar e movendo os braços com muito ímpeto, falou:

Então [olhando pra mim] tu vai ter que pegar a câmera, botar, como Glauber Rocha, no ombro, e entrevistar as pessoas: ‘quê que aconteceu?’

Neste momento o interrompi para dizer que estávamos fazendo justamente isso no cine-debate, sem precisar fazê-lo numa entrevista com pessoas isoladas: “agora é o momento de explicar isto, é o cine-debate, é este momento que vai fechar o filme”. O Sanzi destacou que a luta das mulheres, antes, durante e depois da ocupação da Câmara, se referindo também ao grupo de música “Putinhas Aborteiras”, tem uma dimensão

histórica que “cabe num outro documentário”; o que a Comissão de Educação fez e seguramente continuará fazendo nas lutas no CPERGS, também. O GT Jurídico, a mesma coisa:

Não terminou a criminalização e nós vamos estar nesses processos os próximos dez anos. Eu brinco com os indiciados mas é assim, a vida é assim (...) daquilo e desse filme dele surgem possibilidades políticas sobre as quais nós ainda bem não temos nenhum domínio e que terão condições que nós não temos condição de saber onde vai dar. Alguns fracassos, algumas vitórias, como é da vida, né?

Douglas destacou que a inteligibilidade do filme melhorou na segunda versão. Porém ele fez várias críticas narrativas: “o lance da reunião dos vereadores numa churrascaria está meio perdido”. O Douglas considerou que “o lance da autogestão, da limpeza, etc., está bem explicado. Mas não sei se dá pra entender o momento da carta da guria aos seus pais”. Então, Daniela, jovem branca integrante do grupo “Putinhas aborteiras”, discordou com o Douglas dizendo que esse momento narrava bem alguns dos efeitos da Ocupação na vida dessa companheira que mudou de curso e passou de um ensino técnico pra as ciências sociais a partir da Ocupação. Finalmente, Iuri, jovem branco, ativista na Comissão de Comunicação do Bloco, na Frente Quilombola, no Partido Pirata e em vários outros lugares, fez uma análise muito interessante sobre como as pessoas nos distribuímos na sala para participar no cine-debate:

O Josep foi elogiado, eu não vou elogiar ele porque ele sabe que eu não elogio [risos]. As gurias sentaram aí juntas porque se sentem mais protegidas, o Sansi está aqui com a mulher, porque ao lado dela ele se sente forte também [risos]. E o Josep está com duas câmeras profissionais aqui. O que ele tem feito nesse filme não é mais que a obrigação dele [risos].

4.5.4. Experiências e reflexões entre cine-debates: a ética da inquietude.

Quando Daniela, ativista anarco-feminista e estudante de psicologia, me sugeriu que deveria explicitar melhor nos créditos o meu papel destacado na montagem do filme, penso que foi uma colocação muito pertinente. Porém defendi que “existem ‘camadas de autoria’: pessoas diferentes participam de formas diferentes na criação do filme, mas é uma obra coletiva. É claro que a minha interpretação dos fatos se encontra no filme, mas não só a minha. As contribuições de muitas pessoas fazem com que o filme exista dessa

forma e que seja mais rico”¹¹⁴.

No final do segundo semestre de 2014, numa saída de campo a São Miguel das Missões para trabalhar a questão do reconhecimento de terras indígenas, conheci a Marina, jovem branca que estuda ciências sociais na UFRGS. Ela tinha participado do primeiro cine-debate com uma amiga e com a mãe da sua amiga. Marina fez parte da Ocupação e a amiga e a sua mãe não tinham participado, mas queriam conhecer mais do tema. Também conheci a Daniela ao encontrá-la nas aulas de “Práticas de Governo”, na pós-graduação de antropologia da UFRGS, e por reconhecê-la nos vídeos¹¹⁵ filmados por Titas e Lucas, jovens brancos, videoativistas, durante a Ocupação. Várias outras coincidências e conversas também me levaram a pensar que somos pessoas com um perfil social e militante similar¹¹⁶. O Douglas, estudante de comunicação na FABICO (UFRGS), também participou no primeiro cine-debate, e o conheci posteriormente ao entrar em contato via Facebook por ter visto vídeos dele sobre a Audiência Pública contra o Fechamento da EPA, escola que atende moradores de rua em Porto Alegre. O Douglas me apoiou e filmou o terceiro cine-debate juntamente comigo. Ele também passou por várias transformações na sua vida depois da Ocupação da Câmara e agora mesmo está morando numa casa ocupada no bairro Independência, depois de ter saído de um apartamento que alugava com outras pessoas.

No primeiro cine-debate também tivemos, por exemplo, a participação da Professora Claudia Fonseca, veterana componente da pós-graduação de antropologia da UFRGS, que viu o filme mas não participou do debate. A minha orientadora, Patrice Schuch, explicou-me que Claudia transmitiu-lhe uma crítica sobre a primeira versão do

¹¹⁴ Fassin (2013) se pergunta: o que entendemos por público quando falamos de etnografia pública? Quais são os públicos preocupados por esse projeto? “A questão não é sempre clarificada pelos sociólogos e antropólogos que a defendem” (Fassin, 2013, p. 626). No caso dos nossos cine-debates o público são, basicamente, os militantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público (militantes no momento ou que algum dia militaram) que se sentem a vontade de participar pois os eventos são difundidos publicamente nas redes sociais e são abertos ao público em geral. As pessoas que se interessam em participar, geralmente, são pessoas que têm interesse nas lutas pelo Transporte Público e na temática da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Pessoas jovens na sua maioria, homens e mulheres, a maioria brancos, estudantes universitários ou trabalhadores com formação universitária, de “classe média”.

¹¹⁵ Intitulados “Relatos da Invasão”. Assisti os videos online e depois os autores me forneceram uma copia.

¹¹⁶ Muitas das militantes do Bloco são pessoas que estudam ou estudaram ciências sociais na UFRGS e que na sua maioria fazem parte do movimento estudantil e dos centros de estudantes como o Centro de Estudantes das Ciências Sociais, CECS.

filme, projetada no primeiro cine-debate. Claudia falou-lhe que o filme centrava-se em discursos prontos expressados no microfone e mostrava pouco da diversidade de tarefas desenvolvidas na Ocupação. Essa foi uma crítica trazida também por outras pessoas do Bloco, cada uma delas se lembrando de algum momento que foi importante para ela e que não aparece ou não aparece o suficiente no filme: a greve geral de 11 de julho, o trabalho da comissão de educação na construção do projeto de lei de passe livre, o trabalho na cozinha, etc. Claro que um filme sobre uma experiência de oito dias envolvendo cerca de quatrocentas pessoas, diariamente, vai ter muitas lacunas, mas a explicação principal que eu poderia dar seria que o foco de minha observação durante a Ocupação foi as assembleias. Tinha esse recorte pensado: observar como o movimento se organiza no seu máximo órgão de decisão e quais são as pessoas que mais aparecem nessa organização. Porém, tentando levar a sério as críticas para melhorar o filme, me parece que a segunda versão mostrou um pouco mais das atividades e das inquietudes além da assembleia e além das pautas principais (passe livre e abertura das contas das empresas de ônibus), e assim o filme ganhou novas cores e novos matizes.

Rodrigo, ativista do PCB e do Bloco, depois de ver a 1ª versão, opinou no grupo do Facebook do filme¹¹⁷: “esse filme tem muita discurseira no microfone... e não concordo com o título, pois a Câmara de Vereadores não é a Casa do Povo”. Agradei os conselhos e expliquei que a categoria “Casa do Povo” a utilizo como categoria “emic” (acionada pelos meus interlocutores) e não dando por certo que essa seja a Casa do Povo ou não. Mas, para ser mais preciso, depois da entrada do Rodrigo, decidi colocar essas palavras entre aspas no título: “Morar na ‘Casa do Povo’”. Inúmeras outras modificações foram realizadas a partir das ideias das pessoas que participaram nos cine-debates.

Por outra parte, as dificuldades na hora de realizar a pesquisa têm interessantes implicações. Na sala de Cinema PF Gastal, situada na Usina do Gasômetro, não aceitaram a proposta de realizar um cine-debate, pois a sala é da Prefeitura de Porto Alegre, e os chefes políticos dos programadores da sala poderiam ficar bravos por projetar um filme sobre a Ocupação da Câmara. Na Sala de Cinema Redenção, da UFRGS, a sua programadora considerou que essa era uma atividade para ser realizada nos núcleos de

¹¹⁷ Ver a página do Facebook de “Morar na Casa do Povo” (consultado o 07/01/2015): <https://www.facebook.com/groups/555488537915264/?fref=ts>

pesquisa¹¹⁸. Os vereadores que apoiaram a Ocupação também não quiseram assumir a co-organização de um cine-debate na Câmara: “temos que ver se trazer esse tema novamente para dentro da Câmara interessa-nos politicamente”, essa foi a resposta que recebi no gabinete da Vereadora Sofia Cavedon (PT) e desde o gabinete da Vereadora Fernanda Melchionna (PSOL) também não mostraram interesse na proposta. Fica claro que o Oficial da Justiça que chegou na Câmara para cumprir a ordem de reintegração de posse estava errado (ingênua ou deliberadamente) quando falou que a casa sempre teria as portas abertas para nós.

Dizem que é a “Casa do Povo”, mas quando você pede autorização para debater sobre “a Ocupação, o Transporte Público e a Democracia” eles denegam. Porém, através do gabinete da vereadora Sofia Cavedon e do Diretor do Sindicato dos Bancários (ex-militante do Bloco desde que o PT foi expulso do mesmo), conseguimos realizar o primeiro cine-debate no Sindibancários, Sindicato controlado pelo Partido dos Trabalhadores. Dessa forma, entre os participantes, havia também petistas, e o debate foi realmente interessante. Pela primeira vez alguns petistas voltaram a uma atividade organizada pelo Bloco depois de terem sido expulsos no dia 17 de setembro de 2013 (10 meses antes deste primeiro cine-debate). Por outra parte, o auditório do Sindibancários tem as cadeiras móveis e o espaço o suficientemente grande para que setenta pessoas se coloquem em círculo e consigam debater se olhando nos olhos.

Didier Fassin (2013) coloca que quando a etnografia se faz pública, “a qual coisa é produzida pela mídia, através de resenhas e entrevistas, geralmente o trabalho jornalístico torna-se um substituto para o estudo”. Porém acho que existem muitos tipos de mídia: mídia universitária, “independente”, redes sociais... nós mesmos podemos ser a mídia e controlar relativamente o conteúdo dos resumos que veiculamos sobre as nossas pesquisas. Sendo nós a mídia, evitamos recortes ideológicos, evitamos o possível desinteresse dos grandes grupos de comunicação e nos investimos de autonomia. Não tudo o mundo será contemplado pelo Jornal *Liberation*, como Fassin foi.

Fassin (2013) se pergunta para quem escrevemos num sentido de obrigação moral: diante de quem nos sentimos obrigados? Eu me sinto obrigado para com “o povo do Bloco” e para com os que podem chegar a fazer parte de algum movimento social, os que

¹¹⁸ A sala projetada, em geral, filmes de sucesso mundial ou filmes de professores.

têm interesse em defender ou entender as pautas pelo “direito à cidade”, pelo direito a viver dignamente em qualquer lugar do mundo, as pessoas que se interessam pelo transporte público ou as que querem conhecer uma experiência diferente de cinema etnográfico, por exemplo.

Existem outras formas de fazer etnografia, além da escrita. E, pensando na popularização, no filme de que estou tratando procurei trabalhar também com uma montadora de filmes e com uma roteirista que não participaram da Ocupação da Câmara. Dessa forma tive os conselhos de pessoas habituadas às narrativas cinematográficas e que olham para o filme pensando no público geral que não conhece esse tema. A Eleonora, por exemplo, roteirista porto-alegrense formada na Escola de Cinema de Cuba, ajudou-me a melhorar a linha narrativa para deixar o documentário mais atraente. Inicialmente, quando viu a 3ª versão, a Eleonora considerou que o filme tinha informação demais e pouco tempo para absorvê-la.

A minha posição é de dentro do movimento, mas sendo crítico com as nossas limitações pois, como me expressou Eduardo Menéndez em uma conversa de corredores no IX Congresso Argentino de Antropologia Social (Rosário, Argentina, 2014), só a partir da autocrítica podemos construir movimentos sólidos, socialmente mais justos e os mais horizontais possíveis. Essa minha atitude ajudou a que eu também fosse por vezes criticado por pessoas acostumadas a ter muito peso nas decisões do movimento: “é você que decide o que entra e o que não entra no filme. Depois você abre para discussão, e aí eu gosto da metodologia. Mas não é um trabalho coletivo porque é você quem decide onde cortar”. Acho que algumas pessoas deixaram de apoiar o projeto do filme por elas não terem esse poder de decisão, por ser um projeto que estava dando relevância a pessoas que não eram da Comissão de Organização.

Numa reunião para criar “o jornal do Bloco” no Assentamento Urbano Utopia e Luta, o Briza e o Oro, membros de várias comissões, me disseram que eles não gostaram do fato de que aparecem críticas internas ao movimento como a falta de rotatividade nas comissões: “isso pode prejudicar mais do que ajudar o movimento”, disseram. Em outras palavras, alguns dos que mais estavam ao microfone não queriam que aparecesse a crítica aos que estavam ao microfone e não trabalhavam em outras tarefas, por exemplo. Não tirei essas críticas na montagem final mas, sim, reduzi os discursos ao microfone

(especialmente de alguns companheiros que foram indiciados). Está assumido que tive o poder do corte final na montagem, mas acho que isso não faz com que a obra deixe de ser coletiva. Se alguém da Comissão de Organização tivesse coordenado o processo, então, a obra seria coletiva? O que fazer? Organizar assembleias oito horas diárias durante semanas para montar o filme? Vai ser difícil ter quórum, mas talvez não seja impossível...

Os cine-debates, por exemplo, não só fazem parte da metodologia desta pesquisa; eles são, ao mesmo tempo, atividades de construção política da luta pelo transporte público e atividades de construção do filme etnográfico. A valorização e a potencialização dos cine-debates como ferramenta ética, crítica e política e a criação de conceitos (e práticas) como o de “camadas de autoria” são pequenos aportes com os que pretendo contribuir aos debates e métodos abertos nas ciências sociais. Trata-se de produzir uma ética da mobilização – da inquietude – “mecanismos para incitar novos modos de engajamento no mundo em que vivemos” (Schuch, 2015). Esta ética pública amplia o senso comum, coloca o foco na coletividade.

Para Fassin (2012), a configuração do objeto como uma “antropologia da(s) moralidade(s)” ou uma “antropologia da moral” correria o risco de obscurecer o trabalho, a influência e as relações do investigador com a própria produção da problemática investigada. A “antropologia moral”, portanto, reivindica uma reflexividade imanente ao trabalho investigativo em torno do tema e não apenas se dirige ao estudo antropológico da moral. A minha etnografia, nesse sentido, também é propositiva, é moral.

A postura crítica é indissociável da “etnografia pública”, tanto nas dimensões da análise antropológica quanto na sua apropriação pública (e crítica). A possível inquietude que provoca não é um obstáculo ao conhecimento, mas sua própria condição (Fassin, 2013). No caminho da “ética da inquietude” a “antropologia pública” é uma mensagem (não só) para antropólogos e antropólogas. A escolha das lutas pelo transporte público como meu universo de pesquisa também revela o compromisso com lutas de amplo interesse público. O conceito de “camadas de autoria” desloca a constituição de alteridades mais fixas que constituem o “outro” como objeto de pesquisa.

4.6. Considerações finais

No caso de “Morar na ‘Casa do Povo’”, a forma do filme tem como grande referência a “Chronique d'un été” (Rouch e Morin, 1962). Mas no lugar de serem dois autores em simetria de condições, como Rouch e Morin, no filme que nos ocupa eu sou o pesquisador e o responsável pela montagem final, e, no processo, o filme lida com a inteligência coletiva. Também não escolho interlocutores chave como sim fazem Rouch e Morin. Pensando como colocar nos créditos os diferentes papéis das pessoas implicadas no filme, tive clareza de que não existe um diretor, como entendido no cinema clássico: alguém que dirige os atores e que seria pouco menos do que o Deus do filme. Habitualmente escutamos as pessoas se referirem aos filmes como “o último filme de Almodôvar”, por exemplo. Acho que essa questão de individualizar obras eminentemente coletivas tem muito a ver com a nossa mentalidade individualista, competitiva e meritocrática. E a manutenção de conceitos clássicos, como o de diretor, não daria conta da complexidade do processo e acabaria por enfraquecer a construção coletiva.

Nesse sentido estou propondo o conceito de camadas de autoria. Este conceito permite, ao mesmo tempo, assumir uma autoria coletiva e levar em consideração a diversidade de papéis das diferentes pessoas que participam desta autoria. Trata-se de priorizar a dimensão coletiva do trabalho sem cair na ingenuidade da horizontalidade total. Nesse sentido, me assumo como o realizador da montagem final, mas não como “o diretor” ou “o autor” único do filme. Sou o pesquisador que promove a pesquisa junto com companheiras e companheiros do Bloco que participam, entre outras coisas, da organização dos cine-debates e sou o montador, quem tem a última palavra sobre a montagem. Mas o filme está cheio de imagens e ideias de muitas pessoas diferentes e não se ajustaria à realidade colocar uma autoria individual.

Explicitar no filme a forma de construí-lo é uma maneira de mostrar que esta forma poderia ser outra. Durante todo o trabalho é fundamental não esconder nem os nossos corpos, nem as nossas vozes, nem as tecnologias que utilizamos... os fluxos que unem os dispositivos, as pessoas e o filme, justamente para explicitar como estamos construindo a obra. Sobre a montagem, Perpignani (2009) explica que o trabalho do montador não

reside só em montar um filme, consiste também em se relacionar com pessoas. É muito importante respeitar o papel criador das pessoas que trabalham nas diferentes montagens. Isto faz parte da tentativa de nos deslocar e praticar uma autoria coletiva.

Finalmente, quero destacar como várias pessoas manifestaram o seu interesse, sua inquietude, sua preocupação por retomar o Bloco e as lutas pelo Transporte. Relacionando a última intervenção da Lorena com o final do artigo de Schuch (2015) sobre Fassin, diria que a Lorena quis incentivar a nossa “inquietação”, que estaria associada com a preocupação com outros: “ganhe quem ganhe as eleições a gente vai continuar na luta com os de baixo”.

Eu realmente espero que a gente saia daqui hoje, depois desse debate que não acabou ainda, com a expectativa de ajudar a retomar as instâncias do Bloco, né? Não com a expectativa de como foi, ou como será, com todas as críticas que a gente tem a método, a todas essas coisas... mas sair com essa gana, de reconstruir esse espaço que nos ajudou a juntar todos nós. Se não fosse o Bloco, certamente, nós não teríamos esse momento aqui e todos os outros momentos que a gente teve. Então acho que, a partir daqui, a nossa agenda, além de todas as outras do dia a dia, né? Que são várias, essa vontade de reconstruir o que ficou por esse último período um pouco abafado. E contar com todo mundo para que a gente possa fazer isto.

As camadas de autoria e a ética da inquietude fazem parte da filosofia de um movimento político que deseja ser horizontal. Os projetos impulsionados dentro de um bloco não devem ser obra de um indivíduo isolado ou de um grupo muito reduzido e, sim, resultado da valorização da inteligência coletiva. Nas intervenções dos militantes do Bloco encontramos essa crença no coletivo, a força moral da retomada que nos faz ter esperança no futuro.

Precisamos levar a sério os interlocutores, os dispositivos e os nossos fluxos, porque deles depende a relevância da criação e a sua extensão. Estamos juntos, criamos juntos e mudamos juntos como parte do mundo. A antropologia não tem como não ser um retorno contínuo. Ela precisa ser entendida e concebida como um relacionamento; ou compartilhamos ou acabamos falando sozinhos. Então, tentando ser consequente com o que defendo, deixo aqui o link do canal criado para albergar o processo de montagem do

filme. E os convido a que o assistam e fiquem à vontade para fazer comentários¹¹⁹ (que agradeço de antemão): <https://vimeo.com/channels/824721>

¹¹⁹ Podem comentar os vídeos na mesma página do Vimeo (<https://vimeo.com/channels/824721>) ou no meu perfil pessoal no Youtube. Também podem enviar os seus comentários por email a josepjuansegarra@gmail.com

CAPÍTULO 5

Tensões e estratégias um ano depois da Ocupação

(...) são exemplos candentes da verdadeira globalização “dos de baixo”, que hoje se contrapõe à globalização dos “de cima” (...) constituem-se de densa e complexa diversidade social (...) utilizam redes sociais, como Facebook e Twitter, ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social. Produzem sinergias sociais em rede, tecendo estratégias de luta territorial num cenário de crise social ampliada. Há tempos o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social. Eles nos ensinaram que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentrada (os novos movimentos sociais não têm um líder) (...) são movimentos sociais capazes de inovar e ter criatividade na disseminação de seus propósitos de contestação social (Alves, 2012, p. 32-33).

*Qual é o caminho natural da esquerda?
Começar a se matar [risos] (...) o grande
ganho não foram os 20 centavos,
foi essa experiência¹²⁰.*

Neste capítulo crio uma composição de discursos realizados por diferentes componentes do Bloco, durante a segunda metade de 2014. Naquele momento, as lutas pelo transporte público sofriam um refluxo na cidade de Porto Alegre. Verei como esse refluxo é analisado pelos ativistas e quais são as propostas e as perspectivas que surgem para o futuro. Utilizo como metodologia a exposição das análises feitas por algumas das pessoas que participaram da ocupação e outras que estavam presentes em três cine-debates sobre o filme “Morar na Casa do Povo”, e nove entrevistas semi-dirigidas ou

¹²⁰ Declaração do Luciano, jovem branco, presidente do Sindibancários de Porto Alegre, militante do PT e um dos ocupantes da Câmara, anotada no meu diário de campo durante um encontro com ele no seu escritório: “Saímos da Câmara... e agora? As pessoas não sabiam o que fazer. Qual o caminho natural da esquerda? Começar a se matar. Expurgar os dissidentes é pensamento único que tende ao imobilismo (...) O Bloco foi a única vez que teve mais de um mês de anarquista radical ao petista mais conservador todos juntos debatendo na mesma sala. Toda a esquerda estudantil junta foi a única vez que o vi e acho difícil ver de novo. O grande ganho não foram os 20 centavos, foi essa experiência, poder conhecer mais de perto as outras linhas de pensamento, mais do que se limitar a impressões e comentários mais superficiais.

“conversas-café”¹²¹ com pessoas de diferentes setores que formam o Bloco e se dispuseram a falar a respeito de seus engajamentos. Também descrevo eventos do Bloco como, por exemplo, a assembleia que aprovou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular do Bloco ou a Assembleia final da Ocupação na Prefeitura.

Meu objetivo no capítulo é, primeiramente, mostrar a heterogeneidade do movimento e alguns pontos de encontro e de tensão que vão ser relevantes para organizar as lutas pelo transporte público em face ao futuro. Também quero mostrar a riqueza das redes e relações que vão se configurando e reconfigurando ao redor do Bloco e explicitar uma maior aproximação a algumas das pessoas com quem me engajei durante a pesquisa e que são uma mostra da pluralidade de sensibilidades políticas que o Bloco reúne. Uns e outros atentamos ao sentido de nossas experiências de participação política. Fundamentalmente, entretanto, ao trazer uma composição das análises, pretendo descentralizá-las valorizando as avaliações e reflexões feitas pelos meus interlocutores. Os papéis se reformulam: os meus interlocutores também são analistas. E gostaria de tratar a ocupação como uma experiência viva, na medida em que é reinventada e refeita a partir das interpretações que a compõem. É essa reinvenção que passo a destacar a seguir.

5.1. Sobre repertórios de ação coletiva e sentidos da participação

Luiz¹²², jovem branco, funcionário no município de Porto Alegre, se autodenomina hacker-ativista e já arrumou o meu computador várias vezes. Luiz criou diversas redes sociais para aumentar a segurança das comunicações entre os membros do Bloco. Ele se considera um ativista, não um militante:

Um militante não necessariamente vai tomar uma ação. Ele defende uma ideologia ou corrente política, eu não faço isso. [E o que você faz?, perguntei] Atividade. Não faço as coisas dependendo de uma corrente política. Posso usar uma ideologia mas só como ferramenta. Toda vez que eu vejo que posso fazer algo eu faço (...) Me declarei participante [no Bloco] a partir da Ocupação da Câmara (...) acho que quando eclodiu foi o negócio do Tatu, que foi um precursor no Brasil todo. Eu trabalhava na prefeitura e passava lá todo dia. Depois, em abril [de 2013] foi a derrubada das árvores lá no Gasômetro, e isso também

¹²¹ Assim fiz a proposta aos meus interlocutores a través do chat do Facebook.

¹²² Em alguns casos vou modificar o nome dos meus interlocutores para preservar a sua intimidade e para evitar assim possíveis conflitos. Mudo o nome ou não em função da vontade dos meus interlocutores.

acendeu os ânimos. Conheci um cara que foi o primeiro que jogou molotov no relógio da Coca-cola, dos 500 anos. E, segundo ele, foi lá que a gurizada começou a se organizar.

Maíra é uma jovem mãe, branca e solteira, que declara ser “anterior ao Bloco existir como Bloco”. Ela é uma das participantes nas intervenções da “tropa de nhoque”, uma tropa de palhaços ativistas que realizou diversos escrachos contra a tropa de choque da Brigada Militar. Em conversa comigo, os olhos da Maíra se iluminaram quando lembrou que numa manifestação do Movimento Passe Livre (MPL), em Porto Alegre, inseriram o funk no protesto, diante dos “brigadianos”, dançando até o chão “para atrapalhar a concentração deles”:

Meu envolvimento com a política de rua se dá através do teatro popular de rua. Eu era chamada volta e meia para dar oficinas em movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, o Movimento dos Sem Terra... Também tive contato no início do Levante Popular da Juventude que tinham essa coisa de armar um grupo e ir pra rua. Em 2005 e 2006 a gente começou a levar um caráter mais festivo para os atos. Conheci o Eduardo [do Assentamento Urbano Utopia e Luta], que tem uma importância muito grande para mim nos protestos. Ele me chamou para fazer oficinas de teatro para o Movimento Passe Livre e conseguimos o salão da CEUACA [Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida] que tinha um caráter mais aberto ao atual. O João Pontes, que agora faz parte do PT, também estava no Levante. Mas nesse momento o Levante não tinha uma influência partidária, petista. Tinha uma influência anarquista muito grande.

Este tipo de intervenção tem muito a ver com os novos repertórios de ação coletiva que o Bloco também utiliza, onde são recorrentes a música e as artes cênicas. A canção dizia assim:

As mulheres do Levante,
e não são mercadoria,
Boi, boi, boi... boi da cara preta...
Se não tem Passe Livre,
A gente pula a roleta,
Pega essa criança,
Que tem medo de careta.

A Maíra me explicou que a Oficina de Ação Direta da Terreira da Tribo existia desde os 90, e vários dos artistas-ativistas que ela conhece se formaram lá:

Na Usina do Gasômetro começou lá por 2006. Daí nasceu o [grupo de teatro anarquista] Levanta Favela formado por pessoas que nos conhecemos na Oficina da Terreira. Em 2008 ou 2009 rompemos com a Terreira e se abre espaço para participar nas manifestações, criar

paródias, treinar as intervenções.

Como boa professora de história, Maíra continuou relatando os eventos que considerou mais marcantes até chegar à formação do Bloco de Lutas:

Participamos em diversas ocupações. Por exemplo, na ocupação do prédio do PCC em 2007, uma organização criminosa que quase conseguiu assaltar um banco através de um túnel. O prédio foi ocupado pelo MNLM [Movimento Nacional de Luta pela Moradia]. Lá se fez um encontro de formação com oficinas organizadas pelo Levante. Depois, em dezembro de 2011, começamos a ocupação da Praça da Matriz chamada como “Ocupa POA” que durou três meses e meio. Muita gente do movimento social de 2013 se conheceu nessa Ocupa. O objetivo era que o cidadão comum parasse e refletisse nesta nação de analfabetos políticos. Isto de estar debatendo sobre eleições é um efeito pós protestos 2013. A luta maior foi manter a autonomia e horizontalidade. Não perder essa linha de que todos tinham voz igual. Realizávamos assembleias diárias. E a Ocupa tinha um apelo ambiental muito forte. A primeira Ocupa Escadaria, a organizamos em dezembro de 2011 e foi contra as barragens de Belo Monte. Foi na escadaria porque o Viaduto Otavio Rocha é um grande símbolo positivista. Mas nem a FAG nem o Utopia estavam. A galera que organizou o Caracol Libertário não levou a sério a Ocupa porque achavam que os Anonimous eram um bando de piá manipulado pela mídia. E não acamparam porque também não foi um movimento organizado por eles. (...) Também ocupamos as árvores do Gasômetro para tentar evitar que as cortassem; o pessoal do Largo Vivo tava com muita força nessa Ocupa das árvores. Também existem muitas ligações com o pessoal da Massa Crítica e da Cidade das Bicicletas.

Sobre a origem do Bloco, Maíra lembrou a união de coletivos que ocorreu quando ainda estavam ocupando a Praça da Matriz:

A gente somou com o MPL. E discutimos como chamar o MPL porque tinha muitas outras organizações, para não criar protagonistas. Acho que o nome foi uma contribuição minha. A ideia de chamá-lo de Bloco era por bloco de carnaval, pra sair pra rua pra rir, mais festivo, fantasiados, com bandas... Assim os atos crescem. Foi uma disputa porque outros queriam algo mais político clássico.

Em outro encontro, perguntei sobre sua trajetória política e Sarine, jovem branca, me explicou que entrou no PT dois anos atrás, na coordenação nacional da corrente Democracia Socialista, “que era a que o Eduardo fazia parte antes” [percebo como diferentes pessoas se remetem ao pessoal do Utopia e Luta como atores significativos nas lutas pelo transporte]. Ela trabalha de advogada no seu gabinete próprio e também trabalha como voluntária em diferentes ONG’s. Na época da entrevista (novembro de 2014), Sarine também trabalhava com o então Vereador Pedro Ruas (PSOL) no Comitê Gaúcho da Verdade. Estávamos sentados, tomando um café na Rua da Praia, passou caminhando o Gabriel, companheiro do Bloco e “filho” do MST, e parou para

cumprimentar. Sarine perguntou pra ele: “Tu te lembra que já em 2010 e 2011 a gente fazia as reuniões do Movimento Passe Livre lá no edifício do Utopia?”. O Gabriel assentiu, explicou que estavam organizando o Acampamento Latino-americano da Via Campesina em Palmeira das Missões e prosseguiu o seu caminho. A Sarine continuou me explicando que no Movimento Passe Livre tinha GT’s de mobilização, comunicação...

Dentro da comunicação a gente tinha redes sociais, panfletos e intervenção –panfletos na rua na noite, intervenção urbana... Essas mobilizações reuniam 100, 200, 500 pessoas... Mas era muito pontual, quando havia aumentos da passagem. Em 2012 e 2013 me afastei e não sei como ficou. Mas essa mesma base criou o Bloco de Lutas. A gente [no MPL] já tinha essas pautas de Passe Livre e Transporte 100% Público. Não era só contra o aumento da passagem (...). No momento da Ocupação eu não estava no Bloco e me ligaram para avisar que iam ocupar, para preparar alguns materiais, pois o pessoal precisaria de apoio.

Luiz considera que bem no início quem organizou o Bloco foi o pessoal do Assentamento Urbano Utopia e Luta¹²³:

Eram vários do Utopia e Luta que organizavam. Depois foi abrindo. Não abriu muito, nunca abriu totalmente o negócio. Logo se enjoaram, deixaram espaço para os outros fazer mas eles tinham que fazer porque se eles não faziam ninguém fazia o bagulho. Imagina liderar um troço desses. Liderar isso é muito ruim (...) porque o problema é que um fica deixando para o outro, deixando que o outro faça... não tem nenhuma autoridade cobrando quem não faz o que devia, entendeu? (...) E tinha muita gente que só vinha na assembleia para dizer como tinham que ser as coisas e não fazia porra nenhuma depois. Aí não adianta...

Luiz me explicou que no chamado “Encontro dos de Baixo”, participa gente mais permanente no ativismo. O mesmo refletia a Maíra enxergando que os encontros chamados “Caracol Libertário” tem muito a ver com a comissão de organização do Bloco. Eram encontros de ativistas anarquistas mais experimentados que realizavam oficinas de formação, intercâmbio de conteúdos, etc.: “como na Feira do Livro Anarquista”. Em câmbio, conforme me explicou também Fabio, jovem branco, estudante de geografia, ativista anarquista:

No Bloco tem muitas pessoas iniciantes na política e no ativismo. Isto não é ruim, mas a participação de algumas pessoas é muito intermitente. E as lutas precisam continuidade, perseverança. Não podes criticar se não estiver disposto a dar uma solução. Eu acho que muita gente fez isso, usou a estrutura [o Bloco] para votar a indignação pra fora e na hora

¹²³ Prédio de moradia popular reabilitado no marco do Fórum Social Mundial quando o PT governava em Porto Alegre.

de trabalhar não se disponibilizou muito e aceitou ser massa de manobra (...) e existiu também a disputa entre as organizações para levar para dentro delas os ativistas que não faziam parte de nenhuma organização.

Sobre as hierarquias e a falta de engajamento no Bloco, Luiz comentou o seguinte:

Eu já enfrentei os chefões, só que na hora olho pra trás e não tem ninguém. E isso aí tem um desgaste né? Eu participava também na Frente Quilombola mas ultimamente precisei descansar porque estava mal no trabalho e mal fisicamente (...) O Bloco larguei de mão já. A última vez fui lá e ninguém apareceu. Era para criar o jornal. Essa história vem como pauta desde que entrei no Bloco mas o pessoal não leva a sério. Tudo mundo é inteligente e chega a entender que tem que ter dedicação e perseverança nisso aí. Mas não leva a sério.

Estávamos num bar na rua João Alfredo, na Cidade Baixa, perto das nossas casas. No meio da conversa entrou a namorada do Luiz. Ela é negra e ele é muito branco. Sempre que os vi estavam felizes, brincando e sorrindo muito. Depois de cumprimentar, ela foi para casa e o Luiz me explicou que ela participou da tática Black Bloc:

A polícia conhecia e controlava todos os que tem Facebook. Mas não indiciaram ninguém deles. Os únicos dias que a polícia não tinha policiais o suficiente para controlar tudo o mundo foram os dias 13, 17, 20 e 24 de junho [de 2013]. Por isso que eles armaram repressão grosso modo.

Luiz foi preso o dia 20 de junho de 2013. De dentro do camburão da Polícia Militar, algemado, conseguiu transmitir ao vivo do seu celular. Isto é outro repertório de ação coletiva que os antigos movimentos sociais não tinham. Milhares de câmeras na rua registrando os protestos e compartilhando as suas imagens online. Estes dispositivos são armas que participam em lutas comunicativas, nas disputas pelos sentidos dos protestos.

Filmei um oficial da PM empurrando um Defensor Público que queria falar com os que estávamos presos. A Defensoria Pública entrou em processo contra a Polícia Militar a partir do vídeo. Estava algemado dentro do ônibus mas consegui botar a câmera pra fora. Tinha gente da América Latina toda esse dia. Tinha um algemado gritando "Viva La revolución!". Do Uruguai, do Chile, da Argentina... Chegaram pra apoiar os protestos. Os meus amigos foram ocupar Wall Street, no 15M, inclusive no Oriente Médio... Acho que sou o único ativista que não viaja pelo mundo todo.

Também entrevistei a Paula, jovem branca, militante do PSOL e do Bloco. Combinamos no bar Antônio's, onde habitualmente tomam café os estudantes e professores de ciências sociais da UFRGS. Depois da entrevista, a Paula ainda participou em um debate organizado pela chapa 3 para as eleições no DCE da UFRGS. O slogan da

chapa era “Podemos”, inspirado no partido político em auge na Espanha¹²⁴, e unia os estudantes do PSOL e do PSTU. A Paula explicou que começou a militar em 2011, na PUC, por um tema de desvio de verbas da reitoria e influenciada pela Primavera Árabe, as mobilizações dos estudantes chilenos e as ocupações internacionais de espaços públicos.

Nos últimos anos surgiu no mundo uma nova vanguarda contra a representatividade. No PSOL a minha corrente é a CST, Corrente Socialista dos Trabalhadores. No início de 2012 a gente começou a se organizar no Bloco mas com briga entre anarquistas e partidários. Tanto que houve um ato em que a gente brigou entre nós, diante da PM, na Prefeitura [risos]. Um anarquista deu um soco a um militante do PSOL. O rapaz do Juntos foi falar com um policial para que deixaram a gente passar e o anarquista foi lá discutir com ele dizendo que não devia negociar com a polícia, e deu um soco nele. Mas em 2013 o movimento amadureceu.

Por outra parte, o Luciano, jovem branco, militante do PT e presidente do Sindibancários, disse-me o seguinte sobre as hierarquias e os rumos que foi tomando o Bloco desde a sua formação:

A palavra que mais vêm na minha mente quando se fala de horizontalidade é hipocrisia. Porque eu estava desde o início nas reuniões de vinte malucos no Utopia [Assentamento Urbano Utopia e Luta] em 2011 e 2012, com gente que se organizava desde 2005-2006 (...) Onde entra a hipocrisia na minha opinião? Quando nos primeiros atos de janeiro de 2013, com a participação de organizações de estudantes da UFRGS e da PUC e do Levante Popular da Juventude, que tem organização própria nas comunidades, os atos juntam de 300 a 500 pessoas. Aí entra a hipocrisia de todos os movimentos. Todos brilharam os olhos e brotaram lideranças de juventude de todas as forças políticas: PSOL, PSTU, UJS... Eram tentativas de aparelhamento, de liderar. E os anarquistas tentando evitar isso mas com as suas lideranças, porque sempre tem o que desponta e fala. Dos 3-4 do Levante e 2-3 do PT havia um discurso mais alinhado com os anarquistas.

Percebo como os diferentes militantes de partidos políticos tem mais interesse em criticar aos militantes dos outros partidos de esquerda do que aos anarquistas, que não participam nas disputas eleitorais... Luciano comentou que antes do movimento começar a crescer não tinha comissão de organização. Isto significaria que, com o aumento da participação popular, as disputas pelo controle do movimento aumentaram e, com a grande afluência de pessoas, era mais difícil poder decidir as coisas diretamente nas assembleias:

Com 200 ou 300 pessoas nas assembleias, a gente não cabia no Utopia e começamos a marcar as assembleias no SIMPA, na rua... Como se faz horizontalidade com 500 pessoas,

¹²⁴

Também utilizou um eslogan similar o Presidente Obama na sua primeira eleição: “Yes, we can”.

com as organizações políticas já organizadas antes da assembleia e tentando puxar a brasa para elas? (...) Depois saiu em várias assembleias a ideia que pipocava de uma ocupação: “somos quinze, cada um leva mais cinco, de repente somos setenta na tarde e declaramos a Ocupação”.

O Presidente do Sindibancários apontou que a Ocupação permitiu dar um fôlego ao

Bloco:

As divergências já eram para rachar, o clima não era bom. Não era difícil escutar baías nas falas ou cartaz sobre cartaz xingando. Mas o processo foi extremamente rico. Apesar de querer se matar, tudo o mundo deu a mão e tocou junto. Houve apoio de sindicatos, da sociedade civil não organizada: “vim trazer arroz pra o pessoal da ocupação que ouvi na rádio que estão sem comida”. Foi uma grande aprendizagem. Acho que foi o último grande momento do Bloco.

Quando perguntei à Sarine sobre o que havia acontecido com os dois projetos de lei criados pelo Bloco durante a Ocupação, me respondeu que não sabia:

Não sei. Eu acompanhei até que expulsaram o PT do Bloco. Depois me desvinculei do plantão jurídico também¹²⁵. Conflitos entre grupos também tinha antes da Ocupação. Mas se o PT não tivesse saído nesse momento, expulso, eu teria saído de qualquer forma. Se atacava aos do PSOL porque iriam aceitar financiamento de grandes empresas da Gerdau. Se atacava aos do PSTU porque condenavam as ações dos Black Blocs. É verdade que havia um grupo pelego [do PT] que protegia o governo do Estado, mas não éramos todos [os petistas]. Eu me manifestei várias vezes diante do Palácio Piratini. Por quê o partido pode marcar uma audiência entre Tarso e o Bloco e pode dar dinheiro para temas logísticos... e não posso usar uma camiseta do PT porque vem alguém e me dá uma tapa nas costas? São atitudes que me parecem parecidas às das pessoas de direita. Por quê aceitaram ir a uma reunião representando oficialmente o movimento e depois nos expulsaram porque o Tarso usou essa foto num vídeo?

Vemos como as preocupações das pessoas quando pensam no Bloco e os sentidos do ativismo são muito diversos e vão se transformando dentro dos coletivos e na trajetória vital das pessoas. Neste capítulo também estou tentando mostrar como idéias libertárias e novas formas de democracia estão em auge em Porto Alegre. Ao mesmo tempo, as análises dos meus interlocutores apontam para a repressão que sofrem os movimentos sociais e para as tensões internas num movimento que quer fazer das suas práticas a sua ideologia. Seguindo a proposta de Graeber (2009, p. 12-14), tento evitar dois hábitos igualmente irritantes: nem quero idealizar o Bloco nem vou falar só das nossas limitações. Procuro ser um mais dentre os críticos desde dentro do movimento. E construir essa

¹²⁵ O plantão jurídico tinha como função principal atender as pessoas detidas durante as manifestações do Bloco.

composição crítica sem prejudicar ninguém. Finalmente quero chamar a atenção sobre como a apresentação desses fragmentos do pensamento e da vida das pessoas podem nos dar a idéia de que o ativismo pode ser uma forma de vida e, ao mesmo tempo, a vida ativista pode ser fragmentária e episódica.

5.2. Memórias da Ocupação: disputas estratégicas

No terceiro cine-debate, em novembro de 2014, o Afonso, motorista da CARRIS, explicou que para ele a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre representou um enfrentamento contra o braço forte do capital, contra as diversas instituições mantidas pela burguesia para escravizar a classe trabalhadora.

Foi um momento grandioso de insurgência, que eu talvez não vou viver novamente. Devemos nos orgulhar de lembrar... colocou em cheque todo o sistema burguês que trabalha para enriquecer cada vez mais os varões das empresas de transporte. Os rodoviários, nos perguntamos: por que não introduzem a CPI do Transporte? Porque a maioria dos vereadores são mantidos por essas empresas! É muito importante que essa experiência sirva para uma luta muito maior.

O Leo fez parte do Grupo de Assessoria Popular (GAP) do SAJU desde 2007, quando entrou na faculdade, até se formar em 2011-2012. No GAP trabalhou em questões relativas à emancipação comunitária, discutindo as pautas específicas em cada comunidade: organização fundiária, mobilidade, creches, escolas, postos de saúde, etc. Combinei com o Leo na Faculdade de Economia da UFRGS, no local dos estudantes, lugar onde celebramos várias assembleias do Bloco. Falando sobre as articulações jurídicas realizadas na ocupação, disse-me que:

No momento da ocupação do plenário [da Câmara] não sei se havia alguém do SAJU, mas quando foi divulgado nas redes sociais várias pessoas do SAJU foram para lá. Eu estava com gripe, talvez fui eu que passei a gripe para várias pessoas na ocupação [risos]. Fui a partir do terceiro dia [continuí a piada: "Pois é, o tema da gripe foi a partir do terceiro dia"]. Mas tem o tempo de incubação, então não pode ser... Bom, nesse momento já estava se articulando o GT Jurídico, que naquela época era o SAJU mais dois ou três advogados. Também não é costumeiro que uma demanda integre tantas pessoas de tantos grupos diferentes do SAJU (...). Pouco tempo antes teve o despejo do pessoal que ocupava as árvores do Gasômetro. E a Prefeitura tirou as pessoas de lá sem autorização judicial. Sendo que o poder executivo não abrange o despejo de pessoas sem autorização judicial.

O Leo refletia sobre como outros casos de lutas políticas na cidade influenciaram esse momento da Ocupação da Câmara, e como o GT Jurídico do Bloco tentou evitar um despejo violento da polícia criando peças preventivas. Porém, não estava claro se o Bloco queria utilizar essas ferramentas para fazer uma disputa no campo jurídico. Sobre isso, disse-me:

A gente criou várias peças: um mandado de segurança coletivo preventivo, um habeas corpus preventivo coletivo... Mas não estava claro se o pessoal que ocupava queria essas ações. E não era uma prioridade para ser discutida na assembleia. Também tínhamos a dúvida de se caberia a nós promover essas ações, porque por outras experiências sabemos que a conjuntura faz com que não seja a melhor opção que nós apresentemos as peças (...) Depois, com o ingresso da ação de reintegração por parte da Câmara, a gente abandonou essas peças de prevenção que levaram muito trabalho.

Os depoimentos de Leo mostram a complexidade das tarefas desenvolvidas dentro da Ocupação. Muitas coisas estavam acontecendo no mesmo tempo dentro desse conjunto de repertórios de ação coletiva que foi a Ocupação. A Sarine também me explicou algumas tarefas que desenvolveu na Ocupação, e como evitou realizar só funções especializadas do campo do direito:

Lá na Ocupação éramos uns vinte advogados. Então decidimos criar um GT Jurídico. Havia várias pessoas do SAJU da UFRGS, da ONG Acesso, estudantes da PUC (do DCE ou não), o Onir da Frente Quilombola, o Sansi da Refundação Comunista (que se candidata na sigla do PT)... Eu participei da limpeza, da cozinha e da segurança. E do jurídico o tempo todo. Mas não só. Porque assim pareceria que você estabelece uma casta. Nós éramos do movimento e também advogados (mas não só). Justamente os principais críticos que expulsaram o PT estiveram só no microfone. Assim como no jurídico a gente não excluía quem não estudava direito ou não era advogado. Na cozinha foi a minha pior experiência porque a grande maioria éramos mulheres. Eu sou feminista, como a maioria de mulheres lá. E tinha homens mas predominavam as mulheres. Na limpeza já não. Quando limpei o banheiro era eu e dois meninos. Mas eram dois meninos que estavam na cozinha também.

Por outra parte, as Vereadoras Fernanda Melchionna e Sofia Cavedon deixaram com a Sarine as chaves dos seus gabinetes:

No gabinete da Sofia um grupo estudava os projetos de lei para fazer propostas para a assembleia avaliar. No [gabinete] da Fernanda o outro grupo fazia as peças jurídicas para responder as críticas jurídicas deles [dos vereadores governistas], sobre uso de crianças, etc. Mas apesar de ter as chaves dos gabinetes, a gente tinha inclusive um grampeador nosso pois não queríamos usar o material deles para evitar críticas a eles e a nós.

Sobre a estratégia jurídica seguida pelo GT Jurídico, a Sarine lembrou que quando

os vereadores [da base do governo] entraram com ação de reintegração de posse e ganharam, o GT Jurídico do Bloco fez várias ações:

O juiz de plantão não quis aceitar a nossa petição de reconsideração e autorizou inclusive uso de força policial. Era muito conservador. Passou a madrugada e a manhã seguinte, o processo saiu do plantão e foi pra uma vara comum onde o recebeu a Juíza Marquesan. Então no GT nos dividimos em dois subgrupos. Um para trabalhar em primeiro grau, para falar com a juíza (1ª instância) e, paralelamente, protocolamos um recurso ao Tribunal de Justiça, que é uma instância superior. Fomos falar com a juíza para que enviasse oficiais de justiça para ver o que estava acontecendo. Os oficiais viram que era uma ocupação pacífica, que ninguém barrou a sua entrada, e que tinha muita gente e não conseguiriam nos tirar sem Polícia Militar. Depois voltamos a falar com a juíza criticando que o Presidente [da Câmara] não queria dialogar.

Vemos como a jovem advogada destaca a importância da ideologia do juiz: “era muito conservador”. Também encontramos esse tipo de interpretação nas reflexões do Leo sobre a decisão da juíza Marquesan de parar a reintegração de posse forçada e marcar uma audiência de conciliação:

Pelo menos para nós foi surpreendente essa decisão [perguntei: porquê acha que foi assim?]. Dá para avaliar vários fatores: a formação dela, mais humanista, a sensibilidade de entender o outro lado. Lembro que na época procurei decisões dela e encontrei uma que suspendia a ordem da prefeitura de proibir a alguns bares da Cidade Baixa que funcionassem (...). Por outra parte, a promotora, do Ministério Público, atuou como fiscal da lei nesse caso. Vendo se a lei estava sendo cumprida. Nesse caso entendo que a lei seria um princípio constitucional baseado em que os conflitos sejam resolvidos prioritariamente por conciliação, que é o que ela fala no filme [“Morar na ‘Casa do Povo’”].

Sarine lembrou que, junto com ela, os vereadores Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e Alberto Kopittike, os três do PT, foram falar com o desembargador do Tribunal de Justiça (2º grau) que tinha que se posicionar sobre o agravo de instrumento apresentado pelo GT Jurídico.

O desembargador conversou com a gente, foi receptivo. Ele se comprometeu a aguardar a manifestação da juíza [1º grau] antes de resolver o agravo. E em poucas horas ela suspendeu a liminar e designou uma audiência onde saiu um termo de conciliação.

A Sarine destacou nas suas falas a importância da implicação dos vereadores petistas no processo de interlocução com os agentes do poder judicial. Ela também valorou positivamente o saldo político da Ocupação.

Foi vitoriosa. Não dá para negar que o movimento disputou opinião. Era incrível como as pessoas eram favoráveis à Ocupação da Câmara. Pela organização interna, por não aceitar a

imprensa sensacionalista e assim minimizar a manipulação sobre o que estava acontecendo... O judiciário reconheceu que a ocupação era pacífica e organizada e para convencer o judiciário tem que sambar...

Porém, o Leo criticou que alguns advogados chegaram só no momento da Ocupação, não faziam parte do movimento antes, e sumiram depois. Ele interpretou isso como um intento de aproveitar a conjuntura política e lembrou uns protagonistas um pouco diferentes dos que indicou Sarine:

Enviamos o agravo de instrumento ao Tribunal tentando reverter a ordem de reintegração mandada pelo juiz do plantão. Mas, primeiro, o desembargador desestimou a petição. Então eu, o Onir, da Frente Quilombola, e a Claudete, que trabalhava com o Jacques Alfonsín na ONG Acesso, encaminhamos um recurso de reconsideração para o desembargador. Ao mesmo tempo também fizemos um pedido de reconsideração [da ordem de reintegração de posse] para a juíza do primeiro grau. Isso era tudo segunda de manhã, porque o plantão foi no final de semana.

Por outra parte, a Sarine criticou as pessoas que falam em autogestão durante a Ocupação mas não levam em consideração o papel que assumiram os sindicatos e partidos. Ela explica que participou da logística da comida e calcula que um 80 % dos alimentos foram adquiridos pelos sindicatos: Sindibancários, SIMPA e CEPERS, sobretudo.

O pessoal falando lá dentro que “não precisamos partido nenhum. Morando aqui demonstramos”. Eu acho isso hipócrita. Tá, e a laranjinha que você está aí chupando de onde saiu?

Outras pessoas de setores anarquistas entendem que isto não tira o mérito da autogestão uma vez que os sindicatos representam os trabalhadores e não os partidos políticos. No seu escritório de consultoria legal e advocacia, Sansi, homem branco de uns 60 anos de idade, lembrou que na Ocupação ele pensava que os militantes do Bloco seriam rapidamente “corridos a pau” pela Brigada Militar no segundo ou terceiro dia da Ocupação. Ele não dormia na Câmara, mas chegava lá cedo pela manhã. O Sansi avaliou positivamente o papel que realizou a juíza Marquesan, mas também pensou em outras possibilidades estratégicas que o Bloco poderia ter tomado para além da via jurídica, e refletiu sobre divergências estratégicas entre diferentes correntes do Bloco:

A preocupação era sempre estar lá para impedir, na hipótese de uma invasão, que a Brigada cagasse a pau aquela gurizada (...). Alguém tem que namorar aquela juíza [risos] Foi uma vendedora (...). Poderíamos ter ficado um mês lá dentro e só sair algemado. Criar um fato

político. Mas o pessoal decidiu fazer a luta no campo do direito (...) Dois setores queriam sair todo dia porque no fundo morrem de medo do enfrentamento direto. Anarquistas não morrem de medo mas desprezam a luta parlamentar e jurídica. Nós comunistas acreditamos em todas as frentes. Eu entro no parlamento burguês para criar e apoiar o candidato adequado. Sou a favor de qualquer ação que coloque a burguesia em cheque: greves de enfrentamento direto, bloqueio de atividades econômicas, ocupações do MST... [Na Ocupação] Havia o Bloco do enfrentamento até o limite (Alicerce, FAG, Frente Autônoma...) e um setor capitulista por natureza, capitulam sempre.

Analisando as falas da assembleia do segundo dia da Ocupação, imagino que os setores “capitulistas” dos que fala o Sansi são o PSTU e o PT, que queriam abrir mão da Ocupação já no segundo dia. Ainda, sobre as estratégias revolucionárias, Sansi apontou o seguinte:

Num primeiro momento, se não estás disposto a enfrentar a burguesia para tomar o poder, não vá fazer a revolução. Se não tem clareza da ação para enfrentar a burguesia é melhor não começar. A burguesia tem clareza e mata periodicamente os setores avançados na escala internacional, e constrói setores de direita como o Estado Islâmico para acabar com os curdos. Se não estamos dispostos a um exercício de violência revolucionária num primeiro momento é melhor não começar. Melhor ficar em casa cuidando os filhos, porque é menos doloroso depois.

Sansi considera que a Ocupação “foi uma espécie de limiar. Porque até esse momento era tudo mundo amiguinho”. Na sua hipótese, a convivência continuada durante oito dias e as decisões estratégicas que precisavam ser tomadas, tanto na hora de escrever os projetos de lei sobre o transporte, quanto na hora de decidir os rumos da própria ocupação, acrescentaram as diferenças entre as correntes ou grupos políticos mais numerosos que formavam o Bloco na época. Esse ponto de vista também me chegou da parte de um membro do PT que opinava que uma série de xingamentos que se escutaram nas discussões nas assembleias afetaram negativamente a convivência posterior no Bloco. O Briza, militante do Assentamento Urbano Utopia e Luta, da Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela e da Comissão de Organização do Bloco, explicou no primeiro cine-debate que a Ocupação

foi totalmente um aprendizado. Eu acho que é importante ressaltar que dentro desse aprendizado, a gente começa a perceber: como nasce a Ocupação, de onde ela brota, e com quais caracteres, né? A gente conseguiu vivenciar na Ocupação da Câmara dos Vereadores a questão da autonomia e da autogestão enquanto necessidade de se exercitar, de se caminhar nesse sentido, porque é algo do que mais aproximava das nossas necessidades e dos nossos anseios. E isso a gente conseguiu perceber durante toda a condução da Ocupação e também conseguiu perceber as contradições de quanto alguns movimentos, alguns setores que compõem essa diversidade que é o Bloco de Lutas, são

suscetíveis à mídia, à justiça e à subjetividade. A gente começou perceber que já no segundo dia, terceiro, vários setores querendo ir embora...

O filme “Morar na Casa do Povo” ajudou a recriar a memória dos embates estratégicos na assembleia do segundo dia, principalmente entre os membros do PSTU e do PT, que queriam sair no sábado, e os setores anarquistas e mais combativos, que queriam resistir mais tempo. Vemos como a intervenção do Briza quer destacar um núcleo organizativo ou setor que teria sido o “artífice” da Ocupação. E colocar como alguns setores queriam já desocupar no segundo ou terceiro dia, sendo que os anarquistas defendiam ficar por mais tempo e não abandonar o “poder de pressão” da ocupação.

5.3. Da Ocupação (julho de 2013) ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (abril de 2014): continuidades e tensões

No primeiro cine-debate com o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”, Lorena, militante da FAG e da Comissão de Organização do Bloco, colocou que:

É engraçado a gente se ver nas imagens, tipo uma semana com a mesma roupa [risos]. Mas foi um momento, com certeza, como todo o mundo comentou, bem importante assim. E, discordando da fala de que não foi um acúmulo em termos organizativos, eu acho que a Ocupação, ela foi o que marcou um processo de organicidade antes e depois para o Bloco de Lutas, né? O antes porque até então a gente tava naquele momento de efervescência, as grandes mobilizações, os grandes atos, e posterior a isso um momento em que cambia a sua tática, sai das mobilizações de rua, entra para uma ocupação, então muda a tática e assim consegue sentar um pouco. Não que a gente tivesse ficado toda uma semana sentado lá, pelo contrário, mas a gente consegue fazer um acúmulo em termos políticos.

Quando a Lorena fala de um “antes e um depois” na organicidade do Bloco, está nos indicando como os “repertórios de ação coletiva” do Bloco mudaram com a Ocupação, sobretudo no trabalho para tentar colocar no papel um projeto para o transporte 100% público na cidade:

A construção daqueles dois projetos não era uma construção que a gente tinha 100% de certeza que seria aprovado, que enxergasse, digamos assim, que seria protocolado naquele período. Mas que seria um acúmulo político de construção de um modelo de transporte que a gente viesse a projetar e a defender como construímos há poucos meses e saímos em campanha também. Então, acho que é interessante pensar, daquele processo de um ano atrás nós conseguimos dar execução em algumas coisas que foram definidas dentro da Ocupação, né? Por exemplo, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que infelizmente nem

todas as organizações aderiram, que infelizmente a gente não teve apoio, no corpo do Bloco de Lutas, de outros setores de dizerem “não, vamos construir esse projeto”. A gente via mãozinhas levantadas nas assembleias mas quando tocou ir pra os bairros levantar a coleta de assinaturas: não foram todas as organizações; quando a gente chamou à ocupação na frente da prefeitura, que era uma ocupação em outras condições: porque a gente não tinha carpetinho, não tinha banheirinho... então era lona, era chuva uma semana, e não era pra construir um acampamento permanente com milhares de pessoas, era pra construir a projeção de um debate político com a população. E foi muito interessante também a solidariedade daquele período porque as pessoas vinham trazer comida, vinham trazer doações... E as mais de 10 mil assinaturas são demonstração desse apoio que o Bloco de Lutas teve durante todo esse período.

Sobre a questão de como a história segue, o Briza também colocou que

nós já construímos outro projeto de lei [de iniciativa popular] de Transporte 100% Público, estabelecemos um diálogo com a população, através de um abaixo-assinado... e isso eu coloco nesse sentido para que a gente perceba que as águas seguem passando por baixo dessa ponte (...) temos o desafio de romper com qualquer tática que nos gere isolamento, isolamento dentro da sociedade. Que a gente compreenda as táticas a utilizar. O projeto de lei e o abaixo-assinado não é um fim, assim como aqueles dois projetos [elaborados na ocupação da Câmara]. Eles são uma tática de diálogo com a população e de construção de uma estratégia maior que é a municipalização do transporte.

Porém, a Paula, da corrente CST do PSOL, considerou que o Projeto de Lei de Iniciativa Popular lançado na criação do Acampamento diante da Prefeitura, em 2014, é muito conservador:

Em 2014 a coisa já tava degradingando. O Bloco nem se compara com 2013. Estava muito debilitado. Foi um erro o Acampamento [na Prefeitura], e esse projeto de lei muito conservador que até o PT faz. Está dizendo à população que o transporte 100% público vai se conseguir com um abaixo assinado. Isso é absurdo. Esse projeto de lei surgiu assim [faz um gesto abrindo e fechando rápido as mãos] do nada. Foi um projeto feito a toque de caixa, rápido, de uma hora para outra, poucos dias antes do acampamento na prefeitura. Isso não foi construído em assembleia. Como se tirou uma coisa tão importante sem discutir? Muitas pessoas achavam que seria o mesmo projeto tirado na Ocupação. Só que não tinha nada a ver, era muito pior. Na reunião da CO no Utopia diziam que era o projeto da Câmara. Então [o dia depois da reunião da CO] leram um power point em assembleia aberta na rua para aprová-lo. Nem eu que sou militante organizada me liguei que não era o projeto da Câmara. Ninguém estava entendendo, mas como eram os anarquistas que estavam dirigindo a assembleia, a gente confiou.

O Projeto de Lei de Iniciativa Popular foi elaborado entre diversos membros da Comissão de Organização e do GT Jurídico do Bloco. Tiago, jovem branco, advogado, funcionário da CMPA e membro do GT Jurídico, escreveu o Projeto de Lei com o apoio do Sansi, e numa reunião da Comissão de Organização no edifício Utopia e Luta se deliberou como apresentá-lo e votá-lo em assembleia. Essa assembleia teve lugar em 7 de abril de

2014 no Largo Glênio Peres, o mesmo largo onde foi derrubado o mascote da Coca-Cola e da Copa do Mundo em 2012.

No dia da assembleia, cheguei no Largo com a minha companheira Silvinha, lá se encontravam umas 200 pessoas de diversas organizações com faixas e alguns cartazes. Uma faixa do coletivo Vamos à Luta (PSOL) fazia referência às mobilizações dos garis no Rio de Janeiro: “Mobilizar como os garis e a passagem vai cair”. Também estava a bandeira da Marighella: “Marighella Vive”, uma faixa do Movimento Socialista Revolucionário (MSR): “Contra o aumento, passe-livre para todos, transporte sob controle popular”, outra falava da “outra campanha”: “lutar, criar, poder popular” e outra faixa ainda animava a “Ocupar e resistir contra a máfia do transporte”.

Briza, Lorena e outros companheiros da CO estavam preparando um “data show”. Antes de começar a assembleia, dois rappers de Viamão, cidade da periferia de Porto Alegre, prepararam dois alto-falantes e um microfone e cantaram algumas músicas. Chamou-me a atenção essa performance e escrevi no meu diário de campo que era um “formato de assembleia pré-organizada”. A Cambada de Teatro em Ação Direta Levanta Favela atuou, interpretando o Hino da Ação Direta e várias peças curtas contra a Copa do Mundo. Também participou a batucada do Levante Popular da Juventude com algumas músicas.

A assembleia começou com falas da Lorena e do Briza, não se abriu para proposta de pautas, nem se explicitou qual seria a mesa de coordenação da assembleia. A Lorena falou da importância da tática da ocupação como um direito para reivindicar uma determinada pauta:

porque a gente está num processo de militarização e de proibições, a gente vive um período de grandes indignações, instalaram uma CPI absurda para nos criminalizar, é incrível as bobagens que falam sobre nós (...) Precisamos inovar novas formas de luta, criar novas formas de resistência.

Depois da fala da Lorena soaram tambores e começou uma palavra de ordem que o público acompanhou: “Não vai ter Copa, vai ter luta!”. Então, o Briza informou que o Tiago iria ler o Projeto de Lei de Iniciativa Popular preparado pelo Bloco para a “assembleia popular” votar. O Tiago leu o projeto, mas as pessoas não pareciam prestar muita atenção, alguns falavam e era muito complicado entender esse projeto que foi lido uma única vez.

Tiago informou que o projeto era para ser lançado a partir de um abaixo assinado de iniciativa popular para o transporte 100% público. O objetivo era recolher 60 mil assinaturas. Depois da leitura, Briza enfatizou a necessidade de chegar a todos os espaços:

A partir de manhã pela manhã é mobilização permanente. Vocês acham que a gente tem condições de nos organizar aqui, depois da assembleia, por zonas da cidade?

Então, Briza informou que o microfone estava aberto, mas só para “uma fala por organização política”. As falas que seguiram foram só de membros destacados de organizações políticas, a maioria deles membros da CO do Bloco, e nenhuma dessas falas entrou a discutir o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que devia ser votado. A Paula do PSOL falou da greve dos rodoviários em Porto Alegre, da greve dos garis no Rio durante o Carnaval de 2014, da paralisação dos trabalhadores das obras da Copa no Rio: “a gente precisa ser milhares de pessoas nas ruas novamente”. O João da Marighella se orgulhou de que a licitação do transporte “não pode existir porque a Audiência do Tesourinha não aconteceu porque a gente a barrou na marra”. Um representante de uma associação de pedestres propôs pagar nos ônibus, várias pessoas juntas, com notas de 50 reais, o público riu, parece que não era habitual que as pessoas presentes levassem no bolso 50 reais. Onir, da Frente Quilombola, criticou a criminalização sofrida pelos movimentos sociais.

Depois das falas, os organizadores da assembleia encaminharam para votação o projeto. Ninguém se opôs e, enquanto algumas pessoas já abandonavam o lugar, o Briza continuou: “Vamos tentar nos organizar por regiões agora, gurizada”. Ninguém parecia saber muito bem o que fazer. A Silvinha foi pra casa e eu me dirigi numa esquina do Largo onde o Briza estava organizando um grupo. Antes de começar a explicar a dinâmica proposta, ele estava tentando controlar que todas as pessoas que estavam perto do grupo fossem conhecidas. Então viu um homem branco de cerca de 40 anos que estava com uma mochila e pediu para ele ir embora, mais duas ou três pessoas do grupo pediram para o desconhecido ir embora. Suspeitavam que seria P2. O homem foi embora sem mediar palavra. Então o Briza explicou que o Bloco tinha a ideia de criar um “acampamento permanente” diante da Prefeitura no dia seguinte para lançar o abaixo-assinado, e que se precisava do máximo apoio e participação.

Não vou entrar na análise aqui de como se desenrolou o acampamento. Só vou

descrever uma cena que aconteceu na última assembleia do acampamento e que me parece ilustrativa do que estava acontecendo nesse processo de organização do Bloco de Lutas. Era de noite, debaixo das lonas do acampamento e umas 25 pessoas criamos uma roda, sentei do lado da Maíra. Tinha intenção de filmar a assembleia, mas o Briza me falou que não seria apropriado. Falei que podíamos perguntar à assembleia o que pensava, mas um minuto depois alguém apagou a única luz que iluminava um pouco o lugar. Decidi não insistir e sentei na roda. Houve várias discussões sobre a dinâmica do acampamento. Pela manhã, a Maíra tinha acordado aos gritos às pessoas dizendo que era necessário trabalhar na coleta de assinaturas, que ninguém estava fazendo esta tarefa. Então várias pessoas que haviam trabalhado durante a noite fazendo a segurança no acampamento ficaram bravas e discutiram com ela. Depois, o Titãs, jovem branco, anarquista vídeo-ativista que participou de todo o processo do acampamento, fez uma crítica à Comissão de Organização do Bloco:

A gente leva uma semana aqui construindo este acampamento coletivamente e hoje fiquei sabendo que vocês [olha para os membros da CO presentes] se reuniram num grupinho hoje de manhã e decidiram desfazer o acampamento. Acho isto um desrespeito. A gente tem direito de decidir isto junto porque a gente construiu isto junto.

Na continuação, Briza replicou a fala do Titãs colocando a questão da ancestralidade política, do “acúmulo político”, e da perseverança na organização nas instâncias do Bloco como elementos que legitimariam a atuação dos membros da CO:

Você estava viajando, Titãs, e chegou aqui nesses dias e pegou junto. Beleza, a gente sabe que quando você está você pega junto. Mas a gente leva muito tempo nos organizando nas instâncias do Bloco. A gente leva mais de dois anos. O Bloco também é organização, não temos como avançar sem organização. E a gente tem um acúmulo político e a CO faz parte deste acúmulo. Agora a assembleia pode decidir seguir com o acampamento amanhã mas estamos com pouca gente, eu vou embora, vou viajar. Acho que fica ruim continuar. A gente poderia ter mantido permanentemente o acampamento no caso de ter muito apoio popular. Daí daria para as pessoas irem se relevando. Mas assim não dá.

No dia seguinte, 15 de abril de 2014, pela manhã, foi desmontado o acampamento do Bloco diante da Prefeitura. Durante os oito dias do acampamento foram coletadas ao redor de 6 mil assinaturas. Nas assembleias posteriores, o conteúdo do Projeto de Lei de Iniciativa Popular foi bastante criticado. O Bloco organizou algumas jornadas em diversos lugares da periferia para “descentralizar as lutas”, mas sem muita participação, nem dos ativistas do Bloco nem do resto da população. Pouco depois do acampamento na

prefeitura, o recolhimento de assinaturas cessou.

No final de 2014, numa conversa no restaurante universitário da UFRGS, duas companheiras das ciências sociais da UFRGS me explicavam que várias companheiras delas tinham deixado de participar do Bloco porque não se sentiam parte na hora de decidir os rumos do movimento e não queriam ser “massa de manobra”: “a gente chega nas marchas sem saber nem o trajeto nem o que vai acontecer, enquanto outras pessoas sim sabem”. Elas não estavam ligadas a nenhum partido político mas comentavam que várias pessoas dos partidos recebiam de apoiar o Bloco porque estava controlado pelos setores anarquistas que só instrumentalizavam os apoios partidários para conseguir os recursos necessários para organizar os atos (carros de som, dinheiro para faixas e panfletos, etc.). Por outra parte, vemos como os anarquistas e libertários receiam de se unir com os dos partidos pelo interesse nas instâncias da democracia representativa que estes têm. E, mesmo assim, acabamos vendo esforços surgindo das diferentes correntes para, por vezes, somar forças e tentar ser um “bloco”.

5.4. Estratégias e perspectivas de futuro um ano depois da Ocupação

Sansi é outro exemplo da pluralidade de propostas políticas que confluíram no Bloco e do esforço dos seus membros para encontrar lugares de entendimento e construir coletivamente um caminho em comum.

Eu militei na ala revolucionária do PT na ditadura, no PRC. A partir de 1975 militei no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. A Greve dos Bancários do 78-79 foi um momento inesquecível. Nessa época o sindicato era revolucionário, não o que é agora. Hoje milito numa organização marxista chamada Refundação Comunista, um partido não institucional. Sempre fomos uma organização anti-stalinista muito democrática. E nós, no Brasil, defendemos a construção da Frente Democrática Popular. A política precisa ser resgatada no plano da moralidade política. Precisamos acabar com o rebaixamento do PT e do PSdoB. Defendemos construir amplas frentes do movimento de massas. O que vocês [os anarquistas]¹²⁶ chamam ação direta nós chamamos de ação política. (...) Desde o primeiro momento que participei [no Bloco] defendi criar comissões para estudar o transporte. Mas quando falava de estatização, a FAG, o Brizola... saltavam no pescoço. Aí encontramos um conceito mais compartilhado: municipalização. Fui, seguramente, o primeiro a insistir que o

¹²⁶ Sansi me identifica como anarquista a partir dos posicionamentos que me viu defender nas instâncias do Bloco. Até o momento nunca me autodeclarei anarquista, mas os princípios políticos do anarquismo são os que melhor representam a minha forma de ver a política.

Bloco ultrapassaria o transporte e chamá-lo só de Bloco de Lutas. Vi no Bloco a Frente de Unidade Popular: por abril, maio de 2013 tudo o mundo estava ali. Até algum cara do PDT, do PMDB... que não sabiam o que acontecia.

No primeiro cine-debate, celebrado o 7 de julho de 2014, a Lorena da FAG defendeu que

2013, para nós, foi um antes e um depois completamente (...) a gente consegue ver que nos encontramos muito mais, fizemos atos toda semana durante um período que a gente não se via fazendo isso porque imaginem o esgotamento de toda semana fazendo ato: é a mídia descendo pau, é a polícia descendo pau, são grupos, porque têm opiniões diferentes, descendo pau. E nesse sentido o Bloco está aqui; passou a Copa, sobrevivemos, né, companheiros? Ainda tem uma repressão fodida em cima da gente, mas estamos aqui, vai chegar um período também bem sensível, digamos assim, que é o período eleitoral, pra dentro do Bloco, e eu acho que, sinceramente, companheirada, quem constrói o Bloco desde o início sabe que nós temos pauta para atravessar essa campanha eleitoral... quem quer fazer essa campanha vai fazer, longe desse espaço aqui, porque esse espaço construiu princípios de independência de classe, independência de partidos e governos, então, o transporte 100% público vai continuar sendo a pauta mais sentida e mais tocada do Bloco no segundo semestre agora.

Sobre as polêmicas pela participação ou não nas “eleições burguesas” a Paula, do PSOL, opinou que é um espaço de disputa num terreno que “não é nosso, é da burguesia” mas que não se deve renunciar a esse espaço:

São três meses onde a sociedade debate política. É muito cômodo dizer “não acredito” e se desentender. A gente precisa entrar nessa luta criando mais um espaço de denúncia do sistema. Não existe nenhuma possibilidade de eu me eleger na vida toda. Não aceitamos dinheiro de empresas e polemizamos inclusive com setores do PSOL que sim aceitam. E não deixamos de participar nas lutas por ter eleições. Enquanto trotskistas, a nossa tradição é apoiar as greves e não ficar fazendo projetinhos de lei. Se eu fosse vereadora, teria ocupado junto. Se a gente tem de perder um mandato parlamentar por ter uma postura radical, a gente perde. Porque o nosso objetivo é destruir o estado burguês.

Guilherme se apresentou no primeiro cine-debate como professor da rede estadual de colégios no Rio Grande do Sul. Ele fez uma análise do contexto histórico da Ocupação e destacou a importância de retomar as lutas pelo transporte. Na sua fala expôs a necessidade de ter clareza do caminho percorrido, valorizar os tempos passados, sobretudo para pensar como enfrentar a conjuntura dos tempos presentes. Ele colocou também algumas interrogações: como atuar quando várias organizações do Bloco priorizam a luta eleitoral? O quê fazer quando os tempos da polícia e dos poderes judiciais condicionam os tempos do ativismo?

Acho que é importante dizer aqui entre nós, para nós, que o Bloco de Lutas ainda segue vivo em Porto Alegre, ainda vem fazendo as lutas em torno do transporte público em Porto Alegre e que a gente ainda vem construindo essa história como o Martin falou, acho. Só que a gente está com desafios muito diferentes do ano passado. A gente está passando um processo de criminalização que o final do vídeo apontou [com a CPI “da Invasão”] não só com a Ocupação da Câmara de Vereadores mas com outras ações que estão vindo para cima da gente aí, e a gente tem esse pepino aí para descascar, né? (...) e isso coloca para nós a necessidade de retomar todo esse saldo positivo, superpositivo, organizativo e político que é o Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público em Porto Alegre e colocar esse tema também na rua, né? A gente sabe que o segundo semestre agora vai apontar, a maior parte das organizações em Porto Alegre, e no Brasil inteiro enfim, a via eleitoral (...) a gente vem tocando o tema da Copa, mas o Transporte Público tem que voltar a ser um tema importante pra nós, a gente tem que voltar a ser grande, organizados, em fim, combativos como sempre fomos.

Luciano, jovem militante do PT, Presidente do Sindicato dos Bancários e ex-militante do Bloco, defendeu que a Ocupação demonstrou que com unidade e com mobilização é possível passar por cima de estruturas arcaicas como a Câmara de Vereadores. Giroto, militante do MST e do Bloco, mencionou que

a Ocupação ela foi um marco na situação política do país porque nós conseguimos juntar todos esses elementos, casá-los e naquele momento fazer esse processo aí (...) quais são os próximos alvos? O Passe Livre não foi conquistado... nós tivemos uma vitória moral. Eu discordo que nós tivemos uma vitória organizativa, porque de uma certa forma a gente refluiu. Vamos olhar para a história aí e vai ter várias fissuras que surgiram neste último período. Mas, como é que nos vamos conseguir retomar esse processo de unidade para conseguir avançar?

Sansi, falando sobre organicidade e conflitos no movimento, explicou que o Bloco, pela dimensão que tomou, é mais potente que a soma das suas organizações. E perguntado sobre a falta de rotatividade¹²⁷ nas comissões, ele apontou um “esgotamento”, temporal, do processo:

Qual era a maior das organizações [que compunham o Bloco]? O Levante? Deve ter uns 30 militantes organizados. Ou a Frente Autônoma que devia ter uns 30 no auge do movimento? Mas na hora de assumir responsabilidades políticas e perigosas são poucos... E não é uma covardia safada. É humano. As pessoas não estão a fim de ser presas, levadas por um cavalo, atropeladas. As organizações são frágeis em geral no mundo. Tu queres, e não tem ninguém para entregar o pepino na tua organização. E depois de junho, ser militante no Bloco era ser candidato à cadeia. Vamos combinar... [para de falar uns segundos aguardando o meu assentimento]. Nos últimos tempos, pessoal do PSR começou

¹²⁷ Em várias assembleias de finais do ano de 2013 e todo o 2014 foi criticada a falta de rotatividade nas comissões. Principalmente o fato de que as pessoas que compunham a Comissão de Organização eram quase sempre as mesmas e levavam “desde o início” nessa comissão que tinha muito mais poder de decisão estratégica do que as outras.

fazer crítica fracionária e nos chamar de burocratas pelo trajeto dos atos¹²⁸... Houve um esgotamento. Chegou em setembro [de 2014] e as pessoas não aguentavam mais fazer ato. Foi um aprendizado, mas esgotou, né? E a crítica pode ser feita, mas levando em consideração esses elementos de natureza estrutural, logística.

Em entrevista, Paula do PSOL me explicou que ela não tem problema nenhum com o “centralismo” nas organizações políticas:

Na nossa organização temos centralismo, mas democraticamente. Precisa de um cara responsável para fazer cada coisa acontecer. Se não tem responsáveis, o movimento se decompõe. O problema não era a comissão de organização, mas como as coisas acontecem. Se algum setor, por pensar diferente, não é chamado, por exemplo. Depois de junho [de 2013] a gente debateu isso, e na CO participou mais gente.

A respeito das limitações do Bloco, Maíra sustenta um ponto de vista muito diferente dos que defendem o Sansi ou a Paula. Para ela o principal problema não foi o medo à repressão, a falta de compromisso ou o cansaço mas a hegemonia da CO:

Para mim a grande cagada é a CO [nesse momento a Maíra tirou a camisa e ficou em biquíni no meio das árvores da Praça do Aeromóvel, diante do Gasômetro] Me pelei! Foda-se a sociedade machista! Estou brava com a sociedade machista depois de deixar o meu relacionamento ontem (...) [A CO] é a principal cagada porque tirou a horizontalidade. Depois da Ocupação na Prefeitura resolvi me afastar por causa da CO. Não é um movimento que me representa no momento que tem um grupo de entidades que pautam o movimento. Até porque a grande força das manifestações de massas se dá com os autônomos. Há uma coisa de meritocracia no Bloco... mas se estou lutando por democracia direta num país com milhões de habitantes, vou aceitar democracia representativa no movimento? Os que se consideram anarquistas e se colocam como lideranças é por falta de formação anarquista.

Porém a Maíra não enxergou só problemas internos:

Essa desarticulação do momento também é pela repressão e pelas eleições. Na Copa do Mundo, os advogados nos recomendaram, aos que somos mais perseguidos, para não participar dos protestos. Temos medo, como a Lorena manifestou numa ocasião, temos filhos. Imagina, por fumar um dia, levam o guri pra FASE... A repressão é um fantasma. A ditadura Argentina fez muito disso. Inclusive os Largos Vivos não acontecem mais, se esfriou muito com a repressão. Eu tenho duas PA, duas caixas amplificadoras de som, mas não vou levá-las pra rua pra serem estouradas à bomba, porque preciso para meu teatro de títeres. Adoro o microfone mas como é que vou ficar sem as minhas caixas?

A Maíra deixou claro como a repressão faz com que a presença física nos atos ou

¹²⁸ Em várias assembleias durante 2014, ativistas do PSR criticaram a forma de organizar as assembleias e os atos. Denunciavam que um grupo reduzido de pessoas estava decidindo tudo na Comissão de Organização e que não admitia críticas. Pela sua parte, vários componentes da CO chegaram a apontar que algumas dessas pessoas críticas podiam ser P2 (policiais infiltrados para desestabilizar e “rachar” o Bloco).

dispositivos caros como são as equipes de som não sejam facilmente utilizados e arriscados... Desta forma, a repressão limita os repertórios de ação coletiva que o movimento é capaz de desenvolver, tanto pela limitação do número de pessoas quanto pela limitação de equipamentos. Nesses períodos de refluxo o Bloco tinha dificuldades para conseguir um carro de som, por exemplo. Os companheiros do MST explicavam que o seu carro de som estava com 8 multas e os grandes sindicatos e os partidos já não tinham mais o mesmo interesse por apoiar um movimento que já não era de massas. Perguntei ao Luiz sobre o que ele pensava ser o problema principal do Bloco: seria a falta de compromisso no trabalho, a hierarquização..?

A hierarquização se resolve no aprendizado. O pessoal não é burro. Agora, o pessoal não quer pegar junto, não quer resolver e continuar refém dos partidos de merda... (...) O problema dos partidos no Brasil é que são muito engessados, reféns da estrutura. Eu sou do Partido Pirata. Tenho experiência suficiente para saber que o resultado destas eleições não faz diferença. Se quem é politizado, quem quer fazer a política funcionar não está lá, quem está lá são os corruptos, é foda. O jogo eleitoral é muito carta marcada. Mas o povo segue caindo porque não enxergam uma alternativa, o povo não é bobo.

Em 2014, vários dos ativistas que tinham ocupado a Câmara de Vereadores de Porto Alegre ocuparam o decanato da Faculdade de Direito e também a Reitoria da UFRGS. No primeiro caso, denunciavam fraude num concurso público para uma vaga de professor na faculdade de direito. No segundo, as pautas eram muito mais variadas e se referiam a todo tipo de reivindicações para melhorar as condições da universidade pública: os contratos de trabalho dos bolsistas, a manutenção e serviços das casas de estudantes, etc. Dois companheiros anarquistas que participavam da ocupação da reitoria me chamaram para ir filmar a coletiva de imprensa que convocaram para encerrar a ação. Posteriormente, o Leo me explicou como a experiência da Ocupação da Câmara foi importante para essas lutas posteriores:

Na Ocupação do Castelinho do Direito e da Reitoria, a gente¹²⁹ usou o caso da Câmara como precedente para pensar como agir. Usamos muitos argumentos da Ocupação da Câmara. Essas duas ocupações na UFRGS também acabaram em conciliação e talvez conquistando mais direitos do que na Câmara. É uma brecha jurídica que se abriu. Talvez

¹²⁹ Leo destacou que nas ocupações da reitoria e da faculdade de direito da UFRGS o SAJU como instituição não fez a defesa dos ocupantes por ser a própria UFRGS a outra parte em conflito: “teve pessoas individuais ajudando como particulares. Na reitoria não assinamos a peça embora tenhamos feito o 80% dela. No direito a fez uma colega que era do SAJU antes e no momento não era mais”.

não teve consequências concretas no transporte público e sim nas ocupações da UFRGS (...) na audiência de conciliação [da Ocupação da Câmara] a gente levou uns seis pontos exigidos pelo movimento e acabamos conseguindo dois ou três.

Isto significa que a Ocupação da Câmara ampliou o senso do possível e forneceu argumentos para novas lutas políticas no campo jurídico. Porém, Leo explicou também que há divergências sobre a idoneidade de usar a via jurídica como uma das estratégias de luta:

Pela parte da gente que ocupa existem divergências sobre se vale a pena judicializar a luta. Tem os que pensam: “Aí vai dar merda, não vamos conseguir nada”. Por medo de que a via jurídica acabe legitimando o judiciário. A minha posição pessoal é que em algumas áreas cabe um trabalho também na área jurídica. Como na Ocupação da Câmara, que houve diferentes estratégias: de ação direta, por exemplo, mas também no âmbito jurídico. Judicializar não significa que acabe a luta. A gente precisa estar organizada porque os juízes leem a mídia e os influencia, e temos os grandes grupos da mídia contra nós. Acho que no Bloco algumas lutas deram certo porque houve harmonia entre a via jurídica e a força das ruas, como foi o caso da redução da passagem.

Analisando estas tensões internas e as estratégias de futuro, Sarine propôs que o movimento precisa se abrir novamente:

No momento que exclui o PT, coloca em tensão outros grupos. Assim não chega a ser de massa. Hoje tem uma organização verticalizada. É fácil saber quem decide e quem não. Da forma como está organizado hoje, não existiria uma ocupação da Câmara. Nesse momento diversos sindicatos colocaram a cara tapa. O CPERGS tem 100 mil inscritos, o Sindibancários, 12mil. Criamos uma barreira de proteção do movimento. É comum a gente procurar apoios nos movimentos sociais. Não é uma invenção da roda. Mas o movimento precisa ser ocupado pelo movimento. A prática tem de estar mais perto dos discursos. Precisa ter mais pessoas decidindo. Mas hoje acho que os que estão mais são os anarquistas né? E alguns dos anarquistas não se entendem, não são todos amigos. Eu sou fã do Bakunin e acho uma tristeza, não era para ser assim. Tá tudo errado. [Comentei que apareceu o Bakunin nas manifestações] Sim, parece que ele foi preso no Rio de Janeiro [risos]¹³⁰.

Sobre as perspectivas futuras do movimento, o Sansi pronosticou que o Bloco não tinha se esgotado. E, apesar de que desde setembro não acontecessem assembleias do Bloco, se mostrava sabedor dos debates que havia entre os ativistas para pensar o futuro das lutas pelo transporte:

Eu sei que está havendo uma discussão de companheiros da Frente Autônoma para alternativas ao Bloco. Mas eu acho que o Bloco não esgotou. Esgotou nesse momento da Copa. Mas ele é o ator político mais importante de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. É um lugar de unidade que não pode ser aparelhado por uma única organização. É um espaço

¹³⁰ Num inquérito policial de uma manifestação pelo transporte público no Rio de Janeiro os policiais relataram ter detido o Bakunin.

filosófico, de debate político. Onde tu viu isso na história? FAG, Alicerce, cristãos, anarquistas, autonomistas em geral, trotskistas... no Rio e SP não há unidade. Não tem precedente e nós em Porto Alegre conseguimos fazer isto (...) Acho que foi um equívoco expulsar o PT. Eles iam nos trair de qualquer forma... Bah, demos um papel de vítima para eles. Como acho que não devemos, em público, criticar a organizações de esquerda. Porque tu humilha e entrega para o adversário divergências que sempre são essenciais (...) A Frente de Unidade Popular vai dos anarquistas ao burguês democrata. Todos os que pretendam lutar pela minimização da miséria. Deveríamos chamar o PSDB para discutir também. Não dá mais pra ver milhares de pessoas em Porto Alegre morando nas ruas. Devemos lutar pela redução da miséria, contra o latifúndio, pela estatização econômica. Depois da Copa não tinha o que fazer e fui ler o Manifesto Comunista. Todas as bandeiras que nos unem estão lá.

O Sansi se atreveu a imaginar quem podem ser alguns dos protagonistas da futura democracia representativa porto-alegrense:

Mesmo sem querer, no primeiro enfrentamento na Prefeitura vamos ter que nos unir, todos. Só a Frente Autônoma não vai conseguir enfrentar. Nenhuma organização sozinha vai conseguir (...) No Bloco estão os futuros dirigentes do Rio Grande do Sul e Porto Alegre dos próximos 10 ou 20 anos. Na Ocupação estão os futuros Vereadores, Presidentes... Aquilo aí é o canteiro de formação (...) Em matéria de organização política e objetivos, sou muito conservador. Enxergo as organizações como única possibilidade. A minha ação é mais próxima à FAG do que à Frente Autônoma. Ao não se submeter a nenhuma centralização e unidade de ação a Frente Autônoma perde potência. (...) pela experiência, inteligência, dedicação, etc... uma certa liderança é natural. Aí precisa uma organização que impeça esses caudilhismos. Por isso é especial o Bloco. Aquelas assembleias intermináveis... O elemento de construção dos acordos, a experimentação política. Te lembra que praticamente não votávamos? Porque éramos organizações reunidas numa espécie de construção coletiva.

Maíra defendeu que a rearticulação do Bloco tem que ser sem líderes, horizontal:

Se não, é falaciosa. Porque é um movimento popular que não deve ser pautado por organizações. Grande número de pessoas que estavam na rua não vêm de organizações e não querem ser pautadas por organizações. Temos que nos organizar em grupos de trabalho criados a partir das demandas da assembleia. Na Ocupação da Prefeitura, a CO ditava a pauta pra assembleia. Tem que ser ao contrário... A assembleia popular tem que ter uma pauta de demanda popular.

Vemos como não há um consenso sobre como o Bloco deve se organizar no futuro. As divergências estratégicas são o principal problema que identifiquei nesta dissertação. Alguns dos ativistas não vêem problema na centralização que a Comissão de Organização representa, outros pensam que esse é o principal problema do Bloco. Sobre as “rachas” ou a união entre as diferentes correntes do movimento também existem grandes divergências. Alguns dos ativistas anarquistas se sentem cansados de lutar junto com os militantes dos partidos que se afastam do Bloco quando chega um período eleitoral, por exemplo. A Lorena da FAG colocou no terceiro cine-debate que devemos ter mais

confiança nas possibilidades de anarquistas e libertários criar caminhos de forma autônoma. Outros pensam que a união das diferentes correntes que compuseram o Bloco no seu auge será inevitável e desejável quando novas agressões dos poderes públicos se façam presentes.

No final de 2014, ainda com a experiência eleitoral de outubro muito próxima, companheiros do que foi a Frente Autônoma me explicavam que estavam procurando organizar um movimento que já não levaria mais o nome do Bloco e que estaria formado só por ativistas libertários e anarquistas, “sem o pessoal dos partidos”. No início de 2015 o Bloco está se rearticulando, com a participação essencial dos setores anarquistas e libertários. Desde a página de Facebook do movimento estão chamando a assembleias e atos “unificados” para derrubar o aumento da passagem proposto pelos empresários do transporte (de 2’90 para 3’49 reais). São caminhos que vão sendo trilhados dependendo da conjuntura política de cada momento. E novos estudos serão necessários para pensar essas novas configurações.

5.5. Algumas Considerações Finais: relações e debates que ficaram depois da Ocupação

Antes de finalizar esta composição das posições, reflexões e trajetórias de algumas pessoas que se envolveram na ocupação, gostaria de expor uma série de avaliações em torno da própria ocupação e seus resultados. Das diversas análises colocadas, destaco como as divergências estratégicas são um problema político profundo no Bloco. Mas, um dos meus objetivos, ao registrar tais avaliações, é evidenciar como a ocupação é algo vivo, na medida em que é reinventada pelas diferentes interpretações sobre os seus sentidos e efeitos. Mais do que isso, porém, gostaria de evidenciar como ela é reinventada a partir de seus usos na articulação com outros movimentos e lutas ou mesmo na criação de outros coletivos políticos. Em sintonia com essa ideia, Daniela, jovem branca, militante feminista, anarquista e componente das Putinhas Aborteiras¹³¹, refletiu no terceiro cine-debate sobre a importância de pensar nas diferentes frentes políticas tratadas na Ocupação e ressaltou exatamente a dimensão criativa da mesma:

Não foi só a luta jurídica com os projetos de lei... (...) da ocupação surgiram vários outros

¹³¹ Grupo musical anarco-feminista criado durante a Ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre.

coletivos. Porto Alegre tem aumentado também o número de ocupações de casas pela moradia, espaços culturais, ocupações de rua (...) Claro, não é para pensar o efeito de forma direta mas como produziu de alguma forma esse outro âmbito político. E também não enxergo que o movimento ele diminuiu porque as pessoas não estão mais na rua da mesma forma. Eu enxergo que ele se pulverizou para problematizar outras coisas que a gente tem pautado todo dia lá. E isso não tira a importância de pautar o Passe Livre (...) Mas pensar em outras políticas que a gente tem debatido.

Nesse sentido, Daniela chamou a atenção para a luta feminista que foi desenvolvida dentro da Câmara, para as intervenções culturais, como a declamação de poesia ou as oficinas musicais, para a luta a favor do aborto livre, contra a internação compulsória, pela concepção dos banheiros unissex, pela transgressão dos “bons costumes” e a dessacralização da classe política com as fotos dos pelados na galeria das vereadoras e dos presidentes ou os cartazes sobre a tendência sexual de Jesus cristo: “é gay”.

Daniela estuda o mestrado de psicologia na UFRGS e depois da Ocupação decidiu deixar de viver na casa dos seus pais e ir compartilhar apartamento com pessoas que conheceu na Ocupação. Menciono esse aspecto – embora não possa aqui desenvolvê-lo - pois me parece que também assinala uma transformação no cotidiano da vida daqueles que participaram da ocupação. Foi Daniela que, no terceiro cine-debate, fez várias sugestões para tentar melhorar o filme. Uma das críticas foi por um título que coloquei para explicar o evento da “Defesa Pública da Alegria”. O título dizia: “Com a repressão policial contra uma certa ‘classe média’, e o Aumento da Tarifa de Ônibus, os protestos se intensificaram no início de 2013 em Porto Alegre”. Daniela criticou que fosse colocado que se tratava de pessoas de “classe média” pois esse seria o discurso usado pela mídia como a Zero Hora para deslegitimar o movimento. Isso nos levou a discutir sobre quem somos e as pautas que defendemos. Em geral, temos acordo em dizer que somos na nossa maioria pessoas brancas, de classe média, com educação superior acabada ou em curso e com marcado engajamento político. Porém, diversas pessoas questionam se isso deve ser ventilado num trabalho de difusão. Eu estou entre os que defendem que sim, pois pensamos que é bom ter consciência de quem somos, desde onde falamos e o que reivindicamos. E não só ter consciência, mas não ter medo de colocá-lo publicamente. Como falou o Sansi, velho militante da Refundação Comunista: “não é para sacanear, é preciso pensar nisso de forma revolucionária”.

Não podemos deixar de ser brancos ou negros, ou deixar de ter nascido na Catalunha, no meu caso. Concordo com o que colocou o Gabriel: “Sempre quem mais sofre é a periferia e, sobretudo, as pessoas negras (...) a nossa cor é uma defesa social”. Também concordo com o que falou o Federico: “O importante não é tanto os recursos que temos mas o que fazemos com eles”. O Sansi levantou que, certamente, a repressão policial durante o ato da “Defesa Pública da Alegria” teve tanta repercussão porque se tratava de jovens com influência política e jurídica maior do que o habitual. A Ciça, militante anarco-feminista, ainda defendeu que o fato de quase todos levarem um celular ou algum dispositivo de filmagem também ajudou a dar repercussão. Então, os nossos repertórios de ação coletiva dependem não só da nossa criatividade mas também do nosso poder para adquirir tecnologias.

Por outra parte, eu expliquei, no terceiro cine-debate, que na semana anterior, no dia 21 de Novembro de 2014, havia filmado uma Audiência Pública na Câmara Municipal, convidado pelo Grupo de Assessoria Popular (GAP) do Serviço de Assistência Jurídica (SAJU) da UFRGS. Nessa Audiência sobre Ocupações por Moradia em Porto Alegre, muitas das comunidades presentes deram relatos sobre como foram removidas rápida e violentamente pela Polícia Militar a partir de Ordens Judiciais de Reintegração de Posse. Nesse sentido, lembrei como na Ocupação da Câmara nós tínhamos a defesa de advogados das mais diversas procedências, diversos partidos políticos, associações, sindicatos, OAB, o Ministério Público e, inclusive, alguns Vereadores. Os apoios políticos e jurídicos certamente diferem quando se trata de uma comunidade pobre e quando se trata de um movimento social com ativistas amplamente relacionados política e juridicamente. Nessa mesma Audiência sobre ocupações por moradia, no mesmo plenário que foi ocupado pelo Bloco de Lutas pelo Transporte, Rodrigo Puggina, Coordenador Geral da OAB do Rio Grande do Sul, lembrou com orgulho como acompanhou e mediou durante a Ocupação da Câmara de Vereadores e como se recusou a fazer parte da CPI “da invasão” instalada pelos vereadores da base do governo para criminalizar a ocupação: “nunca participaria numa CPI desta índole”.

A Audiência Pública foi promovida pelo Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU/RS), a Campanha Despejo Zero/Porto Alegre, CDES Direitos Humanos, a ONG Acesso Cidadania e Direitos Humanos e o Grupo de Assessoria Popular da UFRGS. Entre os atores

envolvidos na Audiência, encontrei várias pessoas que participaram da Ocupação da Câmara e vários argumentos que confluem com as pautas defendidas pelo Bloco. O paradigma geral seria o “direito à cidade”, e o transporte e a moradia seriam formas de aceder à cidade. Enquanto filmava a Audiência, entre as mesas que normalmente ocupam os vereadores no plenário Otávio Rocha, que agora se encontravam vazias ou ocupadas por ONG’s e apoiadores das ocupações, recebi um panfleto onde o direito à cidade estava expresso assim:

Porto Alegre vem sendo palco de uma disputa silenciosa pela apropriação do seu território. De um lado, as pessoas e comunidades estão vendo todos os dias o direito à moradia adequada sendo violado por conta da total falta de política habitacional na cidade. As famílias se veem obrigadas a ocuparem áreas abandonadas e vazios urbanos para poderem viver, mesmo em condições, muitas vezes, extremamente precárias. Por outro lado, a cidade se vê imersa em megaprojetos urbanos de mobilidade e outros, afetando comunidades inteiras que há tempos já ocupam os territórios no traçado dessas obras. Neste cenário, milhares de pessoas são atingidas por DESPEJOS DETERMINADOS PELO PODER JUDICIÁRIO ou por políticas habitacionais insuficientes que resultam em despejos indiretos.

Muitas pessoas que participaram na Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre ampliaram o senso do possível nas suas vidas e começaram a experimentar, por exemplo, com outras possibilidades de moradia. Vários grupos de pessoas empreenderam ocupações de casas abandonadas com o fim de morar nelas e fazer delas espaços para atividades culturais. E mesmo sendo expulsas dessas ocupações urbanas em várias ocasiões, continuam ocupando e ganhando experiências inclusive enquanto a argumentos jurídicos para manter as ocupações. Assim, a história continua... Nas palavras de Maíra, que destaca o ativismo desses grupos:

Tem uma série de ocupações por moradia em Porto Alegre formadas por pessoas que se conheceram em 2013 e na Ocupação da Câmara. Por exemplo, a Casa das Bruxas na Cidade Baixa, que agora estão todos na Kuna, no antigo Tablado Andaluz da Osvaldo, ou na Ocupa Violeta, na Ramiro Barcelos.

No terceiro cine-debate também participou Seu Zé, velho morador da Vila Cruzeiro e militante do Comitê Popular da Copa, que atua contra as remoções pelo megaevento, que destacou:

Lá na Avenida Tronco está acontecendo essa remoção de umas 7mil pessoas e a gente continua nessa luta, lutando contra a prefeitura e contra os órgãos públicos em geral

porque já não acredito mais em nenhum dos órgãos, nem Ministério Público, nem Prefeitura, nem Defensoria, nem Presidência da República, nada disso fez alguma coisa em benefício dessas populações que têm seus direitos violados. Vários documentos, vários ofícios, dossiê, que a gente encaminhou para os órgãos públicos e não obteve nenhuma resposta. E eu me sinto muito orgulhoso em ter participado da Ocupação da Câmara mostrando de fato que aquela casa não estava sendo usada em benefício da população. Que nós fizemos aquele trabalho lindo, maravilhoso, onde de fato naquele momento nesses oito dias, a Câmara de Vereadores de fato trabalhou, nas nossas pautas, nas nossas reivindicações... e eu acho que nós nos devemos orgulhar bastante porque se for necessário nós vamos ocupar aquela casa novamente.

Enfim, acho que as pessoas que aparecem neste capítulo mostram bem a heterogeneidade do Bloco, as diferentes correntes implicadas e as sensibilidades diversas que necessariamente se encontram dentro das mesmas correntes. A partir do tempo e dos espaços de reflexão que compartilhei com essas pessoas, sugiro que se há alguma coisa que nos une é a inquietude para avançar na construção de um mundo mais justo, com menos miséria para os pobres e menos excessos para os ricos. Essas pessoas todas são solidárias e dedicam muito tempo das suas vidas para defender a coisa pública. Isto me parece digno de respeito e admiração.

Finalmente, acho importante destacar que as estratégias pensadas pelos ativistas do Bloco para chegar a conseguir o transporte 100% público, ou para “fazer a revolução”, são muito diversas. Nesse sentido, identifico a necessidade de debates aprofundados para ver se é possível encontrar caminhos conjuntos para desenvolver estratégias a meio prazo. Espero ter mostrado aqui um compromisso razoável com as diferentes correntes implicadas. A minha escolha estilística neste capítulo foi principalmente poder dar voz a diversos agentes do Bloco ao pensar o passado para encarar o futuro. Espero que assim possa ser lido e que dê conta de algum grau de verdade sobre este objeto. As ocupações se reproduzem e as lutas, como a vida, continuam e se transformam.

CAPÍTULO 6

Considerações finais

What makes this an ethnographic work in the classic sense of the term is that, as Franz Boas once put it, the general is in the service of the particular – aside, perhaps, from the final reflections. Theory is invoked largely to aid in the ultimate task of description. Anarchists and direct action campaigns do not exist to allow some academic to make a theoretical point or prove some rival’s theory wrong (any more than the Balinese trance rituals or Andean irrigation technologies), and it strikes me as obnoxious to suggest otherwise. I would like to think that, as a result, the interest of this book might also endure not also for those motivated by historical curiosity, who wish to understand what it was actually like to have been in the middle of these events, but to ask the same sort of questions the actors in it were raising, about the nature of democracy, autonomy and possibilities – or for the matter, dilemmas, limitations – of strategies of transformative political action (Graeber, 2009, p. xviii).

Em janeiro de 2013 diversos setores do Bloco de Lutas defendiam reduzir o preço da passagem para 2,60 reais: “2,60 já”, estava escrito numa grande faixa pendurada na escadaria de entrada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Cartazes, panfletos e faixas da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, ligada ao PSTU) e do coletivo Vamos à Luta (ligado ao PSOL) defendiam, nos campi universitários, a pauta da redução do valor da passagem a 2,60. Depois, com a força das jornadas de junho de 2013, a pauta prioritária passou a ser o passe livre. Em julho de 2013 ocupamos a Câmara de Vereadores dizendo que não iríamos sair sem o passe livre e depois rebaixamos as exigências.

As pautas e os repertórios do Bloco variam por vários fatores, um deles é a sensação de “força” e de “legitimidade”¹³² que o movimento tem sobre ele mesmo. A percepção social do que é possível e do que não é varia dependendo do contexto. Na Ocupação da Câmara, o Professor de Economia da UFRGS, Carlos Schmitt, explicou que o passe livre seria totalmente viável: “temos que começar a pensar em taxar as grandes fortunas, coisa que já está na legislação mas não acontece na prática”. Depois da

¹³² Força e legitimidade são categorias nativas. A força e a legitimidade dependem, em primeira instância, da quantidade de pessoas que participam das assembleias e dos atos. Outra categoria usada pelos ativistas para se referir à capacidade de trabalho do movimento é “temos perna” ou “não temos perna” para fazer isto ou aquilo. Como a palavra indica, a “perna” que se tem é proporcional à quantidade de ativistas dispostos a trabalhar nas pautas ou a “fazer o bagulho acontecer”.

Ocupação, o jornal conservador Zero Hora entrou em delírio e publicou depoimentos de diversos especialistas defendendo a viabilidade do Passe Livre. O Prefeito Fortunati rapidamente se pronunciou contra o Jornal e qualificou as demandas do Bloco de utópicas e imaturas. Por que este desespero para dizer que o Passe Livre não é viável?

Exigir coerência e consistência em pontos estrategicamente selecionados nos quais o sistema não consegue se manter coerente e consistente é uma forma de pressionar o sistema como um todo. Em outras palavras, a arte da política reside em insistir em uma determinada demanda que, embora completamente “realista”, perturba o cerne da ideologia hegemônica e implica uma mudança muito mais radical, ou seja, que embora definitivamente viável e legítima, é de fato impossível. Era este o caso do projeto de saúde universal de Obama, razão pela qual as reações contrárias foram tão violentas (Zizek, 2013).

Para além da heterogeneidade de pautas, pessoas e ideologias que compuseram as grandes manifestações de junho de 2013, coloquei o foco no Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, porque me pareceu um movimento que, não só levantou críticas contra os agentes do Estado, mas também se propôs a pensar, e trabalhou construindo, o que queria: lutar pelo transporte 100% público na cidade de Porto Alegre. Uma demanda que, “embora completamente realista, perturba o cerne da ideologia hegemônica”, como disse acima Zizek (2013).

Por outra parte, o Bloco também é um movimento heterogêneo que, como qualquer outro movimento político, alberga limitações e contradições. A tensão entre a criação de formas de democracia direta e a diferenciação de representantes políticos também se encontra dentro do Bloco. Dialogando com diversas fontes e trazendo elementos do meu diário de campo, tentei construir algumas cenas etnográficas visando compreender melhor esses processos (suas práticas, dispositivos, repertórios de ação coletiva) e essas disputas dentro e ao redor do Bloco de Lutas.

Os ativistas do Bloco denunciam que o momento escolhido para aumentar o preço da passagem sempre é no início do ano, quando a maioria de estudantes e muitos trabalhadores estão de férias. Porém, os setores mais organizados dentro do Bloco de Lutas têm conseguido, em 2012, 2013, 2014 e 2015, se organizar já desde janeiro para lutar contra os sucessivos aumentos das passagens. Nas “Jornadas de junho”, -as grandes manifestações de 2013-, muitas pessoas falaram que “o Brasil acordou”. No caso do Bloco de Lutas, grande parte dos ativistas que ocuparam a Câmara de Vereadores de Porto

Alegre estão, há muito tempo, acordados politicamente e aprendendo na construção de lutas, em âmbitos diversos: a Massa Crítica (o movimento “das bikes”), a Defesa Pública da Alegria que tirou o Tatu da Copa do Mundo, a ocupação em defesa das Árvores do Gasômetro, o Comitê Popular da Copa, o MST, a Frente Quilombola, as assembleias de estudantes, as bases de diferentes partidos políticos, a FAG, o Caracol Libertário¹³³, os Encontros dos de Baixo, a Feira do Livro Anarquista¹³⁴, diferentes grupos de artistas ativistas (músicos, atores, cineastas), e assim por diante. Conforme me explicou o Onir, advogado de cerca de 55 anos, negro, um dos antigos militantes do PT que, insatisfeito com a situação do partido, o abandonou para continuar tocando as lutas sociais:

O Bloco de Lutas já estava coordenado desde muito antes de 2013. Não dá para pensar que começou tudo agora. Nós, da Frente Quilombola, nos organizamos com outras organizações de base em Porto Alegre desde faz muito tempo e agora confluímos de uma forma mais clara, mais regular, no Bloco de Lutas.

No depoimento do Onir entende-se que uma parte das organizações e pessoas que formaram o Bloco, sim, estavam realizando atividades conjuntamente, desde antes de 2013. Seria o caso da Frente Quilombola, o Assentamento Urbano Utopia e Luta, o Moinho Negro ou a Federação Anarquista Gaúcha, por exemplo. Onir destaca a questão da regularidade na luta conjunta no Bloco. A Frente Quilombola começou a participar regularmente nas assembleias e atos do Bloco de Lutas a partir da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. No mesmo dia 10 de julho, a Frente Quilombola estava ocupando o INCRA junto com membros das lutas indigenistas. No INCRA reconheci, por exemplo, o Roberto, do Centro Indigenista Missioneiro¹³⁵. No segundo ou terceiro dia, a Frente Quilombola se uniu à Ocupação da Câmara de Vereadores.

Quando se sai do “palco” dos eventos de protesto de junho de 2013 para os “bastidores”, identifica-se claramente a intervenção ativa de organizações, redes e indivíduos das mais

¹³³ O nome faz referência às “caracolas” revolucionárias do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN, México).

¹³⁴ Em 2014 celebrou a sua quinta edição.

¹³⁵ Em 2014 o Eduardo, companheiro das Ciências Sociais da UFRGS, e eu entramos em contato com o Roberto para organizar um cine-debate sobre o reconhecimento de terras indígenas na região das Missões. O Roberto propôs o Assentamento Urbano Utopia e Luta como local para realizar o cine-debate e convidou o Onir da Frente Quilombola, que foi um dos participantes mais ativos do debate, junto com o Professor José Otavio Catafesto da UFRGS. Chamou-me a atenção como estas redes de contatos são acionadas continuamente.

diversas posições políticas que atuam – há vários anos, em alguns casos como estruturas de mobilização (Silva, 2014, p. 12).

Talvez a principal novidade que o Bloco aportou à cena política porto-alegrense foi a reunião de uma pluralidade de organizações de esquerda que não costumam realizar as suas lutas conjuntamente, somando diversos partidos políticos colocados à esquerda do PT (PSOL, PSTU, PCB, etc.), e inclusive o mesmo PT. Esta união foi uma das chaves que possibilitou a histórica ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre durante oito dias. Nos processos de ação coletiva descritos há um esforço por conviver, ou se tolerar, pessoas de correntes políticas muito diversas. Na Ocupação da Câmara também foram bastante habituais os xingamentos, mas prevaleceu o esforço por procurar os pontos de encontro e evitar as rachaduras.

As experiências de ação coletiva descritas nesta dissertação levam a transformações que são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas. Estas transformações foram apontadas por vários ativistas do Bloco como uma das grandes potencialidades dessas experiências, tornando a própria ocupação uma espécie de organismo vivo que se reinventa a cada novo coletivo que dela se alimenta ou a cada interpretação que a compõe. Ciça, jovem branca e ativista anarco-feminista, refletiu sobre esta questão no terceiro cine-debate com o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”:

A gente vê que todo o mundo individualmente passa por um processo que não é só meu, né? Que é coletivo... e vivencia coisas. Vendo esse documentário me surgiu varias sensações, acredito que em todo o mundo, né? De vivências que a gente teve e que isso vai se reproduzindo, né? Isso vai se multiplicando nas relações pra fora da Câmara, pra todos os espaços que a gente está inserido, né? E acho que é algo que não é do racional e que por isso é mais difícil de ser cooptado, né? Então, essas coisas que a gente viveu, a pauta do transporte pode ter sido cooptada mas as coisas que a gente viveu na pele isso nenhum partido ou nenhum empresário vai conseguir tomar de nós. Isso vai seguir nos nossos corpos e vai seguir se multiplicando nos espaços políticos que a gente vive, né? Ou seja, em todos.

É claro que esta dissertação acaba gerando mais perguntas do que respostas. A intenção não é chegar a grandes conclusões, mas contribuir a entender e a pensar a natureza das idéias de democracia em disputa, a autogestão e as possíveis estratégias de ação política transformadora. E, também, os nossos dilemas, tensões e limitações. Nildo Avelino (2013) se pergunta como será possível defender as energias liberadoras que foram desencadeadas pelas grandes manifestações do mês de junho. Como garantir que essas

energias escapem aos processos de sedentarização e de imobilismo de partidos, sindicatos, instituições e do Estado?

Arriscando uma resposta, diria que para continuar nomadizando os espaços, os revoltosos de junho deverão saber fazer duas coisas: de um lado, deverão saber *parar sem perder a velocidade*, isto é, transformar o movimento em intensidade para que sua próxima reaparição em cena seja mais uma vez turbilhonar. E, de outro lado, deverão saber continuar suas lutas pontuais sem incorrer nas estruturas oligárquicas e burocráticas dos partidos e das instituições do Estado. Em outras palavras, deverão continuar sendo como os “seres imprevisíveis” de que fala Nietzsche: aqueles que “vêm como o destino, sem motivo, razão, consideração, pretexto, [que] surgem como o raio, de maneira demasiado terrível, repentina, persuasiva, demasiado “outra”, para serem sequer odiados” (Nietzsche 1988, apud Avelino, 2013¹³⁶).

Durante a minha pesquisa no Bloco de Lutas, me deparei com o fato de que quando chegou o tempo das eleições, muitos dos companheiros que faziam parte de partidos e queriam concorrer ou apoiar os seus candidatos sumiram do Bloco. Então, acabei sentindo-me mais próximo das companheiras que continuaram nas lutas pelo transporte, ou contra a Copa do Mundo, mesmo em período eleitoral. O livro “Para mudar tudo. Um chamado anarquista” (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d) explica que anarquistas se opõem a toda forma de hierarquia –toda prática que concentra poder na mão de poucas pessoas, todo mecanismo que nos põe distantes de nosso potencial.

Contra os sistemas fechados, apreciamos o desconhecido frente a nós, o caos interior através do qual somos capazes de ser livres (...). Quando vemos o que todas as diferentes instituições e os mecanismos de dominação têm em comum, torna-se claro que nossas lutas individuais são também parte de algo maior que nós, algo que pode nos conectar. Quando nos unimos em torno dessa conexão, tudo muda: não apenas nossas lutas, mas também nosso senso de potencial de agir, nossa capacidade de desfrutar, a sensação de que nossas vidas têm sentido. Tudo o que precisamos para nos encontrar umas com as outras é começar a agir de acordo com uma lógica diferente (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d, p. 45).

Entendo que o Bloco de Lutas protagonizou, desde inícios de 2013 até as eleições de outubro de 2014, uma mudança nos tempos e nos usos dos espaços que condicionaram as vidas de muitos cidadãos porto-alegrenses. O fato de organizar atos semanais foi um dos grandes esforços do Bloco. Mas, a partir da Ocupação da Câmara, identifiquei também a vontade de construir sobre o papel um projeto de transporte público

¹³⁶ Ver: Avelino, Nildo. As revoltas de junho no Brasil e o anarquismo. In: <https://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/17/as-revoltas-de-junho-no-brasil-e-o-anarquismo/> Consultado o 10 de dezembro de 2014.

para a cidade de Porto Alegre. Vários ativistas do Bloco apontaram que a tática da Ocupação permitiu “sentar” e ampliar o “acúmulo político” a partir de diversos projetos de lei. Outros também apontaram que os projetos de lei não eram um fim neles mesmos, mas dispositivos para estabelecer um diálogo com a população e avançar no projeto do transporte 100% público.

Nesse sentido, parece-me que a tática do Bloco se diferencia da tática do EZLN¹³⁷, por exemplo. Os zapatistas procuram criar zonas autônomas auto-geridas, a sua prioridade não é confrontar ou conquistar o poder do Estado. Diferentemente, o Bloco apresenta como a sua prioridade a luta contra os diversos governos, especialmente o confronto com o governo municipal visando a consecução de um transporte 100% público para toda a cidade de Porto Alegre. Esta questão deve ser matizada porque, como vimos, o Bloco, sim, criou as suas próprias normas durante a Ocupação da Câmara, por exemplo. Mas justamente confrontando um dos espaços “sagrados” da democracia representativa: o legislativo.

Durante a ocupação da Câmara foi feita toda uma discussão sobre as liberdades sexuais e o pretenso laicismo do Estado brasileiro. Essa nova moral parte da premissa do empoderamento dos cidadãos em suas sociabilidades diárias, não desejando que a experiência política e a gestão do urbano e do bem público tenham um tempo, templos e sacerdotes apartados da experiência social, mas que sejam intrinsecamente vividas e vividas no próprio seio da sociedade civil, que é múltipla, é multidão (De Bem, 2014, p. 42).

No último dia da Ocupação da Câmara, a Eliete, jovem branca componente da FAG, opinava que os dias da Ocupação nos trouxeram uma unidade que iria ser muito difícil de quebrar: “os vereadores tentaram nos dividir, a mídia burguesa tentou, e não conseguiram”. Meses depois, em 2014 vimos que as divergências estratégicas e os interesses eleitoreiros pesaram mais do que essa unidade. Porém, no início de 2015, com o anúncio da vontade dos empresários de aumentar a tarifa para 3,49 reais, diversas iniciativas surgiram para retomar-se às lutas pelo transporte. Vários setores que compunham o Bloco de Lutas no passado organizaram eventos e assembleias por separado mas, através da página de Facebook do Bloco, o núcleo de ativistas anarquistas que administra a página já chamou para várias assembleias e atos “unificados”. Conforme defendido por Marcelo Kunrath Silva (2014), professor de sociologia na UFRGS:

¹³⁷

Ver: Gennari, Emilio. EZLN. Passos de uma rebeldia. Expressão Popular, 2010.

Observou-se um deslocamento (maior ou menor conforme as especificidades dos contextos locais) do quase monopólio das organizações sociais e políticas na estruturação das mobilizações contestatórias. Assistiu-se, assim, à emergência de indivíduos e grupos articulados através das redes sociais como agentes ativos em diferentes etapas dos protestos: proposição de ações, mobilização de participantes, difusão de informações, estabelecimento de pautas, interpretação dos eventos, entre outras (...). Por fim, durante a fase de declínio do ciclo de protestos, desde o mês de julho até os dias de hoje (...) observa-se um refluxo quase total do público mobilizado exclusivamente pelas redes sociais (Silva, 2014, p. 16-17).

Silva (2014, p. 16) aponta que determinados repertórios de ação, como a organização de uma greve geral, tendem a apresentar certas demandas organizativas que as redes sociais não fornecem. Uma dessas demandas seria a confiança, que tenderia a ser problemática para uma parcela significativa das relações fundadas apenas nas interações mediadas pelas TICs. Concordo com Silva (2014, p. 18) quando defende que o alcance das mudanças que se produzem com as TICs, as relações entre lógicas tradicionais e inovadoras de ação, o papel das organizações sociais e políticas neste novo contexto e os efeitos nas formas de engajamento militante ainda são questões em aberto.

Diversos ativistas do Bloco falaram de outras demandas organizativas que as redes sociais não fornecem: o engajamento e a perseverança, por exemplo. Por outra parte, é necessário analisar as hierarquias na gestão dos dispositivos de organização online dos movimentos sociais. Essas páginas têm administradores¹³⁸ que podem, por exemplo, banir usuários, e, muitas vezes, são os únicos que podem publicar nas páginas, chamar para eventos, etc. Em algumas ocasiões constatei como esses administradores chamaram para eventos ou publicaram posicionamentos em nome do Bloco de Lutas sem ser, esse, um encaminhamento tirado em assembléia do Bloco. Cabe a estudos futuros abordar com mais profundidade tais questões.

No filme “Morar na Casa do Povo” vemos como, por uma parte, o Bloco de Lutas amplia o “senso do possível”, morando durante oito dias na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e só saindo a partir de uma Audiência de Conciliação, onde todas as partes

¹³⁸ No caso das páginas de Facebook do Bloco alguns desses administradores são conhecidos. Dois faziam parte da Comissão de Comunicação, alguns outros eram da Comissão de Organização. A maioria eram próximos aos setores anarquistas, entre eles a companheira que fundou a página do Bloco e que podia decidir quem entrava como administrador e quem saía. A questão de informar e debater sobre quem administrava as páginas do Bloco foi colocada abertamente em algumas assembleias mas nunca se chegou a debater com profundidade e deliberar na assembleia. Eram pessoas da comissão de organização quem controlava essa questão.

em conflito cederam pouco ou muito. Por outra parte, tanto antes quanto depois da Ocupação, aparece na terceira versão do filme a repressão generalizada que o movimento sofreu por parte da polícia. O momento mais evidente, mostrando o “estado de exceção”, é quando no final do filme vemos como a Avenida Borges de Medeiros é uma festa da torcida holandesa percorrendo o “Caminho do Gol”, em direção ao estádio Beira Rio, onde a sua seleção competia na Copa do Mundo de 2014. E, a poucos metros, no mesmo dia, na Avenida João Pessoa, o Bloco de Lutas saiu em manifestação desde a Praça Argentina e foi impedido de se manifestar. A Polícia Militar, numa proporção aproximada de dez militares por manifestante, fechou todas as ruas ao redor da Praça Argentina e, quando a manifestação ascendeu a Avenida João Pessoa, a PM lançou seis explosivos no início da marcha, ferindo diversas pessoas que estávamos filmando e, também, alguns manifestantes¹³⁹. O ferimento ficou por um tempo na minha perna como uma lembrança desse dia.

Mais uma vez parece se confirmar a tese do filósofo Giorgio Agamben (2007): a lógica da exceção é consubstancial à política moderna. Nesse caso, interpretando as palavras de Agamben, os manifestantes seriam uma forma de “zoé” (vida nua, reprimível) e os torcedores holandeses seriam “bios” (vida socialmente qualificada). Em janeiro de 2015 tivemos notícias de novos indiciamentos de ativistas do Bloco e da primeira condenação de um companheiro do Bloco, que foi condenado a um ano e meio de prisão por enfrentamentos ocorridos num protesto diante da Prefeitura em abril de 2013, tendo sua pena transformada em prestação de serviços à comunidade. Fassin (2011) também proclama a violência ordinária e soberana das forças da ordem e convoca ao seu debate público. O Bloco, pela sua parte, pediu insistentemente o fim da Polícia que recorda os tempos da ditadura militar:

*Não acabou
Tem que acabar
Eu quero o fim
Da Polícia Militar*

*Não acabou
Tem que acabar
Eu quero o fim
Dos processos por lutar*

Espero que esses elementos também possam ser apreciados na presente

¹³⁹ Esse dia realizei o vídeo “Violado o direito de protestar em Porto Alegre” que em poucas horas recebeu mais de 4000 visualizações. Pode ser consultado na conta de Vimeo da Antropo TV, no canal “Sobre o Bloco de Lutas” ou no meu canal pessoal no Youtube: <https://vimeo.com/channels/730047>

dissertação, que ela possa ser entendida como uma espécie de convocação ao debate público sobre as formas de luta política, mas também sobre as formas de violência institucionalizadas nos aparatos de controle policial e jurídico no Brasil. Quero destacar aqui a peculiaridade da Ocupação enquanto repertório de ação coletiva que permite pensar e praticar uma quantidade muito maior de questões políticas quotidianas. Morar oito dias seguidos juntos é muito diferente do que caminhar quatro horas seguidas pelo centro da cidade e depois seguir caminhos diferentes. Numa Ocupação é preciso lidar de uma forma muito mais aprofundada com tarefas cotidianas como limpar, lavar ou cozinhar. Ocupando e morando juntas abordamos questões de gênero, cor, afeto, sexo, religião, saúde, educação, arte, moradia, logística, economia, classe social, geração, etc. Estas questões são fundamentais na hora de construir alternativas políticas integrais. Neste sentido, destaco a potência das Ocupações como uma espécie de laboratório integral para fomentar a construção de uma sociedade diferente, mais respeitosa com as nossas diferenças, mais combativa com as nossas desigualdades e que enfrente as nossas próprias contradições, a distância existente entre as nossas idéias e as nossas práticas. E, concluindo, coloco novamente a necessidade de estabelecer debates aprofundados sobre estratégias políticas horizontais com objetivos a meio prazo.

Finalmente, em consonância com a antropologia compartilhada e as camadas de autoria defendidas nesta dissertação, acabo a montagem deste trabalho citando seis fontes. Três delas são pessoas que viveram diretamente as cenas etnográficas analisadas aqui. A ética pública, a preocupação por construir um mundo mais justo, é um dos fluxos mais potentes que perpassa estas pessoas. Em sintonia com elas, espero que esta dissertação seja um instrumento para que tais elementos possam ser reinventados e multiplicados.

Quando a polícia chega em um protesto, a primeira pergunta que ela faz é: “Quem é o líder/organizador?” – não porque a liderança é algo essencial para a ação coletiva, mas porque ela expõe uma vulnerabilidade para um grupo. Os invasores europeus fizeram a mesma pergunta quando eles chegaram no chamado Novo Mundo: sempre que encontravam lideranças identificáveis, isso facilitava o processo de dominação de um povo (CrimethInc Ex-workers Collective, s/d. p. 31).

A não violência é ineficaz (...) A não violência é racista (...) A não violência é estatista (...) A não violência é patriarcal (...) A não violência é tática e estrategicamente inferior (...) A não violência é ilusória (...) A Alternativa: possibilidades para o ativismo revolucionário (Gelderloos, Peter, 2011, p. 5).

Concebemos o poder popular como um modelo generalizado de poder pautado na autogestão e estabelecido pelas classes oprimidas em relação às classes dominantes, o qual fornece as bases para uma nova sociedade. O poder popular, assim concebido, visa a supressão do capitalismo, do Estado e das relações de dominação de maneira geral, substituindo-os por uma nova estrutura de poder, estabelecida a partir dos locais de trabalho e de moradia; só pode consolidar-se, portanto, por meio de um processo revolucionário. Opor nosso projeto de poder popular à dominação implica, obrigatoriamente, um combate árduo contra as forças sociais mobilizadas, fundamentalmente, pelas classes dominantes. Em meio à luta de classes, que caracteriza o sistema de dominação em que estamos inseridos, temos uma posição muito clara de, como parte das classes oprimidas – já que compreendemos o anarquismo como uma ideologia das classes oprimidas –, impulsionar um processo que conforme a capacidade de realização dessas classes em força social e, a partir de sua intervenção como movimentos populares, consiga impor nossa força às classes dominantes, acabar com a dominação e estabelecer esse poder popular, pautado na autogestão generalizada. O poder popular deve, portanto, ser edificado pela força dos oprimidos, a partir da comunhão de certos princípios, irmanados solidariamente em sua diversidade e com um mesmo objetivo (Coordenação Anarquista Brasileira –CAB-, “Nossa Concepção de Poder Popular”)¹⁴⁰.

Essa nova economia moral (e política), ainda está em gestação, mas, durante os eventos que aqui tentamos compilar etnograficamente, tivemos vislumbres do que ela pode ser e do que ela não é mais. Essa outra moral tende mais a horizontalidade entre os protagonistas, enfraquecendo os processos hierárquicos, buscando combater também o racismo e o sexismo. E nesse sentido, a participação significativa de negros e mulheres nas passeatas, assembleias e na ocupação é prova desse processo, bem como a incorporação de pautas relacionadas aos coletivos indígenas e quilombolas tanto em forma de solidariedade, quanto pragmaticamente em artigos da lei do Passe Livre, que prevê isenções aos membros dessas coletividades residentes em Porto Alegre (De Bem, 2014, p. 42).

Tive contato com muitos artistas de rua, pessoas que inventam mundos, inventam possibilidades de vida. Conheci também pensadores da rua, pessoas que sondam outras maneiras de existir, de pensar, de sentir, de viver outros universos (...) Por tudo que nunca tive a possibilidade de fazer e agora fiz [ele começou a tocar um instrumento a partir das ocupações urbanas temporárias], fico feliz. Estamos construindo o resto. Tudo foi aprendido. Estamos (des)governando os espaços públicos. OCUPAR É A PALAVRA DE (DES)ORDEM (Kunslar, 2012, p. 152).

Eu acho que é isso, né? Dos ganhos não palpáveis, porque se for pensar o negócio que a gente conseguiu foi muito extraordinário sabe? Botar vários grupos muito diferentes, né?, que por vezes se digladiam assim, né? E naquele espaço aí construiu junto, e construiu sem policia, sem patrão, sem uma hierarquia, né? Através das organizações, dos gt's, né? E que a gente pode ver na vivência diária, no acordar, no dormir, como a autogestão é possível, né? A gente vivenciou isso, a gente sabe que isso pode mesmo acontecer de fato, a gente viveu isso. Eu lembro a gente dizer para as senhoras da limpeza: “não, hoje é o dia de folga de vocês. Hoje é a galera que vai fazer”, e de fato, né? E acho que o mais potente disso foram os encontros que se deram, as aproximações que se deram a partir desse espaço. Para nós foi um espaço muito importante porque a partir dali surgiram As Putinhas Aborteiras e aí, ironicamente, hoje essa mesma instituição faz uma menção de repúdio a nós, né? O lugar onde a gente nasceu, né? Hoje... Acho que até isso é um fato positivo, né? E eu sinto que todo o mundo tem, como ele falou [como o Sansi, da Refundação Comunista, falou] um pouco desse saudosismo, um pouco de querer reviver isso de novo, e

eu não sei quê que falta pra gente começar a repensar isso, e repetir de outras formas isso que se deu, que é visto como positivo, né? Então, quê que falta pra gente voltar a pensar nesses espaços, né?, como estratégia política. Sabendo que também vem um contexto de possível aumento das passagens e o quanto a gente não percebe a ocupação como uma estratégia potente (Ciça no 3º cine-debate, 27.11.14).

Pequena cronologia parcial¹⁴¹

1994

Norte-América

janeiro Entra em vigor o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)¹⁴² e ao mesmo tempo começa a rebelião Zapatista. O levantamento do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) em Chiapas começou com uma surpreendente ofensiva militar que levou, brevemente, para a apreensão da capital de Chiapas, San Cristobal de las Casas. Os Zapatistas, porém, passaram rapidamente de ser uma força ofensiva a ser uma defensiva, criando uma série de comunidades autônomas auto-governadas, buscando aliados internacionais, e promulgando políticas de ação direta, experimentação democrática, e uma nova aproximação à revolução que converge com a tradição anarquista na sua recusa das tentativas tradicionais de transformação através da apreensão do poder estatal.

1997

Espanha

agosto Os zapatistas organizam o segundo “Encontro Internacional Para a Humanidade e Contra o Neoliberalismo” que acaba com uma chamada para criar uma rede internacional, com o nome de Ação Global dos Povos (PGA)¹⁴³, primeiro consistiu na união entre os agricultores brasileiros do Movimento dos Sem Terra (MST), da Associação dos Agricultores Índios do Estado de Karnataka (KRRS, um movimento Gandhiano de ação direta baseado nas massas), grupos anarquistas ou inspirados no anarquismo como Ya Basta! na Itália e Reclaim the Streets no Reino Unido, e diversos movimentos indígenas e camponeses e sindicatos radicais.

1999

Seattle

30 nov. “N30” ações contra o encontro ministerial da Organização Mundial do

¹⁴¹ Esta cronologia amplia a “Cronologia parcial” do livro “#protestos. Análises das ciências sociais” organizado por Antonio David Cattani, Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014, p. 103-107. A cronologia do livro organizado por Cattani descreve eventos relacionados com as lutas pelo transporte público no Brasil entre agosto de 2003 e julho de 2013. Por outra parte, utilizo a cronologia construída por Graeber (2009, p. xii-xvii) para relacionar os eventos dos últimos anos pelo transporte público no Brasil com uma série de movimentos sociais acontecidos em diferentes partes do mundo, conetados mundialmente, com coisas em comum entre eles mas também com as suas diferenças. A cronologia criada por Graeber recolhe eventos acontecidos entre janeiro de 1994 e novembro de 2003. Finalmente, convido para que outras pessoas ampliem esta cronologia fragmentaria.

¹⁴² North American Free Trade Agreement (NAFTA).

¹⁴³ Peoples’ Global Action (PGA).

Comércio (OMC), um dos dias de ação internacional proposto pela Ação Global dos Povos. A ação foi muito planejada mas pegou de surpresa à mídia das grandes corporações que viu isso como o nascimento de um novo movimento. Seattle viveu grandes divisões entre os membros da recém criada Rede de Ação Direta, manifestantes não violentos que bloqueavam o acesso ao hotel onde o encontro ministerial ia ter lugar, e participantes de um pequeno “Black Bloc”, formado principalmente por anarquistas e ecologistas radicais, que tinham uma interpretação mais militante da não violência, e quem, após a polícia começar a atacar os manifestantes, começou uma campanha de baixa intensidade com alvo na destruição de propriedade contra símbolos do poder corporativo (sobretudo vidraças). As manifestações impediram as reuniões da OMC.

2000

Washington DC

16 abril “A 16” ações contra a reunião do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Embora com menos sucesso tático do que em Seattle (as reuniões não foram canceladas), A16 marca o começo de uma aproximação entre os organizadores da Rede de Ação Global e o autônomo Bloco Revolucionário Anti-Capitalista – o Black Bloco montado para a ocasião.

Porto Alegre

22 abril Ação Direta contra o relógio da comemoração dos 500 anos da colonização europeia da América situado perto da Usina do Gasômetro e financiado pelo grupo de comunicação RBS. Os ativistas anarquistas e de outras frentes da esquerda porto-alegrense incendiaram e destruíram parte do relógio gigante que comemorava “o descobrimento”, denunciando a colonização e massacre dos povos originários.

2001

Porto Alegre

25-30 jan. Celebração do primeiro Fórum Social Mundial (FSM). Originalmente concebido como uma alternativa ao Fórum Econômico Mundial (FEM) – uma espécie de piquenique e reunião dos burocratas globais, usualmente celebrada em Davos, Suíça – O FSM se converteu rapidamente no centro intelectual do movimento global contra o neoliberalismo, com milhares de organizações e indivíduos participando em centenas de sessões.

2003

Salvador

agosto Revolta do Buzú.

2004

junho

Florianópolis

Revolta da Catraca.

2005

jan./fev.

Porto Alegre

Criação do Movimento Passe Livre durante o Fórum Social Mundial.

2011

No mundo

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito tempo não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia, no Egito, na Líbia e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no final do ano até mesmo a Rússia. Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional¹⁴⁴. O M12M, Movimento 12 de Março ou Geração à Rasca, em Portugal também surge “no bojo da aguda crise financeira que atinge o núcleo orgânico do capitalismo global desde 2008¹⁴⁵”.

No Brasil

Não teve movimentos da mesma magnitude que os de outros países, mas se mobilizaram setores da juventude e de excluídos sociais, alvos, em 2011, de uma sistemática repressão policial, desde as marchas da maconha em São Paulo e da entrada de tropas de choque na USP até a expulsão dos moradores do Pinheirinho e dos projetos higienistas no centro das capitais.

Porto Alegre

nov. 2011-
abril 2012

“Ocupa Poa” na Praça da Matriz. Alguns ativistas que participaram nesta ocupação junto com o Movimento Passe Livre, e outros coletivos e pessoas, formaram o Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público de Porto Alegre.

¹⁴⁴ CARNEIRO, Henrique. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. IN: OCCUPY. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 7.

¹⁴⁵ ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? IN: OCCUPY. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 31.

2012

Porto Alegre

fevereiro
fev./mar. Criação do Bloco de Lutas pelo Transporte Público.
Intensos protestos contra o aumento da tarifa dos ônibus urbanos.

Natal

agosto Protestos contra o aumento das passagens – revogado no dia 6 de setembro.

Porto Alegre

3 out. Protestos contra a privatização do Auditório Araújo Vianna. Ação Direta contra lata inflável da Coca-Cola.

4 out. Protestos contra a privatização dos espaços públicos representada pela instalação do boneco da mascote da Copa do Mundo 2014, com propaganda da Coca-Cola. Nos dias seguintes, protestos contra a violência policial.

28 dez. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) solicita informações à Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) a respeito do cálculo utilizado para verificar o Percurso Médio Mensal (PMM) dos ônibus – que influi no reajuste da tarifa. A solicitação atendia pedido do Ministério Público de Contas que, após uma inspeção especial realizada nas contas da EPTC, havia verificado que a prefeitura computava a frota de reserva de ônibus no cálculo.

2013

Porto Alegre

7 jan. EPTC responde a questionamentos do TCE-RS afirmando que cálculo do PMM ocorre de acordo com o que determina a legislação municipal.

21 jan. Manifestantes realizam primeiro protesto de rua no centro de Porto Alegre contra o aumento da passagem.

29 jan. TCE-RS emite medida cautelar determinando que a EPTC revise o modo como calcula o aumento da tarifa de ônibus em Porto Alegre. O conselheiro Iradir Pietroski, relator do processo, seguiu a orientação do Ministério Público de Contas, que observou que a empresa não pode considerar a frota total de veículos para reajustar a passagem.

Estudantes realizam segundo ato contra o aumento da tarifa.

6 fev. A derrubada de dezenas de árvores na Praça Julio Mesquita, próximo à Usina do Gasômetro, para ampliar avenida para a Copa 2014 causa revolta entre moradores. Jovens sobem em árvores para impedir novos cortes. O prefeito José Fortunati (PDT) declara à imprensa que “as pessoas não utilizam essas árvores”.

7 fev. Centenas de pessoas protestam em frente à Usina do Gasômetro contra o corte das árvores. Após bloquearem a avenida, os manifestantes se dirigem

- à Prefeitura, onde depositam ramos das árvores derrubadas.
- 15 fev. Sindicato das Empresas de Ônibus de Porto Alegre protocola na prefeitura pedido de 14'85% de reajuste, que elevaria a tarifa de 2'85 para 3'30 reais.
- 18 fev. 3º ato do Bloco de Lutas pelo Transporte Público.
- 3 mar. 4º ato.
- 14 mar. Protestos.
- 21 mar. Novos protestos.
Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU) aprova elevação da tarifa para 3'06 reais. No mesmo dia, o vice-prefeito Sebastião Melo (PMDB) sanciona a aprovação e fixa o valor em 3'05 reais, resultando num reajuste de 7'02%.
- 22 mar. Pequeno grupo de manifestantes realiza ato em frente à Prefeitura.
- 25 mar. Passagem de ônibus aumenta de 2'85 para 3'05 reais.
Estudantes realizam novo protesto, trancando, durante cerca de quatro horas, a avenida Ipiranga, em frente à PUCRS.
- 27 mar. Manifestantes realizam outro protesto contra o aumento da passagem. Tentativa de ingresso no prédio da prefeitura gera conflito com a Brigada Militar no início do ato. Ativistas marcham até o Palácio da Polícia para exigir a libertação de manifestante que foi detida pela Guarda Municipal dentro da prefeitura.
- 1º abr. Prefeito José Fortunati recebe grupo de entidades estudantis – convocado pela União Estadual de Estudantes (UEE-RS, comandada pelo secretário-adjunto da Secretaria Municipal da Juventude, Arthur Veiga, do PTB) – para debater o aumento da tarifa.
Novo protesto reúne de quatro mil (de acordo com a Brigada) a dez mil (de acordo com manifestantes) pessoas nas ruas de Porto Alegre contra o aumento da passagem.
- 4 abr. Em decisão liminar na ação movida pelos vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, do PSOL, o Tribunal de Justiça do RS revoga o aumento da passagem de ônibus, que volta a custar 2'85 reais.
- 1º maio Manifestações do Bloco de Lutas.
- 29 maio Em operação na madrugada, a polícia militar prende 27 manifestantes que acampavam desde 17 de abril no entorno da Usina do Gasômetro para proteger as 115 árvores marcadas para corte. Com a área isolada e sem acesso da população, agentes da Prefeitura derrubam as árvores.
Em protesto, centenas de manifestantes fazem ato em frente à Prefeitura no início da noite. A manifestação segue por algumas ruas do Centro Histórico, bloqueando o trânsito na área.
- junho A sede da Federação Anarquista Gaúcha (FAG) foi revistada, com apreensão de materiais de propaganda da organização. Sete ativistas do Bloco de Lutas receberam oficiais de Justiça em suas casas com uma mesma intimação: dez dias para que apresentassem um advogado para dar início a um processo contra eles. As acusações: constituição de milícia privada; dano qualificado; emprego de artefato explosivo ou incendiário; lesão corporal; e furto qualificado. O inquérito número 00121300450132.

- 6 jun. **São Paulo**
1º ato do Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo.
- Rio de Janeiro, Goiânia e Natal**
Protestos.
- 7 jun. **São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro**
Novos protestos.
- 13 jun. **São Paulo**
Editorial da Folha de São Paulo tacha de vândalos os manifestantes e cobra maior rigor das autoridades na repressão aos protestos.
A repórter Giuliana Vallone, da TV Folha, é atingida no olho por bala de borracha disparada por policiais militares. O jornalista Piero Locatelli, da Carta Capital, é preso por portar vinagre durante manifestação.
- 15 jun. Novo teor do editorial da Folha expõe claramente a violência policial ilustra a guinada da grande mídia no tratamento das manifestações.
- 16 jun. **Rio de Janeiro e Brasília**
Protestos na abertura da Copa das Confederações.
- 17 jun. **São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte**
Mega-manifestações. Violência policial em São Paulo.
- Brasília**
Tentativa de invasão do Congresso Nacional.
- 18 jun. Pronunciamento da presidente Dilma Rousseff. Novos protestos com foco nas despesas relacionadas à Copa de 2014.
- 19 jun. Bloqueio em estradas por todo o Brasil.
- 20 jun. Manifestações em 388 cidades do país.
- São Paulo**
Revogado o aumento das tarifas de ônibus.
- 21 jun. Novo pronunciamento de Dilma Rousseff.
- 22-24 jun. Novos protestos com foco na retirada da PEC 37.
- 25 jun. Votações aceleradas no Congresso. Retirada da PEC 37. Votação da canalização dos royalties do petróleo para educação e saúde.
- 26 jun. Senado altera Código Penal, tornando corrupção e crimes contra a

administração pública crimes hediondos. Manifestação em frente ao Congresso.

- 27 jun. **Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Florianópolis**
Novos protestos. “Showmício” do Bloco de Lutas na Praça da Matriz (Porto Alegre) e reunião de alguns membros da comissão de organização do Bloco com o governador Tarso Genro sem o beneplácito da assembléia do Bloco.
- 29 jun. **Belo Horizonte**
Ocupação da Câmara Municipal durante um dia.
- 30 jun. **Rio de Janeiro**
Manifestações contra a concessão do Maracanã à iniciativa privada. Protestos no final da Copa das Confederações.
- 3 jul. Bloqueio de estradas em 11 estados. Retirada do projeto “Cura Gay”.
- Rio de Janeiro**
Manifestações
- 10-18 jul. **Porto Alegre**
Ocupação da Câmara Municipal por mais de uma semana. A saída dos manifestantes se deu após acordo com encaminhamento de projetos de interesse popular: Passe Livre e Abertura das contas das empresas de ônibus.
- 11 jul. Dia Nacional de Lutas promovido pelo movimento sindical.
- Rio de Janeiro**
Protestos durante todo o mês contra o governo Sérgio Cabral e contra a composição da CPI sobre transporte urbano na Câmara Municipal.
- 1 agosto **Porto Alegre**
Ato pelo projeto de passe livre do Bloco de Lutas.
- 12 agosto Panfletos, faixas e gritos de ativistas do Bloco no Orçamento Participativo da Restinga. Foram convidados por moradores do lugar.
- 13 agosto Movimento de pressão ao prefeito: “Caça ao Fortuna!”. O Bloco convocou para realizar pressão popular às 9h no Mercado Público.
- 14 agosto **Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro**
Ato do Bloco pelo Passe Livre pressionando o Prefeito na Prefeitura. Atos pelo Transporte público também em SP e no Rio.
- 15 agosto **Porto Alegre**
Veredores da base aliada do prefeito Fortunati protocolaram a CPI “da invasão” para investigar a ocupação da Câmara Municipal.

- 29 agosto Ato do Bloco na PUC e na UFRGS.
- 17 set. A assembleia do Bloco no DCE da UFRGS decide a expulsão do PT do Bloco alegando o uso de imagens de ativistas do Bloco em vídeo de propaganda do PT e criticando práticas conservadoras de militantes do PT dentro do Bloco.
- 1 out. A polícia revista o centro cultural anarquista Moinho Negro, a casa do Matheus, militante do PSTU, e o prédio ocupado Utopia e Luta, onde moram alguns dos acusados no inquérito número 00121300450132. O volume II do Inquérito policial foi aberto no dia 16 de dezembro de 2013 e começa com o relatório do dia 1º de outubro.
- 2 out. Coletiva de imprensa do Bloco no INCRA “em resposta à perseguição do movimento. Vários inquéritos foram abertos contra ativistas do Bloco. Um deles contra 6 ativistas do Bloco após o ato de 27 de junho.

2014

Porto Alegre

- janeiro Greve histórica dos rodoviários de Porto Alegre apoiados pelo Bloco de Lutas.
- 14 jan. 1º Grande ato do Bloco: “Se a passagem aumentar, Porto Alegre vai parar”.
- 12 fev. Ativista do Bloco denuncia que o seu filho é fotografado e intimidado, por um policial infiltrado, em assembleia do Bloco no SIMPA.
- 25 fev. Samba, funk e passe livre – ensaio da bateria do Bloco de Lutas em frente do Bar Tutti.
- 10 mar. 2º Ato do Bloco: “Por um Transporte Público e Popular. Barrar a Licitação dos Empresários e o Aumento das Passagens”. Em Ação Direta o Bloco conseguiu barrar uma licitação que considerava fraudulenta. A audiência pública se celebrou no Tesourinha.
- 7 abril Assembleia Popular no Largo Glênio Peres. Membros da Comissão de Organização e do GT Jurídico do Bloco apresentam o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para Transporte 100% Público em Porto Alegre. O projeto é aprovado pela assembleia sem entrar a debater os seus pontos. Posteriormente chegariam as críticas ao conteúdo do mesmo.
- 8-18 abril Acampamento de ocupação do espaço público diante da Prefeitura. O Bloco lança o projeto de lei com o abaixo-assinado. Diálogo com a população e coleta de umas 10.000 assinaturas envolvendo também atos “descentralizados” em lugares periféricos da cidade.
- 15 maio Ato Internacional contra a Copa do Mundo organizado pela Articulação

Nacional dos Comitês Populares da Copa. O Bloco coloca como pauta principal nos seus atos a luta contra a Copa do mundo com palavras de ordem como “Não vai ter Copa!”.

- 12 junho Ato Nacional “Copa sem povo, estamos na rua de novo!”. 1º Ato do Bloco durante a Copa em Porto Alegre. Um(a)s 200ª pessoas se manifestam pelas ruas do centro com ações de Black Blocs contra o Mac Donald’s e sucursais bancárias. A PM não reprimiu num primeiro momento. A CO do Bloco pensou acabar o ato no Largo Zumbi mas um grupo de manifestantes decidiu continuar até os Tribunais da Borges de Medeiros e se produziram encontros com a tropa de choque da BM.
- 18 junho Ato convocado na Praça Argentina: “Copa sem povo, estamos na rua de novo!”. Uns 200 manifestantes e cerca de 1000 efetivos da tropa de choque. Todas as ruas ao redor da Praça Argentina foram barradas e a PM lançou bombas de dispersão no meio da caminhada ferindo diversos jornalistas e ativistas.
- 23 junho Mais um ato contra a Copa com a participação de poucas centenas de pessoas, na Prefeitura.
- 3 julho (Dês)Tribunal Popular. Ato do Bloco contra a criminalização (no CPERS). Organizado pelo recém criado GT contra a criminalização.
- 7 julho 1º cine-debate com o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”. Primeiro evento organizado pela comissão de Comunicação do Bloco de Lutas (no Sindibancários).
- 12 julho 28 ativistas contrários à realização da Copa do Mundo no Brasil foram presos “preventivamente” na cidade do Rio de Janeiro para impedir que se manifestassem durante a final da Copa que aconteceu o dia seguinte. No total foram presas 37 pessoas, algumas acusadas de “ligação” com os ativistas. Eram suspeitos de praticar atos violentos e estavam sendo acusados de “formação de quadrilha armada”.
- 2 agosto Seminário do Bloco para discutir a continuidade da Luta pelo Transporte 100% Público e as tensões internas sobre a organicidade do Bloco (em Viamão).
- 31 out. Sem celebração de assembleia alguns integrantes do Bloco organizaram uma “atividade pela Semana Nacional de Luta pelo Passe Livre”. Participaram poucas dezenas de pessoas mas um amplo dispositivo policial. Da Esquina Democrática à Prefeitura passando pela Feira do Livro e a banca da RBS na Praça da Alfândega.
- agosto-dez. As assembleias e atos do Bloco se esvaziaram por causa do período eleitoral, do esgotamento, da repressão, da criminalização e das

divergências internas, entre outros fatores.

27 nov. Celebração do cine-debate que fecha o filme “Morar na ‘Casa do Povo’”. Evento organizado por membros da comissão de comunicação do Bloco e da FAG, no Ateneu Popular a Batalha da Várzea. Nesse período não se celebraram assembleias do Bloco.

2015

Porto Alegre

janeiro Coletivos libertários e de diversos partidos políticos chamam a assembleias e atos contra o aumento da passagem. Inclusive se dá a tentativa de criar um novo bloco por parte de membros da organização À Marighella e de um dos seus militantes que se candidatou a deputado estadual nas siglas do PT.

26 jan. O Bloco chama para “Assembleia unificada: rearticulando o Bloco para barrar o aumento da passagem” e participam umas 300 pessoas (no SIMPA).

5 fev. Ato do “Bloco na rua contra o aumento da passagem”. Na Prefeitura, umas 2000 pessoas.

9 fev. 2ª assembleia unificada: “fortalecendo o Bloco para barrar o aumento da passagem”.

12. fev. 2º “Bloco na rua contra o aumento da passagem”.



Figura 17 - O evento criado pelo Bloco no Facebook dizia assim: “Assembleia unificada, rearticulando o Bloco para barrar o aumento da passagem”. Foi a primeira assembleia do Bloco em 2015, assistiram no SIMPA umas 300 pessoas. Fonte: Jornalismo B¹⁴⁶.

¹⁴⁶ Consultado na página do Bloco de Lutas o dia 14/02/2015 (esse dia a página do Bloco tinha 15010 curtidas): <https://www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico?fref=ts>

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. Lua Nova, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

_____. **Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito**. Sociologia & Antropologia, v. 02.03: 21-41, 2012.

ALVES, Giovanni. **Ocupar Wall Street... e depois?** IN: OCCUPY. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 31-38.

Anônimo. **HINO DA AÇÃO DIRETA**.

ANTROPO TV. **Canal “Sobre o Bloco de Lutas”**. IN: <https://vimeo.com/channels/730047>. Consultado até fevereiro de 2015.

_____. **Canal com diferentes fases do processo coletivo de criação do filme “Morar na ‘Casa do Povo’”**. Filme realizado como parte da dissertação de mestrado de Josep Juan, PPGAS, UFRGS, Porto Alegre: Antropo TV. IN: <https://vimeo.com/channels/824721> (consultado até fevereiro de 2015).

AVELINO, Nildo. **Violência, Democracia e Black Blocs**. ALEGRAR nº 12 – dez/2013. ISSN 18085148.

_____. **As revoltas de junho no Brasil e o anarquismo**. Pdf online: http://www.alegrar.com.br/revista12/pdf/violencia_avelino_alegrar12.pdf#page=5&zoom=auto,-89,70 (consultado o 10 de outubro de 2014).

BARCELOS, Jorge. **O dia em que a juventude beijou o fascismo**. Depoimento a CPI “da invasão” da Câmara Municipal de Porto Alegre. 05 de dezembro de 2013.

BEY, Hakin. **Zona Autônoma Temporária**. (Org.) Coletivo Protopia, Porto Alegre: Deriva, 2010.

BLOCO DE LUTAS. **Panfleto**. Porto Alegre, julho de 2013.

_____. **Página no Facebook do Bloco de Lutas**. Porto Alegre, consultada até fevereiro de 2015: <https://www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico?fref=ts>

BORGES, Antonádia. **A fórmula do tempo. Notas etnográficas sobre o ‘tempo de Brasília’**. IN:

- TEIXEIRA, Carla; Christine, CHAVES. Espaços e tempos da política, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-46.
- BRANCALEONE, Cássio; DE BEM, Daniel (orgs.). **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.
- BRESSON, Robert. **Notes sur le cinématographe**. Paris: Editions Gallimard, 1975.
- CARNEIRO, Henrique. **Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011**. IN: OCCUPY. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 7-14.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- COLLEYN, Jean P. **Fiction et fictions en anthropologie**. L'Homme 175-176. EHESS, 2005.
- CONORD, Sylvaine. **A função mediadora da imagem fotográfica**. Iluminuras, Porto Alegre, v.14, n.32, jan./jun 2013, pp. 11-29.
- COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA. **Nossa concepção de poder popular**. IN: www.anarkismo.net/article/23022
- CRIMETHINC EX-WORKERS COLLECTIVE. **Para Mudar Tudo. Um chamado anarquista**. s/d. Versões digitais disponíveis no site www.tochangeeverything.com
- DA SILVA, Cristina Luíza Marquesan. **Suspensão da Liminar de Reintegração de posse**. Porto Alegre, 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central. Num. 649/2013, 16 de julho de 2013. Processo nº 001/1. 13. 0184755-1 (CNJ: 0215409-19.2013.8.21.0001).
- _____. **Termo da Audiência-Cível**. Porto Alegre, 1ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, 17 de julho de 2013. Processo nº 001/1. 13. 0184755-1 (CNJ: 0215409-19.2013.8.21.0001).
- DAMO, Arlei. **A peça orçamentária. Os sentidos da participação na política a partir do OP porto-alegrense**. IN: BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia (orgs.). Etnografias da participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 136-183.
- DE BEM, Daniel. **Apontamentos sobre a rebelião da tarifa em Porto Alegre 2013**. IN: BRANCALEONE, Cássio; DE BEM, Daniel (orgs.). As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 21-42.
- DE LIMA, Vadacir. **Depoimento na CPI “da Invasão”**. Notas taquigráficas, CMPA. 10 de julho de 2013.

DELEUZE, Gilles. **A Imagem-Tempo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Devant le temps. Histoire de l'art et anachronisme dès images**. Paris: Éditions de minuit, 2000.

ELY, Márcio. **Relatório Final**. Notas taquigráficas da CPI "da Invasão". CMPA, 17 de março de 2014.

FASSIN, Didier. **When bodies remember: experiences and politics of AIDS in South África**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2007.

_____. **"Introduction: towards a critical moral anthropology"**. In: _____ (Ed.) *A companion to moral anthropology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012, pp. 1-17.

_____. **Why ethnography matters: on anthropology and its publics**. *Cultural Anthropology*, 2013, v.28, n. 4, pp. 621-46.

FERRAZ, Ana Lucia M.C., **A experiência da duração no cinema de Jean Rouch**. Site [online] http://www.doc.ubi.pt/08/artigo_ana_ferraz.pdf [Consultado o 20 de fevereiro de 2014]. *Doc Online*, n.08, Agosto 2010, www.doc.ubi.pt, pp. 190-211.

FREIRE, Marcelino. **Da Paz**. Consultado o 10 de novembro de 2014 no site: <http://www.cacholaliteraria.com.br/2011/07/da-paz-de-marcelino-freire.html>

GELDERLOOS, Peter. **Como a não-violência protege o estado**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2011.

GENNARI, Emilio. **EZLN. Passos de uma rebeldia**. *Expressão Popular*, 2010.

GRAEBER, David. **Direct Action. An Ethnography**. Oakland: AK Press, 2009.

GT JURÍDICO DO BLOCO. **Agravo de instrumento com pedido liminar de efeito suspensivo "contra decisão concessiva de liminar exarada nos autos do processo nº 001/1.13.0184755-1, ação de reintegração de posse promovida pela CMPA**. Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público de Porto Alegre, 10-18 de julho de 2013.

HARAWAY, Dona. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. *Cadernos Pagu*, n.5, 1995, 07-41.

INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta a vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. *Horizontes antropológicos*, 2012. Vol. 18, n. 37, pp. 25-44.

KUNSLER, Alexandre. **(Des) Governando o espaço público: a experiência dos ocupa e a resistência cultural em Porto Alegre/RS**. Trabalho de conclusão do curso de graduação na PUC-RS, 2012.

LUZ, Tiago. **A democracia sangrando: governando o exercício da cidadania através do crime**.

2014 (no prelo).

MAC DOUGALL, David. **The corporeal image. Film, ethnography and the senses.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2006.

MACEDO, João Paulo. **A Invenção da “Juventude Violenta”. Análise da elaboração de uma política pública.** Rio de Janeiro: LACED:E-Papers, 2009.

MEDEIROS, Gerci. **Intervenção na CPI “da Invasão”.** Notas taquigráficas, CMPQ, 29 de outubro de 2013.

MILLS, Wright. **Apêndice metodológico: Do artesanato Intelectual.** IN: A imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MINH-HÁ, Trinh. **When the moon waxes red. Representation, gender and cultural politics.** New York: Routledge, 1995.

MUHALE, Miguel. **Lutar, criar, poder popular: uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre/RS.** Dissertação de Mestrado aprovada no PPGAS, UFRGS, 2014.

NADER, Laura. **Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos.** IN: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 29, ano 9, 1994, pp.18-29.

OLIVEIRA, Lúcia. **Corpos indisciplinados: Ação cultural em tempos de biopolítica.** 1ª Ed. Beca, 2007.

PERPIGNANI, Roberto. **A arte oculta.** Habana: Ediciones EICTV, 2009.

PIAULT, Marc Henri. **Antropología y cine.** Madrid: Catedra, 2002.

ROSITO, João. **O estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil.** Porto Alegre: PPGAS-UFRGS, 2010. [dissertação de Mestrado]

ROUCH, Jean. **Os ‘pais fundadores’. Dos ‘ancestrais totêmicos’ aos pesquisadores de amanhã.** Mostra Internacional do Filme Etnográfico – Catalogo. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, Interior Produções, 1993.

ROUCH, Jean; MORIN, Edgar. **Chronique d’un été.** Paris: Domaine Cinema 1, Inter-Spectacles, 1962.

SCHUCH, Patrice. **Antropologia do direito: trajetória e desafios contemporâneos.** IN: *Práticas de justiça: Antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **Antropologia pública: a ética da inquietude no trabalho de Didier Fassin,** 2015 (no prelo).

SILVA, Patrícia Kunrath. **Recua, polícia, recua. É o poder popular que ta na rua”**: Repertórios de ação coletiva e gramáticas morais de protesto em Porto Alegre. 2014 (no prelo).

SILVA, Marcelo Kunrath. **#vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?** IN: CATTANI, Antonio David. #protestos. Análises das ciências sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Da paisagem ao foco: a pobreza nos discursos sobre o Brasil.** IN: TEIXEIRA, Carla; Christine, CHAVES. Espaços e tempos da política, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 91-108.

TEIXEIRA, Carla; Christine, CHAVES. **Espaços e tempos da política.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TILLY, Charles. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834.** IN: Traugott, Mark (org.). Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p. 15-42.

_____. **Identities, boundaries & social ties.** Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

_____. **Regimes and repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006.

_____. **Contentious performances.** Cambridge : Cambridge University Press, 2008.

TSING, Anna. **Friction: An ethnography of global connection.** Princeton: Princeton University Press, 2005.

TUBAU, Daniel. **El guión del siglo XXI. El futuro de la narrativa en el mundo digital.** Barcelona: Alba editorial, 2011.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo.** IN: OCCUPY. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012. p. 15-26.

_____. **Problemas no paraíso.** In: CIDADES Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

